

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

Márcia Fagundes Barbosa

***IMAGENS NACIONAIS E RELAÇÕES DE PODER NAS
NARRATIVAS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM SANTA CATARINA***

Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Literatura como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Teoria Literária.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. CLAUDIA DE LIMA COSTA

FLORIANÓPOLIS

2009

*Dedicado à memória de meu pai,
Nilo Machado Barbosa, em quem
penso todos os dias.*

AGRADECIMENTOS

À **Claudia de Lima Costa** pela orientação teórica que determinará eternamente meu olhar. Também por ter sempre acreditado em minha capacidade para realizar este trabalho.

Aos professores **Simone Schmidt** e **João Klug** pelos importantes conteúdos ministrados nas disciplinas e, sobretudo, pelas significativas contribuições feitas no processo de qualificação do projeto.

À **Elba Ribeiro** pelo carinhoso convívio ao longo de todos estes anos na UFSC.

Aos **funcionários do Arquivo Histórico de Blumenau José Ferreira da Silva** pelo ótimo atendimento e a presteza com que me auxiliaram na seleção do material sobre a imigração alemã. Agradeço, especialmente, à **Sueli Petry**, diretora da Revista Blumenau em Cadernos e da Fundação Cultural de Blumenau, pelo envolvimento e interesse que demonstrou sobre minha pesquisa.

Ao **Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ)** que me concedeu bolsa de estudos durante 22 meses.

À **Izabel**, colega de curso e amiga, pela companhia nos programas culturais que desopilavam um pouco “nossas cabeças pensantes”.

À **Jú**, pela dedicação amorosa com que cuidou do meu maior bem, a Lara.

À **minha mãe**, pelo incentivo e entusiasmo de sempre.

Ao **Mario**, por tudo.

RESUMO

A abertura dos portos brasileiros em 1808, depois de 300 anos de exclusividade lusitana, torna o país um grande atrativo para naturalistas, geógrafos, economistas, artistas, comerciantes e viajantes. É intenso o trânsito de diferentes culturas, nacionalidades e subjetividades que passam a configurar um novo tempo e um novo espaço. A ampla divulgação de imaginários e representações da cultura letrada metropolitana, fundamentados no sólido debate científico setecentista sobre o Novo Mundo, acaba por determinar e interferir no imaginário desse próprio mundo. A situação político-social do Brasil no século XIX, ávido por significados nacionais (uma origem, um povo, um tipo nacional), desperta entre a recente elite letrada nativa a noção das imensas potencialidades da terra e a necessidade de se construir uma nação civilizada. Valendo-se de um contexto de afirmação científica, as correntes imigrantistas parecem atender à emergência de se produzir um povo civilizado pelo branqueamento das raças. Portanto, com o objetivo de refletir sobre um processo de composição de imagens que ajudaram a definir o Brasil, o presente estudo propõe-se a uma leitura cultural de um conjunto de narrativas que partem do espaço da imigração alemã em Santa Catarina em meados do século XIX.

ABSTRACT

After 300 years of Lusitanian-Portuguese reign, Brazil opened its doors in 1808. Thereafter, the country became an appealing attraction for naturalists, geographers, economists, artists, entrepreneurs, and travelers. As a result, this intense transit of cultures, nationalities, and subjectivity brought forth a new sense of time and space. The widespread circulation of metropolitan lettered cultural representations and imaginaires, grounded in the 17th century scientific debates about the New World, influenced and partly determined the very imaginary of this New World. During the 19th century, Brazil's socio-political status was marked by a patriotic awakening and by a search for national symbols and meanings led by its newly formed lettered elite. This movement was intended to raise awareness of the land's potentials and the need to become a civilized nation. Having as its backdrop scientific discourses about race, the currents of immigrants setting foot in the Brazilian national territory seemed to be responding to a perceived need to produce a civilized people through the whitening of the races. The purpose of this research is to provide a reading of a sample of cultural narratives produced by the German immigrants based in the state of Santa Catarina, Brazil, in the middle of the 19th century, while at the same time reflecting on the construction of images that came to define a Brazilian nation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Primeiras Imagens.....	8
A imigração alemã no sul do Brasil.....	15

I - NAÇÃO, IDENTIDADE NACIONAL E RAÇA

1.1 Pensando a nação.....	22
1.2 Leitura / escritura da nação: uma metodologia.....	28
1.3 Nação e identidade nacional.....	33
1.4 Nação, raça e diferença.....	39

II – BRASIL NACIONAL

2.1 – Descobrimento do Brasil – O processo de civilização.....	51
2.2 – Redescobrimento do Brasil – O processo de emancipação.....	58
2.3 – Letras, Idéias e nação brasileira.....	62
2.4 – Escravidão e modernidade: dois lados de uma mesma moeda.....	69
2.5 – Abolição e República: imagens de uma nação civilizada.....	77

III – EUROCENTRISMO MODERNO: NOVAS RELAÇÕES, NOVAS LINGUAGENS, NOVAS IMAGENS

3.1 A construção do saber ocidental.....	84
3.2 A narrativa da História Natural.....	87
3.3 Natureza e Civilização: o debate científico sobre a América.....	96
3.3 A literatura de viagem: um discurso científico sobre o Brasil.....	111
3.4 Hermann Otto Blumenau e o sul do Brasil.....	120

IV – NAÇÃO E NACIONALISMO ALEMÃO

4.1 Do nacionalismo romântico à unificação.....	129
4.2 Do nacionalismo político ao Nazismo.....	134
4.3 Os imigrantes alemães e a comunidade étnica.....	138
4.4 Memória e imagens nacionais.....	149

V – NARRATIVAS DA IMIGRAÇÃO

5.1 – Cartas de Hermann Otto Blumenau aos parentes.....	160
5.2 – Memórias de Karl Kleine.....	183
5.3 - Cartas de famílias	199

CONCLUSÃO

Imagens da Diferença.....	212
---------------------------	-----

Referências Bibliográficas	217
---	-----

...encontramo-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão.

Homi Bhabha, *O Local da Cultura*.

INTRODUÇÃO

PRIMEIRAS IMAGENS

Como uma rede de conexões que vai se estabelecendo, minha pesquisa de doutorado é hoje o resultado de um caminho teórico tecido desde minha graduação. Cursei Letras com habilitação em alemão e, durante o curso, tive a experiência de um ano de moradia na Alemanha. Chamou-me a atenção a problemática da desterritorialização e do choque cultural vividos por amigas descendentes de alemães. Pessoas que vinham de uma cultura germânica de imigração no sul do Brasil, falavam a língua alemã (dialeto) em casa e ao chegarem na Alemanha sentiam-se tão estrangeiras quanto eu, uma brasileira “pura”.¹ Viviam uma dupla desterritorialização, pois no Brasil sentiam-se diferentes, sentiam-se alemãs e ao chegarem na Alemanha não se identificavam com aquela cultura, com aquela língua. Não se reconheciam e nem eram reconhecidas como alemãs.

Minha pesquisa de mestrado, no entanto, envolve-se com as questões identitárias referentes à imigração alemã no sul do Brasil. A partir do romance “O guarda-roupa Alemão” de Lausimar Laus, uma autora com descendência alemã, trabalhei com a teoria cultural e seus desdobramentos referentes à nação, representação, raça e gênero. A partir de duas questões mais abrangentes, cultura e identidade cultural, tentei desenvolver um estudo que explicasse as tensões entre duas ou mais culturas.

¹ O destaque dado à palavra entre aspas reforça, mesmo que de forma irônica, a idéia de heterogeneidade cultural, principalmente ao que se refere à cultura brasileira. Nunca investiguei minhas origens, tenho conhecimento apenas de uma descendência portuguesa por parte da minha avó materna. Com o adjetivo “pura” procuro informar ao leitor que, diferentemente das minhas amigas de descendência alemã, minha criação deu-se dentro de um núcleo tipicamente brasileiro.

Neste caminho, entro em contato com os teóricos e as teorias pós-coloniais, as quais me revelam um outro olhar em relação às estruturas globais da nossa história a partir de um novo posicionamento das narrativas nacionais. A revisão de valores proposta pelo pós-colonial nos faz pensar de dentro dessas narrativas para que possamos compreender os significados que delas se expandem e se consolidam em forma de poder/saber.

Um estudo nesse sentido tornou-se para mim desafiador a partir da leitura de *Os olhos do império* de Mary Louise Pratt². A autora realiza uma análise importantíssima das representações de mundo americanas e africanas a partir dos relatos de viajantes europeus escritos na metade do século XVIII e todo século XIX. Mostra-nos como a ampla divulgação das impressões e representações da cultura letrada metropolitana a respeito de um mundo estranho e primitivo acaba por determinar e interferir no imaginário desse próprio mundo. Constata, porém, que esse movimento transcultural também se dá de forma inversa, quando a periferia determina a metrópole. A partir desses encontros e trocas entre duas partes assimetricamente dispostas em relações de poder, Pratt desenvolve conceitos chave para a sua análise. Entre eles estão “zona de contato” e “anticonquista”, expressões estas que explorarei com mais tempo no decorrer da minha escrita.

Revelo o estudo de Pratt como a força motivadora para a realização deste projeto, o qual se envolve com as viagens e imagens dos encontros culturais entre Alemanha e Brasil no século XIX. Através de relatos de viagens, livros, diários e cartas constroem-se e divulgam-se na Europa imagens a respeito do Brasil, as quais são representações da alteridade numa tentativa de apreensão do outro. A difusão transatlântica de um mundo não europeu, a partir de perspectivas européias, consolida a reinvenção da América para o resto do mundo e, mais tarde, para a própria América.

² PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. SP: EDUSC, 1999.

Portanto, minha tese propõe-se a uma leitura cultural das narrativas que partem do espaço da imigração alemã em Santa Catarina em meados do século XIX na tentativa de refletir sobre um processo de composição de imagens sobre o Brasil. Imagens que, num contexto político-social ávido por significados nacionais (uma origem, um povo, um tipo nacional), consolidam-se enquanto verdades. Para isso, busco fundamentos teóricos na crítica pós-colonial, a qual recusa os conceitos estáticos de centro e periferia para pensar em relações laterais e transversais e de como estas “reorganizam e moldam um e outro”³. Esta perspectiva teórica permite-nos um olhar descentrado sobre as forças desiguais que estruturam o discurso da modernidade, sinalizando as múltiplas histórias e tempos envolvidos nesse processo. Partindo, portanto, do espaço dialógico da diferença cultural, onde o Outro significa o Eu e vice-versa, podemos entender a cultura/nação enquanto uma construção de tempos e espaços sobrepostos, reinscritos e traduzidos.

Nesse sentido, o evento da imigração alemã para o sul do país comporta temporalidades distintas e sobredeterminadas (alemã, africana, indígena, lusitana, brasileira, etc.) que se redefinem neste contexto transversal, transnacional e transcultural. As narrativas alemãs que partem desse espaço de negociações imprimem tropos discursivos e imaginários consolidados numa ideologia eurocêntrica, a qual, sob o designo da Razão, legitima o intervencionismo da “superioridade” europeia sobre mundos não europeus.

Para isso, estruturei minha tese em cinco capítulos. Num primeiro momento, discuto teoricamente questões que considero fundamentais para esta pesquisa: nação, identidade cultural e raça. Partindo, principalmente, do estudo de Homi Bhabha em *O local da cultura*⁴ trabalho com a idéia de nação enquanto narração cultural, a qual

³ HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial. In: Stuart Hall, Liv Sovik (org.) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaide La Guardiã Resende...et all. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. p 109

⁴ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998

comporta uma temporalidade dupla (passado e presente) e descontínua (moderna, colonial, nativa, masculina, etc), revelando as identificações culturais de um grupo através de uma disputa de forças entre estes tempos diversos. A raça e a diferença cultural entram nesse contexto teórico como um meio de entender o discurso da modernidade. Bhabha afirma que a idéia de raça forneceu à modernidade uma justificativa para a hierarquia cultural, trazendo à tona as narrativas do progresso.⁵ Pensando o racismo colonial como uma repetição das antigas concepções aristocráticas de privilégio e poder, o autor localiza nesse entre-tempo da raça o signo da diferença cultural.

Tecida a base teórica⁶, o segundo capítulo, então, tem o objetivo de discutir o processo de construção de um imaginário nacional Brasileiro. Esta é uma tentativa de entender o contexto ideológico por onde as imagens da imigração transitaram e tornaram-se possíveis como representações dentro do próprio país. Parto, deste modo, do início da colonização portuguesa até chegar ao século XIX, através das relações descontínuas que construíram o Brasil enquanto espaço diaspórico. A situação político-social do Brasil em meados do século XIX desperta entre a recente elite letrada nativa a noção das imensas potencialidades da terra e a necessidade de se construir uma nação civilizada. A imagem de um povo degenerado pela mistura de raças, já tão divulgada pelos teóricos-viajantes, carece neste momento de um saber específico da própria realidade, ainda que este saber ache legitimidade nas teorias européias. Logo, esta busca de si mesmo, partirá de um processo construído de fora para dentro, onde as imagens já conhecidas sobre nós serão fundamentais.

⁵ BHABHA, Homi K. A outra questão (o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo). In: *O local da cultura*, Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 340

⁶ Neste capítulo proponho uma discussão muito mais ampla a respeito desses conceitos e seus desdobramentos, como gênero e cultura, envolvendo abordagens de autores como Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, Paul Gilroy, Anthony K. Appiah, Anne MacClintok, entre outros.

Assim, o terceiro capítulo irá se dedicar ao entendimento dessas imagens eurocêntricas que interpretaram cientificamente o Brasil no século XIX. Apoiada nos trabalhos de Mary Louise Pratt (*Os olhos do império*), e Michel Foucault (*As palavras e as coisas*)⁷, abordo o processo de construção do saber ocidental, o qual, coincidindo com o processo de construção da linguagem, estruturou-se através da percepção da diferença. Nesse sentido, a história natural e seu caráter documental e acumulativo, que descreve paisagens desabitadas, sem ação humana, num tempo estático e não evolutivo é o novo paradigma do pensamento ocidental a partir do século XVII. Os relatos de viagem tão produzidos e consumidos na Europa e na América nos séculos XVIII e XIX, utilizam-se dessa retórica naturalista para explorar mundos não urbanos. Abordo, também, nesse momento, as teses científicas que discutiram intensamente o Novo Mundo na Europa iluminada setecentista. As bases científicas desses relatos de viagens do século XIX os dispõem em uma posição legítima de discurso, a partir do qual passa a representar o Brasil tanto para o seu exterior quanto para si mesmo. Ao final desse capítulo, articulo as imagens que partem de algumas narrativas de viagens sobre o Brasil no século XIX (concentrando-me principalmente na *Viagem pelo Brasil (1817-1820)* de Spix e Martius), incluindo o livro de Hermann Otto Blumenau, *Sul do Brasil em suas referências à emigração alemã*, publicado na Alemanha em 1850. Identifico nessas narrativas os pólos científicos firmados por Hegel e Humboldt para interpretar o mundo americano a partir da relação entre natureza e sociedade. O olhar eurocêntrico que pensa o Mundo através da antítese entre o Velho e o Novo concebe à América grande vigor físico e carência humana. Dessa forma, procuro definir as relações que compõem um imaginário sobre o Brasil no século XIX e que também estarão representadas nas narrativas da imigração alemã em Santa Catarina.

⁷ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

No quarto capítulo, então, com o objetivo de entender a concepção de nacionalidade que trouxeram consigo os imigrantes alemães chegados a Santa Catarina no século XIX, trabalho com as questões referentes à nação alemã. A especificidade da consciência nacional alemã está no seu fundamento nos valores humanistas em detrimento aos políticos que consolidam um Estado. São as implicações emocionais embutidas nesse nacionalismo desvinculado de um território, mas herdado através da cultura que serão negociadas no contexto desterritorializado da imigração. Portanto, no contexto da imigração, onde há culturas em disputa, privilegio também as questões referentes à etnicidade. No final desse capítulo, analiso algumas cartas de imigrantes alemães, valorizando o trabalho subjetivo da memória no momento da escrita. São quatro cartas dirigidas aos parentes na Alemanha e estão datadas entre os anos de 1885 à 1889. Estas cartas confirmam os movimentos de representações coletivas de tempos e espaços sobrepostos.

Chego, assim, no quinto e derradeiro capítulo para dialogar com toda esta estrutura que forjou o contexto histórico e ideológico facilitador das interpretações sobre o Brasil no século XIX. Este capítulo, reservado para a análise de cartas e memórias de imigrantes alemães estabelecidos em Santa Catarina, tem como objetivo articular as imagens e representações do Brasil que partem desse espaço marcado pela diferença. Imagens que ajudaram a construir uma idéia de Brasil.

Num primeiro momento, trabalho com quatro longas cartas de Hermann Otto Blumenau aos seus pais e parentes, as quais foram redigidas no Brasil entre os anos de 1846 e 1848, época em que preparava seu empreendimento de colonização. Analiso seu discurso a partir das suas relações com os paradigmas eurocêntricos que estruturaram a subjetividade européia.

Num segundo momento, examino as memórias de Karl Kleine, natural de Posen⁸, que emigrou para a Colônia Blumenau com sua família em 1856 quando tinha oito anos. Suas memórias foram manuscritas em 35 cadernos já em idade adulta e posteriormente editadas em alemão por um descendente.⁹ Procuo avaliar nesta seção uma diferente forma de registro, a qual se envolve com os movimentos sobrepostos da memória (passado/presente, pessoal/coletivo) para se impor enquanto discurso simbólico.

No terceiro e definitivo momento, detenho-me na análise de cartas de famílias com o objetivo de circular por outras conjunturas de representações simbólicas e também diferentes contextos econômico, social e cultural. São onze cartas pertencentes a quatro famílias distintas (Bauer, Sallentin, Müller e Stutzer) redigidas entre os anos de 1855 à 1886. Procuo entender essas correspondências como importante fluxo de informações sobre os novos locais e as novas relações sociais e econômicas no Novo Mundo, assim como a família funcionando como rede e local de memória e identidade.

Todo o material referente às narrativas de imigrantes alemães em Blumenau foi pesquisado no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva e nas publicações da Revista Blumenau em Cadernos. As cartas da família Bauer compreendem um documento enviado no ano de 1994 pelo Deputado Federal Paulo Bauer ao prefeito de Águas Mornas Lauri Thiesen, em exercício neste ano.¹⁰

Em relação às cartas de família, deixo o registro sobre a dificuldade em coletar um volume de material expressivo, já que estes documentos, na maioria das vezes, não se apresentam satisfatoriamente identificados. Procurei trabalhar com as cartas que

⁸ A província de Posen fazia parte da Prússia e, sendo assim, ao Império Alemão de 1871 à 1918. Hoje toda a sua área faz parte da Polônia.

⁹ As memórias de Karl Kleine foram transcritas por seu sobrinho-neto, Theodor Fritz Kleine e transformadas em dois livros: *Die Silberglocke von Vila Rica (O sino de Prata de Vila Rica)* e *Einst Erlebnisse und Erinnerungen eines Eingewanderten* (Experiências e recordações de um imigrante) Uma parte desta última obra foi traduzida e publicada em edição bilíngüe pela Revista Blumenau em Cadernos.

¹⁰ Este material foi-me cedido pelo estudioso da imigração Alemã em Santa Catarina, Toni Vidal Jochem.

traziam consigo um contexto social significativo. No entanto, é exatamente o cruzamento dos diferentes discursos (teóricos, epistolares e memorialistas) o que marca o caráter heurístico e exploratório a que este estudo se propõe.

Sendo assim, realizo, a seguir, uma breve contextualização histórica sobre o evento da imigração alemã para o sul do Brasil.

Imigração alemã no sul do Brasil

As primeiras emigrações em massa para o Brasil foram favorecidas pelo decreto de 25 de novembro de 1808, de D. João VI, o qual permitiu aos estrangeiros o acesso à propriedade de terra. Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, abre-se espaço para a atuação de estrangeiros no mercado brasileiro. Entre 1808 e 1822 registra-se a entrada de cerca de 200 alemães, os quais atraídos pela abertura dos portos inserem-se nos centros urbanos emergentes e executavam serviços setoriais, artesãos e ainda aqueles que se dedicavam ao trabalho fabril.¹¹

A partir de 1824, a entrada de imigrantes alemães no sul do Brasil é mais significativa e caracteriza-se, em sua maioria, pelo trabalho assalariado para as grandes lavouras, sendo estes através de contratações de serviços ou sob regime de colonato. O fracasso do núcleo pioneiro da colônia de Nova Friburgo no Rio de Janeiro, assim como de outras colônias alemãs no nordeste, deslocam as correntes migratórias européias para o sul do país. Segundo Giralda Seyferh, apesar da primeira colônia ser fundada no Rio de Janeiro em 1818, nesse estado a colonização servia mais para os interesses dos grandes proprietários, por isso, costuma-se considerar a fundação da colônia alemã de

¹¹ SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil. In: *Fazer a América*. Boris Fausto (org.). 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 273-4

São Leopoldo em 1824, no Rio Grande do Sul, como o marco das colonizações com imigrantes.¹² O fluxo de imigrantes alemães para o Brasil intensifica-se, no entanto, após a abolição da escravidão. Nesse período, o interesse brasileiro estava em instalar no país agricultores livres e europeus em áreas não-ocupadas pela grande propriedade através de um processo controlado pelo Estado. O principal objetivo era suprir a falta de mão-de obra escrava e, ao mesmo tempo, seguir uma política eugenista, a qual priorizava o ingresso de homens brancos para o desaceleramento da mestiçagem do povo brasileiro, causada pelos índios e negros. É o que afirma Giralda Seyferth:

O processo de branqueamento foi pensado como forma de consolidar, no futuro, uma nação brasileira, de civilização latina e língua portuguesa, o que supõe uma perspectiva assimilacionista para a imigração, incluindo o “caldeamento de raças”.¹³

O Brasil é um dos países das Américas a receber mais imigrantes de língua alemã, apesar disso, eles representam apenas 9% dos emigrados europeus neste período das grandes imigrações transcontinentais. Destacam-se, porém, pela sua concentração demográfica em determinados territórios, assim como um crescimento populacional acelerado, o que promoveu ampliação das colônias e deslocamentos em várias regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A região Sul diferenciava-se das regiões centrais do país, pela dedicação quase que exclusiva de seus imigrantes à produção agrícola em pequenas propriedades. Esses novos povoamentos eram dirigidos por políticas imigratórias ligadas ao assentamento de colonos, os quais eram controlados pelo governo central ou provincial. Esses assentamentos visavam, além do preenchimento de vazios demográficos, que garantiriam a integridade das fronteiras, também, o melhoramento da infra-estrutura de

¹² SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 18

¹³ SEYFERTH (2000), *op. cit.* p. 303

transporte dos produtos para o mercado interno, já que os imigrantes devastavam as matas e formavam o mercado consumidor.

Giralda Seyferth destaca a influência de personalidades de origem germânica junto ao Governo imperial, como os naturalistas Freyreiss e Schaffer. Este fato pode explicar a predominância de alemães nos primeiros projetos de colonização. O major J. A. Schaeffer foi responsável pelo aliciamento de imigrantes para as colônias de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul em 1824, de São Pedro de Alcântara e Mafra, em Santa Catarina, e Rio Negro, no Paraná, as demais em 1829. Essas quatro colônias marcam o fim da primeira fase de imigração alemã para o Brasil. A guerra civil no sul (Revolução Farroupilha) dificulta o projeto migratório e o pequeno número de imigrantes assentados até essa data inviabilizou o desenvolvimento das colônias. Apesar do esforço do investimento colonizador no sul do país, o qual concedia a cada unidade familiar 75 hectares, não foi atraído grande número de imigrantes alemães.

O aumento do fluxo migratório se dá a partir da segunda fase de assentamentos em 1845, com a fundação de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Essa época atraiu maior número de imigrantes alemães, apesar da gradativa redução dos lotes destinados para o assentamento das famílias, chegando até os 25 hectares. A segunda fase de colonização foi contextualizada por debates sobre a política migratória. Por um lado a elite brasileira era a favor de imigrantes alemães e norte-europeus, pelo interesse em introduzir protestantes no país, a fim de enfraquecer o domínio da Igreja católica em apoio a idéias de liberdade religiosa. Por outro lado, porém, discutia-se a presença de protestantes em uma nação católica e preocupava-se, contudo, com a assimilação e problemas de “enquistamento”.¹⁴ No entanto, é a crença eugênica em uma única raça nacional biologicamente possível o que fornecia uma construção ideológica conveniente para o apoio das elites às políticas que visavam o ingresso de imigrantes “desejáveis”, ou seja,

¹⁴ SEYFERTH (2000), *op. cit.* p. 276-8.

aqueles que viriam “embranquecer” o país.

Essa segunda fase de assentamentos no sul do Brasil contou com alguns eventos importantes para atrair um número maior de imigrantes. O Governo imperial, para diminuir as despesas com a instalação das colônias, dá às províncias poderes próprios de incentivo à imigração, o que resultou em um conjunto de leis favoráveis à vinda de estrangeiros para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes estados assumiram parte das terras devolutas, as quais ainda continuavam sob o controle do Ministério da Agricultura, e passam a trabalhar com iniciativas privadas ligadas à Alemanha. As companhias particulares de colonização foram o grande impulso para essa segunda fase de imigração, que se caracterizava agora por tornar as terras devolutas em mercadoria. Decretado por lei, o imigrante a partir de 1850 só podia ter acesso à terra por compra, e não mais gratuitamente como ocorreu na primeira fase.

Companhias de navegação transatlântica da Alemanha, ligadas a estas sociedades de imigração, eram responsáveis pelo transporte, pela compra de terras e pela organização das colônias em Santa Catarina. A Sociedade Colonizadora Hanseática resultou da fusão entre a Sociedade Colonizadora de Hamburgo com a maior companhia de navegação da Alemanha, a Norddeutsche Lloyd de Bremen e com a Südamerikanische Dampfschiffahrtsgesellschaft.

A imigração germânica para o Brasil foi impulsionada pelo conjunto de iniciativas privadas e públicas, tanto da Alemanha quanto do Brasil, transformando-se em um alto negócio, do qual o imigrante passou a ser uma cara mercadoria. O envolvimento de bancos, de empresas de transportes e de negociantes de terras comprova isso.

Em Santa Catarina, as iniciativas privadas foram responsáveis pelas principais colônias como a de Blumenau e a de Joinville. A primeira foi fundada por Hermann

Blumenau em 1848 e contou com o apoio de organizações alemãs, tornando-se oficial a pedido de seu fundador. A segunda foi fruto da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que encaminhou para Joinville e arredores, entre 1850 e 1888, 17.408 colonos. Representou a mais importante iniciativa privada em Santa Catarina quanto aos aspectos econômico e político, pois se filiou a banqueiros e industriais da Renânia e de Berlim a partir de 1887. Esta sociedade visava a criação de uma república teuto-brasileira vinculada aos interesses do império como uma forma de garantir a presença alemã na América e a constituição de um expressivo mercado consumidor.¹⁵

A partir de 1848 chegam ao Brasil imigrantes exilados ou aqueles que viram na emigração uma solução para os problemas políticos. Conhecidos como 1848er. Kinder (filhos de 1848), homens do Märztag (dos dias de março) ou os Brummer (mosqueteiros), eram liberais, nacionalistas românticos ou socialistas que se distinguiam dos imigrantes pioneiros por suas atividades profissionais: artesãos, intelectuais e operários. Nas estatísticas oficiais, porém, aparecem como camponeses, pois esta era a condição que se impunha para emigrar.

A partir de 1870 chegam ao Brasil grupos de trabalhadores urbanos que fogem da proletarização. Estes homens diferenciam-se dos imigrantes anteriores por fazerem parte de uma Alemanha unificada, por terem se tornado homens do Reich possuidores de um forte sentimento de pertença, construído a partir da escola primária e da literatura.

O impulso para a nova fase de imigração, a qual foi a mais expressiva até então no último terço do século XIX, deveu-se ao desenvolvimento econômico e político de ambos países. As propagandas oficiais e de empresas e as correspondências dos colonos, somadas ao acelerado processo de industrialização na Alemanha atraíam novos

¹⁵ MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998. p.23

grupos para a região. Estes são constituídos por membros de movimentos protestantes preocupados com seus fiéis da diáspora e por homens politizados por tensões provocadas pela unificação alemã de Bismarck¹⁶. A associação destes novos homens com uma carga nacional mais acentuada aos imigrantes das primeiras levadas afirma a necessidade da preservação de uma identidade coletiva, formando micronações com iniciativas de auxílio mútuo, as quais substituem as ações do Estado, assim como foi desenvolvido no país de origem (Sociedades de canto, recreativas, desportivas, religiosas, beneficentes, de assistência técnica e de operários). Devido à condição de minoria religiosa e pela dificuldade de aprendizado do idioma português, estas práticas foram favorecidas. Porém, como afirma Giralda Seyferth, “a formação de uma cultura e de uma identidade étnica teuto-brasileira está relacionada ao processo histórico de colonização”¹⁷, o qual antes de ter proporcionado um isolamento das colônias, caracterizou-se pela desorganização no desenvolvimento dos projetos tanto provinciais quanto imperiais. A falta de verbas provocou total insegurança nas primeiras décadas da maioria das colônias, não havendo recursos para a abertura das estradas e demarcação de lotes, assim como para a implantação do ensino fundamental e para a saúde. Essas situações resultaram em uma forte organização comunitária, o que subsidiou mais tarde o discurso ideológico étnico baseado no “trabalho alemão”, e no uso cotidiano da língua alemã, através das associações e escolas comunitárias, sociedades culturais e recreativas. Na fase inicial da colonização, essas instituições comunitárias ainda não visavam assegurar a especificidade étnica, como acontece mais tarde, mas suprir a falta de determinados recursos.

O antigermanismo inicia-se no final do Século XIX e tem como objetivo maior a

¹⁶ Otto Von Bismarck, o assim chamado chanceler de ferro, foi o estadista mais importante da Alemanha do século XIX. Ele foi o responsável pelas bases do II Reich (1871-1918), superando a existência de mais de 300 entidades políticas diferentes, implanta, pela primeira vez no país, um Estado-nacional único.

¹⁷ SEYFERTH, Giralda. *Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o estado brasileiro*. Caxambu, MG: ANPOCS, 1993. p. 107

manutenção da integridade cultural, política e territorial do país. Este discurso proíbe os governos dos estados a instalar núcleos coloniais de única concentração étnica, o que não afetou o fluxo migratório de origem alemã para o Brasil. Sua redução deveu-se mais à crise econômica do Brasil do que a qualquer razão de ordem política.¹⁸ O início do declínio da migração se deu com a Primeira Guerra Mundial em 1914 e foi sendo determinado por diversos outros fatores que ocorreram simultaneamente a partir deste processo, concluindo-se definitivamente com a deflagração da Segunda Guerra Mundial.

CAPÍTULO I

¹⁸ MAGALHÃES, *op. cit.* p.43

NAÇÃO, IDENTIDADE NACIONAL E RAÇA

Trabalhar, nesse momento, com o conceito de nação, pensando nas forças unificadoras que projetam o evento enquanto uma narrativa da modernidade, é fundamental para esse trabalho que se preocupa com repertório de imagens que ajudou a produzir uma idéia de Brasil. A discussão teórica das quatro categorias dependentes entre si, nação, identidade nacional, gênero e raça, sustenta a investigação mais específica a respeito das relações de poder, fundadoras de um sistema nacionalista desejosamente homogêneo

1.1 – Pensando a nação

Desenvolverei meus argumentos a respeito de nação e nacionalismo a partir de duas vertentes que se complementam. A primeira está apoiada no ponto de vista histórico e se dá a partir das discussões de Benedict Anderson e Eric Hobsbawm. A segunda preocupa-se com a questão da temporalidade da nação e afirma-se nas idéias de Homi Bhabha em *O local da cultura*. A importância desta segunda abordagem teórica para o trabalho está na idéia de nação enquanto narração cultural, pois amplia as possibilidades de articulações simbólicas deste evento com diferentes categorias como raça, gênero, classe, e diferença cultural. Pensar nas temporalidades diversas (moderna, colonial, nativa, masculina, etc) que comportam uma narrativa nacional é descentralizar o movimento unificador e homogêneo que representa a nação. Ou seja, nos propõe uma nova forma de reflexão.

Portanto, em primeira instância, podemos pensar a nação como um sistema classificatório, através do qual evidenciam-se categorias que ligam o Estado a seus membros e estes entre si. O território e a língua são categorias que sustentam um sentimento de pertencimento e lealdade entre os membros de uma nação, assim como a idéia de uma “tradição cultural” comum. Essa ligação realiza-se através de representações simbólicas, ou como afirma Benedict Anderson através das comunidades imaginadas. O conceito de nação desenvolvido por Anderson propõe uma análise dos sistemas culturais que precederam o aparecimento do nacionalismo em fins do século XVII. As comunidades religiosas e o reino dinástico estabelecem seus laços referenciais pelos quais as comunidades eram imaginadas antes das nações modernas, através das línguas sagradas e de um sistema político único (a monarquia). São, no entanto, a decadência do latim e da legitimidade da monarquia, a expansão comunicativa das línguas vulgares, assim como uma nova concepção de tempo - o qual permite a idéia de simultaneidade transversal e não mais longitudinal - os fatores que propiciam a idéia de “um organismo sociológico”, de uma nação. O aparecimento do jornal e do romance fortalece essa nova maneira de imaginar o mundo: A imprensa possibilita, dessa forma, a comunicação em massa e a consciência do extenso e diversificado campo lingüístico existente, o que Anderson classifica como “o embrião da comunidade nacionalmente imaginada”.¹⁹ Assim, a nação imaginada é limitada e também soberana, pois o poder de liberdade depende do Estado, o que antes era atribuído à religião.²⁰

Partindo dessas considerações, o nacionalismo e seus produtos culturais comungam através da língua, a qual não é o símbolo de uma nação, mas o modo pela qual ela é imaginada. Enquanto a nação é um sistema classificatório que define as relações entre o Estado e seus membros e estes entre si, o nacionalismo é a utilização do

¹⁹ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Ática, 1989. p. 54

²⁰ IDEM, *op. cit.* P. 15-6

símbolo “nação” para a realização de um projeto político, o que, segundo Hobsbawm²¹ o fundamenta. Como um discurso homogeneizador dos sentidos da nação, o nacionalismo controla os sentimentos que unem e diferenciam determinados grupos entre si.

De acordo com Hobsbawm, a desintegração do movimento revolucionário europeu em segmentos nacionais e o surgimento das classes média e inferior, as quais representavam as categorias profissionais, administrativas e intelectuais, propiciam a maior evolução dos movimentos nacionalistas conscientes depois de 1830.²² Antes dessa data, enquanto ainda não havia o “processo de desenraizamento”²³ dos povos europeus através dos fluxos migratórios, era a religião o fator determinante para o sentimento de solidariedade e de diferença entre as massas em geral. Por isso, segundo o autor, “podemos falar apenas de um movimento nacional no Ocidente, organizado de forma coerente antes de 1848, que foi genuinamente baseado nas massas, e até mesmo este movimento gozava da enorme vantagem da identificação com o mais forte portador da tradição, a Igreja”.²⁴ Deste modo, os sentimentos étnicos surgem com os movimentos migratórios entre os povos, ou seja, os deslocamentos locais e temporais do sujeito. Consolidam-se em sentimentos nacionais a partir de meados do século XIX, quando há o maior fluxo das migrações em massa no ocidente concomitante ao processo de organização política dos Estados europeus. Homi Bhabha diz que neste período de desenraizamento a linguagem metafórica da nação, através das distâncias e das diferenças culturais, sustenta o significado de casa e transpõe a comunidade imaginada

²¹ HOBBSAWM, Eric J. Etnia e Nacionalismo na Europa de Hoje. In: (Org.) BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 272

²² Hobsbawm, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel., 17ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 189-192

²³ Hobsbawm considera o *desenraizamento dos povos* o fenômeno mais importante do século XIX, o qual causou o *mal de pays* ou *mal de coeur*, doença aguda e mortal descrita clinicamente pelos médicos pela primeira vez entre os velhos mercenários suíços em terras estrangeiras. A migração e a emigração aumentaram consideravelmente a partir de 1820, alcançando maiores proporções até 1840. A Alemanha é a maior nação migratória fora das Ilhas Britânicas, acostumada a enviar emigrantes como colonos rurais para a Europa Oriental e a América. (Hobsbawm (1977), *op. cit.* p 196)

²⁴ *Ibidem.* p. 196-7

do povo-nação.²⁵ Há, dessa forma, uma transformação no modo de ver o mundo, nas relações sociais, assim como nas relações entre os sujeitos e o tempo, o lugar e a cultura. O contato com a diferença quebra paradigmas e propõe formas alternativas de lidar com o novo e também com o que já se conhece. O movimento europeu de expansão territorial e econômica em relação à América gera essas transformações. Os conflitos culturais entre europeus e crioulos, segundo Benedict Anderson, antecipam o aparecimento de uma comunidade imaginada americana, assim como prenunciam o moderno racismo. O autor defende a idéia de que não foram as forças do interesse econômico, nem do liberalismo, nem do Iluminismo o que proporcionou a construção da consciência nacional americana, mas sim as disputas de poder administrativo entre as duas comunidades.²⁶

No Brasil, a segunda metade do século XIX é marcada pelo contexto da internacionalização de capital, de pessoas e de culturas, mas também de discursos e imagens, que movimentam a construção de um modelo nacionalista atrelado ao pensamento científico ocidental, o qual fundamenta e faz a ligação entre o conceito de civilização e a noção de progresso. Idéias estas que contrastam com as que relacionam miscigenação racial à barbárie. Nesse sentido, raça e nação complementam-se enquanto forças de um mesmo processo unificador, pautado pelo apagamento das diferenças culturais e pela visão horizontal da sociedade.²⁷ Vemos aqui a diferença cultural como o elemento fundador do nacional. Devemos, portanto, entender o período de colonização da América Latina e sua violenta ruptura cultural, como um evento da globalização, através da qual culturas diversas circulam, são inscritas e traduzidas num tempo duplo, o colonial e o metropolitano. As relações locais e globais desse processo discursivo

²⁵ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p 199

²⁶ ANDERSON, *op. cit.* P. 70-6

²⁷ No segundo capítulo, abordarei com mais cuidado o contexto político, social e ideológico do Brasil no século XIX e as questões que dizem respeito à idéia de nação brasileira.

sobredeterminado de poder estão permanentemente cruzadas pela diferença.

Para pensar a diferença na representatividade da nação, Homi Bhabha nos propõe um novo olhar, o qual se volta mais para a temporalidade do que para a historicidade do evento. Com o objetivo de quebrar as associações lineares a respeito da nação, realizadas através de um tempo de causa e efeito, pensa em diferentes formas de identificação cultural que a nacionalidade comporta através de um tempo disjuntivo. Esse tempo nacional duplo e descontínuo reconhecido por Bhabha revela as identificações culturais de um grupo através de uma disputa de forças entre o presente e o passado. A dinamicidade do presente é composta e dependente dos signos articulados no passado, ou seja, a narrativa nacional constrói-se na interação entre os signos repetidos da tradição e a resignificação destes no presente. Bhabha chama estes diferentes tempos da nação, os quais serão abordados de forma mais efetiva ao longo do trabalho, de pedagógico (passado) e performático (presente).

Assim, pensar a nação enquanto metáfora e narração nos sugere um questionamento da visão homogênea e horizontal da representação nacional e da inscrição cultural, possibilitando uma visibilidade das estruturas de poder que a fundamentam, tais como as relações de gênero. É o que Mary Pratt propõe com sua “perspectiva do contato”, ou seja, um entendimento sobre os significados que produzem, reproduzem e estruturam as diferenças culturais/nacionais. Para a autora, tal ótica “tira a comunidade (e a identidade, seu corolário) do centro para examinar a maneira como os laços sociais vão se fazendo por entre linhas de diferença, de hierarquia e de pressupostos conflituosos ou não compartilhados”.²⁸

Dentro desta perspectiva, as representações nacionais estão implicitamente comprometidas com as construções das diferenças de gênero. Segundo Anne

²⁸ PRATT, Mary. *A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco*. Travessia Revista de Literatura, n. 38, jan/jun 1999. p. 12

MacClintock, as nações são sistemas de representação cultural disputados que limitam e legitimam o acesso das pessoas para os recursos do estado-nação. No entanto, as nações não garantem igualdade de acesso para estes recursos entre homens e mulheres, já que o nacionalismo está firmado em uma memória, humilhação e esperança masculinas.²⁹

A autora segue seu argumento afirmando que o nacionalismo é constituído em sua origem por um discurso gendrado e não pode ser entendido fora da teoria de poder do gênero. Enquanto a mulher representa o corpo ativo e autêntico da tradição nacional, incorporando o nacionalismo conservativo e o princípio da continuidade, o homem é agente progressivo da modernidade nacional e incorpora o nacionalismo revolucionário e o princípio da descontinuidade.³⁰ A estrutura do discurso nacional, configurada numa temporalidade dupla e cindida, afirma-se também nas relações de poder que envolvem as diferenças de gênero.

Percebemos, então, a importância das abordagens histórica e temporal para o entendimento da complexa rede de relações que atravessam e problematizam as representações nacionais. Por isso, concentremos a seguir a discussão na metodologia de leitura da nação, no sentido de reavaliar as formas de interpretação cultural.

1.2 – Leitura / escritura da nação: uma metodologia

Reservo esta seção para fazer uma abordagem metodológica a respeito do modo como estarei comprometida, ao longo deste trabalho, com a leitura e escritura da nação. A importância desta delimitação metodológica está em se pensar a nação como um conceito chave para este estudo, o qual está centrado num repertório de imagens que ajudaram a compor a idéia de nação brasileira. Proponho, assim, a leitura da nação

²⁹ McCLINTOCK, Anne. “No longer in future heaven”: Gender, race and nationalism. In: __; MUFTI, Aamir; SHOHAT, Ella (eds.) *Dangerous Liaisons: gender, nation and postcolonial perspectives*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. P. 89

³⁰ IDEM, *op. cit.* P. 92

como um texto social ambivalente, regido por séries de sentidos sobrepostas e contrastantes, fazendo-nos pensar a partir de uma lógica da diferença, de uma perspectiva pós-colonial. A nação enquanto discurso simbólico permite uma visibilidade da diferença, pois só faz sentido na temporalidade dupla (presente e passado) e na relação com o outro. Nesse sentido, a crítica pós-colonial preocupa-se com as diferentes forças no interior do texto interpretativo da nação, buscando principalmente uma revisão das estruturas de valores que estabeleceram a relação entre as metrópoles imperiais e as colônias.

Pensemos, então, o texto nacional como uma rede simbólica classificatória e repetitiva, onde os sentidos de uma comunidade interagem politicamente e tornam possível a sua existência. Pierre Bourdieu afirma que a política é o lugar onde a ação simbólica pode produzir grupos e, sobretudo, nomear estes oficialmente. O Estado é o detentor do “monopólio na nomeação oficial”, produtor de culturas nacionais.³¹ Ou seja, o poder simbólico do Estado produz instrumentos de conhecimento e de comunicação estruturados e estruturantes num tempo homogêneo, unificador e recorrente, cumprindo uma função política de imposição ou legitimação da dominação.

Assim, os signos surgem através da repetição. O remeter-se regularmente ao mesmo faz com que desapareça a origem, o que torna os signos eventos naturais, ontológicos. Essa repetição é escritura.³² Por conseguinte, a escritura de uma cultura nacional, ou seja, a sua nomeação através dos signos, é o que constrói as tradições, as imagens, as identidades nacionais. Esse sistema de significação, através de seu movimento repetitivo, converge suas forças sempre para um fechamento, para uma estabilidade, para uma fixidez, fazendo com que pensemos a identidade cultural como

³¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 6ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 146-9

³² DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz M. Nizza da Silva. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 76-7

algo de nossa natureza essencial. É o que Bhabha chama de tempo *pedagógico* da nação:

O povo consiste também em “sujeitos” de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios prodigiosos, vivos, do povo como contemporaneidade, como aquele signo do *presente* através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como um processo reprodutivo.³³

Deste modo, ler entre as fronteiras do espaço-nação, onde as diferenças culturais organizam-se, apreendendo um tempo narrativo dividido, é questionar a visão homogênea e horizontal sobre a nação. É propor uma leitura que valorize as intervenções subjetivas, políticas e ideológicas, desestabilizadoras de um sistema nacional autogerador. Nesse sentido, a leitura das imagens produzidas sobre o Brasil no século XIX, através dos relatos de viajantes, cartas ou livros publicados na Europa, deve ser feita a partir de uma revisão dos sistemas de representação implícitos em cada discurso, questionando seus tempos e suas estruturas subjetivas. Privilegiar nessas narrativas cruzamentos distintos, como as relações com as categorias de raça, gênero e classe, nos leva a um novo entendimento da narrativa oficial da colonização. É importante também para este projeto pensar na representação nacional (escritura e leitura da nação) como um local de poder cultural, onde identidades são negociadas e signos estabelecidos. Gayatri Spivak reflete sobre a escritura e a leitura, propondo uma nova metodologia de interpretação do texto social da nação.

Pensar na leitura transcendendo seus limites descritivos e interpretativos é também pensar no lugar de onde se escreve e no lugar de onde se lê. A previsibilidade de um texto (ou a leitura de um texto) está intrínseca às relações dos códigos que estruturam determinada cultura, ou sistemas simbólicos de poder cultural. Gayatri

³³ BHABHA, *op. cit.* p. 207

Spivak³⁴, preocupada com a construção das narrativas históricas, trabalha inicialmente com as noções de escritura, leitura (num sentido mais amplo) e poder cultural para desmistificar verdades que se posicionam como leituras unilaterais e não relacionais. Salientando a dupla posição da escritura e da leitura em relação à “oscilante e múltipla forma do ser”, afirma:

A escritura é uma posição em que a ausência do autor na trama é estruturalmente necessária. A leitura é uma posição em que eu (ou um grupo de “nós” com quem partilho um rótulo identificatório) faço dessa anônima trama a minha própria, encontrando nela uma garantia da minha existência enquanto eu mesma, uma de nós. Entre as duas posições, há deslocamentos e consolidações, uma disjunção para conjugar um self representativo.³⁵

Para Spivak, a leitura é um evento de confrontações e ajustamentos, o qual resulta num determinado (ou localizado) sentido ou representação. A leitura, portanto, se dá por meio de um sistema de controle (ou decodificação) que se movimenta no sentido de legitimar uma especificidade cultural. Enquanto a leitura é presença, reconhecimento e posicionamento do subjetivo e do cultural, a cultura é fonte de sentido irreversível.

Quando falamos de cultura, no entanto, trazemos à tona as estruturas de poder que a consolidam como um sistema simbólico ordenador da conduta humana. Sistema constituído pelo sentido, inaugurado pela escritura (representação), remodelado pela leitura (diferentes grupos ou nações). O que se quer afirmar é a simultaneidade desses eventos de representação e inscrição cultural. Não há como pensá-los desassociados, mas sim dependentes entre si.

Spivak estabelece essas relações via poder cultural, pensando nas implicações políticas que possibilitam a legibilidade e legitimação de determinada escritura. Analisa

³⁴ SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses (o feminismo como crítica da cultura)*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 187-205

³⁵ IDEM, *op cit.* p. 188

o valor como algo “simples e sem conteúdo” originalmente, mas “produzido pelo corpo/mente humanos”. O valor é uma forma da codificação operada nos diversos campos políticos de entendimento, sejam eles econômicos, de classe ou de gênero. São as narrativas e explicações históricas que sustentam a previsibilidade ou a codificação da nossa escrita a partir das relações de poder. Conceitua, então, poder:

O poder não é uma instituição, não é uma estrutura; tampouco é uma certa força com a qual alguém é investido; ele é o *nome que se dá* a uma complexa situação estratégica numa sociedade específica para que essa escritura possa ser lida.³⁶

Essa pesquisa preocupa-se exatamente em ler as estratégias narrativas que produziram imagens sobre o Brasil para o resto mundo. Nesse sentido, é importante a leitura intervalar proposta por Bhabha, pois permite a identificação de um tempo duplo que constitui as subjetividades nacionais. O tempo pedagógico é aquele baseado na autoridade da origem histórica, constituído no passado, aquele que significa os sujeitos enquanto continuidade. No entanto, a contemporaneidade, a produtividade ou reprodutividade da vida nacional no presente é parte do tempo performativo, aquele que reavalia os conteúdos de uma tradição cultural. Bhabha, portanto, concentra sua proposta metodológica nas potencialidades desse tempo renovador do presente, onde a ação é possível:

O “presente” enunciativo da modernidade que proponho forneceria um espaço político para a articulação e negociação dessas identidades sociais culturalmente híbridas. (...) É precisamente esses momentos transnacionais, irresolvidos, no interior do presente disjuntivo da modernidade que são então projetados em um tempo de retroversão histórica ou um lugar inassimilável exterior à história.³⁷

A importância da proposta metodológica de Bhabha para esta pesquisa está exatamente no entendimento dos diferentes tempos que compõem uma narrativa

³⁶ Ibidem, p. 188-9

³⁷ BHABHA, *op. cit.* p. 345-6

nacional, pois nos possibilita uma infinidade de relações fora do tempo “corrente” e coerente da história.

Portanto, a leitura da nação a partir da vertente pós-colonial nos possibilita pensar novas posições discursivas baseadas num tempo de “diferença”, o qual revela os movimentos transversais, transnacionais e transculturais da história. Concordo com Stuart Hall quando diz que

Essa renarração desloca a “estória” da modernidade capitalista de seu centramento europeu para suas periferias dispersas em todo o globo (...) o pós-colonial provoca uma interrupção crítica na grande narrativa historiográfica.³⁸

Valorizo, assim, as experiências históricas da interculturalidade entre Brasil e Alemanha no século XIX para realizar uma leitura cultural de algumas narrativas que partem do espaço ambivalente da imigração. Priorizando uma postura teórica pós-colonial, a qual abarca uma noção de identidade discursiva e não estrutural, procuro neste projeto identificar campos de relações que produziram significados para as duas realidades. Nesse sentido, entendo minha pesquisa como um pequeno recorte de uma possibilidade maior de cruzamentos entre as duas histórias (Brasil e Alemanha).

Na próxima seção, procuro entender a nação não apenas como uma entidade política, mas também como um sistema de representação cultural que produz sentidos. Desta forma devemos perceber as negociações de significados no interior do discurso nacional e de que forma este produz identidades. Para isso, serão articuladas noções como identidade nacional, representação, tradição e memória coletiva.

1.3 – Nação e identidade nacional

³⁸ HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial. In: _ Liv Sovik (org.) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardiã Resende...et all. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. p. 113

As culturas nacionais não devem ser pensadas como sistemas unificados, mas como sistemas constituídos por divisões profundas calcadas em diferenças, sejam elas, étnicas, sociais ou culturais. A representação da cultura nacional dá-se por um sistema simbólico significante, o qual podemos chamar de processo cultural, capaz de estabelecer identidades a partir de relações de poder. O simbólico e as relações inconscientes são de grande importância para o processo de formação da subjetividade, quando o papel do outro está sempre presente. Assim, a identidade cultural é o resultado de uma “costura” das diferenças através de formas diversas de poder cultural. Esse poder cultural está, assim, ligado à identidade e à diferença através da representação.

Stuart Hall aborda as transformações que o conceito de *identidade cultural* vem sofrendo de acordo com as mudanças estruturais da sociedade, principalmente com o processo de globalização, salientando o afrouxamento dos laços imaginários que ligam o sujeito a determinado território e cultura nacional ao longo da história. Apesar da força narrativa da nação, através do poder cultural, fica cada vez mais difícil pensar a nação como um sistema de representação homogêneo, produtor de identidades unificadas.

A narrativa da nação enunciada nas literaturas, nas histórias nacionais constrói imagens recorrentes de uma tradição, possibilitando a formação de uma identidade nacional marcada pelos mitos de origem. Edward Said aborda essa invenção de uma tradição nacional, salientando a elaboração das imagens puras através do esquecimento de elementos culturais indesejáveis. A partir dos estudos de Eric Hobsbawm e Martin Bernal, mostra como as imagens da civilização grega, ao longo do século XIX, foram remodeladas como berço da cultura ariana, apagando seu passado híbrido de raízes semitas e africanas. Igualmente aconteceu com as imagens da autoridade européia, e

também com os povos colonizados, os quais tiveram seus passados remodelados através de rituais, cerimônias e tradições inventadas.³⁹ Said enfatiza, dessa forma, “o poder de mobilização das imagens e tradições apresentadas e seu caráter fictício ou, pelo menos, fantasiosamente tingido de cores românticas”⁴⁰.

Assim, percebemos que a tradição age como estratégia de unificação entre um passado historicizado (seletivo), às vezes mítico, e um presente ativo para a construção de uma identidade nacional. Ou podemos pensar também nos tempos pedagógico e performativo propostos por Bhabha. A tradição exerce suas forças a favor de uma hegemonia cultural⁴¹, fundamentando a identificação entre os membros de uma nação. Raymond Williams critica o pensamento cultural marxista que entende a tradição como uma superestrutura, um segmento inerte ligado somente ao passado. Ao contrário disso, define tradição como uma força ativa e modeladora do presente, salientando sua ação radicalmente seletiva. A tradição não deixa de ser um processo de seleção daquelas práticas e significados que se quer conservar a favor de um interesse de dominação de determinada classe. Nas palavras de Raymond Williams:

O que temos, então, a dizer sobre qualquer tradição é que nesse sentido ela é um aspecto da organização social e cultural *contemporânea*, no interesse do domínio de uma classe específica. É uma versão do passado que se deve ligar ao presente e ratificá-lo. O que ela oferece na prática é um senso de *continuidade predisposta*.⁴² (grifos do autor)

Portanto, a identidade nacional é dependente desse sistema unificador das representações culturais, o qual é negociado no interior das culturas através das

³⁹ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 46-7

⁴⁰ IDEM, *op. cit.* P. 48

⁴¹ Raymond Williams define hegemonia cultural como “um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo”. Para ele, hegemonia ultrapassa tanto o conceito de cultura (todo um processo social) quanto o de ideologia (sistema de idéias de uma classe, uma visão de mundo) exatamente no reconhecimento da totalidade de ambos processos. No conceito de hegemonia as relações de domínio e subordinação se fazem presentes. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahir, 1979. p. 111-123

⁴² IDEM, *op. cit.* p. 119

tradições. Porém, é a leitura nas entre-linhas desse sistema cultural determinante, o qual define nossas identidades, o propósito desse trabalho. Penso, especificamente, nas imagens que construíram uma idéia de Brasil e que foram projetadas de fora para dentro. A difusão transatlântica de um mundo não europeu, a partir de perspectivas européias, consolida a reinvenção da América para o resto do mundo e, mais tarde, para a própria América. Guardando as devidas proporções, minha tese vai exatamente ao encontro da de Edward Said em *Cultura e Imperialismo*:

Minha tese básica a de que as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo; elas também se tornam o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles.⁴³

Procuro, no entanto, afirmar essa tese a partir de cartas, memórias e publicações sobre o Brasil no contexto da imigração alemã para Santa Catarina no século XIX. Nesse caso, as doutrinas raciais que pregavam a inerente inferioridade dos índios, dos mestiços, dos descendentes de escravos e dos próprios ex-escravos em relação à superioridade de imigrantes brancos sustentavam o pensamento social brasileiro no início da República, período em que as elites reivindicam uma afirmação política da identidade da nação. A busca por uma identidade nacional concisa e coesa, projetada para um futuro promissor do Estado-nação brasileiro, baseava-se num pensamento científico que explica o comportamento social através de modelos deterministas raciais. Um imaginário calcado em valores de poder e submissão a partir de uma idéia universal sobre hierarquia de raças.

A necessidade de afirmação de uma identidade brasileira vincula-se a uma idéia de preservação e pertencimento. Através da representação de significados de uma nação, a identidade nacional sustenta o sentimento de comunidade, de uma memória

⁴³ SAID, *op. cit.* p. 13

coletiva. John R. Gills⁴⁴ trabalha com memória e identidade como fenômenos subjetivos, fluídos e dependentes entre si. Como construções ou representações da realidade, são fenômenos políticos e sociais altamente seletivos determinados pelas relações de classe, gênero e poder. A identidade está ligada à memória através das formas de comemoração, ou seja, formas de lembrar. A idéia de nação está associada à história das memórias, como descreve Gills:

Somente a aristocracia, a igreja e o estado monárquico tinham necessidade de uma memória institucionalizada. Arquivos, genealogias, retratos de família e biografias eram exatamente raras fora das elites; e não havia vasta burocracia da memória como há hoje. (...) Se o tempo da elite marchava mais ou menos de uma forma linear, o tempo popular dançava, saltava. O tempo da elite colonizou e ajudou a construir as fronteiras dos territórios que nós viemos a chamar nações.⁴⁵

Nação, identidade nacional e memória coletiva⁴⁶ são conceitos atrelados entre si, já que comportam processos simbólicos coletivos determinados por relações de poder. Pierre Bourdieu define o poder simbólico como um poder de construção da realidade, o qual dá um sentido imediato ao mundo social.⁴⁷ Lembrar ou esquecer em conjunto são estratégias de poder a favor de um sentimento de socialização de uma comunidade. Assim, a identidade nacional é formada pela identificação com a cultura nacional (memória coletiva) e pelo desejo de participar do Estado-nação (comunidade compartilhada). Ou como bem definem Sarah Radcliffe e Sallie Westwood, a identidade nacional pode significar diferentes coisas para diferentes pessoas, mas sempre dentro de uma nação. As autoras vêem a identidade nacional como uma categoria mais ampla e multi-dimensional do nacionalismo, podendo existir com os sujeitos (coletivamente ou individualmente) sem a existência de um processo de mobilização acerca de uma meta

⁴⁴ GILLIS, John. *Introduction: Memory and Identity: the History of a Relationship*. IN: GILLIS, John R. (ed.). *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

⁴⁵ IDEM, *op. cit.* p. 4

⁴⁶ No capítulo quatro retomarei questões a respeito da “memória coletiva”, dirigindo, porém, o foco para um processo subjetivo (numa análise de correspondências de imigrantes alemães) que se estrutura e se explica num movimento coletivo de significação.

⁴⁷ BOURDEIU, *op. cit.* p. 9

específica. Porém, pode significar, também, um senso de comunidade política que reforça um sentimento de pertencimento para um território limitado.⁴⁸ Assim, para se pensar no sentido simbólico que as identidades nacionais acionam enquanto processo de construção social devemos pensar também que estas são definidas e determinadas pelo poder de representação de uma cultura.

Deste modo, a identidade e a diferença dependem totalmente da representação, como única forma de adquirir sentido. A linguagem, fornecedora de elementos culturais e de representações, como afirma Hall, “é uma prática significativa”,⁴⁹ onde o sentido é produzido e constantemente renovado. A representação é o sistema pelo qual o sentido de uma cultura é articulado. O sentido, neste caso, é o elemento responsável pela concepção de uma identidade cultural e por uma idéia de pertencimento. A representação está totalmente ligada à identidade e ao conhecimento, como explica Stuart Hall:

Essa é a dificuldade para saber o que é “ser inglês”, ou realmente francês, alemão, sul-africano ou japonês, significar o exterior de todas as maneiras pelas quais nossas idéias e imagens da identidade nacional ou das culturas nacionais são representadas. Sem esses sistemas de significação nós não podemos conceber semelhantes identidades e, conseqüentemente, não podemos construir ou sustentar essa usual existência-mundo a qual nós chamamos cultura.⁵⁰

Assim sendo, as identidades nacionais articulam-se dentro da cultura nacional através dos modos de representação, os quais estão vinculados às formas discursivas que produzem significados sobre a posição de sujeito, sua condição social, sua identidade.

Bourdieu, nos faz pensar que as relações de comunicação são sempre relações de poder dependentes do poder simbólico acumulado pelas instituições. Os sistemas

⁴⁸ RADCLIFFE, Sarah and WESTWOOD, Sallie. *Remaking the nation: place, identity and politics in Latin America*. New York: Routledge, 1996. p. 15-6

⁴⁹ HALL, STUART. *Culture, media and identities: Representation (cultural representations and signifying practices)*. London: Sage, 2000. p. 5

⁵⁰ IDEM, *op. cit.* . p. 5

simbólicos estruturam e são estruturados pela comunicação e pelo conhecimento, através dos quais exerce sua função política de imposição e legitimação da dominação, o que o autor chama de *violência simbólica*.⁵¹ O processo simbólico e discursivo da representação dá suporte à diferença como categoria que define essas relações de forças dentro da cultura nacional. Por isso, devemos sempre pensar as identidades nacionais como entidades fluídas que se processam por uma relação de diferença. Suas unidades se constroem no interior do jogo de poder e da exclusão, quando a relação com outro é fundamental (somos aquilo que não somos). Por isso, a identidade nacional é relacional, marcada pela indeterminação e pela instabilidade, só existe dentro da linguagem que a significa.

É nesse sentido que retomo aqui a importância da abordagem pós-colonial, proposta por Bhabha, Spivak e Hall, para uma leitura cultural inovadora, a qual prioriza as relações internas a partir de temporalidades diversas. As discussões teóricas sobre a nação abordadas até aqui por esses autores tornam-se também relevantes para se pensar as questões referentes à identidade nacional e à representação. Pois o signo, articulado pela representação e indispensável para a identidade, emerge da diferença cultural produzida na temporalidade ambivalente (tempos pedagógico e performático) do discurso nacional.

A fragilidade desses sistemas de representações que definem identidades está nas diversas conexões possíveis, ou desrupções, as quais possibilitam uma variedade de incorporações alternativas resistentes aos projetos centralizadores. Ou seja, as identidades nacionais não são comunidades essencializadas e naturais, mas sim mecanismos sociais e simbólicos em permanente deslocamento. É exatamente nesse tempo e espaço intermediários onde há o encontro com a diferença, onde há o deslocamento do sentido e a produção da identidade.

⁵¹ BOURDIEU, *op. cit.* p. 11

Fundamentando-se numa perspectiva pós-colonial, esse trabalho pretende rever as pedagogias nacionalistas que estabeleceram a relação entre a “metrópole” e a “periferia”, partindo principalmente das relações articuladas a partir do evento migratório alemão para o Vale do Itajaí. Valorizando o critério da ambivalência cultural, procuro entender como o discurso e as imagens projetadas pelo olhar predeterminado do europeu produziram a idéia fundadora do Brasil enquanto nação.

Na próxima seção, o discurso nacional será articulado em suas relações com a raça e com a cultura a partir de uma percepção da diferença.

1.4 – Nação, raça e diferença

Na América Latina, o desenvolvimento da nação e a construção das identidades nacionais no período moderno foi um momento fundamental, pois identidades indígenas e européias foram profundamente transformadas durante quinhentos anos de mudanças políticas, culturais e sociais.⁵² Dois estudos abordam o fluxo cultural entre América e Europa a partir de 1492, revelando uma posição contrapontística de relações de influências transculturais. Mary Louise Pratt, em seu cuidadoso estudo sobre as representações européias do mundo não europeu na literatura de viagem, discute, a partir dos escritos americanos de Humboldt, a literatura “romântica” na Europa como uma entidade que não se define a partir de seu próprio centro para se projetar sobre o resto do mundo, mas propõe uma perspectiva contraposta: o Romantismo europeu recebeu, e não apenas exerceu, influências das zonas de contato, principalmente, das Américas que estavam se libertando da Europa. “O Romantismo consiste, entre outras

⁵² RADCLIFFE e WESTWOOD, *op. cit.* p. 1

coisas, de mudanças nas relações entre a Europa e outras partes do mundo.”⁵³ Assim como Pratt sustenta o descentramento do Romantismo europeu, Benedict Anderson faz o mesmo em relação ao modelo da moderna nação-estado, refletindo sobre seu aparecimento em grande parte nas Américas. Sua discussão abrange principalmente os conflitos entre peninsulares e crioulos que geraram as formas nacionais plurais concebidas pelas resistências antimetropolitanas na América em fins do século XVIII.⁵⁴ Do contato com o novo, estabelecido a partir desses encontros culturais, emergem novos significados, desestabilizadores de sistemas simbólicos, estruturados pela comunicação, dominantes e dominados pelo conhecimento.

Assim, esse processo de internacionalização/transnacionalização/globalização⁵⁵ provoca o deslocamento de grandes massas populacionais, gerando a circulação de capital, de cultura, de imaginários nacionais que em contato com a diferença afirmam um novo tempo e um novo espaço.

No Brasil, a emergência de uma (re)construção da identidade nacional está associada ao projeto nacionalista republicano, o qual visa implantar um sentimento nacional. O debate intelectual brasileiro no século XIX centra-se na formação de uma nação e de uma identidade nacional coerentes, que se remetem a uma idéia de unidade e permanência. A busca desse sentimento comum, da representação de um tipo nacional, de uma certeza histórica, está atrelada ao pensamento científico vigente principalmente

⁵³ PRATT (1999), *op. cit.*, p. 238. A partir de uma perspectiva relacional que desloca o Romantismo do centro europeu para as margens americanas, Mary Pratt tenta afirmar novas dimensões transculturais. Propõe, então, que se repense o Romantismo e seus projetos de liberdade, individualidade e liberalismo como forças emanentes tanto da Europa quanto da periferia colonial.

⁵⁴ ANDERSON, *op. cit.*, p. 57-76

⁵⁵ Nestor Garcia Canclini situa a globalização na segunda metade do século XX definindo as fases anteriores, a internacionalização e a transnacionalização, como processos preparatórios para o evento. A *internacionalização* é provocada pelas navegações transatlânticas, pela abertura comercial da Europa para o Oriente e a América Latina e finalmente a colonização. Nesse momento, as informações que circulavam ainda estavam restringidas às sociedades e etnias bem delimitadas. A *transnacionalização* constitui-se de um processo derivado da internacionalização da economia e da cultura, mas gera a partir da metade do século XX organismos cuja sede não se encontra exclusivamente numa nação, apesar de ainda preservar marcas das nações originárias. Na *globalização* a rede de interdependência entre as fronteiras nacionais é mais complexa e opera em escala mundial. CANCLINI, Nestor Garcia. *A Globalização imaginada*. Trad. Sérgio Molina, São Paulo: Ed. Iluminuras Ltda, 2003. p. 41-2

na segunda metade do século XIX, o qual transformou a raça num conceito central para as ciências sociais. Partindo do pressuposto de que a cultura é biologicamente determinada, o racismo passa a classificar a humanidade em tipos naturais, determinando ideologias para fins políticos. A identificação das nações fundamentada na idéia de raça constituiu, ao final do século XIX, o nacionalismo cultural.

Maria Lúcia Montes discute muito bem a problemática da identidade pensada a partir da raça e da cultura. A primeira conexão, raça e identidade, diz respeito à percepção da diferença a partir dos limites dados por um *continuum* da natureza. Nessa concepção, a raça é o que garante a unidade e a diversidade de cada grupo social, sendo a ele atribuído determinado potencial de desenvolvimento da sua humanidade. A segunda conexão, cultura e identidade, é defendida, principalmente, por Lévis-Strauss na tentativa de desconstruir uma visão racista e evolucionista, calcada nos valores de superioridade e inferioridade, e abarcar as caracterizações culturais para explicar a diferença. É uma perspectiva que associa uma totalidade das culturas e passa a ser considerada como identidade étnica, priorizando formas culturais, costumes, valores, etc. Maria Lúcia Montes problematiza as duas percepções da diferença, a identidade racial e a identidade étnica, qualificando-as dentro do que denomina uma “visão reificadora”, pois ambas têm como suporte um modo fixo de articulação, um núcleo identitário, seja ele a partir da raça ou da cultura.⁵⁶

A percepção da diferença, no entanto, segue um longo caminho de três séculos de discussões (XVI e XVII) para se naturalizar de fato no século XIX. Partindo do estudo de Lília Schwarcz, os discursos dos viajantes, missionários e conquistadores do século XVI inauguram essa percepção através de um duplo olhar: natureza paradisíaca e humanidade imperfeita. Práticas como a nudez, a poligamia e o canibalismo levam a

⁵⁶ MONTES, Maria Lúcia. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, Lília Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva. *Raça e diversidade*, SP: EDUSP: Estação Ciência, 1996 p. 53-56

construção de um imaginário encoberto pelo temor, baseado na idéia de um povo sem alma. Ainda o século XVII é marcado por um contexto de debates acirrados a respeito da diferença ou da igualdade entre os homens, assim como por experiências que buscam entender os limites entre a humanidade e a animalidade.

O início do século XVIII e o legado iluminista da Revolução Francesa, *igualdade, liberdade e fraternidade*, trazem uma visão fundamental para a percepção da diferença, projetando um encerramento para essa discussão a partir da afirmativa que iguala todos os homens. Nesse século, cruza-se uma gama de teorias a respeito do Novo Mundo, e entre o “Bom Selvagem” de Rousseau, a “natureza imatura” de Buffon e o “território degenerado” de Pauw, o continente americano é interpretado, pela primeira vez, a partir de uma idéia de inferioridade.⁵⁷ O século XVIII não traz novas teorias e as discussões ainda giram em torno de idéias contraditórias a respeito da diferença.

É, portanto, o século XIX que nega o princípio de igualdade entre os homens e naturaliza a idéia de um mundo repartido, criado pelo imperialismo, afirmado pela diferença. A burguesia ocidental eleva seu poder em relação à tecnologia e a ciência. A primeira está diretamente ligada às idéias de civilização e progresso, enquanto o desenvolvimento científico, determinista e positivo, classifica seres humanos e animais de forma totalitária. A questão da origem humana é discutida a partir de duas vertentes: monogenismo (uma única origem) e poligenismo (diversas origens). Mas é a teoria evolucionista de Darwin (*A origem das espécies*, 1858) o grande marco paradigmático da época. A idéia de evolução social, baseada em noções como “seleção do mais forte”, “hereditariedade” e “competição”, passa a influenciar amplamente o desenvolvimento das ciências sociais. O importante é frisar que a humanidade começa a ser compreendida a partir de uma cisão, onde a selvageria, a barbárie e a civilização são

⁵⁷ No terceiro capítulo, dedicarei uma seção para a abordagem das teses científicas que discutiram e interpretaram o Novo Mundo ao longo do século XVIII.

diferentes etapas de uma única evolução. Na pirâmide social, a sociedade europeia ocidental ocupa o topo, enquanto os índios Botocudos Brasileiros a base.⁵⁸

Enfim, esse panorama histórico sobre o desenvolvimento da diferença é válido para que se possa compreender, ao longo desse trabalho, o mecanismo ideológico implícito nos textos que inauguram um olhar científico para o continente sul americano, participando diretamente da construção do imaginário social dessa região. Ou seja, o comportamento social é explicado através de modelos deterministas raciais.

Não podemos deixar de articular aqui essas questões com a problemática do gênero. A idéia de progresso e o conceito de civilização são noções centrais no contexto de formação do estado-nação moderno. Um progresso que, como bem salientou Lilia Schwarcz, “caminha numa direção só, ou seja, rumo à Europa Ocidental, à monogamia, ao industrialismo, à tecnologia”.⁵⁹ Portanto, a mistura racial passa a representar um perigo às nações europeias, o qual atravessa inevitavelmente os corpos femininos. Como reprodutoras biológicas dos membros da coletividade nacional, as mulheres podem figurar tanto a canalização que transporta a contaminação do corpo nacional, quanto a armadura que assegura a manutenção do limite racial.

O desenvolvimento do estado-nação a partir do processo de cidadania, o qual define as relações entre o indivíduo e os recursos do estado, é instável sob o ponto de vista feminino. Depois da Revolução Francesa, a mulher foi incorporada no estado-nação europeu não diretamente como cidadã, mas indiretamente através do homem como membro dependente da família. A França napoleônica decretou o primeiro estatuto moderno dizendo que a nacionalidade da mulher deve seguir a do seu esposo. Assim, a relação política e social da mulher com o moderno estado-nação é mediada pelo homem através do casamento.

⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: *Raça e diversidade*, SP: EDUSP: Estação ciência, 1996. p. 148-68

⁵⁹ IDEM, *op. cit.* p. 163

No decorrer do século XIX a metáfora da família particular, onde há a subordinação da mulher ao homem e da criança para ao adulto, é projetada para a imagem da “família nacional”, naturalizando esta forma de hierarquia social. Como uma sombra do nacionalismo, a imagem da família doméstica estrutura a família nacional, o que torna a diferença social uma categoria natural. Neste caso, a colônia é entendida como a família das crianças negras governadas pelo pai branco.⁶⁰

Assim, a divisão do mundo novo em Estados-nação, após a Revolução Francesa em 1789 e seu efetivo estabelecimento no decorrer do século XIX, cruza-se com o desenvolvimento das teorias raciais, as quais dividem a humanidade a partir das suas diferenças biológicas. A fim de explicar e classificar as diferenças culturais, as preocupações a respeito da “origem das raças” determinam a idéia de evolução e civilização. Portanto, a questão da raça encontra-se subjacente ao desenvolvimento dos Estados-nações transnacionais, os quais reivindicavam o direito de controlar sua própria população e excluir todas as outras.

Nina Glick Schiller e Geoges Fouron, defendem a idéia de que as identidades nacionais são, na verdade, identidades raciais, pois se constituem a partir dos laços de sangue e da concepção biológica de cada povo. Eles afirmam:

A identidade nacional é um conceito marcado pela raça no sentido em que se considera que as diferenças humanas têm por base uma variação biológica que se manifesta em aspectos físicos diferentes. De acordo com esta concepção as pessoas que estão em posição de provar que descendem da população original de um Estado-nação continuam a ter direitos e responsabilidades em relação ao governo da sua terra ancestral. Isto é, os estados exportadores de emigrantes definem a nacionalidade pela linha da descendência e não pela partilha de uma língua, de uma história política, de uma cultura ou de um território.⁶¹

Para o sustento dessa argumentação, os autores buscam através da história o

⁶⁰ MAcCLINTOCK, *op. cit.* p. 91

⁶¹ SCHILLER, Nina Glick. Laços de sangue: os fundamentos raciais do estado-nação transnacional. In: *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000. p. 42

encontro entre os conceitos de nação e de raça. O processo de transformação desses conceitos ocorrem a partir do século XVII com a tentativa de modificar os fundamentos políticos vigentes baseados nos privilégios monárquicos e nos direitos divinos. Entre os séculos XVIII e XIX o argumento da “soberania natural da nação” é utilizado pelas classes que disputavam o poder do Estado. A nação, nesse tempo, era concebida pela cor branca, de acordo com a conjuntura política, econômica e social que envolvia a expansão européia, o desenvolvimento capitalista e os sistemas de colonização, nos quais africanos e índios foram escravizados. Assim, a palavra raça, que até então se referia apenas ao grupo de animais, passa a designar as diferenças humanas baseadas na linha de descendência, associando-se, primeiramente, ao conceito de cor negra a partir de uma idéia negativa em relação aos aspectos físicos e mentais.

A construção do Estado-nação durante o Século XIX buscou a formação de uma memória coletiva, e para isso “os mitos sobre a essência dos povos foram fundamentais”,⁶² pois declaravam a lealdade de um povo para com seu Estado, valorizando o território, as origens e os destinos comuns da nação. O conceito de comunidade de sangue toma importância no contexto imperialista no final do século XIX no sentido de unir aqueles de “sangue superior” dentro de uma sociedade organizada, opondo-se às “raças inferiores”. É o momento de expansão européia e americana através do capital e não mais através de colonos, reforçando a construção das unidades raciais, já que os europeus eram classificados como brancos e superiores em valor, poder e civilização. Os autores acreditam que o discurso da cor branca “torna-se o princípio fundador das narrativas da nação como raça”.

Kwame A. Appiah também discute as afinidades entre os conceitos de raça e nação. Para ele, não existem raças, mas formas de nacionalismo calcadas nas tradições comuns entre os povos. Os traços morfológicos, como a cor da pele e o tipo de cabelo,

⁶² IDEM, *op. cit.* p. 46

estão, na verdade, sempre relacionados com “diferenças sutis de temperamento, crença e intenção - ela [a raça] atua como uma espécie de metáfora da cultura.”⁶³ Parte do artigo “A preservação das raças” de Du Bois para transcender a concepção científica de raça, apoiada nas diferenças biológicas, e trabalhar com uma noção sócio-histórica. Desconstrói, no entanto, esse conceito, o qual defende a idéia de ascendência e história comuns, para compreender a raça como um critério aleatório de classificação. Enfim, Appiah afirma:

A verdade é que não existem raças: não há nada no mundo capaz de fazer tudo aquilo que pedimos que a raça faça por nós. (...) O mal que se faz é feito pelo conceito, e por suposições simplistas – mas impossíveis – a respeito de sua aplicação.⁶⁴

Nesse sentido, ambos argumentos articulam a raça como mais uma ordem de ligação entre os membros de uma comunidade, a qual tem, na verdade, seus fundamentos calcados nas diferenças culturais.

Homi Bhabha aborda a questão da raça e da diferença cultural como um meio de entender o discurso da modernidade. O autor pensa a modernidade a partir de dois tempos, o pedagógico e o performático, o que chama de entre-tempo nacional. Portanto, trabalha o discurso da raça como signo cultural produtor de uma temporalidade histórica de sobreposição, que se afirma num entre-tempo, que não é nem o passado nem o presente, mas um tempo ativo, de repetição e reinscrição. Bhabha afirma que a idéia de raça forneceu à modernidade uma justificativa para a hierarquia cultural, trazendo à tona as narrativas do progresso.⁶⁵ Pensando o racismo colonial como uma repetição das antigas concepções aristocráticas de privilégio e poder, Bhabha localiza nesse entre-tempo da raça o signo da diferença cultural. Portanto, é o seu modo de repetição, *uma retroversão histórica*, o que torna a raça um signo da modernidade.

⁶³ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.p. 75

⁶⁴ IDÉM, *op. cit.* p. 75

⁶⁵ BHABHA, *op. cit.* p. 340

Paul Gilroy também aborda as questões relativas à raça e racismo a partir de um debate em torno da modernidade.⁶⁶ Propõe uma revisão do discurso intelectual ocidental sobre a modernidade através de uma nova relação entre margem e centro. Para o autor, falta um olhar mais atento para as narrativas e interrupções que provêm dos povos subordinados, colonizados e escravizados, pois estas relações também influenciaram os processos de formação da modernidade e pós-modernidade. Requer, portanto, “uma reflexão sobre a relação caracteristicamente moderna entre senhor e escravo”. Defende a idéia de que a configuração da cultura moderna não se molda apenas pelo aparecimento da sociedade civil, do estado moderno e do capitalismo industrial, mas pelos contradiscursos que surgiram dos encontros brutais entre europeus e os povos que colonizaram e escravizaram. Reivindica, desta forma, que as histórias de subordinação tenham um lugar legítimo na história moral do ocidente como um todo, pois não são eventos únicos e discretos de uma minoria, mas sim determinantes forças modernizadoras.

O argumento de Paul Gilroy a respeito da raça encontra-se com o de Homi Bhabha na medida em que ambos autores consideram as manifestações de opressão racial, tais como as práticas artísticas dos escravos, como posições únicas e descentradas. Ao mesmo tempo em que emergem das condições tipicamente modernas, essas manifestações são fundamentadas fora deste lugar.

Esses gestos articulam uma memória da história da pré-escravidão que pode, por sua vez, operar como mecanismo para destilar e focalizar o contrapoder daqueles mantidos em servidão e seus descendentes. Essa prática artística, portanto, está inevitavelmente tanto dentro quanto fora da proteção duvidosa da modernidade.⁶⁷

Vemos aqui o entre-tempo da raça como signo cultural trabalhado por Bhabha. Para ele, a modernidade estrutura-se a partir dessa temporalidade ambivalente que

⁶⁶ GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira, Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

⁶⁷ IDEM, *op. cit.* p. 130

explica a humanidade através de suas diferenciações (gênero, raça, classe). Esse movimento de dupla inscrição, o qual “reinscreve as lições do passado na própria textualidade do presente”⁶⁸, produzindo um espaço da diferença, é o que define a raça como evento da modernidade.

Vemos, então, a diferença como potência de forças reformuladoras de ordens “aparentemente” estagnadas. A diferença aqui pode ser lida como uma experiência de passagem que permite ação e reação, regressão e repetição, ou seja, permite o surgimento de um novo signo.

Portanto, nação, raça, gênero e diferença cultural são noções atreladas entre si e que nos auxiliam (re)pensar a identidade nacional brasileira. Articular estes elementos teoricamente, valorizando a contradição ao invés do apagamento da diferença, ou seja transcendendo o pensamento binário e a lógica essencialista, é utilizar a teoria como meio de traduzir ou negociar objetos culturais. Assim, para pensarmos a representação da brasilidade e as estratégias narrativas que respondem em nome da nação, devemos reler, rearticular os campos simbólicos que sustentam as imagens nacionais.

As imagens projetadas através nas cartas e memórias de imigrantes alemães, assim como em publicações a respeito do Brasil na Alemanha no século XIX, participam do processo de representação de uma narrativa que legitima significados e afirma identidades. Nesse caso, podemos pensar no discurso colonial, o qual produz representações do colonizado a partir de uma totalidade, de um essencialismo sincrônico. A representação da diferença no discurso colonial é algo que parte de um modo fixo e oposto de pensamento, exercendo uma ideologia discriminatória e limitada.

Desse modo, desloco a produção de sentido, os mecanismos de construção de uma identidade nacional para valorizar as representações culturais negociadas em um tempo e um espaço da diferença, onde novas articulações das estruturas de poder são

⁶⁸ BHABHA, *op. cit.* p. 341

possíveis. Esse novo lugar de enunciação marcado pela diferença, o que Homi Bhabha chama de Terceiro Espaço, é um modo de crítica e teoria que questiona as representações culturais naturalizadas, relendo a produção de sentido, a construção da identidade, através de articulações culturais híbridas e abertas. Portanto, a partir dos textos que inauguram esse olhar de diferença, um olhar estrangeiro sobre os espaços físicos e simbólicos do Brasil, tento identificar um novo *locus* de enunciação para a identidade nacional brasileira.

Nesse sentido, no próximo capítulo procuro contextualizar histórica e ideologicamente o tempo e o espaço por onde transitaram as imagens que representaram e significaram o Brasil enquanto nação.

CAPÍTULO II

BRASIL NACIONAL

Neste momento procuro mapear o contexto histórico e ideológico que possibilitou a idéia de nação brasileira. Para isso, parto do violento processo colonial até chegar ao longo período de emancipação, configurando o Brasil enquanto tempo e espaço diaspóricos.

2.1 Descobrimto do Brasil- O processo de civilização

Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, discute o processo pelo qual a cultura e a sociedade brasileiras apresentam-se hoje como “variantes da versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos”.⁶⁹

⁶⁹RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro; a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 17-8

Para reconstituir o processo que formatou o povo brasileiro, através dos enfrentamentos entre índios, europeus e escravos negros vindos da África, temos apenas a versão do dominador. É através dessa voz e desse olhar civilizador que tentamos compreender e interpretar o violento processo de aculturações.

Os encontros, ou desencontros culturais, proporcionados pela introdução do europeu no mundo dos povos indígenas, que habitavam toda costa Atlântica e o Amazonas, geram uma transfiguração étnico-cultural, marcada efetivamente pela violência em planos diversos. A **violência biológica**, através das doenças trazidas pelos corpos brancos e mortais aos índios imunes; a **violência ecológica**, pela disputa do território e das riquezas. As **violências econômica e social** que se estabelecem pela escravização do índio e a constituição de um novo mercado europeu baseado nos exóticos produtos americanos.⁷⁰

Darcy Ribeiro afirma que o Tupi era a principal raiz de descendência das tribos indígenas aqui encontradas pelos europeus e que compunham uma população de 1 milhão de habitantes, igualando-se, na época, à de Portugal. Alguns povos Tupi desenvolveram a agricultura e garantiam uma farta sobrevivência alimentar o ano todo.

Os diversos núcleos tupi viviam permanentemente em guerra, pois disputavam as melhores áreas para a lavoura, pesca e caça, mas também porque sustentavam uma “animosidade culturalmente condicionada”, quando praticavam a antropofagia ritual com prisioneiros de povos rivais. Portanto, através da unidade lingüística cultural podem ser agrupados numa só macroetnia, mas nunca se unificaram politicamente, mesmo no conflituoso processo de eliminação do inimigo branco. Poucas vezes confederizaram-se, aliciados pelos europeus para lutarem por uma causa que não lhes fazia sentido, mas significava muito para o projeto de colonização.⁷¹

⁷⁰ IDEM, *op. cit.* p. 27

⁷¹ Organizada pelos franceses, a Confederação dos Tamboios que reuniu durante 4 anos (1563 à 1567) os povos Tupinambá (RJ), Carijó (planalto de SP), Goitacá e Aimoré (serra do mar de SP), foi uma das raras

Um processo civilizatório se impõe sobre o Brasil com a cultura urbana e classista dos portugueses em contraste com as organizações indígenas em tribos autônomas e não estratificadas. O mercantilismo e, sobretudo, a Igreja eram eventos de legitimidade do expansionismo ocidental. Em nome de Deus, o Vaticano regulamentava grandes ações colonizadoras, a fim de unir todos os homens em uma só comunidade cristã. No entanto, é a vontade civilizatória, disponibilizada pelas novas tecnologias de comunicação, que despende a grande energia expansionista européia.

As primeiras impressões de Pero Vaz de Caminha sobre as terras brasileiras revelam a orientação mercantilista e religiosa que legitimavam a expansão marítima. O Brasil, neste primeiro olhar, demonstrava poucas perspectivas de lucros:

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos que nos parecia muito longa. Nela até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro, nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados (...) As águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-à nela tudo, por bem das águas que tem. Porém, o melhor fruto, que dela se pode tirar, me parece que será salvar essa gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar (...) ⁷²

O confronto entre mundos diferentes compõe um novo corpo de saber gerado pelo medo, pelo deslumbramento, pela destruição e, sobretudo, pela dominação. Um corpo redefinido pela supressão e pela mistura, num grande esforço europeu e cristão de civilização. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

Dois tipos de domínios configuram essa nova vida e tornam-se incompatíveis: A missão salvacionista da Igreja que deseja recriar o humano nesse território apocalíptico, onde seria possível o recomeçar e o projeto colonial que pretende gerar mais força de trabalho humana, onde seria possível o prosperar. Os colonos acabam por vencer os jesuítas e o império mercantil impõe-se sobre o católico. Mesmo assim, a religião católica foi

e temporárias organizações indígenas. Lutaram contra os portugueses e outros povos indígenas que os apoiavam. A agressividade mútua entre as tribos era explorada pelos europeus. (RIBEIRO, *op. cit.* p. 29-30)

⁷² CAMINHA, Pero Vaz. Carta a el-rei D. Manuel (1º de maio de 1500). In: INÁCIO, Inês e LUCA, Tânia Regina. *Documentos do Brasil Colônia*. São Paulo: Ática, 1993. p. 38

uma grande força social da colonização portuguesa cuja preocupação com o inimigo herege era maior do que com a pureza da raça. Segundo Gilberto Freire, esta solidariedade cristã manteve-se viva por toda nossa formação colonial, tornando-se elemento fundamental para unidade brasileira.⁷³

Em poucas décadas desapareceram as povoações indígenas que as caravelas do descobrimento encontraram por toda a costa brasileira e os primeiros cronistas contemplaram maravilhados. Em seu lugar haviam se instalado três tipos novos de povoações. O primeiro e principal, formado pelas concentrações de escravos africanos dos engenhos e portos. Outro, disperso pelos vilarejos e sítios da costa ou pelos campos de criação de gado, formado principalmente por mamelucos e brancos pobres. O terceiro esteve constituído pelos índios incorporados à empresa colonial como escravos de outros núcleos ou concentrados nas aldeias, algumas das quais conservavam sua autonomia, enquanto outras eram regidas por missionários.⁷⁴

Assim, a força hegemônica da colonização interrompe a linha evolutiva das populações indígenas brasileiras que perdem a autonomia étnica dos diferentes núcleos e passam a viver um outro tempo histórico, calcado nos avanços civilizatórios europeus. Um tempo configurado nas inovações tecnológicas, assim como na ordenação social estratificada e ideologicamente controlada pela língua e pela religião. Tempo que moderniza a sociedade brasileira nascente introduzindo novos sentidos à produção, ao transporte, à construção e a guerra. Inicia-se um novo ritmo de vida com fundamentos mercantis, gera-se um novo povo, uma nova entidade étnico-cultural tupi-luso-africana. Como afirma Darcy Ribeiro, esta configuração histórico-cultural é o primeiro núcleo neobrasileiro “que envolveu seus componentes em um mundo não apenas diferente, mas oposto ao do índio, ao do português e ao do negro.”⁷⁵

⁷³ RIBEIRO, *op. cit.* p. 91-2.

⁷⁴ RIBEIRO, *op. cit.* p. 48

⁷⁵ IDEM, *op. cit.* p. 114

A predisposição portuguesa à miscigenação, remissiva ao contato passado com os mouros norte-africanos, exerce grande vantagem para o projeto de colonização, tanto em relação à adaptação social e biológica quanto ao aumento da população branca, importante para dar continuidade ao processo colonial. A pequena população portuguesa que aqui aportou era constituída em sua maioria por pebleus, fato que justifica a pouca consciência de raça e o rápido e contínuo amalgamento étnico.

Portanto, a base física da família brasileira constituiu-se a partir da mulher índia, já que no primeiro século a ausência da mulher branca era absoluta. Segundo Capistrano de Abreu, havia por parte das índias a ambição de terem filhos “pertencentes à raça superior”, além da pouca resistência aos “milionários que possuíam preciosidades fabulosas como anzóis, pentes, facas, tesouras, espelhos”⁷⁶. Darcy Ribeiro refere-se à prática do *cunhadismo*, um costume indígena de incorporação do estrangeiro a sua comunidade, como o fenômeno social fundamental para a formação do povo brasileiro. Assim que o estrangeiro aceitasse a moça índia como esposa ele passava a ter laços de sangue com todos os seus parentes das gerações dos pais e da sua própria geração. Exceto os sogros, todos eram passíveis de incesto.⁷⁷

Assim, é através do corpo da índia que se consolidam os laços da nova cultura híbrida, na personificação do mameluco. A mistura iniciada já pelo contato, na reestruturação do olhar, agora vai se alargando através das cantigas das mães índias para seus filhos, no preparo do mingau, nos banhos diários, no uso das plantas medicinais. É, sobretudo, a cultura feminina indígena que mais se conserva no processo colonizador dissolvente. Essa criança que transita entre as duas culturas torna-se veículo civilizador do missionário católico junto aos indígenas, mas também aquele corpo que leva os ensinamentos da mãe índia para dentro da casa do colonizador.

⁷⁶ ABREU, Capistrano. *Capítulos da História Colonial (1500-1800)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006. p. 40

⁷⁷ RIBEIRO, *op. cit.* p. 72

Spix e Martius, já no século XIX, são testemunhas desse processo de aculturação, em que há um trânsito quase que natural entre a “civilização” (vida na fazenda) e a “selvageria” (vida na mata). Uma fluidez que se movimenta entre as culturas para moldar uma outra. Em Minas Gerais, nos arredores da região de Ouro Preto, presenciam o ritmo de vida impregnado de novas cores, formas e sons.

O jovem hospedeiro, que encontramos em companhia de muitas mulheres e crianças meio-brancas e cuja biblioteca se limitava em Oví na mão esquerda; e sobre o ombro pendia-lhe ainda um feixe de flechas. A mulher, com a criança mais velha, seguia atrás e trazia às costas uma cesta de folha de palmeira trançada, que era segura por uma tira amarrada à testa, contendo os utensílios domésticos e os gêneros: milho, mandioca, batatas, uma vasilha de barro, etc. Em cima de tudo estava sentada uma criancinha, de alguns meses de idade mais ou menos, que se agarrava com os bracinhos ao pescoço da mãe. Logo que nos avistaram, escapuliram rápidos pelo mato, desaparecendo de nossa vista.

Quando chegamos à primeira fazenda na planície, ainda topamos com diversos desses indígenas, ora armados, ora sem armas, e pareciam viver em boa harmonia com os mulatos e negros, ali residentes. Fomos ao encontro deles com mostras de boa vontade; eles recuaram, entretanto, de nós, mudos e desconfiados, mas afinal aceitaram as miçangas, facas e outros presentes, que lhes oferecemos. Também os pardos e os pretos não se mostravam nada contentes com nossa presença, tanto os influencia a selvaticidade do lugar.⁷⁸

Os naturalistas alemães descrevem três esferas de relações que compunham o cenário social da época. O hospedeiro parece representar uma casa tipicamente brasileira, onde observam uma certa promiscuidade, a falta de erudição referindo-se à pobre biblioteca e à miscigenação na pele das crianças. Uma casa onde a cultura européia foi em parte absorvida pela “indolência” da natureza local. Esta mesma natureza selvagem, no entanto, causa ao negro, socialmente mais desenvolvido do que o índio, enrijecimento e tensão, como observam os alemães. No interior da mata ainda encontram núcleos indígenas originais e, por último, a fazenda, onde funciona o organismo social e econômico da colonização portuguesa baseada na mão-de-obra

⁷⁸ SPIX, Johann Baptist von, MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Volume 1. Trad. Lúcia Lahmeyer. 2ª edição, São Paulo: Melhoramentos. p. 235-6

escrava ameríndia e negra africana. Culturas dissolvidas entre si, determinadas pela dominação branca.

O processo de civilização ocidental constitui-se no Brasil, portanto, a partir da estrutura econômica, baseada no recrutamento de mão-de-obra para seu desenvolvimento. Segundo Darcy Ribeiro⁷⁹, são quatro ordens empresariais que garantem o êxito do empreendimento colonial português nos trópicos. A mais importante ordem econômica foi a escravista, dedicada principalmente para o cultivo do açúcar e para a mineração do ouro. A missão jesuítica foi a segunda organização econômica de maior valor, enfraquecida pelas proporções gigantescas tomadas pela primeira. As microempresas de subsistência e de criação de gado eram a terceira em rentabilidade comercial, mas de grande importância como produtora de alimentos para a população de trabalhadores concentrados nas empresas açucareiras e mineradoras. A quarta esfera empresarial, destacada pelo autor como a mais lucrativa, é constituída por banqueiros, armadores e comerciantes de importação e exportação. Esta empresa completa o círculo da estrutura econômica colonial, pois realizava as diversas intermediações comerciais entre o Brasil, a Europa e a África para dar conta do principal objetivo mercantil: “trocar mais da metade do açúcar e do ouro que aqui se produzia por escravos caçados na África, a fim de renovar o sempre declinante estoque de mãos-de-obra necessário para sua produção”.⁸⁰

Os processos de colonização e civilização ocidental são os primeiros movimentos hegemônicos, responsáveis pela formação de um povo e identidades brasileiras. Firmados na transfiguração étnica ou na transculturação (índios americanos, negros africanos e brancos europeus), esses movimentos realizam uma atualização histórica ou modernização dessa nova sociedade a partir dos alicerces do

⁷⁹ RIBEIRO, *op. cit.* p. 160-2

⁸⁰ IDEM, *op. cit.* p. 162

desenvolvimento ocidental. Nesse sentido de continuidade histórica, a sociedade brasileira, figurada nos traços do caboclo, do mulato e do cafuzo, urbanizada, estratificada em classes, regida politicamente por uma única língua passa a se construir enquanto Estado-nação. Essa organização subjetiva da identidade nacional se dá a partir da construção de imagens de si mesmo ou da seleção destas. Por isso, partimos do conceito de *comunidades imaginadas*⁸¹, de Benedict Anderson, para pensar no processo de construção da nacionalidade brasileira a partir do século XIX, com o aparecimento da imprensa no Brasil, tecnologia fundamental para a representação da nação.

Portanto, o pensar na unidade dessa comunidade que se estruturou pela diferença realiza-se através de um trabalho de composição de imagens. São imagens que partem de um repertório já divulgado intensamente pela literatura de viagem e que reproduzem um olhar eurocêntrico sobre o Brasil, mas também são imagens inventadas sobre um passado, uma fundação mítica na figura do índio. Porém, este processo de construção da identidade nacional está determinado pelo movimento de expansão das forças centrífugas que geram um sentimento nacional. Forças estas geradas pelo sentimento de repulsa aos lusitanos, concretizadas através das várias revoltas que levaram o Brasil para o caminho da emancipação.

2.2 Redescobrimento do Brasil – O processo de emancipação

Os movimentos desconexos nativistas desde o século XVII são eventos fundamentais para que se gere um sentimento de unidade aos dispersos e desiguais habitantes do Brasil. Considerada a primeira integração política, ou segundo Oliveira

⁸¹ Esse conceito foi discutido no primeiro capítulo sobre nação, identidade nacional e raça.

Lima⁸² quase que primeira afirmação da nacionalidade brasileira, a revolta pernambucana contra os Holandeses⁸³ propaga sentimentos coletivos de fidelidade, nesse caso a Portugal. É o próprio Oliveira Lima quem fala:

Quando, após a vitória definitiva, os representantes das quatro classes da população, o rico mercador Fernandes Vieira, emigrado ainda jovem da ilha da Madeira, o mestre-de-campo Vidal Negreiros, originário da Paraíba, o cacique índio Camarão, e o capitão do regimento dos negros Henrique Dias – foram condecorados e enobrecidos, a metrópole reconheceu tacitamente tudo que lhes devia, a todos e a cada um em particular, pela conservação do império americano.⁸⁴

Diversas outras rebeliões localizadas marcaram o século XVII, período de grandes modificações econômicas e sociais em Portugal e no Brasil. Os 60 anos de domínio espanhol desestabilizam profundamente a economia e a política do império português cuja prosperidade passa a depender exclusivamente de sua colônia americana, promovendo, assim, um grande movimento imigratório para o Brasil.⁸⁵ O rápido crescimento da população determina a ocupação do interior do país, principalmente depois da descoberta das primeiras minas de ouro no início do século XVIII. Os últimos anos do século XVII e a primeira metade do século seguinte estão marcados por intensos e ininterruptos conflitos entre os nativos e os portugueses recém-chegados.⁸⁶ A

⁸² LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 81

⁸³ Os holandeses ocuparam Pernambuco entre o período de 1630 e 1654. Administrada pelo conde Maurício de Nassau entre os anos de 1637 e 1644, a dominação holandesa chega ao fim depois de dois grandes conflitos, o primeiro em abril de 1648 e o segundo em fevereiro de 1649, chamados de batalhas dos montes de Guararapes.

⁸⁴ IDEM, *op. cit.* . p. 82

⁸⁵ O período de dominação Espanhola (1580-1640) foi sombrio para Portugal que tem sua marinha destruída e seu império colonial retalhado. Perde para a Inglaterra e para a Holanda o comércio asiático que lhe foi fonte de grandes riquezas durante mais de um século. Do antigo império ultramarino lhe restam o Brasil e algumas posses na África, as quais servem somente como fornecedoras de escravos.

⁸⁶ São nove os movimentos considerados nativistas da época colonial. São eles: **1. A Aclamação de Amador Bueno (São Paulo, 1641)** foi uma manifestação dos comerciantes paulistas preocupados com a possibilidade de que com a Restauração portuguesa pudessem perder a fonte de riqueza apoiada no contrabando de índios com a região do Rio do Prata. Como forma de protesto resolveram criar em São Paulo um reino independente e aclamaram como rei o fazendeiro Amador Bueno da Ribeira - o mais rico habitante do lugar, capitão-mor e ouvidor, irmão de bandeirantes. **2. A Revolta da Cachaça (Rio de Janeiro, 1660-1661)** foi motivada pelo aumento de impostos excessivamente cobrados aos fabricantes de aguardente. **3. A conjuração Nosso Pai** ocorreu em Olinda e Recife no ano de 1666. Foi um movimento dos senhores do engenho que acreditavam merecer maiores reconhecimentos da Coroa Portuguesa, pelo contributo na expulsão dos Holandeses. Portugal, no entanto, nomeou Jerônimo de Mendonça Furtado para governar a Capitania de Pernambuco, contrariando assim os interesses de muitos pernambucanos,

crecente rivalidade entre o americano e o europeu, aliada às idéias de liberdade vindas da França e ao exemplo da colônia americana inglesa, provoca um efeito de repugnância à política arrogante e opressiva que a metrópole portuguesa realizava sobre a colônia. Os conflitos nativistas aristocráticos do século XVII começam a se transformar em movimentos emancipatórios democráticos em meados do próximo século, pois a “economia tinha substituído a teologia pelo exame das energias e impulsos do espírito humano”.⁸⁷ Os ideais liberais da filosofia francesa iluminam as reflexões da incipiente elite letrada do Brasil que freqüentava as universidades européias. Porém, as idéias que questionam o paradoxo do sistema colonial português, advindas também de pensadores estrangeiros como Robert Southey⁸⁸, só começam a tomar proporções maiores a partir de 1808 com a vinda da família real para o rio de Janeiro.

A presença da corte portuguesa entre 1808 e 1821 representou para o Brasil um convívio mais intenso com os seus opostos, expondo a todos os olhos a debilidade do dominador. Ao mesmo tempo, a grande movimentação de estrangeiros (franceses,

que se julgavam merecedores de ocupar a função. **4. A Revolta de Beckman (Maranhão, 1684)** teve a liderança dos irmãos Manuel e Tomás Beckman, senhores de engenho na região com a adesão de outros proprietários, comerciantes e religiosos insatisfeitos com os privilégios dos Jesuítas. Um grupo de oitenta homens assaltou o armazém da Companhia. **5. A Guerra dos Emboabas (Minas Gerais, 1707-1709)** foi um confronto travado entre os bandeirantes paulistas, descobridores das jazidas de ouro e um grupo heterogêneo composto por portugueses e imigrantes de outras partes do Brasil. Ambas partes reclamavam direitos de exploração de ouro. Emboabas é um nome tupi (aves pernaltas) que se refere aos forasteiros cujo uso de botas era um hábito. **6. A Revolta do Sal (São Paulo e Minas Gerais, 1710)** foi organizada por um grande proprietário de terras paulista, Bartolomeu Fernandes de Farias que, descontente com a prática especulativa dos negociantes de sal, arrombam os depósitos de sal da cidade de Santos. Eles reivindicam preços justos, além da retirada do imposto pago para a Coroa portuguesa. Seu grupo armado foi formado por mais de cem pessoas entre escravos, índios e capangas. **7. A Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710-1711)** foi um confronto entre os senhores de terras e de engenhos pernambucanos, concentrados em Olinda, e os comerciantes portugueses do Recife, chamados pejorativamente de *mascates*. Dependentes economicamente dos comerciantes portugueses junto a quem contraíram dívidas agravadas pela queda internacional dos preços do açúcar, os latifundiários pernambucanos não aceitaram a emancipação político-administrativa do Recife, até então uma comarca subordinada a Olinda. **8. Os Motins do Maneta (Salvador, 1711)** foram duas rebeliões contra o monopólio do sal e o aumento de impostos ocorridas, respectivamente, em 19 de outubro e 2 de dezembro. **9. A Revolta de Vila Rica (Minas Gerais, 1720)** foi uma rebelião contra os altos impostos cobrados pela Coroa portuguesa e, principalmente, contra a criação das Casas de Fundição e da Moeda que traziam consigo a proibição de circular na colônia ouro em pó.

⁸⁷ LIMA, *op. cit.* p. 123

⁸⁸ Robert Southey (1774-1843), poeta inglês, publicou *História do Brasil* em três volumes entre os anos de 1810 à 1819. Criticou a experiência colonizadora portuguesa na América e segundo Sérgio Buarque de Holanda é “a primeira história do Brasil digna de tal nome”.

espanhóis e ingleses para citar os mais presentes) e os seus diferentes ofícios (pasteleiro, alfaiate, jardineiro e destilador de licor para citar os mais variados) proporcionam um cosmopolitismo que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, foi difícil de ser vivido novamente, mesmo em épocas mais tardias.⁸⁹

A abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional depois de 300 anos de exclusividade lusitana, medida tomada pelo acordo comercial com a Inglaterra que assegurou o transporte marítimo da corte portuguesa que fugia de Napoleão, torna o país um grande atrativo para naturalistas, geógrafos, economistas, artistas comerciantes e viajantes. “Nesses poucos anos foi como se o Brasil tivesse amanhecido de novo aos olhos dos forasteiros”.⁹⁰

Além do trânsito das diversas nacionalidades, a antiga colônia portuguesa depara-se com toda a burocracia lusitana que se instala junto com a família real, representada na agenda de festas, nas missas de ação de graça, nas embaixadas e nas cerimônias da corte. Segundo Lilia Schwarcz⁹¹, a instauração dessa nova “lógica do espetáculo”, além de criar uma memória, dava visibilidade e engrandecia a situação desfavorecida à qual estava sendo submetida a realeza desertora.

Portanto, é um tempo de grandes paradoxos e rápidas transformações. O contato com o novo reverte o olhar para si próprio que busca se definir. No entanto, o sentimento nacional e a idéia liberal não são eventos complementares na história que leva o Brasil à emancipação política. Pelo contrário, são duas forças que só se encontram efetivamente em meados do século XIX ou mais precisamente, como situa Sérgio Buarque de Holanda, em “1848, o ano em que os nossos liberais quebram os

⁸⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial - Sua degradação. In: (Org.) Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização*. Tomo II: “O Brasil Monárquico”. Vol.1: “O processo de emancipação”. São Paulo: Bertrand, 1993. p. 11

⁹⁰ IDEM, *op. cit.* p. 12

⁹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo; Companhia das Letras, 1998. p. 36

remos”.⁹² Considera-se, então, o desfecho do sete de setembro de 1822 mais uma resposta à corte de Lisboa diante a revolução liberal portuguesa⁹³, iniciada em 1820 na cidade do Porto, do que realmente um ato de Independência nacional. Lilia Schwarcz comenta que

Como símbolo da união, a realeza parecia ser a melhor saída possível para evitar a autonomia e possível separação das províncias; somente a figura de um rei congregaria esse território gigantesco, marcados por profundas diferenças. É assim que as elites locais optam pela monarquia, na esperança de ver no jovem rei um belo fantoche.⁹⁴

A monarquia, portanto, como solução possível representou um estímulo à coesão e unidade do Brasil que tem no ato abdicatório de 1831 a consagração da independência. Entre 1808 e 1831, as forças centralizadoras, motivadas pelos ares estrangeiros, intensificam-se e desperta entre a recente elite letrada nativa a noção das imensas potencialidades da terra Brasil. Nesse período de passagem da antiga colônia para as instituições nacionais, quando mais se importou idéias do que se dissolveram convenções, os intelectuais brasileiros se viram na importante missão de ajudar a construir uma nação civilizada.

2.3 Letras, idéias e nação brasileira

⁹² HOLANDA, *op. cit.* p. 15. Certamente o autor está se referindo à Revolução Praieira ocorrida em Pernambuco entre 07 de novembro de 1848 à 31 de março de 1831. Este movimento de resistência ao governo tem como objetivo central a nacionalização do comércio varejista que era ainda predominantemente português. No entanto, o voto livre e universal, a liberdade de imprensa e o direito ao trabalho foram importantes exigências de cunho nacionalista relatadas pelo grupo revolucionário no chamado Manifesto ao Mundo, lançado em 1º de janeiro de 1849.

⁹³ Os revolucionários portugueses tentavam restabelecer as estruturas política, econômica e militar da profunda crise resultante da ausência da corte no país. Crise política pela ausência do rei, crise econômica pela liberdade de comércio que beneficiava o Brasil e crise militar pela presença de oficiais ingleses nos altos postos do Exército. Boris Fausto (História Concisa do Brasil. EDUSP, 2006) salienta os aspectos contraditórios da revolução que ao mesmo tempo em que considerava a monarquia absoluta um regime ultrapassado e opressivo, na tentativa de limitar a influência inglesa, promovia os interesses da burguesia lusa na pretensão de subordinar novamente o Brasil inteiramente à Portugal.

⁹⁴ SCHWARCZ, *op. cit.* p.38

A segunda metade do século XIX está particularmente comprometida com um projeto de construção de um povo civilizado, de uma identidade nacional, de uma nação brasileira. Benedict Anderson, que atribui ao desenvolvimento da imprensa mercantil as origens da consciência nacional, como evento que permite a compreensão de uma simultaneidade sólida e constante do tempo, defende a idéia de que mais determinante do que os interesses econômicos e as idéias iluministas e liberais são “os funcionários – peregrinos e impressores crioulos” que forneceram o quadro de uma nova consciência nacional.⁹⁵ Anderson salienta, sobretudo, o pluralismo dessas formas nacionais de resistência antimetropolitana fornecidas pela imprensa sul-americana, a qual se caracterizava pela alternância entre “o seu grande alcance espacial (notícias da metrópole) e o seu localismo particularista”⁹⁶.

Assim, a circulação da palavra escrita é fundamental para se construir a idéia de nação, a qual, a partir de uma relação de contraste ao seu exterior, necessita de estratégias de homogeneização para a constituição de particularidades nacionais.

As letras e idéias no Brasil colonial desenvolveram-se a partir de duas grandes diretrizes: a pesquisa intelectual e artística e a vontade de superação do estatuto colonial. As bases de formação da intelectualidade brasileira estruturam-se num primeiro momento sob o signo ideológico da religião. Quando este “era idéia e princípio político, era forma de vida e padrão administrativo, não se espanta que fosse, igualmente, princípio estético e filosófico”.⁹⁷ Mas essa realidade prática e informativa, e também política, logo é transfigurada pelo espírito barroco que se expressa pelo alegórico. O barroco, que se propõe genuinamente oral, é para Sérgio Buarque de Holanda o gênero ideal para o tempo e o meio da colônia desprovida de imprensa,

⁹⁵ ANDERSON, *op. cit.* p. 103

⁹⁶ IDEM, *op. cit.* p. 103

⁹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Letras e idéias no Brasil colonial. In: (Org.) Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização*. Tomo I: “A época colonial”. Vol. 2: “Administração, Economia, Sociedade”. São Paulo: Bertrand, 1993. p. 93

determinando, assim, a propaganda ideológica da religião-símbolo. Essa visão emblemática da realidade natural e humana desenvolve-se durante dois séculos para se incorporar definitivamente à literatura e à ciência. Sérgio Buarque de Holanda cita a *História da América Portuguesa*⁹⁸ de Sebastião da Rocha Pita como exemplo da visão ideológica e estética da colônia que “se fixa de preferência na apoteose da realidade e no destino do europeu, do pecador resgatado pela conquista e premiado com os bens da terra”.⁹⁹

A esta concepção agregam-se as correntes iluministas, as quais ampliam a visão religiosa e complementam o ponto de vista exclusivamente moral com as interpretações sociais. É um momento de modernização e entrosamento da vida intelectual e as preocupações político-sociais. Essa nova forma de sentir e ver as coisas encaminha-se para a independência política e as teorias de emancipação intelectual passam a determinar o movimento Romântico após 1830. Os intelectuais brasileiros, formados em Coimbra depois da Reforma pombalina, revelam a ciência como um instrumento de ordenação do mundo, um desejo de investigação, uma busca da verdade, com o objetivo imediato de investir esse conhecimento a favor da sociedade. É a geração responsável pelos primeiros estudos sistemáticos do território, como os zoológicos, etnográficos e botânicos, mas também os estudos da realidade social, como a economia e as preocupações com a modernização da vida brasileira. Esses esforços de pesquisa documentária são cultivados pelas academias de estudos históricos, científicos, mas também de propósitos literários, de onde nascem “focos ativos de culteranismo e

⁹⁸ *A História da América portuguesa desde o ano de 1500 do seu descobrimento até ao de 1724*, obra mais famosa do baiano Sebastião da Rocha Pita (1660-1730), que estudou no Colégio dos Jesuítas da Bahia e na Universidade de Coimbra, está organizada em dez livros e foi impressa pela primeira vez em Lisboa no ano de 1730. Nela aparecem as primeiras visões da natureza e da sociedade das minas de ouro. Escrita condicionada pelos interesses políticos e econômicos revela uma natureza regida pelas leis cosmológicas. As minas eram concebidas como uma natureza perigosa e demoníaca para a vida social, para qual era necessário um programa de reforma moral. Na narrativa de Rocha Pita já aparecem noções naturalistas bastante acentuadas.

⁹⁹ HOLANDA, *op. cit.* p. 95

conceptismo, desde as suas manifestações iniciais, mas no Brasil frequentes somente no decorrer do século XVIII”.¹⁰⁰

Apesar do advento da ciência, a religião desempenhava ainda importante papel no espaço geral do saber, para o qual os sacerdotes liberais foram determinantes, principalmente no plano político. Esse grupo intelectual do clero brasileiro além de significativos na preparação da Independência e do Primeiro Reinado, contribuiu com seus sermões para o desenvolvimento do gosto literário.

O grupo dos literatos, que num primeiro momento a partir de 1750 eram quase que exclusivamente poetas e que participam do processo de transição entre o Barroco e o Arcadismo, manifestam diferentes aspectos de um nativismo: o culto da natureza, a busca da naturalidade de expressão e a descoberta intelectual como perspectiva de progresso da sociedade. É um primeiro movimento de integração intelectual brasileira, que deseja também demonstrar a sua capacidade de racionalizar a natureza. Aos moldes europeus, mas seguindo principalmente o pensamento francês, a intelectualidade brasileira transita entre as descrições nativistas e a busca de normas justas que possam orientar o comportamento social brasileiro.

Ao mesmo tempo em que as atividades intelectuais sobrepõem-se, já que os literatos eram também panfletários e políticos, a imprensa brasileira sobrepõe-se em técnicas, já que era concomitantemente jornal, panfleto e livro. “A justaposição técnica do jornal e do livro, feitos nas mesmas bases materiais, caracteriza o momento culminante do romantismo brasileiro”.¹⁰¹ Mas é através do folhetim que o incipiente narrador de ficção no Brasil ganha grupos numerosos de leitores e define a presença do

¹⁰⁰ CANDIDO, Antônio e José Aderaldo Castello. *Presença da literatura Brasileira: História e Antologia. Vol. I Das origens ao Romantismo*, São Paulo: Difusão Européia do Livro., 1971. p. 19

¹⁰¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira. Seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 321

romance enquanto uma atividade literária, amparada, sobretudo, na busca de um sentido nacional. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré:

Vimos que foi a vulgaridade folhetinesca de Macedo, acompanhando os moldes da escola, mas adaptando o ambiente brasileiro apresentado como cenário a tais moldes, que possibilitou a aceitação do gênero. José de Alencar, utilizando o folhetim, lançaria as bases do romance brasileiro, sob todos os sentidos inclusive na intenção de realizar, com ele, em literatura, aquilo que a Independência realizara em política, extremado-se até no esforço por uma autonomia de linguagem que não estávamos em condições de suportar.¹⁰²

Portanto, o processo de desenvolvimento de um espírito nacionalista, propiciado pelo contexto pós-independência e seus desdobramentos político-filosóficos, coincide com o processo de formação de uma literatura nacional cuja viabilidade se dá pelo desenvolvimento da imprensa. Nesse sentido, são os românticos que proporcionam as referências necessárias para se pensar, ou inventar, a própria nação, a partir, principalmente, da busca de uma origem. Assim, através de um sentimentalismo extremo abrem-se novas perspectivas de visão e interpretação do passado brasileiro que se renova nas imagens de exaltação da natureza tropical e de heróis genuinamente nacionais. Flora Süssekind trabalha muito bem com a questão da origem no romantismo:

A pesquisa da origem, no caso desses primeiros românticos brasileiros, significa, então, a busca de um *referendum* para o próprio ideário artístico. E a possibilidade, em meio a gêneses lineares – em que a cor local e nacionalidade são as linhas mestras –, de erigir a própria produção em exemplo de realização, ponto de chegada neste traçado de progressivo abraçamentamento.¹⁰³

A instauração do Estado Nacional é determinante para o despertar de uma consciência nacional e sua emergência simbólica, que se afirma, sobretudo, na oposição ao lusitanismo. A natureza e o índio são os elementos específicos para representar a

¹⁰² IDEM, *op. cit.* p. 323

¹⁰³ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 17

almejada particularidade brasileira que se pretende garantir através da literatura nacional. Segundo João Hernesto Weber, a figura do indígena explorada pelos românticos não era “necessariamente aquele exterminado pelo colonizador, mas aquele que perambula pelo seio das florestas, com sua capacidade poética intacta”.¹⁰⁴ Assim, a dicotômica relação colonizador/indígena é contornada pelos românticos que se alinham ao cunho positivista na figura do “bom selvagem”.¹⁰⁵

Desse modo, o indianismo e depois o sertanismo, são esforços de representação simbólica de um estado natural, e antes original, do cenário de uma nação que pretende se definir. Enquanto o índio de José de Alencar deve assumir o papel dos antigos fidalgos e cavaleiros da Europa medieval, uma adaptação da temática do romantismo europeu, o sertanejo de Visconde de Taunay valoriza o interior imune às influências externas que condenam o quadro litorâneo e urbano como falsos. São as imagens da natureza, sejam elas do interior ou do litoral, o elemento de afirmação singular e intransferível da nação brasileira. A exaltação romântica da natureza, na voz de um narrador que quer ensinar seus contemporâneos a ver a própria paisagem, acaba fixando um padrão de patriotismo a partir de uma excêntrica e atemporal natureza, da qual se origina um tipo nacional.

Dois autores destacam um desconcerto ou desajuste na produção cultural brasileira do século XIX. Flora Süssekind, em *O Brasil não é longe daqui*¹⁰⁶ e Roberto Schwarz em *As idéias fora do lugar*¹⁰⁷ alertam para uma disparidade entre as imagens projetadas pelo romantismo brasileiro, baseadas nas idéias liberais e científicas importadas da Europa, e o contexto histórico do país pós-independência, fundamentado numa sociedade escravista.

¹⁰⁴ WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. p. 37

¹⁰⁵ IDEM, *op. cit.* p. 37-8.

¹⁰⁶ SÜSSEKIND, *op. cit.*

¹⁰⁷ SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. In: *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2000.

Schwarz aponta para o problema do descentramento ideológico como um mecanismo social e local que é “matéria imediata e natural da literatura”¹⁰⁸. Produto de um sistema econômico produzido pela colonização, o escravismo e o favor regem as formas de relações entre as três classes sociais (o latifundiário, o escravo e o homem livre). Todavia, é na esfera social do homem livre, na verdade dependente daquele que tem posse, que o clientelismo se instaura como um organismo de sustentabilidade dessas duas classes. A vida ideológica acontece exatamente nesse núcleo social e é regida, conseqüentemente, por este mesmo mecanismo. Sérgio Buarque de Holanda explica com detalhes o funcionamento desta instituição:

Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios

Portanto, apesar da aparente penetração das idéias burguesas da Europa ilustrada, já que dilatavam os debates intelectuais e alimentavam a burocracia e a justiça, estas ainda não eram capazes de dissolver tão compacta estrutura social de raízes rurais. “Em resumo, as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis”.¹¹⁰ Schwarz procura afirmar, então, que este desencaixe entre ideologia e prática social é um elemento interno e ativo na produção cultural do século XIX, e este é um processo internacional.

Flora Süssekind nos fala de um descompasso entre as imagens de um Brasil de natureza exuberante e de costumes peculiares representadas pelos primeiros autores de ficção do país e o contexto real a qual estas pertencem. Fala, sobretudo, de um movimento de retorno à própria origem, onde se buscam as essências da almejada nacionalidade. No entanto, esse regresso se dá através de uma rota estrangeira, ou seja,

¹⁰⁸ IDEM, *op. cit.* p. 30

¹¹⁰ IDEM, *op. cit.* p. 26

o incipiente narrador da prosa romântica brasileira, e também o historiador local, utilizam-se das imagens tão divulgadas pelos relatos dos viajantes, assim como incorporam o perfil do viajante naturalista para produzir paisagens essencialmente nacionais. A autora ressalta a importância de se adotar a “ciência da viagem”, com suas cartas de orientação e itinerários, como uma forma de sustentar um “começo histórico” e negar algo que se “funda”.

O paradigma de relato-de-viagem com o qual dialogam então ficcionistas e historiadores não é o de aventureiros como um Semple Lisle, por exemplo. Nem mesmo textos mais “imaginosos” como os de Jean de Léry ou Hans Staden. São os minuciosos inventários de estudiosos, cheios de pranchas e mapas, como os de Spix e Martius, e os diários escritos ao sabor dos acontecimentos ou de interesses comerciais determinados, por visitantes ocasionais, como Mawe ou Luccock, os interlocutores preferenciais de uma prosa que se desejava capaz de definir o próprio país, inventariar suas paisagens e populações, mapeá-lo, enfim.¹¹¹

Como uma simples demarcação do que “já-está-lá”, o início do romance brasileiro representa uma viagem de fundação guiada por um narrador-viajante que deseja mostrar o que é o Brasil. Flora Süssekind, contudo, chama a atenção para certa “sensação de não estar de todo” na composição da figura do narrador nesta “trama histórica-folhetinesca” que, de certa forma, resiste ao imperativo desejo “só-mapa, só-paisagem, só-regresso”. Como se a necessidade de seguir esse “olhar-de-fora” marcasse um “deslocamento, distância, desenraizamento” na ficção romântica do Brasil.¹¹²

2.4 Escravidão e modernidade: dois lados de uma mesma moeda

¹¹¹ SÜSSEKIND, *op. cit.* p. 60

¹¹² IDEM, *op. cit.* p. 21

O desajuste ideológico, muito bem analisado pelos dois ensaístas que o apreendem de dentro da ficção brasileira, é também, e previamente, trabalhado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* como efeito de uma improvisada burguesia urbana de mentalidade rural no Brasil pós-independência.¹¹³ O autor denota como determinante para essa incompatibilidade entre práticas sociais locais e idéias estrangeiras, ou entre a estreita convivência nas cidades entre o patriarcalismo rural e o liberalismo civilizado, a extrema valorização da moradia rústica em detrimento da tardia prosperidade das cidades brasileiras no período colonial. Validamente, todo o organismo social da família da grande lavoura, baseado no trabalho escravo e no “princípio de autoridade indisputado”, transplanta-se para os centros urbanos.¹¹⁴ Por conseguinte, a habitação das cidades representa um movimento antinatural e de resistência ao princípio moral de dominação portuguesa, mobilizada pela aventura, pelo ganho fácil e ausência de ética do trabalho¹¹⁵. E é nesse sentido, que o *estranhamento*, tão bem percebido pelos autores mencionados, se impõe enquanto necessárias forças sobrepostas e destoantes num mesmo lugar. É o que nos diz as esclarecedoras palavras de Sérgio Buarque de Holanda no parágrafo de abertura do seu famoso ensaio:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa própria terra.¹¹⁶

¹¹³ HOLANDA (1995), *op. cit.* p. 87

¹¹⁴ IDEM, *op. cit.* p.82-9

¹¹⁵ Sérgio Buarque de Holanda analisa fundamentos históricos da estrutura social e política do Brasil que explicam a falta de coesão na vida social. Ao espírito aventureiro do colonizador português despreendido de uma estrutura rígida de organização, o autor denota uma mobilidade social que favorece a empresa colonial num sentido de adaptação ao meio. No entanto, o gosto pela aventura, atribuído aos povos ibéricos, é verificável em detrimento à ética do trabalho, pois a ânsia de prosperidade imediata afrouxa os laços de solidariedade e organização social. “Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia”.(p. 38)

¹¹⁶ IDEM, *op. cit.* p. 31

Localizemos, então, o foco de trabalho nesse desajuste político-social-ideológico em que se encontra a sociedade brasileira preponderantemente em meados do século XIX. Neste caso, a presença da escravidão concomitante ao influxo das idéias liberais européias, é o desacordo principal.

O regime escravista, numa relação de dominadores e dominados, marca expressivamente a mentalidade nacional brasileira programada para reagir aos significados que dele se expandem. Significados estes baseados numa ordem moral de poder único e intransferível (exclusivo), onde o escravo negro ocupa um lugar de isolamento econômico, social e cultural. A desmoralização do trabalho é um dos efeitos desta relação unilateral, pois “a idéia de trabalho trazia consigo uma sugestão de degradação. Também para o negro, o trabalho, fruto da escravidão, aparecia como obrigação penosa, confundia-se com cativo, associava-se às torturas do eito”.¹¹⁷ Portanto, a história do trabalho no Brasil é a história da escravidão, de onde partem uma série de construções subjetivas que vão se materializar efetivamente no final do século XIX com as idéias científicas sobre a hierarquização de raças e a superioridade branca. O processo de abolição da escravatura põe à tona as preocupações com a formação de um povo nacional civilizado, cujas questões referentes à igualdade, cidadania e civilização deverão lidar com uma massa de ex-escravos.

Num contexto sempre contraditório, o início do processo abolicionista, que se dá com a extinção do tráfico negreiro em 1831¹¹⁸, é também o apogeu da cultura do café¹¹⁹

¹¹⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 15

¹¹⁸ Após sucessivas pressões inglesas desde o início do século XIX, o Brasil promulga em 1831 a lei de 7 de novembro, em que o tráfico africano é proibido, considerando-se livres os negros que, a partir de então, entrassem no país. A Inglaterra, que participou intensivamente do comércio de escravos no século XVIII, interrompe o tráfico nas suas colônias em 1807 e passa a pressionar os outros países nesse sentido. Os ingleses visam com esta ação apoiar o crescente desenvolvimento do capitalismo industrial que necessitava de mercados consumidores até então restringidos pelos monopólios e privilégios característicos da política mercantilista do sistema colonial tradicional. Maiores detalhes sobre o processo de abolição do tráfico negreiro encontram-se no capítulo 15 (Crise do regime servil e abolição do tráfico) de PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 142-154.

¹¹⁹ O café adquire importância nos mercados internacionais e torna-se artigo de luxo no ocidente no século XVIII. Essa valorização estimula uma larga produção nas colônias americanas e asiáticas. Porém, o Brasil, ainda bastante absorvido pela mineração, entra tardiamente na produção do café. Após o declínio

e, conseqüentemente, também da demanda de mão-de-obra escrava. “Enquanto nos tratados políticos a nação se comprometia a fazer cessar o tráfico, o interesse da lavoura exigia, cada vez mais, mão-de-obra escrava abundante, e o tráfico se intensificava”.¹²⁰ A realidade, assim, desmentia a lei que impunha severas penas aos comerciantes de escravos. Mesmo assim, o contrabando era compensador e inúmeras fortunas se fizeram com este mercado. Viotti apresenta dados concretos desta transação lucrativa e proibida na época.

Em 1843, os armadores negreiros pagavam aos capitães de navio um preço médio de 140\$000 por negro desembarcado, vendendo-os mais tarde por quinhentos, seiscentos até setecentos mil-réis cada um. O capitão do barco pagava, na mesma época, em espécie na África, o correspondente a cerca de trinta ou quarenta mil-réis por cabeça.¹²¹

Mesmo com os prejuízos ocorridos nas viagens, cujos cálculos correspondiam a uma letalidade média de 15% a 20%, o lucro ainda era grande. Em uma das cartas de Hermann Otto Blumenau aos seus pais em 1848, quando está preparando seu empreendimento para receber os colonos alemães, este valor é confirmado. Blumenau não se mostra muito a vontade em utilizar a mão-de-obra escrava, mas justifica este meio como uma saída mais econômica.

Depois de muitas ponderações, chegamos à conclusão de que, em vista dos salários altos e a incerteza em conseguirmos mão-de-obra, não podíamos continuar sem o trabalho de alguns negros. Em virtude disto, Hackradt viajou imediatamente para o Rio de Janeiro, a fim de receber o dinheiro e trazer alguns negros. Ele trouxe cinco, entre eles uma negra que cozinha, costura, lava roupa e passa ferro. Os negros, inclusive despesas da viagem, custaram-nos 2.700 Mil-réis. A compra não foi má. Nós não estávamos muito entusiasmados, mas não tivemos outra alternativa. Temos os negros e esperamos que tudo vá bem. Todos são novos, exceto um que tem 38 a 40

das minas de ouro e diamantes, o renascimento da agricultura no final do século XVIII ainda despreza a cultura do café em benefício do algodão e do açúcar. No entanto, as favoráveis condições naturais do Brasil e o desenvolvimento do mercado norte-americano pós-independência estimulam a produção cafeeira no Brasil que se inicia no Vale do Paraíba, até seu esgotamento, para se consolidar como maior riqueza do país até final do século XIX no centro e oeste paulistas. (PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 157-167)

¹²⁰ COSTA, *op. cit.* p. 76

¹²¹ *Ibidem.*, p. 79

anos. São fortes e estão com boa saúde. Aqui cada negro custa normalmente 600 a 700 Mil –réis.

O trecho desta carta nos põe diante de um contexto contraditório em todos os sentidos: econômico, político, social e ideológico, além de nos informar sobre a portuária cidade do Rio de Janeiro como importante centro de comércio dos escravos. Apesar da circulação das idéias liberais européias, da constituição de um Estado brasileiro independente, da proibição do tráfico negreiro, de um movimento progressista e modernizador ainda o secular sistema escravista se impunha como necessário e imprescindível.

No entanto, o processo de abolição da escravatura no Brasil percorre um longo e lento caminho até seu desfecho definitivo em 1888. Período este de grandes transformações técnicas, econômicas, sociais e ideológicas que irão determinar a liquidação do antigo regime colonial e se encaminham para o sustento de questões que irão fomentar a “jovem república”:

As transformações técnicas e econômicas dizem respeito ao valioso desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, assim como à organização e expansão do crédito bancário. Este novo quadro é um estímulo à iniciativa particular que se beneficia com a maior rapidez da circulação das notícias e com a maior agilidade de acesso entre a produção agrária e as grandes praças comerciais do Império¹²². Sérgio Buarque de Holanda enumera as modernizadoras mudanças deste período, as quais foram determinantes para a abolição da escravatura e para a implantação da República.

Mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas como a que se registrou precisamente nos meados do século passado e especialmente nos anos de (18)51 à (18)55. Assim é que em 1851 tinha início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil, que se reorganiza três anos depois em novos moldes, com unidade e monopólio das emissões; em

¹²² HOLANDA (1995), *op. cit.* p. 74

1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o Banco Rural e Hipotecário, que, sem desfrutar dos privilégios do Banco do Brasil, pagará dividendos muito mais avultados. Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país – os 14,5 quilômetros entre o porto de Mauá e a estação do Fragoso. A segunda, que irá ligar à Corte a capital da província de São Paulo, começa a construir-se em 1855.¹²³

A grande reforma deste período, portanto, será a definitiva repressão ao tráfico africano através da Lei Eusébio de Queirós de 1850¹²⁴. A eficácia da lei, que parece antes atender a um contexto já não mais suportado pelos senhores rurais, desestabiliza a antiga e densa estrutura colonial causando verdadeira eclosão de um novo espírito de negócios e investimentos. A abolição do tráfico põe em choque a composição de base do sistema colonial de exclusividade mercantil e abre possibilidades para uma produção destinada ao comércio internacional.

Enquanto a população escrava vai a declínio sem o reforço permanente do tráfico, a demanda de mão-de-obra é crescente, principalmente nas fazendas de café que se encontram no auge da expansão, mas também para as obras administrativas do governo como construção e manutenção de estradas e pontes. O comércio interno de escravos é um recurso escasso e a imigração europeia passa a ser pautada como solução possível para o trabalho compulsório. Caio Prado Jr. afirma que em meio à campanha contra o tráfico, prevendo o que estava por acontecer, já se começara a recorrer para esta saída. “A corrente imigratória se intensifica depois de 1850; e veremos coexistir, nas lavouras de café, trabalhadores escravos e europeus livres. A estranha combinação

¹²³ IDEM, *op. cit.* p. 74

¹²⁴ A lei de repressão ao tráfico africano foi criada pelo então ministro da justiça Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (1812-1868) e aprovada em 4 de setembro de 1850. Sérgio Buarque de Holanda atribui a um movimento nativista lusofóbico a mobilização do governo para que a lei fosse realmente aplicada, já que as grandes fortunas criadas pelo comércio negreiro eram principalmente de portugueses e não de brasileiros. (*Raízes do Brasil*, p. 75). Emília Viotti da Costa também explica que a lei é apoiada por certos círculos agrários ligados ao governo, pois estavam endividados com a compra de escravos e haviam hipotecado suas fazendas a especuladores e traficantes. (*Da senzala à colônia*, p. 84). Já Caio Prado afirma que apesar do interesse no tráfico pelos fazendeiros e proprietários rurais, estes começam a temer a potência financeira que haviam se tornado os traficantes, dos quais se tornam credores e se sentem ameaçados devido aos intensos atritos. Esse contexto promove as forças conjuntas do governo brasileiro contra ao comércio ilegal de escravos africanos. (*História econômica do Brasil*, p. 152)

não surtirá efeito e logo se verificará sua impraticabilidade”.¹²⁵ O fracasso desta primeira tentativa de substituição do braço escravo pela mão-de-obra européia confirma a incompatibilidade das duas formas de trabalho e sustenta-se como um dos fatores mais importantes para a crescente base antiescravista.

A primeira experiência com imigrantes europeus atraídos por iniciativa privada para o trabalho nas lavouras de café paulistas acontece em 1847 na fazenda de Ibicaba de propriedade de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, mais conhecido como Senador Vergueiro. Com o intuito de atender as necessidades da lavoura e diante das alarmantes perspectivas, a solução de Vergueiro propunha aos imigrantes um sistema de parceria, o qual dispõe uma porcentagem sobre a colheita como pagamento do trabalho do colono. Seu plano incluía um sistema de colonização que pretendia preparar esses imigrantes para a condição de futuros proprietários, além de aproveitar as técnicas européias para a melhora dos métodos de exploração agrícola brasileiros. O sistema Vergueiro, que em certo momento chegou a ser adotado pela maioria das grandes fazendas de café em São Paulo, não obteve êxito por uma série de conjunturas que vão desde os métodos de recrutamento dos imigrantes até a falta de confiabilidade do colono em relação ao peso e às vendas do café. Os rudimentares métodos da agricultura brasileira, ainda baseada no sistema de queimadas, não permitiram o aproveitamento das vantagens técnicas européias. Diferentemente dos projetos de colonização aplicados no extremo sul do Brasil, onde os imigrantes recebem a posse da terra e vivem como pequenos proprietários rurais, o início da imigração em São Paulo processa-se antes como importação de braços do que colonização.¹²⁶ Nesse sentido, a experiência imigratória para as fazendas de café paulistas marca um período de transição do

¹²⁵ PRADO JUNIOR, *op. cit.* p. 175

¹²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980. p. 15-45

trabalho escravo para o trabalho livre. Período este de agitações sociais, como a revolta dos imigrantes suíços na fazenda do senador Vergueiro.¹²⁷

Deste modo, a nova aristocracia cafeeira ocupa-se das questões referentes à imigração, ao negro escravo ou recém-liberto. Sérgio Buarque de Holanda atribui à carência de próspera tradição agrícola na província de São Paulo o fato de as fazendas de café transformarem-se rapidamente quase que num centro de exploração industrial, onde

A figura típica do senhor de engenho perde os traços mais característicos, desapega-se mais da terra e da tradição – rotina – rural. A terra cultivada deixa de ser seu pequeno mundo para constituir simplesmente seu meio de vida, sua fonte de rendas. A fazenda resiste com menos energia à influência urbana e muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades. Decai rapidamente a indústria caseira e desaparecem em grande parte as plantações de mantimentos que garantiam outrora certa autonomia à propriedade agrícola.¹²⁸

Através do café a cidade de São Paulo, então, remodela-se materialmente, floresce para a modernidade e em poucas décadas, devido à acelerada decadência das plantações do Vale do Paraíba, passa a ser o centro do comércio cafeeiro. Como um dinâmico núcleo da economia nacional,¹²⁹ São Paulo recebe uma massa de imigrantes proveniente do fracassado sistema de parceria das fazendas cafeeiras. “As cidades, por sua vez, funcionavam como uma espécie de ímã, (...) os alemães realizavam serviços de pedreiros, (...) os italianos, os serviços de mascates e, por fim, os escravos ou ex-escravos cobriam as ocupações pouco desejadas, como a coleta de lixo”.¹³⁰

¹²⁷ Deste levante, o mestre-escola Thomas Davantz, que foi colono em Ibicaba, publica em 1858 na Suíça um livro onde relata com detalhes a sua experiência negativa no Brasil. Este livro abala a imagem do Brasil como país de emigração e a imprensa alemã discute intensamente o assunto. No ano seguinte da sua publicação, é promulgado pelo governo prussiano o Rescrito von der Heydt, ato que proíbe em seu território a propaganda e toda atividade dos agentes ligados à emigração para o Brasil, inclusive para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde as políticas imigratórias divergiam das encontradas nas províncias do centro-sul.

¹²⁸ IDEM, op. cit. p. 24

¹²⁹ Segundo Lilia Moritz Scwarcz, no último quartel do século, São Paulo passava do décimo para o segundo lugar em tamanho no país. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 45

¹³⁰ IDEM, op. cit. p. 50

Portanto, esse novo e dinâmico centro de atividades, que procurava trazer os luxos da civilização européia, assim como seus hábitos e costumes, era também um centro estudantil¹³¹ onde prosperaram as novas idéias. Idéias que agirão como forças renovadoras para se pensar e construir uma “nação civilizada”. Entram em pauta as idéias positivistas e evolucionistas, os pensadores Comte, Darwin e Spencer, os temas abolição e República.

2.5 Abolição e República: imagens de uma nação civilizada

O processo acelerado de transformação da sociedade brasileira como um todo configura, na segunda metade do século XIX, uma diversificada elite político-financeira com interesses também diversos. Não há mais uma base intelectual homogênea em termos de formação e carreira, pois com a mudança do eixo econômico da região nordeste para o sudeste diversificam-se também as instituições científicas. Assim, as carreiras burocráticas especializam-se e o panorama intelectual brasileiro em 1870 já está bastante ampliado. De acordo com este contexto particularizado, onde as diferentes faculdades adotam modelos liberais variados, Lilia Moritz Schwarcz acredita que não se podem definir em um só perfil sócio-econômico os membros destas instituições:

Isto é, se essa elite ilustrada não era em sua maioria, originária das camadas mais pobres, também não pode ser entendida como totalmente oriunda ou até mesmo porta-voz exclusiva dos interesses das classes dominantes. Por outro lado, se é certo que sua composição social os situaria como membros das camadas mais altas da sociedade, sua atuação não pode ser exclusivamente explicada em termos de pertinência de classe. Por fim, apesar dos estreitos laços de parentesco que atavam certos intelectuais a

¹³¹ A Faculdade de Direito de São Paulo foi inaugurada no dia 1º de março de 1828. “Com a nova escola de Direito alteram-se as estruturas e os costumes: os estudantes, na sua maioria filhos dos grandes cafeicultores do Centro-sul, ou de agricultores do Norte do país, ao mesmo tempo em que eram introduzidos nas obras dos grandes pensadores da época e iniciavam-se na política local, começam a alterar o pacato cotidiano da aldeia que era São Paulo”. SCHWARCZ (1987), *op. cit.* p. 44

famílias de proprietários de terra, sua atuação se dá em um contexto urbano, o que já os diferencia de seu grupo de origem.¹³²

Portanto, esta nova elite profissional, desvinculada, aos poucos, dos setores hegemônicos ligados aos grupos agrários, legitima suas posições através das instituições de que faz parte e, principalmente, através do discurso científico.

Se a literatura romântica, no momento anterior, preocupava-se com uma imagem de fundação em que a natureza tropical e o índio se impunham enquanto projeto literário nacionalizante, neste momento os romances naturalistas utilizavam-se dos modelos e teorias científicas para compor seus enredos e personagens em prol de uma “objetividade literária”. A literatura, deste modo, ajusta-se ao ideal da objetividade histórica, segundo o qual se deve omitir de juízos de valor. Os conceitos biológicos do darwinismo e do evolucionismo, como lei da “sobrevivência do mais forte” e da “seleção natural”, transferem-se também para a literatura que passa a ser abordada pela historiografia a partir de seus fatores extrínsecos.

A história literária de Sílvio Romero expressa exatamente o esforço da intelectualidade brasileira em identificar na história do país o caráter da nacionalidade através dos fatores objetivos. No caso de Romero, a questão nacional se dá pela miscigenação, propondo um conceito amplo da literatura como sinônimo de cultura. Portanto, em oposição à herança colonial, os letrados brasileiros buscam os fundamentos da cultura nacional através das teorias científicas européias tão divulgadas entre eles a partir dos anos de 1870. Roberto Ventura posiciona Sílvio Romero neste quadro político-social.

Sílvio Romero traz à cena histórica o escritor combatente, em conflito com o *status quo*, que não deve viver, como os românticos, à sombra da coroa, sob o manto do mecenato. Crítica e polêmica se aliam no combate do bacharel e do letrado contra o domínio oligárquico e as estruturas arcaicas

¹³² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 26

do país. Por meio do engajamento intelectual, a “geração de 1870” procurou intervir nas transformações históricas que resultaram na abolição da escravatura e na proclamação da República, trazendo o despontar de uma sociedade urbana de tipo moderno.¹³³

A década de 70 do século XIX, no entanto, marca a entrada de um novo ideário positivo-evolucionista que irá sustentar os principais debates em torno das questões latentes da época: a abolição e a república. Por estas questões outros debates alinham-se, como raça e civilização. A imagem de um povo degenerado pela mistura de raças, já tão divulgada pelos teóricos-viajantes, carece neste momento de um saber específico da própria realidade, ainda que este saber ache legitimidade nas teorias européias. Ao mesmo tempo em que os debates e os estudos são dominados pelo realismo científico, estes também se caracterizam por um extremo pessimismo quando abordam a raça negra.

A difusão mundial do conceito evolucionista de Darwin, o qual supõe um condicionamento da evolução cultural pela evolução biológica, dotando a raça branca ao grau mais elevado de civilização, traz, na verdade, um grande problema para o projeto de construção de uma nação brasileira. Podiam os escravos emancipados e os índios participarem plenamente de um Estado nacional moderno? Podiam eles construir uma pátria? No entanto, os não-brancos constituíam mais da metade da população do Brasil no século XIX. A heterogeneidade étnica e a mestiçagem pareciam um grande perigo para a jovem república brasileira. No período da independência buscava-se uma identificação com os grupos nativos através do indianismo, manifestando-se um desejo em ser brasileiro. Na República, no entanto, agrava-se o racismo e a falta de identificação com as populações não brancas, vive-se o cosmopolitismo dos centros urbanos e um desejo de ser estrangeiro.

¹³³ VENTURA, Roberto. História e Crítica em Sílvia Romero. In: ROMERO, Sílvia (com colaboração de João Ribeiro). *Compêndio de História da Literatura Brasileira* (Edição comemorativa). Org. Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001. p. 15

Berthold Zilly, nesse sentido, analisa o ponto de vista de Euclides da Cunha, em *Os sertões* enquanto um projeto social alternativo, o qual vai ao encontro de projeto civilizatório universalista. Em sua procura de um tipo marcadamente brasileiro, reabilita o sertanejo, através de uma visão romântica, a um mestiço especial, diferente dos outros, pois estava em perfeita harmonia com a natureza. Euclides da Cunha, que como colaborador do Jornal *Província de São Paulo* foi um grande divulgador das teorias científicas, utiliza-se da ideologia evolucionista para estabelecer uma nova maneira de se pensar a mestiçagem. A valorização do sertão e do sertanejo, até então, atrasado, bárbaro e marginal, transfigura-se na sub-raça original, numa população que não seja de empréstimo, mas autenticamente brasileira. Esse tipo de pensamento social, mediador entre interior (autêntico) e litoral (imitador) é uma tendência entre os escritores patriotas da época, e Euclides é um marco nessa tradição.¹³⁴

Assim, República e civilização são imagens complementares que se impõem através de contextos contraditórios no Brasil. Enquanto civilização¹³⁵ pressupõe progresso e domínio da natureza, as teorias raciais evolucionistas, tão difundidas entre as elites intelectuais, afirmam a barbárie de um povo miscigenado. Nesse sentido, estudos como o de Célia Maria Marinho de Azevedo mostra um imaginário social impregnado pelo medo e insegurança,

suscitada pelos conflitos reais ou simplesmente potencias entre uma diminuta elite composta tanto dos grandes proprietários como das chamadas camadas médias de profissionais liberais e uma massa de gente miserável – escravos e livres – cuja existência não passava pelas instituições políticas dominantes, o que significava conferir-lhes um perigoso grau de autonomia que nenhuma lei repressiva por si só poderia coibir.¹³⁶

¹³⁴ ZILLY, Berthold. Nação e sertanidade: formação ética e civilizatória do Brasil, segundo Euclides da Cunha. In: *Zwischen Literatur und Philosophie suche nach Menschlichen...* Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2000. p. 305-347

¹³⁵ Norbert Elias conceitua civilização a partir de numerosos aspectos que não cabem nesse momento para este estudo. Porém, uma noção bastante pertinente ao que estamos discutindo diz respeito ao conceito de civilização enquanto expressão de “consciência nacional”. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Volume I. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

¹³⁶ AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das Elites do século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004. p. 26

Valendo-se desse contexto de medo e afirmação científica, as correntes imigrantistas parecem atender à emergência de se produzir um povo civilizado pelo branqueamento das raças, além de promover um tema que já vinha sendo debatido desde 1840 com as primeiras tentativas de se instituir o trabalho livre. Assim, a antiga preocupação com a ausência de um povo e a heterogenia racial ganha novos contornos, quando a idéia da inferioridade africana, até então identificada através de um barbarismo cultural, reveste-se de sofisticadas análises científicas. As análises imigrantistas, como conseqüência, passam a considerar incapazes aos sentimentos civilizados os negros e mestiços sem antes serem impregnados pelas virtudes étnicas dos trabalhadores brancos.¹³⁷ Assim, a associação entre os males da escravidão e a inferioridade racial negra faz convergir o liberalismo para o racismo, já que a partir desse momento, os debates sobre a abolição da escravatura ligam-se contundentemente a idéia de progresso e civilização.

Nesse sentido, as elites intelectuais brasileiras encaminham duas questões urgentes para o Brasil nas décadas finais do século XIX, a abolição e a República, através de caminhos contraditórios que procuram explicar diferenças. “O resultado foi uma interpretação que, apesar de monogenista, recorreu a conclusões darwinistas sociais quando se tratava de justificar, por meio da raça, hierarquias consolidadas”.¹³⁸

Conclui-se, por conseguinte, que a questão nacional neste *fin-de-siècle* brasileiro ainda se ocupa de uma descoberta de si mesmo, de se construir um imaginário nacional. Essa busca, no entanto, parte de imagens já conhecidas sobre nós.

No capítulo seguinte, portanto, trabalharei com o processo de construção dessas imagens que interpretaram e significaram o Brasil cientificamente.

¹³⁷ IDEM, *op. cit.* p. 52-3

¹³⁸ SCHWARCZ (1993), *op. cit.* p. 240

CAPÍTULO III

EUROCENTRISMO MODERNO: NOVAS RELAÇÕES, NOVAS LINGUAGENS, NOVAS IMAGENS

Os discursos e imagens que inauguram um olhar científico sobre o Brasil estão inseridos num contexto de transformação do pensamento humano (séculos XVIII e XIX), quando novas formas de relações e representações do sujeito estão sendo

construídas. Mary Louise Pratt atribui essa mudança à emergência da História Natural¹³⁹ como uma forma diferente das elites européias relacionarem-se com o resto do mundo. A primeira expedição científica internacional da Europa em 1735 é o outro evento, o qual a autora considera primordial para a construção do moderno eurocentrismo. Com o objetivo de investigar a forma exata da terra, a expedição La Condamine¹⁴⁰ confirma a tendência à exploração do interior e aos significados globais, consolidando um novo campo semântico.

Assim, partirei do histórico de construção dessa nova forma de ver, sentir e relacionar-se com a diferença para, então, entender os mecanismos ideológicos e semânticos que possibilitaram o repertório de imagens produzidos sobre o Brasil na época da imigração alemã no século XIX. Repertório este que determinou a relação dos imigrantes com o novo espaço e seus habitantes. Michel Foucault em *As palavras e as coisas* e Mary Louise Pratt em *Os olhos do império* estruturarão a base teórica para esta primeira reflexão.

3.1 – A construção do saber ocidental

O processo de construção do saber ocidental coincide com o processo de construção da linguagem. A ordem que rege a percepção do mundo dá-se, primeiramente, através da nomeação, ou seja, as coisas eram aquilo que era dito. Uma profunda transformação nas bases desse saber ocorre nos séculos XVIII e XIX e são fundamentais para a construção de uma nova epistemologia que rege nossa concepção de mundo até hoje. O saber ocidental, num caminho de três séculos de

¹³⁹ No ano de 1735 Carl Linné, médico, biólogo naturalista e botânico, publica na Holanda seu primeiro livro *Systema Naturae*, no qual agrupou em *classes, ordens, gêneros e espécies* todos os vegetais já conhecidos e os que então eram descobertos.

¹⁴⁰ O geógrafo Charles Marie de la Condamine juntamente com o matemático Louis Godin e mais outros nove especialistas, entre astrônomos, médicos e engenheiros, embarcam em 16 de maio de 1735 rumo à América Equatorial. A expedição durou 10 anos e teve inúmeros contratemplos entre dificuldades geográficas, desentendimentos entre os membros até o abandono do governo francês. La Condamine foi uns dos poucos sobreviventes da expedição.

desenvolvimento, constrói-se a partir das suas relações com a natureza e o modo de nomeá-la, assim como através da percepção da diferença. Michel Foucault analisa a transformação desse pensamento desde o século XVI, quando o princípio da semelhança era a ordem universal, até o século XIX, quando, através da nova racionalidade empírica, surge o sujeito.

As transformações econômicas, sociais e políticas dos séculos XV e XVI marcam a transição do pensamento da Idade Média para a Idade Moderna ¹⁴¹, a qual se consolida definitivamente apenas no século XVIII com a idéia de progresso e com a industrialização. Arnold Hauser observa através da arte que essa passagem se dá a partir de uma nova concepção de espaço, antes sucessivo, agora simultâneo. A Idade Média tardia já manifesta esse novo método de representação que abrange o espaço real e a atitude dinâmica da própria vida. Segundo o autor:

O observador já não se coloca diante de uma obra de arte como se fosse o habitante de um outro mundo; foi atraído para a esfera da própria representação, e essa identificação das cercanias da cena representada com o meio ambiente em que o próprio observador se encontra produz, pela primeira vez, a completa ilusão do espaço.¹⁴²

Neste ambiente, a arte passa a representar as coisas do mundo, deixando de ser exclusivamente símbolos ligados aos dogmas eclesiásticos. O artista é agora um observador da natureza e tem como objetivo a representação do mundo empírico. A racionalidade começa a estruturar o pensamento dessa época e passa a decifrar os signos do mundo a partir da lógica das semelhanças e afinidades.

¹⁴¹ A transição do feudalismo para o capitalismo, da aristocracia para a burguesia, o surgimento dos estados modernos e o fortalecimento do poder monárquico, o Renascimento e a Reforma são transformações que promoveram mudanças nas atividades econômicas, nas estruturas e nas relações sociais, nas formas de organização política, nas ideologias, nas manifestações culturais. Este é um período de ruptura com a época medieval, mesmo que houvesse um certo grau de continuidade e permanência de elementos presentes na Idade Média.

¹⁴² HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 269

Michel Foucault explica a configuração do pensamento ocidental do século XVI a partir das relações de semelhança. Nessa época “buscar a lei dos signos é descobrir as coisas semelhantes”¹⁴³, aquilo que está visível ou se tornará visível através da linguagem. O mistério e o obscuro da antiguidade agora são interpretados através da linguagem e vem à tona de forma real e palpável. Assim, esse saber ainda se estrutura através de uma mistura do racional e do mágico. O que Foucault considera uma estrutura frágil:

...ela (a ciência) não seria mais do que um lugar liberal de um afrontamento entre a fidelidade aos antigos, o gosto pelo maravilhoso e uma atenção já despertada para essa soberana racionalidade na qual nos reconhecemos.¹⁴⁴

A linguagem tinha uma ligação imediata com o que nomeava, era a própria natureza e, por isso, um instrumento misterioso de poder e verdade. Uma nova disposição da linguagem passa a interpretar e a representar as coisas do mundo, organizando-se num regime binário de significação. Como diz Foucault, “as palavras e as coisas vão separar-se”¹⁴⁵ Durante os séculos XVII e XVIII houve este processo de transformação e dissolução da linguagem que deixou de nomear o mundo e passou a interpretá-lo ou significá-lo.

A partir do século XVII acontece a ruptura entre o saber clássico e a *divindade*. O signo deixa de ser uma marca sólida e secreta e passa a depender de um ato de conhecimento para se constituir, ou seja, o conhecimento liga-se à ordem científica. Aprofundando-se um pouco mais na análise de Foucault, podemos dizer que o signo divino do século XVI, que segue à risca o jogo da similitude, tem a tarefa de reduzir, de tornar o mundo próximo de si. Ao passo que, o signo no pensamento clássico dirigi-se

¹⁴³ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes; 2000. p. 40

¹⁴⁴ IDEM, *op. cit.* p. 44

¹⁴⁵ Ibidem. p. 59

ao infinito, afirmando-se na diversidade e na identidade daquilo que representa. Agora conhecer é discernir.¹⁴⁶

Essa nova estrutura do pensamento clássico estabelece, a partir da identidade e da diferença, um sistema matemático de análise e ordem dos signos, buscando a neutralidade e transparência dos mesmos. Inicia-se a era científica, quando os signos são analisados a partir de três variáveis que comprovam sua eficácia: 1. A origem da ligação. 2. O tipo de ligação. 3. A certeza da ligação. Nesse esquema fixo do significado surge a história natural. Segundo Foucault:

A idade clássica confere à história um sentido totalmente diferente: o de pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis. Compreende-se que nessa “purificação”, a primeira forma de história que se constituiu tenha sido a história da natureza. Pois, para constituir-se, ela tem necessidade apenas de palavras aplicadas sem intermediário às coisas mesmas. Os documentos dessa história nova não são outras palavras, textos ou arquivos, mas espaços claros onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins; o lugar dessa história é um retângulo intemporal, onde, despojados de todo comentário, de toda linguagem circundante, os seres se apresentam uns ao lado dos outros, com suas superfícies visíveis, aproximados segundo seus traços comuns e, com isso, já virtualmente analisados e portadores apenas de seu nome.¹⁴⁷

Assim, a sistematização da natureza é uma nova forma de olhar e conceber as relações entre as coisas do mundo. Através da classificação geral dos vegetais e animais do planeta a história natural tenta impor uma ordem no “caos” da natureza. O papel do cientista era o de retirar as espécies vivas de seu habitat natural desordenado e reagrupá-las em padrões fixos de unidade e ordem.

Diferentemente das explorações marítimas e suas narrativas de sobrevivência, a história natural explora o interior das regiões, produzindo novas paisagens no imaginário europeu. As narrativas de viagens são práticas importantes para a realização do projeto da história natural e assumem um modo particular de comunicação. Baseados

¹⁴⁶ Ibidem, p. 41-76

¹⁴⁷ Ibidem, p. 179

numa racionalidade extrema, que tem como objetivo maior a classificação generalizada dos seres, esses relatos são amplamente divulgados e consumidos na Europa dos séculos XVII e XVIII. Como afirma Michel Foucault, a história natural é uma língua bem-feita, pois através de uma única operação reúne elementos originalmente separados, construindo uma linguagem universal e precisa.¹⁴⁸

Essa nova linguagem de caráter documental e acumulativo descreve paisagens desabitadas, sem ação humana, num tempo estático e não evolutivo. É um discurso centrado nas descrições precisas da natureza e que revela uma imagem benigna do cientista. Em contraste com a figura do conquistador das narrativas marítimas, presentes no cenário mundial durante três séculos, o naturalista apresenta-se com ingenuidade perante a natureza, tomando posse do seu objeto sem violência. O próximo seguimento, então será dedicado à retórica da História Natural.

3.2 – A narrativa da História Natural

Mary Louise Pratt analisa o posicionamento dos naturalistas nos relatos de viagens, qualificando suas atitudes despretensiosas de exploração como *anticonquista*. Para a autora, o fato de o cientista minimizar sua presença em seus relatos, projetando um olhar de fora e atento apenas para a paisagem, reforça uma relação de culpa pela conquista, “uma culpa da qual a figura do naturalista eternamente procura se esquivar, e que eternamente menciona, nem que seja apenas para distanciar-se dela mais uma vez”.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Ibidem, p.190-1

¹⁴⁹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. SP: EDUSC, 1999. p. 108

A retórica naturalista de anticonquista estrutura o saber ocidental e mantém uma grande força ideológica durante todo o século XIX. O livro de Luiz Agassiz *Viagem ao Brasil 1865-1866* traz já nas primeiras páginas essa perspectiva: “A tarefa do naturalista dos nossos dias é explorar mundos cuja existência já é conhecida, aprofundar e não descobrir”.¹⁵⁰ O autor, um naturalista suíço de saúde frágil, pensa em viajar para o Brasil, primeiramente, por recomendação médica. Porém, a típica inquietação de um naturalista o levou a realizar um projeto científico com incentivo do museu de Cambridge e aprovado pelo Imperador do Brasil. A autoridade concedida ao cientista estrangeiro e a sua missão civilizadora está presente constantemente na sua narrativa. Narrativa esta realizada por sua mulher Elizabeth, que aqui assume o papel feminino de guardiã e reprodutora do conhecimento científico adquirido. É a contribuição científica para a humanidade a força geradora deste projeto. Assim, Luiz Agassiz deixa claro em seu prefácio:

Uma palavra, agora, a respeito de como foi feito este livro. Ele é produto mais das circunstâncias que de um propósito premeditado. Um pouco para a satisfação de seus amigos, um pouco pela idéia de que me seria útil ligar umas às outras as minhas observações científicas por meio de uma narrativa, a Sra. Agassiz registrou dia a dia nossas aventuras. Habituei-me desde logo a fornecer-lhe a nota cotidiana do resultado de meus trabalhos, bem seguro de que ela nada deixaria perder-se do que merecesse ser conservado. (...) Espero poder completar uma obra já começada sobre a história natural do Brasil e especialmente sobre os peixes. (...) Será obra, porém, para muitos anos, e para vários volumes de que o presente é apenas, por assim dizer, o vanguardeiro. Tal como está, fornecerá, todavia, o uso espera-lo, a prova de que o ano que passamos no Brasil não foi apenas cheio de impressões agradáveis, mas igualmente rico em aquisições para a ciência.

O livro de Agassiz nos propõe um cruzamento muito interessante, já que é uma narrativa feminina realizada a partir das experiências de um naturalista suíço que vive nos Estados Unidos a serviço de uma instituição européia. Pode-se refletir, então, a respeito da história natural como uma forma de hegemonia global do pensamento

¹⁵⁰ AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Trad. Edgar Süsskind de Mendonça. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1938. p. 25

científico europeu. A sistematização e a padronização do conhecimento tornam a história natural uma língua bem-feita, como afirmou Michel Foucault, certa e universal, disseminada e falada por muitos (letrados). Uma forma de comunicação unificada entre mundos urbanos a respeito de mundos não urbanos. O naturalista como representante desta língua, tem a missão de nomear ou fazer a substituição “correta” dos nomes, modificando a nomenclatura local da paisagem. A autoridade do naturalista nega o conhecimento nativo e apresenta uma visão primitiva destes habitantes. Esta visão está presente na narrativa de Agassiz, quando descreve a visita ao jardim do Sr. Lage em Juiz de Fora.

Ele [sr. Lage] não só distribuiu suas propriedades com muito bom gosto, mas fez empenho em nelas reunir todas as árvores e arbustos mais característicos do país, de maneiras que uma volta dada com ele no seu parque vale por uma lição das melhores para um botânico, que pode assim aprender a história e o nome de cada árvore ou cada flor que vai encontrando. Um guia como esse é dos mais preciosos, porque, em geral, os brasileiros parecem querer persistir numa doce ignorância de toda nomenclatura sistemática; para eles toda flor é uma flor, assim como todo animal, desde a mosca até o burro ou o elefante, é um bicho.¹⁵¹

Apesar de estarmos tratando aqui de uma narrativa da segunda metade do século XIX, a retórica naturalista aparece ainda com grande força. Mary Pratt argumenta, inclusive, que a construção ideológica da história natural permanece muito presente até hoje entre nós.

Em Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil (1817-1820)* o nome científico das espécies, muitas vezes, vem precedido do nome usado pelos índios. Uma forma de tradução da cultura local. A narrativa desta viagem pela Amazônia revela um contato muito próximo entre os naturalistas e os índios locais. São experiências da *zona de contato* como afirma Mary Pratt. Para a autora, estes encontros coloniais são relações contínuas entre culturas separadas histórica e geograficamente, revelando sempre uma disposição assimétrica de poder. É o olhar dominante do naturalista que narra este

¹⁵¹ IDEM, *op. cit.* p. 111

contexto de interação cultural a partir dos valores eurocoloniais. A descrição dos costumes alimentares indígenas na narrativa de Spix e Martius é um exemplo de experiência da zona de contato:

Repugnantes, embora, essas formigas de asas são, entretanto, apanhadas pelos índios, torradas em frigideiras e saboreadas como petisco. Frequentemente surpreendíamos também um rapaz índio, que havíamos tomado para ajudante de cozinha, acocorado diante de um formigueiro, o qual, usando um bastão de madeira, deixava os bichinhos vir-lhe correndo para a boca. A picada de todas as numerosas espécies de formiga deste país é dolorosa; particularmente maligna, porém, é a de uma espécie negra, bicornuda, chamada pelos índios *tacibura* (*Atta cephalote* F.) e da maior de todas, que os índios chamam de *tapiai* e *quibuquibura*, e os portugueses de tocanteira (*Cryptocerus atratus* F.)¹⁵²

A narrativa de Spix e Martius registra com detalhes a natureza da região amazônica, nomeando as espécies cientificamente. Um discurso produzido pela história natural, cuja sistematização do “caos” abrange também as observações etnográficas. Os valores dominantes do narrador, transcritos através da voz única e normalizadora dentro do texto, descrevem a paisagem e os índios como elementos descontínuos, ahistóricos, os quais passam, a partir de então, a participar da história eurocolonial. A ordem discursiva do estado moderno europeu organiza essa sociedade “sem precedentes” através da imposição da religião católica e de uma autoridade governamental. Os índios e seus costumes aparecem na narrativa em meio às descrições da natureza, como parte integrante desta paisagem. Assim como os desenhos explicativos das espécies vegetais encontradas naquela região, os índios também são desenhados e suas características exploradas, como estatura, tamanho do crânio, descrição das suas tatuagens e ornamentos. Na legenda dos desenhos de dois jovens índios há a informação de que estes foram levados para Munique.

Portanto, a presença branca européia entre os indígenas estabelece constantemente uma relação assimétrica de poder e de diálogo, na qual os índios,

¹⁵² SPIX, Johann Baptist von, MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981. p. 56-7

“desprovidos de civilização e inteligência”, dimensionam de outra maneira este contato. Martius descreve uma cerimônia de batizado de seis índios, salientando a maior importância dada aos presentes que receberiam do que ao significado da cerimônia. A narrativa descreve também o encontro do naturalista com um índio que poderia lhe indicar o local das riquezas daquela região. Com facilidade, o homem branco oferece ao índio alguns objetos e enfeites para sua filha e logo conquista sua confiança; as riquezas, então, são reveladas.

As narrativas produzidas pela história natural modificaram-se ao longo dos tempos, mas sempre ligaram e unificaram mundos diversos. A partir do século XIX e das *Imagens da natureza* de Alexander von Humboldt¹⁵³, publicado em 1808 na Alemanha, a natureza perde aquele caráter acessível e coletável dos escritos lineanos, e passa a ser narrada através de uma dramaticidade própria das forças ocultas da criação. O naturalista, agora, assume uma postura de onisciência diante da grandeza da natureza.

Michel Foucault atribui à categoria “tempo” essa nova disposição do conhecimento ocidental. A partir do século XIX o tempo passa a ser um elemento importante na estrutura do saber ocidental, definindo um espaço interno de relações entre os seres. O sistema da natureza não é mais fixo, taxinômico e hierárquico, pois a valorização do tempo permite um olhar causal e de coexistência. Ao invés da perspectiva horizontal e superficial sobre o desenvolvimento das espécies, há agora uma visibilidade vertical e interna, que comporta o oculto da vida. Ou seja, não há mais uma organização geral para todos os seres, mas sim relações particulares e fundamentais para as diferentes espécies. A principal ligação entre os seres é a própria vida. As condições da existência, as quais abarcam descontinuidades e incertezas, passam a fazer parte da

¹⁵³ Alexander von Humboldt (1769-1859) viajou pela América do sul entre 1799 e 1804. Pela primeira vez esta região foi explorada e descrita de um ponto de vista científico.

estrutura dos seres vivos. Georges Cuvier¹⁵⁴ é o nome revolucionário do pensamento clássico, sua análise funcional dos órgãos, ao invés de mecanicista, gera relações internas e menos visíveis entre os seres. Surge a possibilidade da biologia. Nas palavras de Foucault:

Em alguns anos, na curva dos séculos XVIII e XIX, a cultura europeia modificou inteiramente a espacialização fundamental do ser vivo: para a experiência clássica, o ser vivo era um compartimento ou uma série de compartimentos na *taxinomia* universal do ser; se sua localização geográfica tinha um papel (como em Buffon), era para fazer aparecer variações que já eram possíveis. A partir de Cuvier, o ser vivo se envolve sobre si mesmo, rompe suas vizinhanças taxinômicas, se arranca ao vasto plano constringente das continuidades e se constitui um novo espaço: espaço duplo na verdade- pois que é aquele, interior, das coerências anatômicas e das compatibilidades fisiológicas, e aquele, exterior, dos elementos onde ele reside para deles fazer seu próprio corpo. Todavia, esses dois espaços têm um comando unitário: não mais o das possibilidades do ser, mas o das condições de vida.¹⁵⁵

Assim, a consolidação da epistemologia moderna dá-se a partir de um caráter histórico advindo dessa nova continuidade introduzida pelo tempo. Ao invés da natureza, é a problemática da existência que passa a ocupar o centro da racionalidade ocidental. Portanto, o saber está enraizado nas condições de possibilidade, próprias da existência, da história, de um tempo. A perspectiva de um mundo marcado pelo destino histórico de causa e efeito introduz um olhar mais atento do observador em relação ao meio social.

A partir de Humboldt, o discurso sobre a natureza torna-se mais visual e emotivo. Seus escritos alcançam grande impacto na imaginação do público da Euro-América, fornecendo representações fundamentais para os dois grupos. Influencia, desta forma, tanto a produção narrativa dos viajantes que o sucederam quanto da elite crioula. O paradigma do pensamento moderno, o qual incorpora a vida humana à natureza,

¹⁵⁴ Georges Cuvier (1769-1832), filósofo, naturalista, anatomista e zoólogo francês acreditava que os organismos eram compostos de partes complexas inter-relacionadas, que não podiam ser alteradas sem que o todo perdesse sua harmonia.

¹⁵⁵ FOUCAULT, *op. cit.* p. 378

estrutura sua narrativa. A percepção de uma história única para o mundo e para o ser humano, exposta ao acontecimento, converge à narrativa de viagem do século XIX para uma perspectiva romântica, fundada na emoção do narrador perante tamanha força oculta que rege a natureza. Segundo Hauser, o romantismo “era a ideologia da nova sociedade e a expressão da visão de mundo de uma geração que deixara de acreditar em valores absolutos”¹⁵⁶ e estáticos para crer na história como um movimento dialético, no qual todos os fatores estão interligados. É a compreensão da realidade como um todo relativo e limitado historicamente. Neste contexto, surge um questionamento a respeito da influência americana sobre esta nova maneira da Europa lidar com o mundo: o romantismo. Tanto Pratt quanto Anderson lançam novas perspectivas a esse respeito, acreditando que o romantismo é resultado das forças provenientes das zonas de contato.

O discurso da natureza ainda é descritivo e acumulativo, porém agora há um envolvimento ativo e emocional por parte do narrador. Enquanto a natureza apresenta-se através de uma grandeza desafiadora diante dos olhos da ciência, o indivíduo nativo, os índios, os negros, os caboclos e também os senhores da elite aparecem na narrativa a partir de suas serventias e disponibilidades para com o viajante. Os *sujeitos instrumentais*, como denomina Mary Pratt¹⁵⁷, estão muito presentes na narrativa de Humboldt, e também em Spix e Martius, assim como em Louis Agassiz. Como a pintura de uma tela, a natureza e a população nativa são descritas através de uma plasticidade estética e estática a partir de um olhar de deslumbramento. A narrativa como ação desenvolve-se a partir da interação entre o explorador e o nativo, e este é representado, na maioria das vezes, pela sua postura servil. Vejamos um exemplo em Louis Agassiz:

Ouvimos dizer muitas vezes que a viagem subindo o Amazonas é monótona; a mim, no entanto, parece delicioso marginalizar essas florestas,

¹⁵⁶ HAUSER, *op. cit.* p. 671

¹⁵⁷ PRATT (1999), *op. cit.* p. 226

de aspecto tão novo para mim, olhar através de sua sombria profundidade, ou por uma clareira onde apenas se erguem aqui e ali algumas palmeiras ou, num relance, surpreender as gentes que vivem nessas povoações isoladas, constituídas por uma ou duas choças situadas nas margens.(...) Um dos índios nos convida a prolonga-lo até a sua casa, diz ele, é um pouco mais distante na floresta. Ele nos precede marchando nós alguns passos atrás: a todo instante temos que atravessar, por cima de um tronco de árvore, algum pequeno córrego, e como não estou muito segura de mim, o meu guia percebe: corta incontinentemente uma vara comprida onde eu possa ter um ponto de apoio, e eis-me mais corajosa.¹⁵⁸

A figura do índio como parte integrante da natureza primal e misteriosa reforça a imagem de uma cultura ahistórica. As observações a respeito da vida humana e de como esta se organiza socialmente passam a configurar a narrativa da história natural. Assim, a partir de um olhar civilizador, o viajante descreve estas sociedades e suas peculiaridades relacionando a natureza selvagem a uma cultura também selvagem.

A introdução do indivíduo e o modo de organização das sociedades nativas e crioulas nos relatos de viagens marcam uma configuração narrativa, a qual Mary Pratt denominou *vanguarda capitalista*. Estes escritos demonstram fortes interesses etnográficos voltados frequentemente para objetivos de intervenção e conquista. Diferentemente dos escritos de Humboldt que mantinham a sociedade americana nas suas margens, a “vanguarda capitalista” a priorizava nas suas narrativas, destacando, principalmente, seus obstáculos logísticos frente a um desejoso progresso.

Nos anos de 1820 ocorreram as revoluções de independência sul-americanas, gerando grande movimentação do capital europeu nas novas repúblicas. Assim, o discurso da “vanguarda capitalista” está estruturado num período de grande interesse da Europa em relação à América do Sul. Companhias de investidores europeus mandavam especialistas de diversas áreas para o “Novo Continente” em busca de informações e de viabilidades comerciais. Portanto, a investigação etnográfica passa a ser agora o foco dessas narrativas.

¹⁵⁸ AGASSIZ, *op cit.* p. 207-13

Ernesto Livon-Grosman, numa análise do gênero literatura de viagem, vê o elemento subjetivo, ou seja, a forma como o viajante recorre à fronteira, como fundamental para as diversas possibilidades de interpretações. Segundo o autor argentino:

La hibridez de esse sistema de representaciones culturales se debe al hecho de que la literatura de viaje depende de “lo factual”, es decir de las observaciones siempre subjetivas del viajero.(...) A literatura de viaje oscila entre a narrativa personal y las obligaciones institucionales.¹⁵⁹

A literatura de viagem desta época está fundamentada numa ligação muito significativa com as instituições governamentais, assim como a partir de viajantes pertencentes a uma mesma classe social. Portanto, dentro deste contexto, o discurso da natureza desenvolveu uma visão unilateral dos territórios americanos desta época, voltada para o projeto europeu de expansão econômica.

Nesse sentido, as imagens projetadas pela narrativa de viagem do século XIX, a qual ao mesmo tempo em que divulga a potencialidade dos recursos naturais americanos identifica suas sociedades como culturalmente atrasadas, exercem grande influência nas representações que estas nações fazem de si mesmas. Desta forma, entende-se por que a idéia de nação baseada num estado moderno está construída à imagem e semelhança dos europeus. Os intelectuais crioulos são participantes ativos dessa definição nacional e seus esforços para adaptar um modelo europeu de modernidade geram reflexões constantes sobre a particularidade do americano.

Na próxima seção, então, abordarei os debates científicos sobre a América realizados pelos filósofos e naturalistas europeus a partir de meados do século XVIII. Procuo definir, desta forma, o contexto intelectual que determinou os discursos da literatura de viagem sobre o Brasil.

¹⁵⁹ LIVON-GROSMAN, Ernesto. *Geografías imaginarias: el relato de viajes y la construcción del espacio pantagónico*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2003. p. 21

3.3 Natureza e civilização: o debate científico sobre a América

Partindo, mais uma vez, de Mary Louise Pratt quando diz que “o estudo dos tropos serve comumente para unificar corpos de conhecimento e definir gêneros em termos (...) de repertórios partilhados de instrumentos e convenções”,¹⁶⁰ pretendo discutir nas próximas seções exatamente o papel representativo das narrativas de viagem enquanto discurso que compõe as imagens do Brasil nação. Apoiados em bases científicas, esses relatos de viagens no século XIX dispõem-se em uma posição legítima de discurso, representando o Brasil tanto para o seu exterior quanto para si mesmo. Buscarei, portanto, a partir desse momento fundamentar ideologicamente a autoridade discursiva dessas narrativas que irão compor e difundir expressivamente as imagens sobre o Brasil. Dessa forma, procuro definir as relações que compõem um imaginário sobre o Brasil no século XIX, para num próximo momento articular essas relações através das narrativas que partem da imigração alemã em Santa Catarina.

A partir dessa seção, portanto, pretendo responder às seguintes questões: Que idéia de Brasil traziam consigo os imigrantes alemães que se estabeleceram em Santa Catarina a partir de 1850? Principalmente, que conceitos traziam os intelectuais imigrantes, estes que através de funções administrativas e de publicações no exterior difundiram e naturalizaram as imagens sobre o “Novo Mundo”. De que forma, então, as bases científicas do pensamento naturalista estruturam uma “visão de mundo” para esses imigrantes alemães?

Dois temas são centrais para a literatura de viagem que pretende compreender, interpretar e criar uma imagem sobre o Brasil: natureza e civilização. Esses temas irão nortear a maioria das narrativas dos viajantes europeus que estiveram no Brasil no

¹⁶⁰ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. SP: EDUSC, 1999. p. 38

século XIX, respondendo às aspirações continentais e transnacionais da ciência europeia setecentista. Natureza e civilização, por conseguinte, são questões complementares de uma tendência científica, desde o século XVIII, “a interpretar como uma relação rígida, necessária, causal, o nexó orgânico entre o vivente e o natural, a criatura e o ambiente”¹⁶¹.

Nesse sentido, as teorias de Buffon e De Pauw representam o início de uma ruptura com a interpretação bíblica e a crença na perfeição imutável da natureza. Esse período marca uma “redescoberta” do continente americano que passa a ser explicado “sob signo da carência”¹⁶². Portanto, é a partir do naturalista francês Georges Buffon (1707-1788) que as “surpreendentes” notícias sobre o Novo Mundo tornam-se escritos científicos,

e sobretudo porque apenas a partir de Buffon a tese da inferioridade das Américas possui uma história ininterrupta, uma trajetória precisa que, passando por De Pauw, alcança seu ápice com Hegel e a seguir se prolonga em sua decadência até a troca de recriminações, as fanfarronas pueris, as condenações sumárias e as célebres exaltações tão comuns ainda em nossos dias.¹⁶³

A *Historie Naturelle* de Buffon¹⁶⁴ sustenta a tese da “debilidade” ou “imaturidade” das Américas a partir da oposição entre Velho Mundo e Novo Mundo. Revelando que as espécies animais são diferentes nesses dois continentes, e esta é sua maior descoberta, o naturalista afirma a partir de uma lógica hierárquica e eurocêntrica a inexistência de animais de grande porte, como rinocerontes, dromedários e girafas, no Novo Mundo. Seu raciocínio fundamenta-se na debilidade da natureza, que ainda imatura, e por isso úmida e quente, não foi capaz de produzir quadrúpedes maiores. Ao

¹⁶¹ GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750 -1900)*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras., 1996. p. 40

¹⁶² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 46

¹⁶³ GERBI, op. cit. p.15

¹⁶⁴ No ano de 1749 foram publicados os três primeiros volumes dos trinta e seis que compreendem a *Historie Naturelle* de Georges Buffon. Sua obra foi um sucesso editorial jamais visto durante aquele século nos meios científicos.

contrário disso, o continente encharcado “produzirá apenas seres úmidos, plantas, répteis, insetos e somente poderá nutrir homens frios e animais débeis”.¹⁶⁵ Assim, o pensamento bufforiano constitui-se, sobretudo, em determinações quantitativas que afirmam a superioridade do grande, porque é mais estável racialmente, sobre o pequeno, mutável e imperfeito. Sua filosofia causal da natureza é um primeiro movimento científico sobre a variabilidade das espécies, as quais são dependentes da instabilidade geográfica. Sua teoria, porém, não chega ao limite do conceito de espécie, ou segundo o próprio Darwin, “não entra nas causas ou meios da transformação das espécies”¹⁶⁶

Buffon rompe, principalmente, com o legado humanista da Revolução Francesa que naturaliza a igualdade humana para introduzir uma idéia etnocêntrica e cultural no debate sobre o gênero humano. No entanto, é o pessimismo do abade Cornelius De Pauw (1739 – 1799), descrente da bondade natural do homem, a grande contradição ao humanismo rousseauiano que afirma a inocência e a perfectibilidade do homem natural¹⁶⁷. De Pauw radicaliza os argumentos de Buffon nas suas *Recherches Philosophiques sur les Américains, ou Mémoires Intéressants pour Servir à l’Histoire de l’Espèce Humaine*, publicadas em Berlim no ano de 1768, potencializando os debates em torno da natureza e civilização do Novo Mundo. Seu “furor antiamericano” avalia a natureza nas Américas como impotente, então “fraca porque corrompida,

¹⁶⁵ BUFFON apud GERBI, *op. cit.* p. 22

¹⁶⁶ DARWIN apud GERBI, *op. cit.* 42

¹⁶⁷ Em o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* de 1755, Rousseau desenvolve argumentos que comprovam a distância entre o estado de natureza e o estado social, assim como as diferenças entre homem natural e homem social. Atribui à liberdade de escolha e à capacidade de aperfeiçoamento as características que diferenciam o homem do animal. Para Rousseau, o estado de natureza é um estado de felicidade e equilíbrio que se basta a si mesmo e o homem natural solitário, independente com sentidos proporcionais a suas necessidades. Acredita num estado de inocência pré-moral do homem selvagem, assim como numa disposição própria para piedade: “Parece, inicialmente, que os homens nesse estado, não mantendo entre si nenhuma espécie de relação moral nem deveres conhecidos, não podiam ser bons nem maus (...) Desse modo, poder-se-ia dizer que os selvagens não são maus, exatamente porque não sabem o que é ser bom. (...) Falo da piedade, disposição própria a seres tão fracos e sujeitos a tantos males como somos; virtude tanto mais universal, tanto mais útil ao homem que lhe é anterior ao uso de qualquer reflexão, e tão natural que os próprios animais dela apresentam provas sensíveis algumas vezes”. (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Iracema G. Soares e M^a Cristina R. Nagle. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 72 e 75)

inferior porque degenerada” e os “selvagens” americanos como “bebês raquíticos, irreparavelmente indolentes e incapazes de qualquer progresso mental”¹⁶⁸. De forma ambígua, explica a inferioridade do continente ora a partir de catástrofes físicas como terremotos e inundações, ora pela hipótese de um dilúvio que atingiu somente as Américas. Segundo Gerbi, seus argumentos, além de retomarem de forma historicizada a “visão buffoniana do continente encharcado”, estão alicerçados em duas obras de Francis Bacon (1561 – 1626) denominadas *Nova Atlântida* e *Ensaio civil e morais*, onde o filósofo narra como uma grande inundação destruiu totalmente “a grande Atlântida, que chamais América”. Este dilúvio particular, que ocorreu mil anos após o dilúvio universal, explica tanto a juventude do continente quanto o insignificante número e a decadência de seus habitantes.¹⁶⁹

As radicais teses expostas nas *Recherches* de De Pauw, que coloca os americanos no centro da sua investigação, mobilizam os debates científicos e transformam em polêmica as questões sobre o Novo Mundo. Mesmo diante de várias réplicas, o abade prussiano parece não mudar de opinião e, ao contrário disso, continua a desenvolver suas teses preconceituosas também sobre os chineses e os egípcios¹⁷⁰. Diante do movimentado contexto científico, Buffon, diferentemente de De Pauw, sente-se motivado a rever sua posição. Abandona suas explicações degenerativas, e apóia-se, sobretudo, na sua antiga tese sobre a imaturidade do continente americano. Nas palavras de Antonello Gerbi:

¹⁶⁸ DE PAUW apud GERBI, *op. cit.* p.58-9

¹⁶⁹ GERBI, *op. cit.* p. 62-3

¹⁷⁰ De Pauw publica em 1773, cinco anos depois das primeiras *Recherches*, as *Recherches sur les Égyptiens et les Chinois*, onde, em um primeiro momento, contesta a tese defendida por De Guignes em 1759 de que os chineses são uma colônia dos egípcios antigos. Desenvolve seus argumentos tentando demonstrar que não há nenhum ponto de contato entre as duas civilizações, o que vale a sua segunda obra uma melhor acolhida científica, já que a tese de De Guignes era mesmo insustentável. No entanto, De Pauw “sempre orgulhoso da sua superioridade européia” acaba por criticar e denegrir a China e o Egito. Ele afirma que as artes não foram bem desenvolvidas na maioria dos povos orientais e de que estes não sabem desenhar. Além disso, os chineses não possuem pintores escultores, naturalistas e astrônomos. (GERBI, *op. cit.* p. 126-130)

O indígena americano era impotente e débil para Buffon, antes que De Pauw o atacasse. Recupera as forças e a juventude – a histórica, pelo menos, se não a fisiologia – depois que De Pauw o vilipendiou. Só lhe resta, da condição anterior, uma certa preguiça contemplativa: é “menos ativo”¹⁷¹

O debate científico sobre as Américas torna-se mais intenso e controverso com a tomada de consciência da Europa Iluminada como missionária da civilização, concomitante aos movimentos de independência americanos que vão afirmando o prestígio do Novo Continente. A este cenário polêmico incorporam-se nas últimas décadas do século XVIII as teses pré-românticas que, alimentadas por atitudes anti-racionais, rejeitam o Iluminismo generalizante e dogmático. A natureza e a civilização americanas perdem o caráter depreciativo do diagnóstico racional para serem pensadas e alegorizadas subjetivamente. Reivindica-se a natureza sobre a história, valoriza-se o homem natural sobre o civilizado. E nesse sentido, a filosofia humanista de Rousseau é retomada para valorizar “o estado de natureza em sua pureza” em detrimento do “outro, fruto de um excesso de corrupção”¹⁷².

O espírito anti-histórico e a tendência revolucionária do movimento alemão *Sturm und Drang* alicerçam as novas bases desse debate, quando “o conceito sobre o valor da civilização primitiva e dos povos jovens”¹⁷³ passa por uma revisão. E somente o homem natural de Rousseau, cujo possível correlato histórico seria o “selvagem” americano¹⁷⁴, poderia possuir o gênio, a liberdade e a perfectibilidade. Assim, Lessing, Kant, Goethe, Schiller e Herder, autores do movimento que anuncia o Romantismo alemão, inspiram-se e dependem daquilo que Hauser chamou de evangelho da natureza rousseauiano¹⁷⁵.

¹⁷¹ IDEM, *op. cit.* p. 131

¹⁷² ROUSSEAU, *op. cit.* p. 115

¹⁷³ GERBI, *op. cit.* p. 216

¹⁷⁴ LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Editora Huncitec, 1997. p. 80

¹⁷⁵ HAUSER, *op. cit.* p. 621

Johann Gottfried Herder (1744-1803) conjuga em si a maior expressão das críticas pré-românticas que acreditam na importância dos povos primitivos contra a pretensa atitude salvadora do Iluminismo. Em sua mais famosa obra, *Idéias para uma filosofia da história da humanidade* (1784-91), reserva um capítulo para descrever os americanos, o qual o conclui destacando três traços característicos. Os dois primeiros pontos dizem respeito às peculiaridades físicas, mas inicia afirmando que não se pode falar numa generalidade de povos que habitam um continente, pois assim como há uma variedade de climas e solos em toda América, também há uma diversidade de povos que habitam todo o continente. Por isso, tanto no extremo norte e no sul como na parte meridional encontram-se anões, gigantes e povos medianos “de formação física mais ou menos bela, mansos ou guerreiros, preguiçosos ou diligentes, dos mais diversos estilos de vida e dotados de todas as características”¹⁷⁶

No segundo ponto desenvolve uma argumentação a respeito da raça americana que, apesar de “tão ramificada com todas as suas derivações”, pode ter a sua origem a partir de uma só raiz e, conseqüentemente, dar “frutos uniformes”¹⁷⁷. Cita, especificamente as particularidades físicas dos mexicanos, aproximando-as de povos muito remotos, para reconhecer dentro da diversidade dos povos americanos uma fisionomia dominante “que revela certa origem homogênea”¹⁷⁸. Por isso, não acredita numa grande variedade de povos que chegaram à América, pois “em todo o continente não se encontram cabelos loiros e nem olhos azuis”.¹⁷⁹

No terceiro e conclusivo traço característico do americano, Herder anuncia toda sua crítica às difundidas teses “Buffon-depauwdianas” para defender e admirar, *a la Rousseau*, a sensibilidade e inocência do “bom selvagem”. Sua defesa constitui-se,

¹⁷⁶ HERDER, Johann Gottfried. *Ideas para uma filosofia de la história de la humanidad*. Trad. J. Rovira Armengol. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1959. p. 187

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 187

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 187

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 187

sobretudo, no contraste à violência dos europeus sobre estes povos, assim como sobre a capacidade destes em se desenvolverem através de seus próprios esforços. Apesar de, num primeiro momento, recusar um traço generalizante, finaliza esse capítulo defendendo a idéia de que

O caráter geral dos americanos não parece que possa ser outro do que sua bondade de coração e sua inocência pura, que se demonstra também por suas antigas tradições, suas habilidades e as poucas artes que praticam, mas mais do que nada, por seu comportamento inicial frente aos europeus. Oriundos de um país bárbaro e sem nenhuma ajuda por parte do mundo civilizado, avançaram com suas próprias forças até onde puderam chegar, oferecendo também com suas origens rudimentares de uma cultura um quadro um tanto instrutivo da humanidade¹⁸⁰.

O paradoxo em Herder, no entanto, constitui-se quando, concomitante à idolatria do primitivo, o filósofo demonstra-se um grande entusiasta da sociedade e do progresso. Segundo primorosa avaliação de Antonello Gerbi, esses “esforços críticos” são acima de tudo sintomáticos, pois representam, a partir da polêmica entre o racionalismo setecentista e o “historicismo nascente”, o grande problema concebido pelas Américas: “o problema da relação entre história e natureza, entre civilizado e inato, tradição e espontaneidade”¹⁸¹.

Chegamos em Hegel (1770-1831), num contexto em que a relação dialética entre Novo Mundo/Velho Mundo atenua-se frente às revoluções mundiais (a americana que já passou, a francesa que estava no seu auge e as sul-americanas que ainda estavam por vir)¹⁸² e ao novo interesse das ciências naturais que distanciam-se das questões mais gerais pensadas a partir de Buffon para se ocupar das questões das espécies. Como já vimos na seção anterior, Cuvier é o grande nome dos estudos das particularidades da vida, quando as identidades pensadas através do espaço passam a fazer sentido em

¹⁸⁰ Ibidem, p. 187

¹⁸¹ GERBI, *op. cit.* p. 220

¹⁸² Ibidem, p. 245

planos mais profundos de investigação. A generalidade da história natural começa a ceder espaço para a biologia.

No entanto, o conceito hegeliano sobre as Américas, o qual será “talvez a derradeira expressão”¹⁸³ sobre a imaturidade física do continente, realiza um esforço para explicar a natureza dos *dois* hemisférios através de uma *única* lei.¹⁸⁴ Para isso, fundamenta sua filosofia num antievolucionismo radical que dispõe a natureza numa imobilidade perpétua, afirmando, em sua *Enciclopédia das ciências filosóficas* publicada entre os anos de 1817 e 1830, ser “inteiramente descabido imaginarem-se as espécies desenvolvendo-se paulatinamente ao longo do tempo; a diferença temporal é aqui irrelevante”¹⁸⁵. O caráter anti-histórico da natureza, portanto, não se aplica ao indivíduo, pois este se desenvolve, é temporal. As espécies, assim, estão fechadas em si e não provêm umas das outras. “O homem não se formou a partir do animal, tampouco o animal se fez da planta: cada um é de pronto o que é”¹⁸⁶ Nesse sentido, Hegel atribui à natureza uma impotência, pois a ela nada mais poderá ser acrescentado. A deficiência da natureza para Hegel também está na sua desarticulação orgânica, já que as partes dos vegetais, diferentemente dos animais, podem existir separadamente. Nas palavras de Antonelle Gerbi:

Por conseguinte, impotente para Hegel quer dizer não-orgânico, incapaz de ser deduzido, essencialmente acidental, privado de necessidade interna. Quando quiser deduzir os continentes, suas espécies naturais e seu habitantes, Hegel poderá desembaraçar-se de qualquer dificuldade e incongruência tachando de “impotente” tudo o que resistir mais galhardamente à sua prepotência dedutiva.¹⁸⁷

¹⁸³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. XXVI

¹⁸⁴ GERBI, *op. cit.* p. 316

¹⁸⁵ HEGEL apud GERBI, *op. cit.* p.319

¹⁸⁶ HEGEL apud GERBI, *op. cit.* p.319

¹⁸⁷ GERBI, *op. cit.* p. 321

Assim, seu sistema dialético irá fundamentar também seu discurso sobre o Novo Mundo. Nas *Lições sobre a Filosofia da História*¹⁸⁸ refere-se primeiramente a uma divisão essencial entre Novo Mundo e o Velho Mundo para então, a partir de uma visão de conjunto oferecida pela história universal, pensar numa conexão interna determinada geograficamente. A metáfora solar aqui irá explicar o processo da história universal que “vai do Oriente ao Ocidente”, tendo a Ásia como seu princípio e a Europa como seu término ou seu centro. “Na Ásia nasce o sol exterior, o sol físico, e se põe no Ocidente” Portanto, no mundo oriental é que se tem a primeira forma do espírito, “o espírito intuitivo” que evolui até chegar na sua segunda forma, “uma conciliação absoluta da subjetividade com o verdadeiro e substancial”. Este espírito evoluído, próprio do “mundo germânico e suas nações”, promove o “reino da liberdade concreta”.¹⁸⁹

As argumentações hegelianas que condenam fisicamente o continente americano nos levam a aproximar o Velho Mundo ao espiritual e o Novo Mundo ao natural. Mesmo que Hegel não tenha realizado essas associações claramente, seus argumentos em relação à América do Norte, por exemplo, proclamam a idéia de que o excesso de natureza revela a falta de um “Estado organizado”, político e espiritual.

É, portanto, impossível comparar os estados norte-americanos livres com os países europeus, pois na Europa não existe semelhante saída natural para a população. Se as florestas da Germânia ainda existissem, não se teria produzido a Revolução Francesa. A América do Norte só poderá ser comparada com a Europa quando o imenso espaço que oferece estiver cheio e a sociedade estiver se concentrado em si mesma.¹⁹⁰

Dominar a natureza, portanto, é imprescindível para a evolução “espiritual” do continente americano, o qual Hegel considera um “anexo” da “população excedente da Europa”. População esta que tem conduzido para lá “o tesouro do sentimento europeu”,

¹⁸⁸ Esta obra foi uma publicação póstuma, organizada a partir de um manuscrito original de Hegel e de vários cadernos de apontamentos de seus alunos, em diferentes anos dos seus ensinamentos universitários. A primeira edição foi feita em 1837 por Eduard Gans.

¹⁸⁹ HEGEL, Friedrich Georg Wilhelm. *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*. Trad. José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1980, p. 201, 202 e 210

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 176-7

causando uma retração na cultura nativa, por esta tratar-se de uma “cultura natural”. “Assim, tudo que o acontece na América tem sua origem na Europa”.¹⁹¹ Nesse sentido, o Novo Mundo, que para Hegel compreende a América e a Oceania, significa um continente imaturo e não evoluído no que diz respeito às qualidades físicas e espirituais. Não leva em conta o fato da descoberta tardia, mas se faz valer da qualidade excessiva da natureza com seus rios enormes e pântanos imensos, para afirmar que a “América sempre se revelou e segue revelando-se impotente tanto no físico como no espiritual”¹⁹². Desta forma, seguindo ao extremo os preceitos buffon-depaudianos, chama a atenção para a inferioridade que se observa tanto nos animais quanto nos homens da América. Assegurando, também, que apesar da fauna americana possuir feras com formas parecidas com as do Velho Mundo, como leões, tigres e crocodilos, estes são “menores, mais débeis e mais impotentes”.¹⁹³

Hegel pensa sobre o destino americano a partir da cisão entre América do Sul e América do Norte, atribuindo à última uma maior prosperidade devido ao crescimento da indústria e da população, e, conseqüentemente, da ordem civil e da liberdade. Assim, além de constatar as diferenças naturais, salienta também as distinções políticas, religiosas e de ocupação. Enquanto a América do Sul foi “conquistada” pelos espanhóis e portugueses, católicos, briguentos e prepotentes, a América do Norte foi “colonizada” pelos ingleses protestantes, industriais e liberais.¹⁹⁴ Nesse sentido, adverte que somente uma luta entre as duas Américas iria atribuir ao Novo Mundo uma importância histórica capaz de inseri-lo na história universal. Sendo assim, enquanto “país do por vir, a América não nos interessa, pois o filósofo não faz profecias”.¹⁹⁵

¹⁹¹ Ibidem, p. 176-7

¹⁹² Ibidem, p. 171

¹⁹³ Ibidem, p. 171

¹⁹⁴ Ibidem, p. 174 e GERBI, *op. cit.* p. 332

¹⁹⁵ Ibidem, p. 177

É claro que a extensão desses debates científico-filosóficos suscita reações americanas de defesa às difamações sobre o Novo Continente. Segundo Gerbi, enquanto o europeu despreza o crioulo, este reivindica os dotes intelectuais, religiosos e, sobretudo, a benignidade da terra com sua irrefutável riqueza em metais preciosos.¹⁹⁶ Porém, são os jesuítas, expulsos do continente a partir de 1759¹⁹⁷, os primeiros defensores da América. Estes chegam à Europa trazendo consigo uma experiência civilizatória de 200 anos no continente americano. Defrontados com as “calúnias” antiamericanas, mas também estimulados por certo sentimento “patriótico”, os jesuítas exilados colocam à disposição do público europeu, tão ávido de informações sobre o mundo americano, um “arsenal de glórias e tradições nacionais”. Gerbi, no entanto, nos lembra que foram exatamente os escritos dos jesuítas missionários que formaram e propagaram no decorrer do século XVII a lenda do bom selvagem americano. “Não haviam fornecido, com isso, um alvo conspícuo para os sarcasmos de De Paw?”¹⁹⁸

Alexander von Humboldt (1769 – 1859) será, portanto, um defensor da América com elevada capacidade intelectual e, sobretudo, força científica para participar da acirrada polêmica sobre o Novo Mundo. Sai dos gabinetes dos famosos cientistas-filósofos para constatar, refutar e reformular *in loco* as tão discutidas teses americanas. A expedição de Humboldt à América durou cinco anos, de 1799 à 1804¹⁹⁹, porém seus escritos são publicados ao longo dos anos de 1808 à 1834²⁰⁰. Apesar de não considerar

¹⁹⁶ GERBI, *op. cit.* p. 151

¹⁹⁷ A coroa portuguesa, sob o domínio de Marques do Pombal, foi a primeira a expulsar os jesuítas de seus territórios no ano de 1759, seguida da França, por Luis XVI, em 1763 A Espanha tomou a mesma medida no ano de 1767, sob o decreto Carlos III. A maioria dos jesuítas manteram-se exilados na Itália

¹⁹⁸ GERBI, *op. cit.* 155-6

¹⁹⁹ Alexander von Humboldt sai de La Coruña a 5 de junho de 1799 e divide com o naturalista Aimé Bonpland a chefia de sua comitiva que chega na costa venezuelana aos 16 de julho. Exploram o rio Orenoco, passam por Cuba, Columbia, Equador, México e terminam a expedição nos Estados Unidos, visitando a Filadélfia e Washington. Partem de volta para Europa, rumo à Paris, em 9 de julho de 1804. O Conde de Linhares, ministro das colônias do Reino Português, nega a entrada da expedição de Humboldt no Brasil. Somente a partir de 1808, com a abertura dos portos brasileiros ao livre comércio, é permitida a entrada de viajantes estrangeiros e de expedições científicas no país.

²⁰⁰ Em co-autoria com Bonpland, Humboldt publica em Paris e em língua francesa trinta volumes de suas *Viagens às regiões equinociais do Novo Continente em 1799, 1800, 1801, 1803 e 1804.*

sua obra dentro dessa disputa intelectual sobre o Novo Mundo²⁰¹, sua investigação científica na América não teve como fugir da problemática que vinha sendo tão discutida desde Buffon: a relação entre natureza e civilização.

Mesmo estando perfeitamente consciente de toda a literatura da polêmica, como mostram seus escritos, é a sua visão orgânica do mundo e o seu romantismo totalizante em relação à natureza que se sobressaem. Pratt afirma que são seus escritos não técnicos os que alcançam maior impacto na imaginação do público europeu e americano²⁰², pois estes transcendem ao conhecimento empírico e introduzem uma nova composição no discurso científico e, principalmente, nas descrições naturalistas. Em *Quadros da Natureza*, publicado pela primeira vez em 1808 e única obra escrita em língua alemã, evidenciam-se os traços estéticos da sua escrita e o diálogo com os debates científicos sobre a América.

Vê-se, pois, que a ciência não se limita a dizer que ar é mais úmido numa parte do que em outra da terra; basta observar o estado atual das coisas para dar razão de tal desigualdade. O físico pode dispensar-se de ocultar sob mitos geológicos a explicação de semelhantes fenômenos. Não há necessidade de supor que a luta dos elementos, que dilacerou o corpo primitivo do planeta, não se apaziguou simultaneamente em ambos os hemisférios; ou que a América, ilha pantanosa, povoada de crocodilos e serpentes, saiu mais tarde que as demais partes do mundo, desse estado caótico em que as águas estavam dispersas pela superfície da terra.²⁰³

Em uma nota no final desse parágrafo, a qual remete o leitor ao capítulo XII, Humboldt critica pontualmente as tão difundidas afirmações sobre a juventude e umidade da América.

Estas imagens caprichosas da juventude e de agitação, opostas à secura e inércia da terra envelhecida, não podem brotar senão nos espíritos que se comprazem em procurar contrastes entre ambos os hemisférios, e não se dão ao trabalho de abraçar, num olhar geral, a estrutura do corpo terrestre. Será preciso considerar a Itália meridional como mais recente que a Itália do

²⁰¹ PRATT, *op. cit.* p. 212

²⁰² *Ibidem*, p. 209

²⁰³ HUMBOLDT, Alexander von. *Quadros da Natureza*. 1º volume. Trad. Assis Carvalho. São Paulo: Jackson editores, 1952, p. 13

norte só porque está incessantemente atormentada por tremores de terra e erupções vulcânicas?²⁰⁴

Humboldt, portanto, irá explorar e admirar exatamente essa complexidade, movimento e imprevisibilidade da natureza americana através de escritos alinhados à estética espiritualista do Romantismo, já mencionada na seção anterior. Tanto Gerbi quanto Pratt aproximam as recorrentes e entusiasmadas descrições humboldtianas de uma natureza primal americana aos primeiros viajante-escritores europeus, porém “com a maturidade científica obtida pela Europa de 1800”²⁰⁵. Como Colombo, Humboldt descreve a América sob uma óptica paradisíaca e a partir de um discurso de acúmulo abundância e inocência²⁰⁶.

Contrariando um subjetivismo comodista que parte de um ponto de vista particular do interesse humano, Humboldt impõe um valor de universalidade sobre o olhar da natureza e não vê o selvagem americano como um primitivo ou protótipo, mas como aquele que compartilha do processo degenerativo próprio da totalidade da natureza. Pois para Humboldt, a estrutura material do mundo torna-se mais complexa com o avanço do tempo, distanciando cada vez mais o homem da natureza²⁰⁷. Historiciza, desta forma, o caminho da humanidade, contrapondo e resignificando os valores entre barbárie e civilização.

Nesse sentido, quando Humboldt descreve a região e os povos existentes entre os rios Orenoco e Amazonas situa estes dentro de um processo histórico universal, ou seja, diferentemente dos depreciadores da América, sua perspectiva totalizadora da natureza admite o “progresso” americano.

No meio da natureza grande e selvagem vivem raças humanas muito diversas. Algumas, como os Stomakos e Jaruros, separadas das outras pela

²⁰⁴ Ibidem, p. 123-4

²⁰⁵ GERBI, op. cit. p. 309

²⁰⁶ PRATT, op. cit. p. 221

²⁰⁷ RICOTTA, Lúcia. *Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 54

diferença absoluta de língua, levam vida nômade. Estranhas à agricultura, comem formigas, goma e terra; são as fezes da espécie humana. Outras têm moradas fixas e alimentam-se de frutos que cultivaram: não carecem de inteligência e seus costumes têm maior suavidade; a este número pertencem os Maquiritares e os Maços. Os vastos espaços, compreendidos entre o Cassiquiare e o Atabapo, não são povoados senão por tapires e macacos que vivem em sociedade. Contudo, figuras gravadas em pedra, provam que a civilização nem sempre foi de todo desconhecida nestes desertos, e são testemunhas das vicissitudes a que os povos estão sujeitos.²⁰⁸

Enquanto antítese, Humboldt e Hegel encontram-se no ponto máximo em que chegaram os debates sobre o Novo Mundo. Suas posições extremadas foram determinantes entre os entusiastas e os detratores da América até meados do século XIX e, apesar de ocuparem pólos opostos, o eurocentrismo os unia enquanto referência para as interpretações sobre a América.

Depois de Hegel, como Gerbi situa, há um esvaziamento da disputa que se atualiza num plano antropológico e universal, quando “o problema do selvagem, problema histórico e filosófico, torna-se do homem, compreendido no sentido naturalista, enquanto espécie ou raça”.²⁰⁹ Contudo, mesmo que a polêmica sobre o Novo Mundo não tenha tido mais significativos desenvolvimentos, a América e os americanos continuaram no imaginário europeu e sendo ainda muito explorados pelos cientistas-viajantes, que passam a se ocupar das novas nações americanas e suas “sociedades”. “Muda a mira, porém não mudam os métodos e argumentos”, já que as oposições entre os continentes, principalmente aquelas entre sociedade e natureza, civilização e selvageria, significavam os contínuos esforços para “definir melhor e aprofundar a natureza, a história e o destino do Mundo Antigo”.²¹⁰

Veremos, portanto, na seção seguinte como algumas narrativas de viajantes no Brasil articularam estes debates setecentistas, transitando entre os pólos firmados por

²⁰⁸ HUMBOLDT, *op. cit.* p. 27

²⁰⁹ GERBI, *op. cit.* p. 345

²¹⁰ *Ibidem*, p. 337 e 338

Hegel e Humboldt, para interpretar e criar uma imagem do país. Concentrarei minha análise, no entanto, na *Viagem pelo Brasil (1817-1820)* de Spix e Martius por ser esta uma obra com ampla representatividade no cenário científico do século XIX, mas que também ganhou grande repercussão em meio ao público comum. Comentarei com mais detalhes esta narrativa, sobretudo, por serem seus autores de origem alemã, de onde parte o interesse desse trabalho, e seguirem uma referência teórica centrada nos valores desenvolvidos por esta cultura, principalmente, no que diz respeito à idéia de “civilização”.

3.4 A literatura de viagem: um discurso científico sobre o Brasil

Somente com a abertura dos portos em 1808, o Brasil passa a fazer parte efetivamente do cenário científico desenvolvido pela Europa. O decreto de D. João VI propicia grande movimentação de viagens e expedições científicas estrangeiras no país, que objetivavam o estudo da fauna, da flora, da geografia e etnologia deste território ainda tão desconhecido. Até início do século XIX, todo o conhecimento científico sobre o Brasil devia-se ao “parêntese luminoso” aberto pelo governo de Maurício de Nassau (1637-1644) que atrai para o Recife a primeira missão científica do país²¹¹.

Nesse sentido, o intenso trânsito de viajantes estrangeiros, sejam estes cientistas, artistas ou comerciantes, mas também os incipientes imigrantes, fazem circular na Europa as mais diversas informações sobre o Brasil, intensificando-se, assim, os interesses científicos e comerciais sobre este imenso país que despertava para a independência. Desta forma, a partir de 1808 estes visitantes de nacionalidades variadas

²¹¹ OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: (Org.) Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização*. Tomo II: “O Brasil Monárquico”. Vol.1: “O processo de emancipação”. São Paulo: Bertrand, 1993. p. 119. Willem Piso (1611-1678), médico holandês, e Georg Marcgrave (1610-1644), astrônomo e naturalista alemão, publicaram em 1648 a obra *Historia Naturalis Brasiliae*. Em oito livros, os cientistas da universidade de Leiden descrevem e fazem observações sobre medicina, flora e fauna do Brasil.

serão responsáveis pelo contínuo processo de criação do Novo Mundo no imaginário europeu, ou mais precisamente, serão os autores de um redescobrimto do Brasil.

O texto de abertura da famosa obra de Spix e Martius, *Reise in Brasilien*, ou *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, nos situa nesse contexto de exploração científica em território americano, enquanto empreendimento a favor da ciência humana, reforçando também a idéia de missão civilizadora.

A América, essa nova parte do mundo apenas conhecida de poucos séculos atrás, tem sido desde a época de seu descobrimento, objeto de admiração e predileção da Europa. A feliz situação, fertilidade e diversidade de riquezas do seu solo atraem tanto colonos e negociantes, como pesquisadores científicos. Rapidamente se povoou e assim se desenvolveu a nova terra, pelo ativo comércio com a mãe-pátria e graças aos trabalhos dos sábios, que porfiaram em longínquas viagens procurando conhece-la. Inolvidáveis são, nesse sentido, os méritos de muitos esforçados exploradores dos primeiros tempos, assim como especialmente do último decênio, por meio dos quais se tornou conhecida a América, mais do que nenhuma das velhas partes do mundo, com exceção da Europa. (...) Mais do que qualquer outra porção da América, o Brasil, o seu mais belo e mais rico país, é, entretanto, pouco povoado e conhecido, embora seja ele o coração desse novo continente.

Vemos aqui a consolidada imagem do Brasil enquanto Terra Prometida devido às suas riquezas naturais e as suas potencialidades de progresso frente ao contato civilizador da Europa.

O botânico Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868) e o zoólogo Johann Baptist Spix (1781-1826) foram nomeados pelo rei bávaro Maximiliano José I e pela Academia de Ciências de Munique como membros do séquito científico que acompanhou a Princesa Leopoldina na ocasião de seu casamento com D. Pedro. Chegaram ao Rio de Janeiro em 15 julho de 1817 junto com outros estudiosos de origem italiana, austríaca e alemã.²¹², dentre os quais destacaram-se realizando uma expedição de grande sucesso²¹³. Quando voltaram a Munique, em dezembro de 1820, o

²¹² Participaram também da comitiva de D. Leopoldina o botânico italiano Giuseppe Raddi (1817-1820), o alemão João Emanuel Pohl (1817-1821), o zoólogo João Natter (1817-1835) e o professor Mikan (1817-1818).

²¹³ Spix e Martius chegaram no Rio de Janeiro em 1817 e dedicaram-se às expedições nas redondezas da Corte. Em 1818 dirigem-se à São Paulo, seguindo para Ouro Preto e Diamantina. Alcançam o Rio São

êxito da missão já estava consagrado devido ao constante envio das coleções naturais e das anotações à Academia de Ciências. Recebem, por isso, vários prêmios, colocações profissionais e, acima de tudo, são elevados à nobreza pelo rei da Baviera, adicionando aos seus nomes a terminação “von”.

Reise in Brasilien, resultado da famosa expedição, é publicado em três volumes nos anos de 1823, 1828 e 1831²¹⁴ e tem uma ótima recepção de um público bastante variado. Karen Lisboa comenta que a boa aceitação da obra pode estar condicionada às publicações prévias, já em 1818, de trechos das anotações “em trânsito” dos autores em uma revista bávara, chamada EOS, a qual era dirigida a um público bastante amplo.²¹⁵ Já no Brasil, segundo Ubiratan Machado²¹⁶, a obra de Spix e Martius é adquirida pela Biblioteca Nacional em 1842, ano em que este acervo foi ampliado e modernizado. Assim, a grande projeção da obra nos informa a importância desses relatos que alimentavam o imaginário Europeu sobre o Novo Continente. Também no Brasil, como já vimos no capítulo anterior, este era um momento de emancipação do estatuto colonial, quando os estudos sistemáticos do território nacional exercem grande valor como ferramentas de definição do próprio país.

A partir do segundo livro do primeiro volume da *Viagem pelo Brasil* iniciam-se as descrições e impressões do território brasileiro e é a cidade do Rio de Janeiro,

Francisco e através deste chegam ao sertão da Bahia. Passam, então, por Pernambuco, Piauí, Maranhão e Pará, quando desembarcam em Belém, já em meados de 1819, vindos de navio de São Luis. Sobem o Amazonas até Solimões e separam-se. Spix segue o rio Amazonas até os limites do Peru e Martius viaja pelo rio Japurá, até a fronteira da Colômbia para reencontrarem-se no rio Negro. Navegam, então, pelo Rio Madeira e voltam para Belém do Pará em abril de 1820, embarcando para a Europa em junho do mesmo ano. (OBERACKER, *op. cit.* p.126)

²¹⁴ Spix morre em 1826 e não participa da redação da obra como um todo, compartilhando deste trabalho com Martius até o segundo capítulo do quinto livro, já do segundo tomo. Apesar disso, Martius lhe confere a co-autoria da obra como um todo, incluindo, assim, o terceiro volume. No prefácio do segundo volume Martius comunica e lamenta a morte de seu companheiro: “Ao apresentar ao público interessado a continuação do histórico da viagem pelo Brasil apreendida pelo Dr. Spix e por mim, tenho a participar a lamentável perda do fiel companheiro cujo prematuro passamento arrancou-o aos seus amigos e a ciência que ele com seu brilhante talento parecia destinado a promover ainda futuramente. Tanto esse desgosto como os múltiplos encargos de ofício, contra a minha vontade, demoraram a publicação desta parte.”

²¹⁵ LISBOA, *op. cit.* p. 57

²¹⁶ MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, RJ: EdUERJ, 2001. p. 199

modernizada e civilizada pela presença de D. João VI, o que lhes causa maior sensação de estranhamento.

Quem chega convencido de encontrar uma parte do mundo, descoberta só desde três séculos, com *natureza inteiramente rude, forte e não vencida*, poder-se-ia julgar, ao menos aqui na capital do Brasil, fora dela; tanto fez a influência da *cultura da velha e educada Europa* para remover deste ponto da colônia *os característicos da selvageria americana*, e dar-lhe o cunho da *mais alta civilização*. Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro feição européia. O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha numa *parte estranha do mundo*, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de espanto do que de agrado. A *natureza inferior, bruta, desses homens insistentes*, meio nus, fere a *sensibilidade do europeu*, que acaba de deixar os *costumes delicados* e as *fórmulas obsequiosas* das suas pátrias.²¹⁷

As palavras grifadas nesse trecho revelam a perspectiva de contraste entre a velha Europa civilizada e a nova América selvagem, traduzindo um pensamento etnocêntrico que separa natureza e cultura e afirma o dogma otimista do progresso. A perturbação sentida pelos naturalistas alemães quando entram em contato com os escravos nos remete claramente à antítese hegeliana que opõe o estado natural ao estado espiritual. A liberdade positiva do espírito, aqui representada pela “sensibilidade do europeu”, é ferida pela “natureza bruta” e desesperada (insistente) concebida pelo escravismo, e este só é possível num continente ainda em formação. Nesse sentido, a aproximação do espírito, ou a “influência da cultura da velha e educada Europa” sucumbe à cultura natural, ou “à selvageria americana”, e introduz a América na história universal, ou lhe dá “o cunho da mais alta civilização”. Entende-se, então, que “os começos que nesse sentido podem observar-se ali, são de natureza européia”²¹⁸

Apesar de vermos cristalizados alguns aspectos da filosofia de Hegel, no que se refere à natureza dos trópicos, Spix e Martius refutam as teses detratoras e vão ao

²¹⁷ SPIX e MARTIUS (Volume I), *op. cit.*, p. 46 (grifo meu)

²¹⁸ HEGEL, *op. cit.* p. 177

encontro do *Naturgefühl* (sentimento da natureza) de Humboldt. Ao distanciarem-se um pouco do “porto”, da “Praça do Comércio” e das “ruas mais próximas do mar”, onde o viajante “note por toda parte atividade e burburinho de negócios”²¹⁹, suas expectativas em relação à “inteiramente rude, forte e não vencida” natureza americana são alcançadas.

Quem não experimentou o encanto do luar na calma das noites, nestas afortunadas latitudes, não poderá fazer descrição acertada das elevadas sensações, que tão maravilhosa natureza desperta na alma do observador. Uma delicada e transparente névoa paira sobre toda a região; a lua brilha clara, entre pesados grupos de nuvens e formas singulares; as zonas iluminadas pelo luar destacam-se frisantes, ao passo que o mágico crepúsculo parece afastar da vista as zonas escuras. (...) No gozo da magia de tais noites lembra-se o europeu recém-chegado, com saudade, da sua pátria até que a rica natureza tropical se vai tornando para ele uma segunda pátria.²²⁰

As descrições da natureza permeadas pelos sentimentos humanos localizam o discurso desses naturalistas numa perspectiva romântica, fundamentada num entendimento totalizante e transcendente da observação empírica. Assim, baseados no estilo estético-científico de Humboldt, apreendem a natureza subjetivamente, o que somente é possível fora dos limites do mundo europeu já altamente civilizado. Apenas esta natureza intocada pode elevar o pensamento do observador para “além do visível” e atingir “os domínios do sonho, da memória, da fantasia, dos presságios, das intuições”. Portanto, “à revelia dos pensadores do século XVIII que difamaram a natureza dos trópicos, Spix e Martius vêem nela o poder benéfico de gerar vida nova no próprio contemplador”.²²¹ Esta vitalidade e exuberância da natureza americana provoca prazer e dependência, uma vez que estimula no “europeu recém-chegado” sentimentos de pertença. O próprio vocabulário “experimentou”, “elevadas sensações”, “desperta na

²¹⁹ IDEM, *op. cit.* p. 50

²²⁰ Ibidem, p. 58

²²¹ LISBOA, *op. cit.* p. 98 e 95

alma” nos remete à idéia de um conhecimento subjetivo, intransponível ao visível e ordenável mundo da ciência.

Porém, o prazer oferecido pela natureza, capaz de elevar o espírito do europeu educado, também seria um empecilho para o desenvolvimento cultural²²² brasileiro. Dialogando como Hegel, Spix e Martius, acreditam que somente “depois de fundada e firmada a sua vida comercial com o estrangeiro, é que podem despertar as aspirações de arte e a cultura artística”²²³. Assim, a extasiante natureza ao mesmo tempo em que liberta o europeu, proporcionando-lhe novos sentimentos, também domina o americano, impossibilitando-o de se organizar socialmente. Assim explicam os nossos naturalistas alemães:

Também a necessária consequência do grau de civilização do Brasil atual é o habitante deste país tropical, todo cercado de pinturescas e poéticas belezas naturais, sente-se mais perto do gozo espontaneamente oferecido por estes tão ditos céus, do que da arte que só se atinge com esforço. Essa razão caracteriza o impulso que tomam as tentativas artísticas e científicas em toda a América.²²⁴

Percebemos, portanto, que Spix e Martius, firmados num pensamento eurocêntrico e numa “ordem discursiva eurocolonial cujas formas territoriais e visuais de autoridade são aquelas do estado moderno”²²⁵, explicam o Brasil a partir do confronto entre natureza potente e humanidade débil.

Em contato estreito com tribos indígenas no Amazonas, Martius apresenta vários aspectos culturais das mesmas, como a crença “num Deus criador do mundo” e,

²²² O conceito de cultura neste contexto refere-se ao aplicado no século XVIII, como Norbert Elias explica, significando processos sociais ou desenvolvimento da humanidade. Um conceito em harmonia com uma visão mais geral, de caráter dinâmico e orientado para o futuro. Significando um contraste social e não nacional, principalmente no caso da Alemanha ainda não unificada, cultura correspondia ao processo civilizador, legitimando-se sobretudo em suas realizações intelectuais, científicas ou artísticas. ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e o desenvolvimento do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 119-121 e ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. I. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 23-8

²²³ SPIX e MARTIUS, *op. cit.* p. 56

²²⁴ IDEM, *op. cit.* p. 56

²²⁵ PRATT, *op. cit.* p. 120

sobretudo, o que mais lhe impressiona, as “idéias sobre os cosmos”²²⁶. Aproveitando-se da descrição de um etnógrafo português, pois não conseguiu comunicar-se com os pajés desta tribo, destaca em uma nota de rodapé o entendimento que estes fazem do universo:

Na sua idéia o sol está parado e a terra move-se em volta dele; inclinam-se, pois, para o sistema ensinado por Pitágoras 300 anos antes de cristo e depois por Filolaus, Aristarco e Cleanto de Samos, sistema restabelecido pelo Cardeal de Cusa e, finalmente, desenvolvido por Copérnico. Dizem eles que do movimento da terra provém a correnteza do rio e riachos, que eles chamam artérias e veias da terra.²²⁷

Apesar de perceber vários pontos de contato com a cultura européia, Martius absorvido pelo olhar etnocêntrico, concentra-se numa explicação que situa os índios fora da sociedade humana. Na abertura desse capítulo, já avisa ao leitor que mesmo que seus sonhos poéticos, estimulados quando em contato com o “majestoso rio” Japurá²²⁸, não tenham se realizado, ele é muito grato às experiências que essa “remota região” pode lhe oferecer: a “idéia da natureza e bem preciso conhecimento do estado primitivo do continente americano e dos seus habitantes!”²²⁹ Destaca, então, a dificuldade da experiência etnográfica, quando através de um interrogatório pretende anotar as palavras principais da tribo e o índio fica “angustiado e aborrecido”. “Somente podíamos despertá-los da indolência por meio de duas coisas: a cachaça e a pergunta sobre as partes do corpo”. Descreve, então, imagens análogas aos movimentos infantis, quando os índios são questionados sobre os números: (...) “responde, servindo-se em geral dos dedos, e, quando quer exprimir mais de três coisas, usa da mão ou dos dedos”. Utiliza “também os dedos do pé, que estende para cima, como se quisesse melhor

²²⁶ SPIX e MARTIUS (Volume III), *op. cit.* p. 220 e 222

²²⁷ IDEM, *op. cit.* p. 222

²²⁸ Afluente do rio Solimões, o rio Japurá banha o estado do Amazonas. Nesta excursão, Martius havia se separado de Spix.

²²⁹ Ibidem, p. 217

afirmar a correspondente expressão”.²³⁰ Nesse sentido, fazendo-nos lembrar Hegel quando diz que “os americanos vivem como crianças que se limitam a existir, longe de tudo o que signifique pensamento ou fins mais elevados”²³¹, Martius afirma sua crença na debilidade ameríndia, reiterando, assim, as concepções articuladas no pensamento naturalista do século XVIII.

Veremos, por conseguinte, como está naturalizado em outras narrativas de viagens do século XIX esse arranjo de idéias científico-filosóficas que pensam o Mundo através da antítese entre o Velho e o Novo, concebendo à América grande vigor físico e carência humana. Fiquemos, então, com as primeiras impressões desses viajantes estrangeiros ao aportarem nas cidades brasileiras. O naturalista e pintor francês, Auguste François Biard (1798-1882), chega à Bahia em 1858 e revela-se surpreso:

Ao chegarmos à Bahia chovia copiosamente e uma espessa cerração ocultava-nos parte da cidade. Quando o tempo clareou, não fiquei nada satisfeito. O que se oferecia à vista não correspondia à idéia que eu fizera do Brasil, talvez tivesse outra impressão mais tarde ao desembarcar, mas não confiava muito em que tal acontecesse. (...) Nada de pitoresco: por toda parte negros a gritar e a empurrar. (...) ruas acanhadas da cidade baixa, onde vivem numa atmosfera empestada negociantes franceses, ingleses, portugueses, judeus e católicos. Apressei-me para sair desse formigueiro (...) Pensava era em começar minha caça aos insetos, aos pássaros, aos répteis. Eu não viera até cá pelo interesse de cidades.²³²

Apesar da distância de quarenta e um anos, percebemos grandes semelhanças entre a cena que descreve a chegada de Biard no porto da Bahia e a de Spix e Martius no porto do Rio de Janeiro. A expectativa de se deparar diante de um cenário natural “pitoresco” é logo desfeita pela sonoridade dos escravos e a “atmosfera” infectada pelos

²³⁰ Ibidem, p. 222

²³¹ HEGEL, *op. cit.* p. 172

²³² BIARD, Auguste François. *Dois anos no Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p. 27-8
Biard viajou pelo Brasil entre os anos de 1858 e 1859, passando pelo Espírito Santo, Belém e Manaus. Em sua estada no Rio de Janeiro, pintou retratos da Família Real. Publicou em Paris no ano de 1862, “Deux années au Brésil”, obra de pouca repercussão científica.

negociantes estrangeiros. Ao invés do esperado encantamento provocado pela potente natureza americana, a desilusão perante a cidade escravizada e internacionalizada.

O alemão Carl Seidler viveu no Brasil durante dez anos e descreve suas impressões no momento de sua chegada ao Rio de Janeiro no ano de 1826.

A primeira impressão que colhemos da vida humana no Rio de Janeiro foi altamente desagradável e revoltante; destruiu todos os sonhos idílicos que como chuva de maná se derramaram sobre nosso coração ainda enjoado do mar. Passou por nós grande embarcação que levava dezoito negros, quais escravos de galés, dura e estreitamente acorrentados uns aos outros; a pouca distância seguia-lhe outra e logo após terceira. É essa a tão gabada emancipação dos escravos, a liberdade brasileira, pensei eu comigo, e desviei meus olhos do espetáculo.²³³

Vemos aqui novamente, uma atitude de estranhamento e de desconstrução de uma imagem preconcebida sobre o Brasil. A idéia de “sonhos idílicos”, que abriga uma concepção poética do ambiente natural acolhedor e integrador, é logo desfeita por sentimentos de repúdio diante de uma cena de barbárie.

Percebemos que nesses semelhantes testemunhos, os quais registram o primeiro olhar do estrangeiro sobre o cenário desconhecido, porém há muito imaginado, o que “salta aos seus olhos” e fere os seus “sentimentos” é o aspecto de maior contraste em relação a Europa: a civilização. No entanto, percebemos também, que o estranhamento diante do novo, ou do Mundo Novo, vem sempre configurado através do par comparativo entre natureza e sociedade. Corrompidas mutuamente nas cidades

²³³ SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Trad. Bertoldo Klinger. Brasília: Senado Federal, 2004. p. 58
Carl Seidler é considerado um aventureiro que vem para o Brasil atraído pela promessa de fama e riqueza o alemão. Procedente de Hamburgo, faz um relato negativo da sua experiência no Brasil. Sentiu-se “impelido para fora da pátria, rumo ao novo mundo descoberto por Colombo (p.32), pois “quisera ver o mundo no seu período de desenvolvimento aventureiro”, considerando “o Brasil como foco da grande câmara escura” (p. 33), conclui: “cometi uma tolice quando a 6 de outubro de 1825 deixei minha pátria sonolenta e minha carreira ainda mais sonolenta para tentar minha sorte no Novo Mundo (p.34)
O seu comentário a respeito da emancipação dos escravos parece estar se referindo à lei de 1831 que extingue, pelo menos no papel, o tráfico negreiro, já que o seu texto foi escrito em 1835, quando retornou para Alemanha. Não há informações sobre a repercussão do seu livro na Europa.

portuárias, as esperadas natureza exuberante e sociedade selvagem convergem para um cenário urbano já conhecido, porém em grau de civilização muito inferior.

Partindo das imagens que nutrem sobre si mesmos, enquanto sujeitos genética ou racialmente civilizados, esses viajantes europeus exercem uma escrita auto-suficiente que se afirma enquanto autoridade.

Na próxima seção, trabalharei com a narrativa de Hermann Otto Blumenau, no seu livro *Sul do Brasil em suas referências à emigração e colonização alemã*, publicado na Alemanha em 1850. Como nas narrativas de viagens já abordadas, o autor dedica-se a divulgar informações sobre este inusitado lugar chamado Brasil.

3.4 Hermann Otto Blumenau e o sul do Brasil

Mesmo estando profundamente comprometida com um futuro projeto de colonização alemã no sul do Brasil, a escrita de Hermann Blumenau aproxima-se muito das narrativas de viagens sobre a América Latina produzidas no século XIX. Portanto, orienta futuros emigrantes alemães a partir de uma interpretação eurocêntrica do mundo americano, firmada na visão dualista que se explica na relação entre natureza e sociedade.

Hermann Otto Blumenau, um doutorando alemão em química, intensifica seus interesses em relação à emigração e os direciona ao Brasil quando, em Londres de 1844, entra em contato com Johann Jacob Sturz²³⁴, Cônsul Geral do Brasil na

²³⁴ Johann Jacob Sturz (1800-1877) trabalhou por mais de dez anos como engenheiro de mineração no Brasil. Produziu uma imensa literatura na qual apresenta seus ideais humanitários e um projeto civilizador em relação ao Brasil. Segundo Von Martius, em carta a Sturz datada em 5 de janeiro de 1846, sua influência foi determinante para Hermann Blumenau: “Há oito dias o sr. Blumenau esteve comigo e tive a impressão de ser um jovem muito corajoso, com muitos conhecimentos e, agora, estou convencido de que o senhor consegue entusiasmar as pessoas em relação à seus planos bem intencionados, pois ele está arrebatado pela colonização e vai empenhar-se ao máximo.” (Martius, Karl Friedrich Phillip von apud Ferreira, Cristina e Petry, Sueli Maria (Org.). *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no sul do Brasil*. Blumenau: Editora Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999. p. 33

Prússia. Com a tarefa de estudar as condições dos colonos e as novas possibilidades de colonização no sul do país, chega ao Brasil em 1846 como procurador da “Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil” e faz contatos com autoridades do Império e com colonos alemães em São Leopoldo e em São Pedro de Alcântara. Recebe informações sobre as terras férteis do Vale do Itajaí e em 1848 inicia sua primeira expedição para essas terras, as quais já estava decidido a explorar. Sua proposta inicial, porém, em nome da sociedade da qual era procurador, foi rejeitada pela comissão especial constituída na Assembléia do Estado. Essa comissão evoca os decretos provinciais dos anos 1836 e 1838, os quais autorizam o contato com qualquer companhia particular que empreenda a colonização da Província. A Sociedade Protetora dos Imigrantes é dissolvida e Hermann Blumenau organiza uma sociedade particular com Ferdinand Hackradt sob a razão social “Blumenau & Hackradt”. A nova sociedade adquire terras de particulares nas imediações do ribeirão Garcia e a autorização do presidente da Província Ferreira de Britto para demarcar as terras e instalar a colônia.

Nesta época, escreveu seu primeiro livro *O sul do Brasil e suas referências à emigração e colonização alemã*, onde não propaga seu investimento, apenas o menciona, porém apresenta o sul do Brasil como uma região própria para a emigração.²³⁵ O espírito de conquista e a missão civilizadora caracterizam sua

²³⁵ Hermann Blumenau publicou mais dois livros. Um no ano de 1851, intitulado *Guia de Instruções aos emigrantes e a Colônia alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*, onde fornece informações práticas aos futuros emigrantes como as profissões mais necessárias para a região, o que devem trazer da Alemanha assim como adverte para a falta de conforto e dos prazeres europeus. Seu terceiro livro, *A Colônia alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no sul do Brasil*, publicado em 1856, relata os progressos obtidos pela Colônia nos seus primeiros cinco anos. Todos os três livros foram publicados pela editora Rudolstadt de propriedade de Günther Fröbel, o qual possuía, desde 1845, uma agência de emigração que organizava viagens para América do Norte e do Sul. A editora de Fröbel publicava vários jornais especializados em emigração como o *Pilot*, o *Fliegende Blätter für Auswanderer*, o *Rudolstädter Wochenblatt* ou o *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, neste último Hermann Blumenau escreveu vários artigos com informações sobre as colônias no sul do Brasil. No prólogo do livro *Sul do Brasil*, informa sua intenção inicial em publicar o resultado deste trabalho no *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, mas como este se tornou muito volumoso optou pela publicação em livro.

narrativa, a qual apresenta uma natureza primitiva, intocada pela civilização. Seguindo o estilo romântico e totalizante de Humboldt, o qual conheceu pessoalmente e de quem obteve uma carta de recomendação em sua primeira viagem ao Brasil, Blumenau apresenta uma natureza dramática, poderosa e abundante no parágrafo de abertura de seu livro:

O Brasil é um país extremamente belo, fascinante, abençoado e prodigamente contemplado pela natureza, um verdadeiro diamante à espera de um hábil mestre que o transforme na jóia mais preciosa do mundo. No seio de suas montanhas jazem os metais mais nobres e as mais valiosas pedras preciosas. Seu solo equipara-se aos mais férteis do mundo e sua superfície é coberta de florestas verdejantes, que contém as mais nobres madeiras, e de campos infinitos, que alimentam numerosos rebanhos no verão e no inverno.²³⁶

A impetuosa natureza tropical, no entanto, é vista como um espaço devoluto e atemporal que necessita de uma organização social e econômica para que suas riquezas sejam potencializadas. Nesse sentido, um mundo pensado a partir de uma única história, a que estaria prestes a começar a partir do contato com o imigrante europeu.

A idéia deste espaço ahistórico, “à espera do hábil mestre”, revela uma lógica eurocêntrica alicerçada nas construções setecentistas de Natureza e Homem, assim como na episteme moderna e sua perspectiva de causa e efeito consolidada pela história natural. Portanto, a potência natural da imatura América deve ser organizada racionalmente pela influência diligente da Europa. “(...) o Brasil é um país jovem, com uma população escassa, pouca terra cultivada e recursos abundantes, que somente poder ser explorados com ação, conhecimento e perseverança”. (p. 53)

O caráter ahistórico atribuído à abundante e perfeita natureza americana contrasta com o desenvolvimento imperfeito do elemento humano.

²³⁶ BLUMENAU, Hermann Otto. O sul do Brasil e suas referências à emigração e colonização alemã. In: *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política Colonizadora no sul do Brasil*. Ferreira, Cristina e Petry, Sueli Maria Vanzuita (org.). Trad. Curt Willy Hennings e Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999. p. 53
Indicarei a partir de agora apenas o número das páginas nas citações retiradas deste mesmo livro.

O brasileiro, por ser uma mistura de raças, demonstra em seu caráter uma grande indolência, preguiça, sensualidade, sofre impetuosa paixão e irascibilidade, característica dos povos de países tropicais, como também gosta de enganar no comércio, tanto quanto o norte-americano, possuindo talento para esta arte. (p. 53)

Vemos aqui o discurso da raça como signo da diferença cultural. A idéia de transgressão racial conota, nesse sentido, rigidez e desordem, imutabilidade e degeneração. Portanto, na narrativa européia auto-suficiente, a natureza americana é determinante das características da sua sociedade, dominada pelos excessos naturais e por isso moralmente degenerada. (“Quanto mais ao norte e mais quente, mais perceptíveis são estas características”) (p. 53)

Identificamos, assim, na escrita de Blumenau constantes ecos hegelianos, que definem, através dos pólos natureza e espírito e América do Sul e América do Norte, as relações entre o Velho e o Novo mundo. Com o objetivo de divulgar a região sul brasileira como apropriada para a colonização alemã, Blumenau realiza diversas comparações entre Brasil e Estados Unidos, para onde se dirigiam até então a maioria dos emigrantes alemães. Adverte, então, para a falta de informações na Alemanha a respeito do Brasil:

Aparentemente também são desconhecidas as instituições políticas e a legislação do Império, prevalecendo conhecimentos narrados em obras publicadas há 25 anos, desconsiderando-se o fato de que o Brasil experimentou um progresso vertiginoso, que continua ano após ano, todavia não tem comparação ao da América do Norte. (p.53)

Como Hegel, Blumenau distingue as duas Américas a partir da ótica racional do desenvolvimento político, econômico e social, o que mais adiante considera um fator favorável para o emigrante alemão que deseja se deslocar para o Brasil, pois é “repugnante e exagerada a altivez do norte-americano pelo seu país” (p. 53). Enquanto isso, “o estrangeiro inteligente, ativo e honesto é reconhecido e valorizado pelo brasileiro, que muitas vezes deposita-lhe mais confiança do que em seus compatriotas”.

(p. 53) E segue, repetidamente, descrevendo a debilidade do elemento humano no Brasil proveniente da miscigenação. Quanto à religião, comenta que “os brasileiros são bastante tolerantes ou até indiferentes, sendo que a influência do clero é muito pequena” (p. 55) e, por isso, outros cultos públicos são permitidos, apesar da religião oficial ser a católica. Porém, acha indigna a restrição de que as igrejas de fé diferentes da católica ostentem externamente uma torre e sinos. “Este assunto já foi ventilado publicamente várias vezes e nada foi feito, devido à morosidade característica no Brasil”. (p. 55) Registra também a falta de organização da polícia, referindo-se à legislação brasileira: “A legislação é muito humana, quase suave demais para um país cuja população é mesclada e dispersa, onde uma ação rápida e enérgica de vez em quando seria muito conveniente”. (p. 55)

Percebemos, assim, a lógica eurocêntrica que racionaliza mundos diversos em uma história única, voltada para a produção e para o progresso. Assim, enquanto a natureza é vista como uma grande potência inexplorada de produção, a sociedade brasileira é recorrentemente criticada pela sua indolência e falta de organização. Nesse sentido, a narrativa de Blumenau aproxima-se muita da retórica da “vanguarda capitalista”, desenvolvida por Mary Pratt, quando “a negligência passa a ser a pedra de toque de uma estética negativa que legitima o intervencionismo europeu”.²³⁷ O autor identifica ineficiências em diversos setores de produção como a apicultura que “ainda é pouco praticada”, a sericicultura, a qual apesar da abundante matéria-prima (amoreiras e plantas das quais se alimentam o bicho da seda) ainda “faltam pessoas interessadas e capazes de introduzir algo novo com perseverança”, e a agroindústria que, como a agricultura, apresenta-se num “nível não desenvolvido”, pois “os processos são muito rudimentares; os aparelhos, ferramentas e máquinas são grosseiros, antiquados e desperdiçam tempo e energia”. De forma generalizante, Blumenau conclui que “em

²³⁷ PRATT, *op. cit.* p. 258

todo o lugar, dominam a desordem e a sujeira, como também o desperdício de material, tempo e trabalho”. (p. 65)

Portanto, a perspectiva capitalista é determinante no discurso de Blumenau que deseja o progresso e, acima de tudo, legitimar a colonização alemã como meio de modernizar um espaço negligenciado em produção de recursos. Assim, é o fracasso da vida econômica brasileira que valida este espaço como grande oportunidade para receber o “diligente e preparado” imigrante alemão.

Pergunto, ousadamente: onde, na face da Terra, o imigrante diligente e preparado encontraria um mercado interno protegido por impostos aduaneiros, geralmente de 25 a 30%; uma concorrência tão inexpressiva; uma variedade tão grande de produtos mal aproveitados e desleixados como no Brasil; além de um clima sadio e ameno, como nas províncias sulinas? (p. 67)

Finaliza com estes impositivos argumentos a parte do seu livro que diz respeito à produção dos recursos naturais e o desenvolvimento do comércio. Nos próximos seguimentos detêm-se em descrever detalhadamente a vegetação sul-brasileira. Neste momento, evoca a linguagem racionalizante da história natural, fornecendo sempre o nome científico das diferentes espécies. “Várias árvores, como a aroeira [*Schinus terebinthifolius*], a almecegueira [*Protium kleinii*], a araucária [*Araucária angustifolia*] e outras fornecem resinas que, quando queimadas, desprendem cheiro agradável”. (p.71) O minucioso olhar do observador europeu apresenta a natureza através de uma linguagem cientificamente universal, a qual sistematiza e ordena a paisagem americana em formas significativas de produção comercial.

Para a construção de carroças e trabalhos de torno emprega-se a araçá [da família *mirtácea*] madeira muito dura e densa, em cor cinza e branca; piquiá [*Aspidosperma sp.*], semelhante a um arbusto, mas sem os veios na madeira; o ipê [*Tabebuia sp.*] tem a madeira mais dura; a tujuba [*Maclura tinctoria*] igualmente dura, é empregada em rolos de engenho de açúcar, assim como fustete; capreúba [*Myrocarpus frondosus*], açoita-cavalo [*Luehea divaricata*], timbaúba ou embaúba [*Cecropia sp.*] e muitas outras. (p. 75)

A autoridade científica na narrativa de Blumenau legitima seu projeto colonizador através de um discurso urbano, burguês e letrado sobre um mundo meramente natural. Dispõe, desta forma, o futuro emigrante como portador das artes e técnicas civilizadas e a América como espaço providencial para abarcar o excesso populacional da Europa.

Quando discorre sobre os fatores negativos do Brasil, como os predadores, os animais perigosos e os mosquitos, Blumenau descreve os índios:

Não quero deixar de mencionar os nativos do sul do Brasil, chamados de Bugres pelos brasileiros e selvagens pelos alemães, que vivem nas regiões mais distantes das três províncias. Não portam armas de fogo e, para a caça e a guerra, usam somente arco e flechas não envenenadas. São estritamente covardes, porém traiçoeiros e não suscetíveis à civilização. (p. 81)

A categorização dos índios nos aspectos negativos do país traduz uma lógica etnocêntrica que aceita apenas uma direção da história, aquela que envolve a Europa, a razão e o progresso. Ouvimos com clareza a voz de Hegel no discurso civilizatório de Blumenau, o qual condena os índios sul-americanos como inferiores e ahistóricos. Para Blumenau, assim como para Hegel, há uma grande distância entre ameríndios e europeus e caberá aos últimos “fazer florir uma nova civilização nas terras conquistadas”.²³⁸ Neste caso, cita a colônia de São Leopoldo, a qual menciona constantemente como referência de desenvolvimento. “Os primeiros colonos de São Leopoldo tiveram confrontações com eles, mas foram rechaçados há muito tempo para o interior”. (p. 81)²³⁹

²³⁸ GERBI, *op. cit.* p. 328

²³⁹ Ao longo do texto Blumenau registra o grande empreendimento que foi a Colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul. “Os colonos de São Leopoldo, sujeitos durante anos às influências fortemente desmoralizantes de elementos de várias origens, batalharam muito tempo contra vários obstáculos, preocupações e miséria, transformando São Leopoldo e arredores próximos e distantes – uma região selvagem de vinte léguas quadradas – numa comunidade rica e semelhante a um jardim florescente” (p. 89)

Evidenciamos, assim, no discurso de Blumenau um repertório de imagens sobre o Brasil ancorado no arranjo científico-filosófico setecentista, o qual pensa América enquanto potência natural e carência humana. Contrastam-se, portanto, os argumentos que afirmam que “a beleza das florestas é arrebatadora e, em sua majestade, quase sufocante” (p. 69) e os que constatam que “no sul do Brasil, muito “João bobo” pode obter vantagens, porque o brasileiro é preguiçoso demais para usar sua inteligência” (p. 115). Esta configuração discursiva, pautada em formas burguesas de autoridade, garante o contexto ideológico que fomenta o evento imigratório alemão para o sul do Brasil.

No próximo capítulo, então, discuto questões referentes à nação e ao nacionalismo alemão, com o objetivo de entender com que idéia de nação os imigrantes alemães negociaram suas culturas em Santa Catarina.

CAPÍTULO IV

NAÇÃO E NACIONALISMO ALEMÃO

Os imigrantes alemães chegados no Brasil a partir da segunda metade do século XIX carregam consigo uma concepção de nacionalidade bem específica, baseada em elementos próprios de uma ideologia étnica germanista. O desenvolvimento do pensamento nacionalista alemão está estruturado a partir de um processo de unificação do Estado Nacional alemão, mas também pelos conflitos gerados pelos particularismos de cada pequeno Estado.²⁴⁰

Procuro, portanto, entender esse processo de construção da nacionalidade alemã e, a partir de uma discussão sobre etnicidade, pensar nas estratégias de identificação cultural utilizadas pelos imigrantes neste espaço contraditório. É na articulação desses signos de pertença, construídos a partir da diferença, que pretendo refletir sobre as imagens que construíram uma idéia de Brasil. Através dos movimentos subjetivos da memória, identifico em algumas correspondências de imigrantes alemães os valores culturais da comunidade étnica.

4.1 – Do nacionalismo romântico à unificação

O movimento romântico promove as primeiras idéias a respeito de uma nação alemã. Os autores românticos, portanto, exercem importante papel nas raízes ideológicas do nacionalismo, glorificando o passado e a terra a partir dos valores do

²⁴⁰ Diferentemente das outras sociedades européias a Alemanha afastou-se gradualmente de uma integração mais compacta representada pela figura do imperador para configurar uma ordem regida por príncipes regionais. Enquanto os Estados vizinhos tornavam-se monarquias centralizadas, os príncipes regionais protestantes lutaram durante anos com a casa imperial católica, gerando diversos conflitos religiosos com outros países, mas também entre os próprios exércitos.

Sacro Império Romano Germânico e sua comunidade “folk” medieval que valoriza a paisagem, os costumes e a língua alemã²⁴¹. Os românticos, como J. G. Herder, Fichte, os irmãos Schlegel e Grimm, Novalis, entre outros, encontram uma pretensa unidade da nação alemã através da dinastia dos Hohenstaufen, principalmente na figura heróica do Imperador Frederico Barbarroxa.²⁴² O nacionalismo romântico está desvinculado de qualquer projeto político, por isso nação e Estado Nacional são elementos distintos. A nação alemã representa a união espiritual de um povo, manifestada pelo folclore e pela linguagem. O Estado Nacional, que para os românticos era uma criação artificial, está comprometido com a união política e territorial da Alemanha.

A idéia de uma unidade nacional se estabelece politicamente com o antagonismo franco-alemão e toda a dominação napoleônica que aboliu o Sacro Império em 1806 e reduziu o número dos pequenos Estados. A Áustria, líder do Sacro Império, realiza o primeiro apelo de união à nação alemã quando pretende enfrentar as forças francesas em 1809. Porém, foi um grupo de intelectuais prussianos em 1813 que manifestou um nacionalismo mais abrangente e significativo. Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) e Ernst Moritz Arndt (1769-1860) são os principais intelectuais desse novo nacionalismo de onde nasce a idéia de um Estado Nacional Alemão.

Fichte, um cosmopolita liberal, executou vários discursos à nação alemã sempre com o objetivo imediato de destruir a opressão francesa. Afirmou a superioridade cultural através da língua original, característica fundamental do nacionalismo, pois a linguagem é pensada como o elo de ligação entre os indivíduos e o Estado.

Arndt, um conservador, tem a língua como idéia central do seu nacionalismo que reivindica uma única pátria para todos os que falam alemão. Coloca a nação acima do

²⁴¹ SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: A ideologia e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p. 19

²⁴² Apesar de o Sacro Império Alemão representar por muito tempo o símbolo de uma grande e suprema Alemanha que se queria novamente alcançar, Norbert Elias (ELIAS, 1997: p. 18) afirma que foi exatamente a fase medieval do processo de desenvolvimento do Estado alemão que contribuiu significativamente para a formação atrasada de um Estado moderno unitário.

Estado como elemento que legitima a liberdade dos indivíduos e a autoridade do Estado. Ao mesmo tempo em que é contra o absolutismo, transfere a obediência dos súditos para a nação, ou seja, para o rei da Prússia. A pureza lingüística e racial também aparece no seu pensamento como elemento que afirma a superioridade alemã. Ambos intelectuais falam em “união dos alemães” e “nação alemã”, mas essas idéias não estão associadas a uma concepção de Estado Nacional Alemão.

A rivalidade entre a Prússia e a Áustria sobre a hegemonia Alemã gera divergentes opiniões em relação ao Estado Nacional. Entre uma Prússia protestante e militarista e um Império Austríaco católico e multinacional elaboram-se diferentes tendências políticas que discutem sobre o que deveria ser uma Alemanha unificada. De um lado os que defendem uma Grande Alemanha (*Grossdeutschland*) que incluem a Áustria e de outro os partidários de uma Pequena Alemanha (*kleindeutschland*) que excluem a Áustria do futuro Estado Alemão. Além dos católicos conservadores pró-Áustria e dos protestantes liberais a favor da Prússia havia um grupo de liberais, influenciado pelas revoluções francesa e americana, que lutavam por uma Alemanha livre e representada politicamente por uma República Federativa. Portanto, esta falta de definição do que deveria ser o Estado Nacional Alemão revela um nacionalismo bastante confuso e dividido e a unificação do país cada vez mais difícil.

A agitação política gerada durante anos por uma série de conflitos entre liberais e conservadores, burguesia e estudantes não conseguiu superar os particularismos de cada Estado e a rivalidade entre a Prússia e a Áustria para atingir uma liberdade política. O Congresso de Viena em 1815 sufoca essas revoluções e reprime todas as tendências à liberdade política e independência nacional. Formada a Confederação Alemã sob a chefia da Áustria e seu chanceler conservador Metternich, as forças revolucionárias são

proibidas e, principalmente, as uniões estudantis como a *Burschenschaft* da Universidade de Iena.

Inspiradas no Romantismo, as uniões estudantis buscavam a unidade e a liberdade alemãs através da dignificação dos valores culturais germânicos firmados na Idade Média. Assim, o estudo das línguas e a coletânea de contos e canções populares ampliavam o sentimento nacional. Apoiadas num nacionalismo liberal, as fraternidades estudantis reavivam as cores da unidade alemã (preto-vermelho-ouro) e acreditam na disciplina unitária e na preparação militante. Proibidas em 1819 pelos acordos de Metternich em Karlsbad, as uniões estudantis tornaram-se sociedades secretas e foram extintas definitivamente em 1833.

As divergências políticas e econômicas entre a Prússia e a Áustria determinam os caminhos do nacionalismo e unificação alemãs. Portanto, para fazer oposição à Prússia em 1828 -29 organizou-se uma união comercial entre os pequenos Estados alemães. Essa atitude teve como contrapartida a conclusão de um tratado alfandegário entre a Prússia, o Hessen, a Baviera e o Württemberg, chegando em 1834 ao *Zollverein*, a união alfandegária excludente da Áustria que reuniu 18 Estados alemães num sistema econômico comum. Este foi o início de um nacionalismo econômico, o qual culmina na unificação da Alemanha com a política de força de Bismarck.

A conturbada década de 1840, que provoca na Europa agitações em todas as camadas sociais, é despertada, segundo Eric Hobsbawm, na Revolução Francesa e chega ao seu auge na Revolução de 1848. O autor analisa a situação política, econômica e social do continente para chegar à conclusão de que esta foi a Revolução mais certa e esperada previamente de todos os tempos. A consciência política adquirida pela Revolução Francesa, a ampla difusão do conhecimento científico, o acelerado desenvolvimento industrial e com isso o aparecimento da nova e pobre sociedade

burguesa, o aumento da população urbana que ultrapassa a rural em 1851, a expansão do capitalismo, mas também da miséria e, por fim, a grande crise agrária, comercial e industrial dos anos de 1846-8 são os eventos que levam à eclosão da revolução de 1848.²⁴³

Na Alemanha, no entanto, a crise dos anos de 1840 se expressa através de um socialismo e de um nacionalismo liberal, além de uma agitação política acerca da margem esquerda do rio Reno, a qual reaviva o antagonismo franco-alemão e elege o rio como símbolo nacional. Nessa época, aparecem os trabalhos musicais de Nicolas Becker (*O Reno Alemão*), Max Schneckenburguer (*Guarda do Reno*)²⁴⁴ e de Hoffman von Fallersleben (*Hino à Alemanha*). Todo esse movimento político culmina com a revolução de 1848 que eclode na Itália, na Alemanha, na França e na Inglaterra, destituindo domínio conservador que se vinha exercendo em toda Europa desde o congresso de Viena.

Esta revolução afetou todas as camadas sociais alemãs, as quais saíram para as ruas para reivindicar uma constituição e um parlamento. Apesar de se ter constituído um governo provisório com a função de criar um Estado alemão, ainda assim os interesses particularistas dos representantes deixaram o dualismo entre a Áustria e a Prússia dominar a cena política. A revolução de 1848, portanto, falhou, pois a Assembléia Nacional Constituinte de Frankfurt que deveria defender uma base revolucionária e estabelecer uma República unitária e indivisível acaba cedendo às forças conservadoras monárquicas. A constituinte promulgada no final de março de 1849 mantinha a monarquia como forma de governo e a ampla autonomia dos governos locais, mas, como um último suspiro dos movimentos revolucionários, estabelecia alguns

²⁴³ HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel., 17ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 409-423

²⁴⁴ Esta canção “Wacht am Rhein” foi considerada pela população como um hino nacional em 1870 na guerra contra a França.

mecanismos de controle democrático do poder imperial. A idéia da Pequena Alemanha é defendida pela maioria dos deputados e a coroa Imperial é oferecida, então, ao rei Prussiano Frederico Guilherme IV que a recusa, pois fora coroado por uma assembléia de base pebleia. A dissolução da constituinte em abril gera mais uma onda de manifestações e revoltas populares por toda a Alemanha. As forças armadas prussianas põem fim às agitações democráticas e restabelecem a ordem através do regime conservador. A repressão ao movimento democrático e socialista leva ao exílio muitos de seus colaboradores, entre eles Engels e Marx.

Assim, as décadas de 1850 e 60 são determinadas por um nacionalismo conservador que mais tarde, aliado ao governo autoritário de Bismarck, passa a significar interesses econômicos e uma doutrina política. A partir da coroação de Guilherme I em 1861 e da nomeação de Otto von Bismarck para a chancelaria em 1862, a Prússia se fortalece enquanto potência industrial, investindo num novo sistema de transportes e no seu exército. Como consequência desse fortalecimento, o Estado prussiano começa a ser considerado por alguns intelectuais como corpo político da nacionalidade alemã. A política de força de Bismarck, denominada *Realpolitik*, baseia-se numa sociedade autoritária, na qual todo poder provém do Estado e não do povo.

A Alemanha passa a ser uma União Federal com 25 estados vinculados ao governo central de Berlim somente em 1871, após a guerra franco-prussiana em torno da margem esquerda do rio Reno. Este conflito foi precedido por toda movimentação nacionalista por parte dos intelectuais e políticos que qualificam o Reno como rio nacional e não como fronteira da Alemanha.

Bismarck fortalece sua política de ferro e sangue (*Eisen und Blut*), cuja unidade deveria ser obtida pelo poder e pela força, após a vitória de duas guerras que envolviam questões territoriais: em 1864 contra a Dinamarca e 1866 contra a Áustria. Com o

estabelecimento da Confederação Alemã do Norte que destituiu os estados do sul e a Áustria, o chanceler obtém grande apoio do parlamento e do povo num momento definitivo como a guerra contra a França.

Após a vitória da Prússia que ganha o território da Alsácia-Lorena, Guilherme I (rei da Prússia) é proclamado em Versalhes como primeiro Imperador Alemão e Otto von Bismarck como primeiro chanceler Alemão. Segue-se, portanto, uma política preocupada com o poder militar e econômico, o que proporciona um rápido desenvolvimento industrial no país e um nacionalismo radical, calcado nos valores do passado e nas idéias de supremacia cultural, racial, científica e econômica.

4.2 – Do nacionalismo político ao nazismo

Norbert Elias trabalhando com os conceitos de “civilização” e “cultura” e de como estes enquanto símbolos da “nós-imagem” européia sofreram modificações a partir do século XVIII, relaciona a crença nos valores do passado a uma mudança radical de atitude desta sociedade que passa a priorizar os ideais nacionalistas ao invés dos humanistas e morais.²⁴⁵

O autor desenvolve seu argumento afirmando que enquanto no século XVIII os conceitos de civilização e cultura representavam algo dinâmico, projetado para o futuro, no século XX referem-se a algo estático, voltado para o passado. Salienta que o declínio da dinâmica dos processos sociais não está associado a uma mudança nos devidos conceitos, mas de que este foi “um padrão generalizado de desenvolvimento conceitual que se desenrolou em direção inversa ao da sociedade como em seu todo”.²⁴⁶

²⁴⁵ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e o desenvolvimento do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 121-134.

²⁴⁶ IDEM, *op. cit.* p. 119

Esta grande mudança nas bases emocionais da sociedade europeia deve-se, segundo o autor, à ascensão das classes médias à posição de classe dominante. Durante este processo de transferência de poder ocorre também uma transferência de olhar e de sentimento em relação à auto-imagem da sociedade europeia: as elites da classe média passam de humanistas a nacionalistas. Nas palavras de Elias:

Assim como os grupos aristocráticos tinham baseado na ancestralidade da família seu orgulho e suas pretensões a um valor especial, também, como seus sucessores, os mais importantes setores das classes médias industriais basearam cada vez mais seu orgulho e suas pretensões a um valor especial ora na ancestralidade de sua nação ora em realizações, características e valores nacionais aparentemente imutáveis.²⁴⁷

Portanto, a mudança de posição de classes médias em Estados dinásticos para classes dirigentes de estados nacionais, em processo de industrialização e urbanização, gera mudanças nas tradições e nas atitudes dessas elites. A crença nacionalista está baseada principalmente na constituição deste novo e fortalecido sentimento de identidade que aproxima indivíduos de uma mesma classe e categoria, tornando-os compatriotas. A imagem da nação está associada à imagem que as classes médias, enquanto sucessoras do poder do Estado, faziam de si mesmas (e mais tarde as classes trabalhadoras). Há uma mudança de foco nas ligações emocionais da política que passam de relações pessoais próprias da dinastia para símbolos impessoais de uma coletividade.

Essa transferência de poder da aristocracia para a classe média urbana e industrializada só foi concluída, no entanto, depois da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Nesse processo, Norbert Elias defende a tese de que o código aristocrático firmado em valores militares como coragem, obediência, honra e disciplina, é assimilado pela burguesia em ascensão. A experiência da unificação após três guerras vitoriosas sob a liderança militar da aristocracia cristaliza-se como núcleo ideológico

²⁴⁷ Ibidem, p. 129

burguês. A diferença entre a utilização do código aristocrático nos diferentes núcleos sociais, cada um a seu tempo, está na forma reflexiva e até mesmo romantizada com que a nova classe dominante alemã o assimila. Preocupado em compreender o desenvolvimento do nacionalismo violento da sociedade alemã no momento em que obtém o monopólio estatal, chegando ao momento extremo do holocausto, Norbert Elias mostra como a classe média alemã adota de forma adaptada o *ethos* guerreiro da aristocracia:

O que era para a aristocracia uma tradição mais ou menos incontestável – uma alta avaliação predominantemente ingênua de valores guerreiros, um entendimento socialmente herdado do significado de potenciais de poder no jogo interestatal de forças – era agora cultivado de um modo muito mais consciente pelos setores superiores da burguesia como algo recém adquirido. Raras vezes se dissera e escrevera antes, tanto quanto agora, em louvor do poder, até mesmo de um tipo violento de poder.²⁴⁸

O nacionalismo político está constituído a partir dessa nova auto-imagem da sociedade alemã no início do século XX. Definida enquanto Estado integrado de uma República Federal parlamentar, a Alemanha derrotada na Primeira Guerra Mundial desestrutura-se tanto externa como internamente. Os antigos alicerces do poder aristocrático, já divididos pelos setores mercantis e empresariais, são então reivindicados pela classe trabalhadora organizada.

A redistribuição do poder nas estruturas internas da Primeira República Alemã gera um nacionalismo fracionado e violento por parte das várias camadas sociais envolvidas nessa disputa. O período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (1918 – 1939) está marcado pela busca do restabelecimento de uma ordem, em cujo processo o uso deliberado da violência passou a ser uma arma na luta pelo poder entre as organizações de classe.²⁴⁹

²⁴⁸ Ibidem, p. 167

²⁴⁹ Nessa época apareceram os *Freikorps*, organizações terroristas que perseguiram e assassinaram políticos da República parlamentar comprometidos com o tratado de paz e, sobretudo, os “bolchevistas”, lideranças comunistas dos setores das classes trabalhadoras. Formadas geralmente por ex-oficiais do antigo Reich e por estudantes da classe média, os *Freikorps* tinham como objetivo derrubar a política

O nacionalismo agressivo e estratificado da República de Weimar dá espaço ao desenvolvimento e ascensão em 1933 da política nazista de Hitler, que restabelece a ordem militar e fortalece o poder centralizador do Estado. Exercendo um nacionalismo extremado com um grande apelo para *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional), a ideologia nazista remonta aos valores da Idade Média baseados no mito ariano, assim como personifica, através do *Führer*, a figura heróica do Imperador.

O processo unificador do nacionalismo alemão nos seus diferentes momentos esteve sempre fundamentado numa comunidade étnica ligada a uma cultura, raça e língua comuns. Esses valores que definem e garantem a continuidade da nação estão estruturados independentes de qualquer relação com o território ou Estado nacional. Como vimos, o processo de desenvolvimento do nacionalismo alemão não coincide com a unificação política dos estados que ocorre tardiamente. Portanto, na tradição histórica alemã, Estado e nação não são conceitos atrelados ideologicamente, ou seja, a nacionalidade é uma condição humana desvinculada da cidadania.

Nesse sentido, para entender de que forma os imigrantes alemães que chegaram ao sul do Brasil articularam as suas identidades nacionais e como estas influenciaram o processo de formação da identidade nacional brasileira, é importante, no próximo seguimento, realizar uma abordagem sobre as questões que dizem respeito à etnicidade.

4.3 – Os imigrantes alemães e a comunidade étnica

As particularidades da nacionalidade alemã são negociadas no espaço intercultural da imigração e articuladas de forma dinâmica através de categorias diferenciadoras, as quais podemos chamar de categorias étnicas, pois estas estão

pacifista da Republica parlamentar e instaurar uma ditadura. Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht foram vítimas desses grupos violentos.

pautadas numa suposta origem comum. Assim, para que possamos pensar a nacionalidade alemã do ponto de vista étnico, como demanda o contexto imigratório que dispõe culturas em disputa, é importante, num primeiro momento, abordarmos algumas questões referentes à etnicidade.

O importante estudo realizado por Phillippe Poutignat e Jocelyne Streiff- Fenart discute amplamente a noção de etnicidade enquanto um avanço significativo nos estudos de grupos étnicos, mas que também desde sua criação, no início do século XIX, mantém relações ambíguas com as noções de povo, raça e nação.²⁵⁰ Por isso, a dificuldade de uma definição específica para a noção de etnicidade, pois esta abrange uma pluralidade de abordagens que se constroem conforme o foco de análise, seja este cultural, psicológico, político ou econômico. Portanto, não devemos pensar em um conceito fechado, mas em teorias da etnicidade que repensam a cultura “em termos menos essencialistas”, promovendo “uma perspectiva construtivista e dinâmica” ao invés das concepções “tradicionais de homogeneidade”.²⁵¹ Assim, os autores trazem a emergência de uma “visão de mundo étnica” como uma nova categoria social de análise.

Mesmo afirmando a variabilidade do conceito, Poutignat e Streiff- Fenart, pautados em Fredrik Barth, destacam algumas questões-chave: 1. A definição da identidade étnica se dá a partir das relações exógenas e endógenas de pertença, caracterizando-se como um processo dinâmico. 2. A noção de grupo étnico só é possível na fronteira do “Nós”, em contraste com o “Eles”. 3. A crença na origem ancestral comum é o que mobiliza os símbolos identitários, como a língua, religião, território etc., como marcadores de pertença. E é esta crença que diferencia a identidade étnica de outras formas de identidades coletivas. 4. A etnicidade é um modo de identificação em

²⁵⁰ POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

²⁵¹ IDEM, *op. cit.* p. 30 e 31

meio a outros possíveis, por isso alguns signos podem ser realçados de acordo com a prioridade (necessidade) da identificação étnica nas interações sociais. O “realce étnico” suscita questões como o estereótipo e a mobilidade característica da identidade étnica.²⁵²

Nesse sentido, a noção de etnicidade nos possibilita uma reflexão sobre os modos como os imigrantes alemães que chegaram em Santa Catarina no século XIX identificam-se e afirmam-se enquanto um grupo solidário e de interesses comuns. As categorias étnicas (língua, cultura, religião, etc.) desse grupo são os objetos de análise da etnicidade, que se firma exatamente no uso circunstancial que os imigrantes fazem destas quando confrontadas com elementos estrangeiros.

Devemos, no entanto, pensar em nação e etnia, e seus correlatos ideológicos nacionalismo e etnicidade, como noções distintas, apesar de ambos sustentarem o senso de uma história e de uma cultura comuns. Segundo Hobsbawm, nacionalismo e etnia são a rigor conceitos não comparáveis, pois o primeiro “é um projeto político” que pressupõe um comprometimento a um Estado territorial “com fronteiras claramente definidas e habitada por uma população homogênea, que compõe seu corpo essencial de cidadãos”, enquanto o segundo “não é programático e muito menos constitui um conceito político”²⁵³. Nesse sentido a etnia precede historicamente a nação e, embora Hobsbawm considere a etnicidade um “protonacionalismo popular”, afirma também que a nação moderna como Estado “difere em número, em extensão e em natureza das comunidades às quais se identificaram no decorrer do tempo histórico.”²⁵⁴ Nação e etnia, ainda que sejam conceitos distintos, estão atrelados entre si e articulam categorias simbólicas comuns, além do nacionalismo ser “indiscutivelmente o promotor da etnicidade”²⁵⁵.

²⁵² Ibidem, p. 141-172

²⁵³ HOBBSAWM, Eric J. Etnia e Nacionalismo na Europa de Hoje. In: (Org.) BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 272-4

²⁵⁴ HOBBSAWM apud POUTIGNAT e STREIFF-FENART, *op. cit.* p. 54

²⁵⁵ POUTIGNAT e STREIFF-FENART, *op. cit.* p. 54

Pautado nesses argumentos, será privilegiado nessa seção um ponto de vista étnico, em detrimento ao nacional, para se pensar nos símbolos culturais que fomentam uma consciência coletiva alemã, pois estes são negociados intensamente no contexto da imigração. O ponto de vista étnico justifica-se também pelo fato de estarmos tratando de imigrantes e não emigrantes, o que pressupõe culturas em contato. Apesar de serem as identidades e lealdades locais as acionadas no dia a dia, isso não quer dizer que não havia certo sentido de nacionalidade entre os imigrantes e de que este era um evento apenas dos líderes políticos. Como afirmam os autores do artigo *The Invention of Ethnicity*, “em vários Estados alemães, por exemplo, o nacionalismo invocado pelo processo de redenção de Napoleão foi cultivado nas escolas, nas pompas públicas, no serviço militar, e estava igualmente embutida na oposição liberal das associações culturais voluntárias”²⁵⁶.

Carlos Fouquet, observa que a palavra “alemão” (*Deutsch*) no século XIX “era utilizada para definir uma unidade de idioma e de cultura, que abrangia diversos países, cada qual com particularidades regionais”²⁵⁷. Assim, os imigrantes alemães eram categorizados e reconheciam-se como grupo solidário através da língua alemã e, neste contexto, as diferenças locais, mas também de classes, políticas e religiosas, dão lugares aos símbolos étnicos capazes de mobilizar o grupo em defesa de valores culturais comuns. Estes símbolos, no entanto, fazem parte do *Deutschtum* (germanidade) que representa os elementos de ligação do povo à sua nação, onde a língua desempenha o papel mais importante. O conteúdo étnico/nacional deste conceito pressupõe que a nacionalidade alemã seja herdada pelo sangue e eternizada pela cultura, pela língua, pelos costumes, mesmo longe do território alemão. Não há, nesse sentido, um vínculo

²⁵⁶ COZEN, Katheleen Nehls; Gerber, David A.; MORAWSKA, Eva; POZZETA, George E.; VECOLI, Rudolph J. Fórum – The Invention of Ethnicity: A Perspective from the U.S.A. In: *Journal of American History*, Fall 1992. Trad. Eunice Sueli Nodari. p. 9

²⁵⁷ FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil (1808 – 1824 – 1974)*. Trad. Guido F. J. Pabst. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974. p. 65

político com algum Estado, mas sim uma configuração de nacionalidade baseada numa condição humana, dando seguimento ao nacionalismo proposto por Fichte e Arndt.

Em seu famoso *Reden an die deutsche Nation (Discursos à nação alemã)*, pronunciados na cidade de Berlim entre 13 de dezembro de 1807 e 20 de março de 1808, Johann Gottlieb Fichte destaca a língua e o “espaço vital” (*lebensraum*)²⁵⁸ como os elementos fundamentais para a nacionalidade²⁵⁹. Mas é Ernst Moritz Arndt quem define, sobretudo, a língua como referencial básico da nacionalidade²⁶⁰. Em seus populares versos essa ideologia se faz presente:

Qual é a pátria dos alemães?
 É a Prússia? É a Baviera?
 É o local onde se agita a areia das dunas?
 É lá onde o Danúbio corre bramindo?
 Oh não, não, não!
 Sua pátria tem que ser mais vasta!
 Qual é então a pátria dos alemães?
 Mostra-me finalmente essa terra!
 Por onde quer que se escute a língua alemã
 E nela se cantam hinos a Deus no céu;
 É lá que se encontra.
 A ela, alemão migrante, chama-a como tua!²⁶¹

²⁵⁸ Termo criado por Friedrich Ratzel (1844- - 1904), geógrafo e etnólogo alemão, que significaria o espaço geográfico necessário à completa auto-realização de um povo em todos os seus aspectos materiais e espirituais. Foi um forte argumento utilizado pela ideologia nazista, reivindicando além da soberania sobre os territórios ocupados por alemães que se encontravam fora do Terceiro Reich, também colônias na África, na Ásia e na América.

²⁵⁹ Fichte proferiu as conferências, que posteriormente seriam publicadas sob o título de *Discursos à nação alemã*, no anfiteatro da Universidade de Berlim num momento em que a Alemanha estava ocupada pelas tropas napoleônicas. Com o objetivo de resgatar o espírito e o orgulho do povo alemão derrotado na guerra, seus discursos exaltavam o patriotismo, louvando as realizações alemãs na área da política, na religião, na literatura e na arte. Sua mensagem nacionalista refutava o secular sistema feudal, ainda predominante no país, para dirigir-se a todos os alemães, os quais considerava aqueles que falavam a mesma língua e se identificavam através da história e da cultura. Acreditava num “caráter nacional”, como meio de construir a unidade política das regiões germânicas. Seus discursos não foram na época célebres eventos, mas depois de publicados tiveram grande repercussão e foram amplamente discutidos. (FIORI, Neide Almeida. Germanismo pedagógico: contribuição ao entendimento do ensino elementar no século XIX. In: _ (Org.) *Etnia e educação: uma escola “alemã do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Editora UFSC; Tubarão: Editora da Unisul, 2003. p. 244-6)

²⁶⁰ RAMBO, Blasio Arthur. Nacionalidade e cidadania. In: (Org.) MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994. p. 44

²⁶¹ ARNDT, Ernst Moritz apud RAMBO, *op. cit.* p. 44

Percebemos aqui que a nação enquanto evento político e territorialmente definido ainda está em processo de construção, portanto, ao invés da nacionalidade o alemão no século XIX identifica-se mais através da língua e da civilização.

A análise de Norbert Elias esclarece-nos a coerência do nacionalismo particular alemão que prioriza a história da cultura sobre a história política. A cultura (*Kultur*) no desenvolvimento da sociedade alemã representou sempre um papel de “santuário protetor” com implicações antipolíticas e humanistas. Este sistema de crenças e valores permanece praticamente inalterado mesmo depois de 1871, com o recém unido império alemão (*Reich*), quando cresce uma tendência nacionalista que coloca “o Estado e a nação acima de todos os outros valores, na escrita de história e em muitas outras áreas”²⁶². Elias observa que a posição básica que prioriza os valores humanistas como opostos aos valores nacionais e que se afirma na antítese entre cultura (*Kultur*) e civilização (*Zivilisation*) apresenta-se nesse momento de consolidação do Estado nacional de forma ampliada.

Agora, já não estava entre “cultura” (*Kultur*) como símbolo representativo para aqueles campos em que as pessoas educadas da classe média podiam encontrar seu próprio sentido de realização, e “civilização (*Zivilisation*)” como símbolo do mundo de príncipes, das cortes e das classes altas dominantes. Era antes entre “cultura”, ainda uma reserva das classes médias educadas com ideais humanistas, e o estado, o qual, em suas regiões mais elevadas, continuava sendo a reserva das classes altas aristocráticas, hábeis em estratégia política, diplomacia e boas maneiras, e às quais, aos olhos dos homens das elites humanistas da classe média, faltava frequentemente a verdadeira “cultura”.²⁶³

O desenvolvimento da consciência nacional alemã fundamenta-se a partir destes padrões específicos de pensamento, ação e sentimentos que vêm se repetindo ao longo de muitas gerações na mesma sociedade. São as implicações emocionais embutidas nesses conceitos-chave que irão circular e se repetir de forma adaptada no contexto

²⁶² ELIAS, *op. cit.* p. 124 e 125

²⁶³ *Ibidem*, p. 125

desterritorializado da imigração. Através da língua esses sentimentos são articulados e reinscritos em uma outra temporalidade (a da imigração), fomentando uma agência coletiva mantenedora de certa unidade cultural.

Como vimos, o período histórico que compreende os anos de 1850 a 1900 é determinante para o desenvolvimento dos sentimentos, valores e crenças nacionalistas e, conseqüentemente, para a formação da nação alemã enquanto Estado político e unificado. Nesse sentido, além do *Deutschtum* outros conceitos-chave, interligados entre si, caracterizam, conduzem e acionam esse sistema representativo de uma unidade cultural alemã, o qual chamaremos de identidade étnica.

Giralda Seyferth chama a atenção para a questão do contato intercultural como fator determinante para a afirmação da identidade étnica teuto-brasileira, mas afirma que certamente o isolamento geográfico²⁶⁴ no início da colonização desempenhou um “papel fundamental na consolidação desses valores”, servindo como um “suporte ideológico para justificar limites inclusivos do grupo étnico”²⁶⁵. Porém, apesar das fronteiras étnicas estarem estabelecidas na prática no final do século XIX, a consciência étnica teuto-brasileira “codificada por uma ideologia resumida ou sintetizada pelo termo *Deutschtum*” inicia sua constituição ainda durante o império, a partir dos imigrantes que chegam ao Brasil depois da malograda Revolução de 1848, trazendo consigo um aditivo político e intelectual.²⁶⁶

O *Volkstum* é um conceito etnocêntrico que pressupõe um nacionalismo desvinculado do território (*jus sanguinis*), mas herdado através da língua, da cultura e

²⁶⁴ O sistema de colonização, distante dos planos traçados na legislação e nos relatórios técnicos do Ministério da Agricultura, foi ineficiente na prática, acarretando um isolamento geográfico e político das colônias alemãs nos primeiros anos. Estas se organizaram comunitariamente, criando escolas, igrejas e sociedades recreativas de forma independente do governo brasileiro. Um contato mais intenso com os brasileiros vai ocorrer nas últimas décadas do século XIX.

²⁶⁵ SEYFERTH, Giralda. Conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida. *Etnia e educação: uma escola “alemã do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Editora UFSC; Tubarão: Editora da Unisul, 2003. p. 28

²⁶⁶ SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil. In: *Fazer a América*. Boris Fausto (org.). 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 299

do espírito (*Geist*) alemão. Assim como o *Deutschtum*, o *Volkstum* é uma expressão ambígua que abrange mais do que o sentido de uma nacionalidade, mas uma “índole nacional”.

A idéia da *Heimat* (pátria) é fundamental e complementar para os conceitos de *Deutschtum* e *Volkstum*, pois em sua raiz *Heim* (lar) também traz uma conotação de realidade construída, podendo se dar fora do território alemão. Segundo Arthur Blasio Rambo,

À percepção da *Heimat* incorporam-se invariavelmente a moradia, *das Haus*, *das Heim*, o estar em casa, *der Hof*, o miniterritório em que concretizam a vida e as relações familiares e a *Heimat*, a terra natal, a querência que é realidade pelo mundo físico e cultural mais imediato e, ao mesmo tempo, palco das relações comunais. (...) A consequência prática dessa concepção de *Heimat* é que uma pessoa pode construir a sua em qualquer parte do mundo. A única condição é que a realize, preservando o *Deutschtum*, que continue falando alemão e cante as belezas da *Heimat* através de um *Lied*, a legítima canção alemã.²⁶⁷

Essa realidade construída da *Heimat* está cristalizada nos *Lieder*, canções alemãs populares no século XIX que exaltam a natureza e o sentimentalismo. O *Lied* foi um gênero musical muito importante entre os compositores românticos de língua alemã, tecendo na relação obrigatória com a poesia e o piano sua principal característica. Os “arquetípicos do movimento romântico alemão, como o riacho (*Bächlein*), a floresta (*Wald*), o toque de trompa distante (*Horn*), o andarilho (*Wanderer*), a solidão (*Einsamkeit*), o amor (*Liebe*) e a morte (*Tod*)” são retomados e inseridos ao discurso musical das *Lieder*, que tiveram em Franz Schubert (1797-1828), Robert Schumann (1810-1856) e Johannes Brahms (1833-1897) seus maiores representantes.²⁶⁸ Como “síntese poético-musical” os compositores do *Lied* são estimulados por poetas como

²⁶⁷ RAMBO, *op. cit.* p. 48

²⁶⁸ BIANCOLINO, Ticiano e NOGUEIRA, Marcos Pupo. *As possibilidades descritivas e inspiração instrumental na escrita para o piano no Lied romântico alemão*. São Paulo: 2007. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/poster.../poster_musicol_TBiancolino_MPNogueira.pdf> Acesso em: 26 de setembro de 2008. p. 2

Goethe (1749-1832), Wilhelm Muller (1794-1827), Eichendorff (1788-1857), Heine (1797-1856), mas também pelos poemas compilados em *Des Knaben Wunderhorn* (A trompa mágica do menino).²⁶⁹ O *Lied*, portanto, é mais um elemento cultural de reconstituição de um espaço e de um tempo idealizado (*Heimat*) que se quer perpetuar. Um elemento de identificação e inclusão realizado através da memória coletiva²⁷⁰.

Assim, esses três conceitos sobrepostos permeiam o nacionalismo romântico desde o século XIX para se transformar posteriormente numa concepção de raça que fundamenta o pangermanismo²⁷¹, no final do século XIX, e o Nazismo a partir de 1920. Baseado numa idéia de pertencimento herdado pelo sangue, o vínculo nacional não se dá através de um Estado, mas sim de um povo. “Nesse sentido, nacionalidade e cidadania não se misturam e não se complementam. A nação é considerada fenômeno étnico-cultural”²⁷²

Portanto, os critérios de definição grupal estabelecem-se numa ideologia firmada nas práticas da comunidade, ou na sociedade nacional alemã, as quais, através da língua e da cultura (*Kultur*), estão sempre orientadas para uma tradição. Segundo Max Weber a crença na afinidade de origem é uma força criadora de comunidade, principalmente em grupos de imigrantes, pois esta é capaz de propagar relações comunitárias, independente da existência de uma comunidade de sangue efetiva. Esse tipo de força, que se nutre na crença de uma “honra étnica”, é muito eficiente em comunidades portadoras de uma

²⁶⁹ IRIARTE, Rita. A música no Romantismo alemão. In: _ (Org.) *Música e Literatura no Romantismo Alemão*. Lisboa: Cosmos, 1987. p. 21

Des Knaben Wunderhorn é uma coletânea de canções populares da Idade Média até o século XVIII publicada em três volumes nos anos de 1805 e 1808, na cidade de Heidelberg.

²⁷⁰ Na próxima seção farei uma abordagem mais pontual a respeito da memória e suas relações com a cultura e a identidade.

²⁷¹ O pangermanismo foi um movimento nacionalista comprometido com os preceitos do romantismo alemão que, por meio de projetos imperialistas de expansão de mercados e territórios, consolidou um imaginário social acerca da nação alemã para além das suas fronteiras geográficas. Através da Liga Pangermânica e de publicações difundiu-se um ideário nacionalista alemão e a idéia de coesão social entre habitantes de colônias e regiões dispersas e isoladas entre si. Em contrapartida ao ideário nacionalista das elites brasileiras, os imigrantes alemães e seus descendentes sofreram discriminações em virtude do mito do “perigo alemão”. (MAGALHÃES, *op. cit.* p. 14-16)

²⁷² SEYFERTH (1982), *op. cit.* p. 46

comunidade lingüística, o que Weber chama de “um patrimônio cultural de massas”²⁷³. Condicionada, principalmente, pela língua, a “comunidade étnica” teuto-brasileira em Santa Catarina pode ser assim denominada, pois esta desenvolveu efetivamente ações comunitárias através das instituições sociais (escola, igreja, sociedades e imprensa).²⁷⁴

Nesse sentido, a eficácia da crença numa origem comum minimiza os diferentes “modos de vida”, badenses, prussianos ou bávaros, próprios das particularidades estatais da Alemanha ainda não unificada, e o contraste religioso entre católicos e protestantes para afirmar a comunidade alemã definida pelo *Deutschtum*. Uma identidade étnica hifeinizada, ou a realidade de uma comunidade étnica teuto-brasileira, vai se afirmar definitivamente nas últimas décadas do século XIX, quando o contato interétnico passa a ser mais intenso em virtude do desenvolvimento econômico e urbano das colônias e, sobretudo, quando se reivindica o acesso aos direitos civis. O início da República no Brasil propicia novas expectativas em relação à cidadania e à integração à nova pátria devido à grande nacionalização operada pela primeira Constituição Republicana (1891)²⁷⁵, “no entanto, a representação política e boa parte dos direitos civis estavam vinculadas a uma *brasilidade* que a maioria não possuía”²⁷⁶. Os limites étnicos são acionados neste contexto que dispõe culturas e ideologias nacionais em disputa. E é exatamente a categoria de identificação fundada em dois elementos - o

²⁷³ WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora UnB, 2004. p. 270-1

²⁷⁴ Weber afirma que a “comunhão étnica” ou o “sentimento de comunidade” não constitui em si mesmos, uma “comunidade verdadeira”, mas são apenas elementos facilitadores das relações étnicas, denominando, então, de “grupos étnicos”. (WEBER, *op. cit.* p. 270)

²⁷⁵ Em seu artigo 69, a Constituição definia como brasileiros: a) os nascidos no Brasil, mesmo filhos de estrangeiros, desde que seus pais não estivessem aqui a serviço; b) filhos de pais brasileiros e ilegítimos de mães brasileiras, nascidos em País estrangeiro, se estabelecessem domicílio o Brasil; c) Os filhos de pais brasileiros que estivessem no estrangeiro a serviço; d) todos os estrangeiros que estavam no País à data da proclamação da República, desde que não declarassem, dentro de seis meses, a vontade de conservar a nacionalidade de origem; e) os estrangeiros com bens imóveis no Brasil, e que fossem casados com brasileiras ou tivessem filhos brasileiros, desde que residissem no País e não declarassem opção pela nacionalidade original; f) os estrangeiros por outro modo naturalizados. Atingiam, assim, os republicanos os grandes contingentes de imigrantes europeus já chegados ao País no final do império. (SANTOS, Gustavo Ferreira. *A constituição da primeira República brasileira*, História Constitucional. Revista eletrônica, número 4, junho de 2003.

< Disponível em: <http://hc.rediris.es/04/Numero04.html?id=22> > Acesso em: 29 de setembro de 2008.)

²⁷⁶ SEYFERTH (2000), *op. cit.* p. 298

*Deutschbrasilianer*²⁷⁷ -, a origem alemã (direito de sangue) e a cidadania brasileira (pela naturalização ou pelo *jus solis*), que irá externar um pertencimento étnico-nacional duplo, produtor do “discurso de dois gumes de territórios e temporalidades”²⁷⁸. Um tempo e um espaço duplos, estruturados pela diferença cultural, marcados pela “memória nacional”, onde o desejo da *Heimat* perdido jamais irá cessar. Segundo Weber, a lembrança do nascimento em uma comunidade exterior sustenta “um sentimento de comunhão “étnica” muito específico e muitas vezes bastante resistente”, reiterando que

os efeitos da adaptação ao habitual e as recordações da juventude continuam atuando nos emigrantes, como fonte do “sentimento de apego à terra natal”, mesmo quando estes se adaptaram tão completamente ao novo ambiente que um retorno ao país de origem lhes seria insuportável (como ocorre, por exemplo, com a maioria dos alemães na América).²⁷⁹

O vínculo com as antigas comunidades culturais ainda é bastante forte, sobretudo, na época inicial da imigração, o que fortalece continuamente a crença na comunidade de origem. Através das cartas, os imigrantes alemães superam a distância geográfica, articulando imagens e significações de um tempo passado, e organizam seu presente em um novo espaço. A memória enquanto um fenômeno social em constante transformação, que transita entre tempos sobrepostos passado/presente, pode nos fornecer uma perspectiva cultural muito interessante. Portanto, na próxima seção, à luz de reflexões sobre a memória, sinalizarei em algumas correspondências de imigrantes alemães o trânsito entre tempos e espaços sobrepostos (presente e passado / pessoal e coletivo) para pensar sobre os signos culturais que fomentam a comunidade étnica alemã em Santa Catarina. Privilegiarei, no entanto, uma abordagem centrada nos

²⁷⁷ A concepção etnocêntrica do *Deutschtum* enquanto expressão de um ideal de superioridade germânica será trabalhado mais pontualmente no próximo capítulo, através de uma análise de textos que partem do território de imigração para divulgar as impressões deste contato cultural/étnico/nacional. (Aqui cultura, etnicidade e nação não são expressões análogas, mas dizem respeito aos diversos aspectos que estes encontros e descontinuidades coletivas podem suscitar.).

²⁷⁸ BHABHA, *op. cit.* p. 237

²⁷⁹ WEBER, *op. cit.* p. 271 e 270

movimentos subjetivos da memória no momento da escrita, procurando entender essa prática pessoal dentro de um processo coletivo impregnado de significações culturais. Não me ocuparei, neste momento, das relações de poder intrínsecas às narrativas, pois estas serão assunto de um próximo capítulo.

4.4 Memória e imagens nacionais

As quatro cartas de imigrantes alemães analisadas a seguir são destinadas aos parentes que ficaram na Alemanha e trazem em seus conteúdos notícias do novo cotidiano. Três delas foram publicadas na Revista Blumenau em Cadernos e uma inédita, cedida do arquivo pessoal de Toni Vidal Jochem.

As cartas dos imigrantes alemães representavam, tanto para quem as escreve quanto para quem as lê, um momento de superação da distância. A memória nesse contexto exerce um trabalho fundamental de reconstituição de um tempo e de um espaço pelos quais os imaginários social e nacional estão estruturados. A experiência da desterritorialização, ao mesmo tempo em que promove um distanciamento do espaço, também investe na recuperação deste através da memória. O contato com novo, os confrontos culturais, acionam constantemente o mecanismo das lembranças, buscando sentido nas representações análogas às imagens presentes. No novo lugar, as práticas simbólicas que moldam a subjetividade e a identidade do imigrante são reconstruídas numa relação de tempos múltiplos, numa busca da organização espacial. Portanto, a prática da escrita parece revelar o próprio momento desse processo de organização do espaço (físico e subjetivo), o qual se manifesta enquanto uma presença ausente. Ou como afirma Michel de Certeau:

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem

no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo.²⁸⁰

Certeau evoca a idéia de um lugar saturado de tempos diversos, de lembranças e esquecimentos, de “eus” e de outros, enfim de corpos marcados por símbolos definidos nesses espaços.

Segundo a complexa teoria de Henri Bergson²⁸¹, a memória é o evento principal dos estados psicológicos do fenômeno cerebral. Está sempre em movimento, pois não cessa de crescer, recobrando constantemente a experiência presente. As experiências adquiridas são ativadas a todo o momento para enriquecer as percepções imediatas, sobre as quais se desenvolve a percepção do mundo exterior. Portanto, as novas percepções são sempre resultados da operação entre as experiências passadas e as ações presentes.

A memória como um evento que acumula e atualiza impressões passadas constrói a identidade de um indivíduo, de um grupo e pode ser pensada como um conjunto de forças direcionadas para a manutenção de uma unidade grupal. O cotidiano inventado nesses novos lugares, as representações “do lugar onde estou”, fragilizam-se enquanto escritura, pois é “impossível a adequação entre a presença e o sinal”²⁸², mas ao mesmo tempo, no contexto da reterritorialização, consolida-se enquanto reconstrução do simbólico.

Portanto, através do ato subjetivo da escrita, procuro refletir sobre as relações entre a dinâmica de um grupo social, marcado pelo seu local social, e seus modos de recordar e organizar as imagens que constituem seus sentimentos de pertença. Para isso, utilizo-me de quatro cartas de imigrantes alemães com a intenção de confirmar os

²⁸⁰ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 9ª. edição. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 189

²⁸¹ BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

²⁸² CERTEAU, *op. cit.* p. 299

movimentos de representações coletivas de tempos e espaços sobrepostos. A perspectiva do coletivo envolve aqui cultura e identidade enquanto estruturas que fundamentam a subjetividade.

A carta de Franz Sallentien²⁸³, dirigida aos irmãos no ano de 1855, mostra um momento em que o autor, através do relato de fatos recentes, reconstitui um passado impregnado por práticas sociais, marcadas pela moral e pela religião.

Há quase cinco anos foi a primeira vez que recebi a Santa Ceia sem vocês. Como queria ter tido vocês comigo nestes dias, e quanto pensei em vocês. Tive a sensação de que estavam aqui; muito me lembrei dos nossos pais, achando que o espírito deles olharia bondosamente por mim, dando a bênção para minha vida futura. Oh, como me senti divinamente feliz enquanto rezei fervorosamente pela memória de meus pais, prometendo guardar e seguir sempre o exemplo deles.²⁸⁴

O autor aqui remete o tempo todo a suas experiências passadas, as quais dão significado às ações do presente. O passado manifesta-se enquanto representação do individual e do social através da reinvenção do cotidiano em um novo lugar. As estruturas sociais reorganizadas recuperam o “eu” e a história de vida deslocada territorialmente. Percebemos que o próprio vocabulário (“pensei”, “lembrei”, “sensação”, “memória”, “vida futura”) está inscrito nesse movimento entre tempos e espaços sobrepostos. O presente aqui só tem sentido enquanto recuperação do passado.

A carta de Therese Stutzer²⁸⁵, datada em maio de 1886, revela o espaço dentro do próprio convívio familiar e social, e no momento da escritura um espaço marcado pela individualidade:

²⁸³ Franz Sallentien tinha 24 anos, era solteiro e lavrador quando emigrou para Blumenau. Natural de Brunsvique (*Braunschweig*) participou do grupo dos 17 primeiros colonos que chegaram a Blumenau em 1850. Neste trecho da carta relata o dia do seu casamento.

²⁸⁴ SALLENTIEN, Franz. Carta aos irmãos. Itajaí 24 de março de 1855. Trad. Alda Niemeyer. In: *Blumenau em cadernos* – Tomo XXXVIII – N. 04 – Abril 1997. p. 47

²⁸⁵ Therese Stutzer, natural de Brunsvique (*Braunschweig*), emigrou para Blumenau no ano de 1885 (Há registro de cartas escritas em Blumenau nos anos de 1885 e 1886). Casada com o pastor luterano Gustav Stutzer, tornou-se escritora e publicou contos e romances voltados à temática da imigração. O casal viveu 12 anos em algumas cidades em São Paulo (Ribeirão Pires, Vamiranga e Cananéia).

Hoje tenho um domingo tranqüilo. Meu marido e as crianças, menos Eva, já saíram às cinco da manhã para assistirem ao culto na igreja de Pomerode e lá devem chegar às dez horas (...) Estou me sentindo muito só. Eva foi com as duas empregadas fazer uma visita à Sra. F. e assim estou sozinha, aproveito para conversar contigo.²⁸⁶

No momento da escrita rompe-se a unidade do núcleo familiar e o individual sobrepõe-se, para voltar a se afirmar nesse contexto social. O retirar-se para escrever, é estar só e conter o fluxo dos pensamentos, das imagens que tecem uma experiência para então organizar (reinventar) o cotidiano através da escrita, num movimento de seleção de imagens, num lembrar e esquecer.

As práticas cotidianas, reveladas por Teresa nessa carta, inscrevem-se como projeções simbólicas de um tempo e espaço deslocados e que buscam na memória uma continuidade para o sentido imediato do seu mundo.

Elas (as filhas) voltaram entusiasmadas dizendo que foi emocionante ver centenas de pessoas, alemães e seus descendentes, irem à igreja. As pomeranas idosas em seus trajes típicos, as jovens em vestidos de cor clara e branca usando lenços coloridos na cabeça. É a Alemanha no Brasil. Que seja hoje um dia tão feliz quanto aquele.²⁸⁷

As imagens descritas por Therese revelam as escolhas inconscientes da memória, que em contato com o tempo presente, marcado nesse contexto pelo estranho, pelo outro lugar, compõem o cenário da continuidade daquilo que só existe enquanto lembrança. A imagem da Alemanha como o lugar onde se encontra a “felicidade”, sua idealização, sobrepõe-se à experiência negativa do mesmo espaço, motivo pelo qual ocorreu a imigração. Observa-se nessa passagem a transformação de um lugar através da composição de imagens que estruturam o imaginário social e nacional de uma comunidade. Imagens que desejam recuperar sensações de um outro tempo e espaço, imagens que produzem sentido. Os trajes típicos das idosas são elementos simbólicos

²⁸⁶ STUTZER, Therese. Cartas de famílias (07/05/1886). Trad. Annemarie F. Schünke. In: *Blumenau em Cadernos* - Tomo XXXIX, n. 7 - . jul. 1998 p. 13

²⁸⁷ STUTZER, *op. cit.* p. 13

promotores desse cenário nacional desejado. Vemos como os signos de identidade (a língua, a igreja, os trajes) são traduzidos por Therese através dos sentimentos que produzem (entusiasmo, emoção, felicidade), numa tentativa de recuperar o passado e a sua “unidade cultural” confortadora.

Na próxima passagem que destaco na mesma carta de Therese, podemos observar que o contato com o outro transporta o olhar ou o movimento da memória para os tempos e os espaços mais remotos da terra natal, onde o reviver da “origem” justifica o presente. Sobrepõem-se imagens e tempos que transitam entre o individual e o coletivo, seguindo as forças generalizantes construtoras de identidades.

Como podemos nos esquecer tão facilmente que estamos numa terra virgem. Trouxemos conosco nossos hábitos, mas não lembramos que estes são frutos de uma cultura secular e por isso fazem parte do nosso cotidiano. (...) Quando nos lembramos disto, nos admiramos com tudo que aqui se realizou. (...) Minha compreensão se tornou maior em relação ao que antes achava natural. Uma aura envolve os monges, estes pioneiros que levaram a cultura e a civilização às florestas da Alemanha. Por quantas privações estes heróis tiveram de passar.²⁸⁸

Aqui percebemos um claro movimento da memória que acionada pelo presente, busca nas imagens construídas através das gerações, na memória coletiva, a recomposição de uma “pretensa” totalidade cultural. Therese compara as dificuldades vividas pelos colonos alemães no novo espaço às experiências de seus ancestrais. Assim como os monges, os imigrantes pioneiros transformaram uma região selvagem numa comunidade alemã, o que glorifica e idealiza o papel civilizador dos colonos e fortalece a concepção etnocêntrica do *Deutschtum*. Progresso e civilização, nesse sentido, são elementos subjacentes à preservação da condição germânica e fundamentais para a construção da *Heimat* no Brasil. Portanto, as imagens que representam seu lugar de origem, o lugar nacional, acionadas pela memória passam a significar um novo espaço.

²⁸⁸ STUTZER, *op. cit.* p. 17

Maurice Halbwachs afirma que há uma relação de reciprocidade entre o grupo e o espaço, onde cada qual deixa sua marca. A memória individual está intimamente relacionada à memória do grupo e do local, e esta à tradição, ou memória coletiva desta sociedade. Segundo Halbwachs,

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. (...) todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos.²⁸⁹

A ênfase no lugar social do sujeito reforça a perspectiva defendida pelo autor de que a experiência social está sempre presente no trabalho de relembração. Não há como dissociar do trabalho da memória a função social, de onde desencadeiam as possibilidades de rememoração, de onde conjuntos de referências sociais são invocados. Assim, a memória individual tem como alicerce a memória do grupo social.

No caso de Phillip Bauer²⁹⁰, filho de imigrantes alemães e nascido no Brasil, a memória coletiva do grupo social do qual faz parte forneceu as imagens e representações que constituem a sua própria memória. Numa carta dirigida aos tios em 1889, a Alemanha, onde nunca esteve, revela-se um lugar imaginado, que abriga muitas lembranças.

Querido tio, eu só conheço vocês por nome, pelas narrativas dos meus pais e o senhor também ainda nunca me viu. Eu nasci no Brasil e me chamo Philipp e sou um filho da irmã de vocês Elisabeth. Meu desejo é ainda poder ver vocês aí na linda Alemanha. (...) Minha mulher é também da Alemanha, de Magdeburg, ela sabe, portanto também como o outro lado se parece. Ela diz : existe só uma Alemanha, mas ficar lá, nisso ela não pensa nunca mais.²⁹¹

²⁸⁹ HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vertice, 1990. p. 133

²⁹⁰ Philipp Bauer é filho de Philipp Peter Bauer e Anna Elisabeth Weingaertner. O casal emigrou da região de Hunsrück para a Colônia de Santa Isabel em 1848.

²⁹¹ BAUER, Philipp. Carta aos tios (20/07/1889). Traduzida por mim. Arquivo pessoal de Toni Vidal Jochem.

As “narrativas dos meus pais” representam aqui um movimento concreto da memória coletiva (nacional), que se constitui a partir das lembranças do outro, “uma memória emprestada”²⁹², como afirma Halbwachs. Assim, memórias coletivas e memórias individuais penetram-se entre si, construindo quadros de analogias pertinentes a determinados grupo social e tempo histórico. Apesar das duas espécies de memórias serem limitadas estreitamente no espaço e no tempo, a memória coletiva tem seus limites mais restritos e bem mais remotos, o que permite a um indivíduo, enquanto membro de um grupo social, apropriar-se de um passado que não é seu. Como um eco das interferências coletivas, Phillip refere-se à “linda Alemanha”, sugerindo que esses sentimentos e idéias inspiradas pelo grupo tivessem a origem em si próprio. Segundo Halbwachs, a grande afinidade entre os membros do grupo provoca essas vibrações em uníssono e “não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros”.²⁹³

As lembranças da esposa alemã de Phillip reforçam a continuidade do amplo processo social de construção da memória, o qual retém o que significa para o grupo. Segundo Ecléa Bosi, o intenso trabalho em conjunto do grupo social cria “esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos”, o que a autora considera verdadeiros “universos de discurso” ou “universos de significado”. A Alemanha enquanto referência concreta das lembranças, sejam elas boas ou ruins, é objeto de conversa e de narração, portanto matéria significativa para o grupo que nesse movimento de lembrar e esquecer realiza “a modelagem sistemática da ideologia grupal”. Nesse sentido, Ecléa Bosi explica que: “O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a

²⁹² HALBWACHS, *op. cit.* p. 54

²⁹³ *Ibidem*, p. 47

história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos”.²⁹⁴

Na passagem seguinte, em uma outra carta de Teresa, datada em março de 1886, a escrita revela-se enquanto um momento de organização dos sentimentos presentes que afloram nesse novo espaço à luz das experiências passadas.

Oh, querida Josepha, como seria bom se não fosse a saudade. (...) Tenho marido e filhos a minha volta e deveria estar satisfeita. Com certeza também estaria se meu marido não precisasse enfrentar tantas preocupações. Certamente iria julgar e enfrentar muitas coisas de outra maneira, se as intenções e planos do meu marido tivessem se concretizado, e teria esperança em voltar para casa e ser feliz com vocês.²⁹⁵

O passado, no momento em que Teresa escreve, é um elemento de perturbação, que está sempre presente nas relações com o novo espaço. As lembranças do lugar de origem, concretizadas na imagem da casa que se revela enquanto abrigo e proteção, um lugar habitado pelas imagens de um passado imaginado que se quer alcançar. A casa natal como o lugar da felicidade acolhe em seu interior um tempo e um espaço fixos, onde estão as lembranças da imaginação (*Heimat*). Um lugar que provoca bem-estar, pois já está habitado. A casa mencionada por Therese é aquela onde o real e o sonho, enquanto unidade, possibilitam o futuro.

Assim, podemos pensar que os imigrantes alemães que se estabeleceram em Santa Catarina em meados do século XIX articulam seu imaginário coletivo, o qual define sua identidade étnica-nacional, com um novo tempo e um novo espaço. As relações entre os espaços (de origem e de imigração) e entre os tempos (passado e presente) produzem um futuro reformulado. Célia Toledo Lucena trabalha muito bem essas relações quando trata de um grupo de imigrantes mineiros em São Paulo:

²⁹⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 66-7

²⁹⁵ STUTZER, *op. cit.* p. 13

Os diferentes tempos e espaços não são vistos separadamente na lembrança dos migrantes, pois tempo e espaço se confundem nas imagens lembradas. O tempo é memória, o tempo é diferencial, o tempo são os momentos, o tempo é situar-se no passado. O espaço é unificante, o espaço é o situar-se no contexto.²⁹⁶

No evento migratório, é no espaço que ocorrem as relações definitivas entre o vivido e o imaginado, entre os diferentes tempos da experiência. O espaço aqui se define enquanto construção da subjetividade, a qual se reconstrói constantemente nos espaços vividos através da imaginação e do pensamento. Para pensar nas imagens que esses espaços produzem, são importantes as reflexões de Gaston Bachelard em *A poética do espaço*. O autor trabalha com as imagens que determinam o valor humano dos espaços de posse, dos espaços percebidos pela imaginação. Para o autor, imagem e lembrança são similares, pois a atividade viva da imaginação (faculdade de produzir imagens) “desprende-nos ao mesmo tempo do passado e da realidade. Abre-se para o futuro”²⁹⁷. E é esse futuro imaginado o que orienta e conduz o movimento migratório alemão para o sul do Brasil. Um futuro impregnado pelas imagens vividas, (lembranças) transformadas.

O próximo e conclusivo capítulo irá abordar mais pontualmente as narrativas (cartas e memórias) que partem do espaço da imigração. Espaço este impregnado pelas lembranças de um passado que não se quer perder. Espaço onde diferentes culturas são negociadas, ou, nas palavras de Bhabha, onde no “presente algo vem a ser repetido, recolocado e traduzido em nome da tradição”²⁹⁸.

²⁹⁶ LUCENA, Célia Toledo. Construindo a memória: um olhar sobre o passado. In: *Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de imigrantes*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 80

²⁹⁷ BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 18

²⁹⁸ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 64

CAPÍTULO V

NARRATIVAS DA IMIGRAÇÃO

Como venho afirmando ao longo deste trabalho, proponho-me a uma leitura cultural das narrativas que partem do espaço da imigração alemã em Santa Catarina em meados do século XIX na tentativa de refletir sobre um processo de composição de imagens sobre o Brasil. Imagens que, num contexto político-social ávido por significados nacionais (uma origem, um povo, um tipo nacional), consolidam-se enquanto verdades.

Os capítulos que precedem esta análise procuram elucidar e compor o contexto que favoreceu um encontro cultural mais intenso entre Brasil e Alemanha, através da imigração, e o desenvolvimento de uma ideologia eurocêntrica, firmada num discurso científico sobre o Novo Mundo, que produz sentido dentro do próprio país. Portanto, busco fundamentos teóricos numa crítica pós-colonial, a qual assume uma perspectiva global e que se preocupa com as inscrições coloniais tanto nas metrópoles imperiais quanto nas culturas colonizadas. Ou seja, uma teoria que recusa os bem definidos conceitos de centro e periferia para pensar em relações laterais e transversais e de como estas “reorganizam e moldam um e outro”²⁹⁹. Não há aqui a pretensão de abarcar o amplo e profundo aparato crítico desta posição teórica, porém este estudo aproxima-se da perspectiva pós-colonial exatamente no momento em que esta repensa a grande narrativa historiográfica a partir das suas inscrições “transversais, transnacionais e

²⁹⁹ HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial. In: _ Liv Sovik (org.) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardiã Resende...et all. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. p 109

transculturais”³⁰⁰, situando os efeitos sobredeterminantes da colonização numa estrutura global. Não há como não citar as esclarecedoras palavras de Stuart Hall a este respeito:

A partir desse marco (a colonização) nas décadas finais do século quinze, não tem havido “um único tempo (ocidental) homogêneo vazio”. Há, sim, condensações e elipses, que surgem quando todas as temporalidades distintas, mesmo permanecendo “presentes” e “reais” em seus efeitos sobredeterminantes das temporalidades e sistemas de representação e poder eurocêntricos, devendo marcar sua “diferença” nesses termos. É isso que se tem em mente quando se coloca a colonização dentro de uma estrutura da “globalização”.³⁰¹ (grifos do autor)

Pensemos, então, sobre a imigração alemã para o sul do país como um evento marcado por uma pluralidade de temporalidades distintas (alemã, africana, indígena, lusitana, brasileira, etc.) e sobredeterminadas que negociam seus poderes/saberes dentro desse espaço transcultural. As narrativas alemãs que partem desse espaço diaspórico³⁰² ou da diferença revelam e afirmam tropos discursivos e imaginários pautados numa autoridade eurocêntrica, cristalizada a partir de uma interpretação iluminista de mundo.

Pensar nesses discursos enquanto momentos de “estranhamento” e descontinuidade cultural, apesar destes atuarem dentro da cultura a partir de uma vontade unificadora (continuidade), nos levam a transitar entre as fronteiras do privado e do público, pois o “estranho” é sentido primeiramente na intimidade (contração) para depois reinscrever-se no cultural/nacional (expansão).³⁰³ Nesse sentido, localizemos dentro das narrativas da imigração alemã esses movimentos interativos e de intervenção da cultura, os quais significam o outro através de uma re-criação do eu.

³⁰⁰ Idem, *op. cit.*, p 114

³⁰¹ Ibidem, p. 115

³⁰² A noção de “diáspora” aqui se refere ao que Stuart Hall chama de “espaços hibridizados de uma cidade colonial do Terceiro Mundo”. O autor afirma que a colonização transformou suas “colônias” em regiões continuamente diáporicas, “em relação ao que se poderia imaginar como suas culturas de origem”. (Ibidem, p. 114)

³⁰³ Para abordar como as culturas coloniais afirmam suas tradições nativas e recuperam “suas histórias reprimidas”, Bhabha fala de um estranhamento como “condição das iniciações extraterritoriais e interculturais”, onde “os recessos do espaço doméstico tornam-se os lugares das invasões mais intrincadas da história. Nesse deslocamento, as fronteiras entre casa e mundo se confundem e, estranhamente, o privado e o público tornam-se parte um do outro, forçando sobre nós uma visão que é tão dividida quanto desnordeadora”. (BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 29-30)

5.1 – *Cartas de Hermann Otto Blumenau aos parentes*

Partindo de toda a discussão que ao longo deste trabalho procurou, através de um caminho possível e pertinente para este projeto, forjar o contexto histórico e ideológico facilitador das interpretações sobre o Brasil no século XIX, analiso nessa seção algumas cartas pessoais de Hermann Blumenau. Todas foram publicadas pela Revista Blumenau em Cadernos a partir do ano de 1998, com o objetivo de iniciar as comemorações dos 150 anos de fundação da Colônia Blumenau a se completar no ano 2000. Os originais desta série de oito cartas dirigidas aos pais e parentes entre os anos de 1846 a 1850 foram destruídas num ataque aéreo a Hamburgo durante a Segunda Guerra Mundial. Restando, portanto, a cópia que Theo Kleine fez no ano de 1939 quando visitou Gertrud Blumenau Sierich, filha de Hermann Blumenau. Estas cópias foram doadas ao Instituto Hans Staden e posteriormente ao Arquivo Histórico de Blumenau José Ferreira da Silva.

O conteúdo das cartas revela o grande envolvimento de Hermann Blumenau no projeto de colonização e a necessidade de mostrar os resultados positivos, sobretudo, ao pai, o qual em diferentes trechos é descrito como contrário às idéias do filho. “Magoa-me muito, meu querido pai, causar-te tantas preocupações! Por que, meu bom pai, mereço de tua parte esta confiança constante? Será que estou completamente tomado de burrice e cegueira que não posso agir sozinho!”³⁰⁴ Em relação à mãe, demonstra grande afinidade e preocupação:

Como gostaria de ter ficado estes dois dias ainda contigo, minha querida e boa mãezinha. Não tem lugar melhor do que junto de você, sob seus

³⁰⁴ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais e parentes (21/04/1848). In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXXIX – N. 03 – Março de 1998. p. 25

cuidados e sua fiel mão martenal. Como gostaria de ficar sob sua proteção, sob seus olhos e como gostaria de alegrá-la e consolá-la quando o pai a atormenta com seu mau humor.³⁰⁵

Início, então, a análise cultural com a fala de Hermann Otto Blumenau, e sua primeira incursão nas terras catarinenses, objetivando a aquisição de uma extensa área para desenvolver seu projeto de colonização. Na carta dirigida aos pais e parentes, datada em 21 de abril de 1848, Hermann Blumenau relata esta experiência enquanto agente ativo de uma paisagem intocada pela “civilização”. A narrativa de Blumenau aproxima-se muito dos relatos de viagens da vanguarda capitalista, como denominou Mary Pratt aqueles viajantes que congregam os ideais do comércio e da iniciativa privada. Revelando sempre uma atitude intervencionista, Blumenau realiza uma narrativa de muita ação, onde, além de percorrer as terras desejadas, negocia com autoridades da Província de Santa Catarina, chamada Desterro na época, e do Rio de Janeiro. Nesta longa carta, revela que ainda estava a serviço da Companhia Hamburguesa de Imigração, junto à qual pretendia realizar a colonização, e que contava com a sociedade de Ferdinand Hackradt nesta fase inicial dos negócios. Navegando pelo Rio Itajaí, Blumenau faz uma descrição detalhada deste e de seus arredores, idealizando nesta narrativa suas aspirações colonizadoras.

O rio é profundo, corre mansamente e as terras nas suas margens são as melhores da província. Pela primeira vez vi a grande cachoeira (Salto) a qual Hackradt havia me falado e nela nos separamos. Hackradt desceu o rio até o acampamento na margem do ribeirão da Velha para negociar contratos de compras de terras e eu, acompanhado de um alemão e um brasileiro, subi o rio a fim de explorá-lo até onde fosse possível. (...) A cachoeira tem um aspecto assustador e selvagem. As rochas são negras e lisas como se fossem polidas. Os lados do canal são carcomidos e contrastam com a espuma branca da correnteza. Mais abaixo, o canal se alarga. Dizem que a força do rio é tamanha que grossos troncos de cedro que descem pela cachoeira despedaçam-se. (...) Nesta cachoeira desvaneceu-se uma ilusão. A instalação de moinhos só é viável com muito custo e trabalho, pois com a chuva, o

³⁰⁵ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais e parentes (15/9/1849 a 02/01/1850). In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo XL – N. 01 – Janeiro de 1999. p. 16

nível do rio sobe muito, chegando às vezes a elevar-se até 24 pés³⁰⁶ em três dias. (...) As margens adjacentes do Salto são altas e somente com muito trabalho pode ser escavado um canal para desviar a água, sendo necessário construir um forte tapume protetor devido às enchentes. Feito isto haveria água e desnível para a produção de energia, o equivalente a alguns milhares de cavalos vapor. O rio deve ter um volume de água maior do que o Rio Saale e numa distância de três quartos de hora poder-se-ia montar um moinho seguido de outro, pois a diferença de nível do rio continua por meia hora formando pequenas corredeiras e cachoeiras. Vi meu plano preconcebido frustrado, deveria mudá-lo, mas resolvi mantê-lo.³⁰⁷

Neste contexto, Blumenau apresenta a natureza sob o ponto de vista funcional, examinando suas potencialidades para um futuro de desenvolvimento econômico e empresarial, o que já identifica logo no início da descrição do rio. Há um grande contraste entre as imagens da natureza selvagem e a atividade comercial dos sócios neste ambiente que desejam transformar. Através de uma voz de dominação em relação à natureza, Blumenau apresenta-se enquanto agente ativo, o qual além das descrições visuais pressupõe um projeto transformador. O registro da presença de um alemão e de um brasileiro, como aliados para a realização do projeto, implica que estes têm um conhecimento prévio da região, apesar de Blumenau não dar voz a suas contribuições, sobrepondo em primeiro plano seus conhecimentos e seu olhar aperfeiçoador europeu. Ao longo da narração sobre o percurso no rio Itajaí, que se realiza de forma muito dinâmica como se descrevendo uma grande aventura, Blumenau faz uso da terceira pessoa do plural e pressupõe sempre que está acompanhado. Porém, os sujeitos instrumentais, como denominou Mary Pratt, só são mencionados na narrativa quando criticados, como veremos mais adiante. O que quero ressaltar aqui é que a mobilização humana local em relação ao projeto de Blumenau pressupõe uma autoridade dessas práticas de exploração e apropriação dos recursos naturais por estrangeiros.

³⁰⁶ N.T.: 7.20 metros

³⁰⁷ BLUMENAU, *op. cit.* p. 13-4

Gostaria de salientar mais dois pontos de análise deste trecho: um primeiro relativo à referência a um rio alemão como elemento comparativo que dá destaque à abundância e potencialidades da natureza tropical, além de apontar para os movimentos da memória coletiva, com os quais trabalhamos no capítulo anterior. O segundo aspecto diz respeito à constante idéia de esforço e perseverança aliada à figura do explorador. Essa idéia será uma constante ao longo da carta, assim como em outras narrativas que serão analisadas, e servirá de modelo de imaginário racial e nacional em detrimento da figura do brasileiro. Veremos este contraste de forma mais explícita no próximo trecho da mesma carta.

A viagem foi cheia de sacrifícios. Senti no próprio corpo o que significava viajar por águas desconhecidas na floresta virgem. O calor sufocante castigou-me na estreita canoa, na qual mal podíamos nos mexer... Apesar dos sacrifícios estive sempre bem disposto. Já no primeiro dia o sol forte queimou meus braços, que doíam e incharam. Mais tarde a pele desprendeuse, e hoje, passados três meses ainda conserva sua cor morena que provavelmente se manterá. ... Os braços ardião como fogo e continuam doendo, mas mesmo assim apreciei a viagem. (...) Algumas vezes tivemos que descarregar completamente a canoa e arrastá-la por cima das pedras, o que era moroso e foi desagradável, sob uma temperatura de 25° R³⁰⁸. As mordidas de mosquitos e formigas causaram uma coceira nas pernas que me roubou o sono. Em síntese, não foi nada agradável. Se o meu canoieiro brasileiro não tivesse sido medroso, subiríamos o rio ainda mais. Se eu tiver oportunidade, farei outra viagem e subirei o rio numa outra direção.³⁰⁹

O corpo civilizado (urbano) do europeu passa por sacrifícios e transformações para se adaptar e dominar a natureza selvagem americana. O calor, a força das águas desconhecidas, os mosquitos e as formigas não são obstáculos suficientes para enfraquecer a atitude dominadora e civilizatória de Blumenau. É interessante pensar na metáfora da pele (da antiga pele européia) que se desprende e ganha nova cor na América. Como um rito de passagem, o corpo de Blumenau transforma-se no contato com a selvagem natureza e nesse sentido passa a integrá-la. Sua força e vontade

³⁰⁸ N.T. 31°C

³⁰⁹ BLUMENAU, *op. cit.* p. 15-6

exploratória somente são vencidas pela fraqueza do remador brasileiro. “Fui obrigado a retornar antes que queria”³¹⁰ No entanto, contrastam-se as imagens de uma natureza com muitas potencialidades aos olhos civilizados de Blumenau e a deficiência humana de seus habitantes incapazes de dominá-la. E é só neste momento que ouvimos a voz (a vontade) nativa. “Meu remador brasileiro, um covarde, tinha medo dos selvagens, dos lugares desconhecidos e sabe Deus do que mais”.³¹¹ Reitera-se claramente a visão dualista do mundo americano (natureza x sociedade) firmada nos debates científicos setecentistas.

Na esteira de Humboldt e seu *Naturgefühl*, Blumenau deixa-se envolver pela “majestosa e indescritível paisagem” que aguça os sentidos, “o ar é ameno, perfumado, o céu de um lindo azul”, e eleva os sentimentos. Ele afirma que mesmo depois de três meses ainda sente-se “maravilhado com a bela paisagem, com a solidão da floresta e a sensação que senti num lugar distante da civilização, que há milhares de anos continua intocado”.³¹² O excesso da natureza traduz-se exatamente nessa imagem do não civilizado, do intocado pelo europeu, do ahistórico. “O silêncio somente era interrompido pelo grialhado de numerosos jacus e jacutingas, que assustados, voavam. (...) Passei dois dias maravilhosos nesta solidão, distante da civilização, e onde nenhum ser civilizado havia chegado antes de mim”.³¹³ Nesse sentido, Blumenau aproxima-se do pensamento hegeliano quando pressupõe que sua presença é o início do desenvolvimento dessa história até então bruta e inerte, ou seja, “o que acontece na América tem sua origem na Europa”.³¹⁴

Após o relato da experiência na mata, a qual promove grande sacrifício físico, mas compensadora liberdade espiritual, “foi lindo, grandioso, fascinante e gostaria que

³¹⁰Ibidem. p.16

³¹¹ Ibidem, p. 16

³¹² Ibidem, p. 15-6

³¹³ Ibidem. p. 15

³¹⁴ HEGEL, Friedrich Georg Wilhelm. *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*. Trad. José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1980. p. 176-7

vocês meus queridos, tivessem estado lá comigo”³¹⁵, Blumenau realiza a compra das terras: “No acampamento mais abaixo reencontrei Hackradt. Assinamos um contrato definitivo de compra de terras e vários outros contratos provisórios”.³¹⁶ A relação comercial com o ambiente qualifica seu posicionamento de intervenção e autoridade.

Retorna, então, para cidade com o objetivo de oficializar perante as autoridades brasileiras seu projeto de colonização. É neste ambiente, portanto, que descreve o caráter retrógrado da sociedade brasileira e sua dificuldade em lidar com essa situação.

Esta concessão, depois de aprovada, deverá ser ratificada, caso seja necessário, pelo congresso do Rio de Janeiro. Escrevi muitas petições, tive muito trabalho e aborrecimentos, que me deixaram doente e hipocondríaco. Aqui tenho que lutar contra intrigas, adversidades e o ódio dos brasileiros aos estrangeiros. (...) Estou profundamente decepcionado e a aversão contra os procedimentos infames dos brasileiros aumenta cada vez mais. Mas não desisto; o projeto é grandioso e relevante para a Alemanha e os alemães, por isso continuarei até onde puder enquanto houver esperança de sucesso.³¹⁷

Enquanto em meio à natureza, as adversidades físicas são compensadoras espiritualmente e Blumenau enxerga grandes possibilidades para um empreendimento colonizador, na cidade os empecilhos para a realização do seu projeto encontram-se na organização social brasileira. “Aqui não se consegue nada sem despender dinheiro. É preciso comprar as pessoas, de cima até embaixo”.³¹⁸ Percebemos que na cidade o corpo também sofre fisicamente devido ao desgaste intelectual. Portanto, o desafio agora não está no domínio da potente natureza, mas no convívio com a corrompida sociedade. O educado e civilizado corpo europeu deve adaptar-se física e intelectualmente ao Novo Mundo. “Não fui autorizado a fazê-lo, mas para dar andamento ao processo, arrisquei algumas centenas de Mil-réis do meu bolso. O efeito

³¹⁵ BLUMENAU, *op. cit.* p. 16

³¹⁶ *Idem, op. cit.* p. 17

³¹⁷ *Ibidem*, p. 18

³¹⁸ *Ibidem*, p. 18

surtiu algum resultado e prometi mais se for bem sucedido”.³¹⁹ Assim, Blumenau contraria seus princípios morais, também como ocorreu quando teve que utilizar mão-de-obra escrava³²⁰, como uma única possibilidade de dialogar com a organização política brasileira e, assim, dar continuidade ao seu “grandioso” objetivo, o qual envolve a *nação Alemã*³²¹ como um todo. Nesse sentido, afirma-se a imagem heróica de Blumenau que em nome da Alemanha luta contra as adversidades administrativas e morais da sociedade Brasileira. “Depois de muitas lutas e intrigas o projeto foi aprovado por pequena maioria de votos, mas o presidente da Província julgou-o incompleto, devolveu-o à Câmara e está sujeito à nova discussão”.³²²

Mary Pratt, analisando a retórica dos relatos de viagens da “vanguarda capitalista”, escritos por europeus que estiveram na América Latina depois de 1820, identifica nessas narrativas uma constante busca por conquistas e realizações de objetivos. Ao mesmo tempo, esses viajantes “lutam numa batalha desigual contra as privações, ineficiência, indolência, desconforto, maus cavalos, estradas sofríveis, clima ruim e atrasos”.³²³ Aproximo, mais uma vez, a postura de Blumenau à dos viajantes da “vanguarda capitalista”, os quais a partir de uma dimensão heróica de suas ações, apresentam a sociedade latino-americana como “obstáculos logísticos ao movimento avançado dos europeus”³²⁴

Portanto, a impotência humana e o caráter retrógrado da sociedade brasileira contrastam com a energia e a vontade de progresso alemão, ou seja, a negligência americana legitima o intervencionismo europeu. “As terras nas margens do rio Itajaí

³¹⁹ Ibidem, p. 18

³²⁰ O trecho da carta em que Blumenau comenta sobre o uso de escravos no início de seu empreendimento foi citado no segundo capítulo.

³²¹ A idéia de nação alemã nesta época, como foi discutida no capítulo anterior, não envolve uma organização política definida a partir de um Estado, mas o nacional aqui diz respeito a um sentimento de pertença a uma cultura e uma língua comuns.

³²² BLUMENAU, *op. cit.* p. 19

³²³ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. SP: EDUSC, 1999. p. 257

³²⁴ IDEM, *op. cit.*, p. 257

foram desleixadas, durante longo tempo, por manobras de um especulador. Agora está havendo um progresso rápido que vem ao encontro dos nossos interesses. Nas margens de ambos os rios residem atualmente cerca de trinta famílias alemãs”.³²⁵ Aqui o rápido e interessante progresso está aliado à ocupação das terras por famílias alemãs.³²⁶ Contrastam-se repetitivamente as imagens do progresso europeu e do atraso latino-americano, o que Pratt diz estarem ancoradas

na mais completa hipocrisia, pois é o suposto atraso da América que, em primeiro lugar, legitima as intervenções da vanguarda capitalista. Ideologicamente, a tarefa da vanguarda é a de reinventar uma América atrasada e negligenciada, de forma a enquadrar seus cenários e sociedades não capitalistas como manifestadamente carentes da exploração racionalizada trazida pelos europeus.³²⁷

Blumenau confirma explicitamente essa relação entre o atraso latino-americano e a conveniência européia em uma carta de 1846, afirmando que “apesar de o Brasil estar bem mais adiantado do que eu pensava e em especial a Província do Rio Grande, mesmo assim se apresentam muitas oportunidades para os que têm uma profissão e vontade de trabalhar”.³²⁸

Apesar das dificuldades com o negligente sistema político brasileiro, Blumenau transita num contexto ideológico conveniente, pois, como vimos no segundo capítulo, o Brasil, neste período, vive um forte processo internacional de transformações sociais, o qual se apóia nas idéias liberais e científicas da Europa Iluminista. Portanto, as elites,

³²⁵ BLUMENAU, *op. cit.* p. 17

³²⁶ Um projeto do governo imperial que visava à colonização das terras nas margens do rio Itajaí já vinha sendo realizado desde 1823 pelo coronel Agostinho Alves Ramos. Antes desta data encontravam-se nessas terras, além dos sesmeiros, madeireiros, pequenos lavradores e pescadores vindos de regiões próximas. José Ferreira da Silva atribui o assentamento das primeiras famílias alemãs nesta região aos colonos chegados em 1828 para São Pedro de Alcântara e que “pela qualidade inferior daquelas terras e ante as dificuldades do cultivo, procuravam outros centros”. (SILVA, Ferreira José. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edeme, 1979. p. 20) Como já abordamos anteriormente, nesta época, havia o grande incentivo da política imperial em relação à imigração de colonos não-portugueses. Em 1851, Agostinho Alves Ramos vendeu para Blumenau algumas terras na barra do Itajaí-Mirim, onde este construiu um barracão para acolhida provisória dos imigrantes.

³²⁷ PRATT, *op. cit.* .. p. 262

³²⁸ BLUMENAU, Hermann Otto Bruno. Carta aos pais e parentes (03/08/1846) In: Blumenau em Cadernos – Tomo XXXIX – N. 07 – julho de 1998. p. 25

preocupadas com o declínio do sistema escravista e com a construção de um povo branco e civilizado, começam a enxergar a imigração européia como uma solução possível. Esse período de aceleradas transformações econômicas, tecnológicas e ideológicas é marcado por um grande desajuste social, onde as idéias importadas não condizem com as atitudes locais. A compacta estrutura econômica e social, construída ao longo de trezentos anos de colonização e escravismo, ainda é muito resistente e, mesmo em meio ao grande cosmopolismo, continuou produzindo-se através de um organismo de raízes rurais firmado no clientelismo.

Portanto este desajuste ideológico que qualifica a sociedade brasileira como imoral e atrasada, também permite a postura intervencionista e de autoridade de Blumenau em relação ao desenvolvimento do seu projeto de colonização. Mesmo afirmando os obstáculos gestacionais da política brasileira (“Minha proposta foi rejeitada na Assembléia porque não dispunha de dinheiro para subornar as pessoas influentes”.³²⁹), Blumenau enxerga no país muitas oportunidades futuras (“Certo é que aqui, ninguém sucumbe, a não ser o tolo ou o cego e vocês podem estar tranquilos quanto ao meu futuro”.³³⁰). Sugere, assim, a grande disponibilidade desta região para se desenvolver a razão, as especialidades, a produção. Como Hegel, Blumenau pensa no Brasil enquanto país do futuro, “é o país dos anseios de todos os que tomaram aversão pela história armaria da velha Europa”³³¹, que ainda não está pronto e que pode ser um “anexo da população excedente da Europa”.³³² Portanto, firmado no espírito alemão culturalmente elevado e forte, esclarece aos seus parentes o quanto sua formação (*Bildung*)³³³ adquirida na velha Europa será útil no Novo Mundo.

³²⁹ BLUMENAU, *op. cit.* p. 24

³³⁰ *Ibidem*, *op. cit.* p. 24

³³¹ HEGEL apud GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750 -1900)*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 332

³³² HEGEL, *op. cit.* p. 176

³³³ A palavra alemã *Bildung* (formação), num sentido mais geral, corresponde à noção de *Kultur* (cultura), significando, assim, a partir de um caráter dinâmico, o processo de formação de um indivíduo e de um povo. O conceito de *Bildung* impõe-se a partir da segunda metade do século XVIII, exprimindo, ao

Creio ter comprovado que não me falta perseverança. Batalhei para viajar para o Brasil e aqui mantive, sob condições adversas, minhas idéias e alcancei uma posição que me permite olhar com sossego para o futuro. Penso, com a graça de Deus, retornar bem cedo para a Europa, mas não para ficar lá para sempre, como farmacêutico ou químico. Sempre continuarei sendo um químico e creio que a química que aprendi ainda será de muita valia para minha fábrica de rum, fábrica de açúcar, etc. Dificilmente voltarei trabalhar para outras pessoas e prefiro ser meu próprio patrão nas minhas próprias terras.³³⁴

Este trecho final da carta evoca o contraste entre a saturada Europa e a disponível América, onde ainda o excesso de natureza espera por uma dominação técnica e produtiva. A imagem da Alemanha enquanto fornecedora do conhecimento, da cultura e da razão (do espírito) defronta-se com a do Brasil e sua potência natural inexplorada.

Em uma carta anterior, escrita no Rio Grande do Sul em 1846, Blumenau relata aos pais e parentes a sua travessia pelo Atlântico e as dificuldades dessa viagem em relação à alimentação e aos enjôos, mas também o seu contentamento, já em terra firme, ao enxergar duas palmeiras pela primeira vez. “Num lugar eu vi duas belas palmeiras, com cerca de 30m de altura. Foram as primeiras que eu vi ao ar livre e fiquei contente como uma criança”.³³⁵ Assim, a visão das palmeiras³³⁶ parece confirmar esteticamente o imaginário europeu em relação à América tropical.

Como foi discutida anteriormente, a questão da imaturidade do continente americano, tão presente em Buffon e Hegel e de forma universalizada em Humboldt, também faz parte da percepção de Blumenau em relação ao Brasil. “Aqui tudo está na

mesmo tempo, o elemento definidor, o processo e o resultado da cultura. SUAREZ, Rosana. *Nota sobre o conceito de Bildung (Formação Cultural)*. Revista de Filosofia. Kriterion vol.46 n°. 112 Belo Horizonte Dec. 2005 < Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/kr/v46n112/v46n112a05.pdf> > Acesso em 19 de outubro de 2008.

³³⁴ BLUMENAU, *op. cit.* p. 25

³³⁵ BLUMENAU, Hermann Otto Bruno. Carta aos pais e parentes (26/06/1846 – 02/08/1846) In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XXXIX – N. 06 – junho de 1998. p. 20

³³⁶ Provavelmente a palmeira descrita por Blumenau é a chamada Palmeira Imperial, espécie originária das Antilhas e que pode chegar até 30 ou 40 metros de altura. Esta espécie foi plantada no Brasil em 1809 por D. João VI, por isso a denominação “Imperial”.

infância- enfim um grande campo se encontra aberto a todos-aos que querem e podem trabalhar e estudaram alguma coisa”.³³⁷ E nesse sentido, reforça a idéia da *Bildung* (formação) e da *Kultur* (cultura) como fontes de desenvolvimento do futuro americano. As noções buffon-depauwdianas referentes à imaturidade e debilidade da natureza americana deslocam-se para as suas sociedades. Como afirma Gerbi,

o julgamento sobre as novas nações americanas e sua “civilização” com frequência assume tom e a cor das diatribes sobre animais e indígenas. (...) As coisas aconteciam de tal maneira que, enquanto o solo e o céu do Novo Mundo já eram redimidos pela Ciência, seus habitantes e Estados ainda eram medidos pelo metro de comparações simplistas, de concursos de mérito e confrontos polarizantes.³³⁸

Blumenau, por conseguinte, segue avaliando o estágio inicial em que se encontra o Brasil, seus conhecimentos técnicos e as relações comerciais.

Meu projeto parece andar bem, de qualquer modo seja de uma forma ou de outra, encontrarei aqui uma boa colocação. O principal é que permaneça com saúde, porque aqui há um enorme campo para a química prática e técnica. Por exemplo, as entranhas dos bois e vacas são jogados fora juntamente com os miúdos, ossos, patas etc., custam quase nada, ao contrário da Europa, onde paga-se muito caro por isso. Um boi custa talvez 5, um cavalo o mesmo, melhores 10-20 dólares. Laranjas, bem mais doces e saborosas do que na Alemanha, custam somente a terça parte.³³⁹

Aqui, Blumenau apresenta o atraso brasileiro em relação à racionalidade e especialidade de produção européia, o que reitera a idéia de um futuro americano promissor, desde que desenvolvido pelas mãos diligentes do Velho Mundo. Conta, em seguida, que foi muito bem recebido pelo presidente da província do Rio Grande do Sul³⁴⁰, com o qual manteve uma conversa traduzida pelo cônsul da Prússia, e de que este (o presidente) “pediu-me que olhasse bem a terra e verificasse quanto lugar ainda existe

³³⁷ BLUMENAU (26/06/1846 – 02/08/1846), *op. cit.* p. 21

³³⁸ GERBI, *op. cit.* p. 337

³³⁹ BLUMENAU, Hermann Otto Bruno. Carta aos pais e parentes (06/04/1846 – 26/06/1846) In: Blumenau em Cadernos – Tomo XXXIX – N. 05 – Maio de 1998. p. 19

³⁴⁰ O presidente da província do Rio Grande do sul no ano de 1846 era o Conde de Caxias, Luís Alves de Lima.

para as mãos trabalhadoras”.³⁴¹ Num contexto político-social em que a imigração européia representava uma solução viável para a construção de um povo branco, os olhos metropolitanos de Blumenau são autorizados a participar da organização desse processo civilizatório-racial. A imigração alemã, enquanto projeto político do império brasileiro, afirmava as noções de raça e nação que iam sendo construídas a partir das teorias científicas européias. Portanto, “as mãos trabalhadoras”, mãos brancas e civilizadas, implicam, neste momento, o desejo do apagamento das mãos negras, índias e mestiças.

Blumenau aproxima-se mais uma vez dos relatos da vanguarda capitalista que descrevem, frequentemente, a hospitalidade das elites latino-americanas em relação aos europeus, assim como seus costumes aristocráticos. (“Eu fui recebido muito atenciosamente pelo presidente”³⁴²) No entanto, a sociedade, de um modo geral, é criticada pelo fracasso “em explorar os recursos que a rodeavam”.³⁴³ Termina, então, a breve carta reiterando a idéia de abundância e disponibilidade do espaço americano, onde “a terra é extraordinariamente barata, mas aumenta continuamente de preço” e o futuro econômica e produtivamente promissor já se desenvolve nas aplicadas mãos alemãs, “e os colonos alemães fazem bons negócios com suas batatas, milho e farinha de mandioca”. Blumenau registra uma dinâmica ação comercial no Brasil, onde transita com certa liberdade e autoridade. “Há, portanto, boas perspectivas para os colonos. O governo mostra agora boa disposição para fazer alguma coisa. No máximo em 14 dias espero estar no Rio de Janeiro. De lá mais além”.³⁴⁴

Já no Rio de Janeiro, em uma carta datada em 2 de agosto de 1846, Blumenau envia aos parentes uma lembrança do Brasil: “São flores feitas de besouros. Caso

³⁴¹ BLUMENAU (26/06/1846 – 02/08/1846), *op. cit.* p. 21

³⁴² IDEM, *op. cit.*, p. 21

³⁴³ PRATT, *op. cit.* p. 260

³⁴⁴ BLUMENAU, *op. cit.* p. 21

tenham entortado um pouco, basta endireitá-los novamente, debaixo de vidro e emoldurados ficam bonitos”.³⁴⁵ A imagem dos besouros emoldurados nos remete aos naturalistas-viajantes e seus herbários, animais empalhados e bichinhos imersos em álcool, assim como a sistematização e transformação do “caos” da natureza em ciência. A natureza americana enquanto significativa representatividade no imaginário europeu é apreendida e enviada para a Europa.

A última carta que analisarei de Blumenau, datada em 3 de agosto de 1846, foi escrita no Rio de Janeiro, onde já se encontrava havia três semanas tratando da sua proposta de colonização junto ao governo brasileiro. Nesta extensa narrativa, Blumenau aborda vários assuntos como a dificuldade com a política brasileira e uma interessante viagem de três semanas que fez ao Rio Grande do Sul, onde visitou as cidades de Pelotas e Rio Grande.

Inicia a carta contando sobre os seus projetos e de como a colonização tornou-se um grande negócio para investidores alemães.

Eu fiz junto ao governo uma proposta de colonização, fui bem recebido pelos ministros e me deram esperanças de que talvez aceitarão, pois elas foram até aqui as propostas mais favoráveis e sensatas. Isso parece bom, mas não se deve ficar muito nisto, pois aqui prometem muito e de preferência não cumprem nada. (..) O melhor de tudo é silenciar sobre minha proposta, pois ela tem uma base sólida e é precedida de nomes significativos, um deles de Hamburgo que quer explorar a colonização através de 1 milhão de marcos (1/2 milhão de moedas de prata) e considera o negócio bem como um grande empreendimento, que deve aumentar seu comércio bem como a navegação, mais do que uma simples especulação que vende o pobre imigrante como se fosse um produto e se aproveita para extorquir o máximo de dinheiro dele, seja justo ou injusto.³⁴⁶

A riqueza e a racionalidade alemãs contrastam o tempo todo com a falta de comprometimento e seriedade dos políticos brasileiros. A imigração germânica para o Brasil foi impulsionada pelo conjunto de iniciativas privadas e públicas, tanto da

³⁴⁵ IDEM, *op. cit.*, p. 22

³⁴⁶ BLUMENAU (03/08/1846), *op. cit.* p. 21-2

Alemanha quanto do Brasil, transformando-se em um alto negócio, do qual o imigrante passou a ser uma cara mercadoria. O envolvimento de bancos, de empresas de transportes e de negociantes de terras comprova isso. Esta grande movimentação comercial que pressupõe rentabilidade e progresso é dificultada pelo caráter retrógrado dos dirigentes brasileiros. “A infelicidade é que estes assuntos aqui são demorados demais, e por isso muitos projetos não dão em nada. Assim também pode acontecer com o meu e dos senhores hamburgueses”.³⁴⁷ Enquanto Blumenau apresenta-se através de uma postura de diligência e constante esforço em relação aos seus projetos (“Ainda não tive tempo para mim e vejo à minha frente muito trabalho, sem saber ao certo, se terei proveito dele”.³⁴⁸) a política brasileira é descrita como corrompida e decadente (“A proposta precisa ir para Câmara, que não dá muita atenção a assuntos onde não há interesses particulares e intrigas, demorando assim muito tempo”.³⁴⁹) Entende-se, a partir das idéias que qualificam a Europa em detrimento da América, que aqui as diferenças entre as duas sociedades afirmam-se nas relações entre herança genética, capacidade intelectual e moralidade. As construções intelectuais que atribuem à América a imagem de ahistoricidade, portanto acultural e não civilizada, confirmam a carência de um povo original nobre (branco). Nesse sentido, a idéia de raça aproxima-se da noção de povo e “o discurso racial surgia, dessa maneira, como variante do debate sobre cidadania”.³⁵⁰ O desenvolvimento da biologia reorienta os preceitos liberais de igualdade e impregna o imaginário social com os conceitos baseados em diferenças de raças, aproximando, assim, as noções de civilização e pureza racial. Portanto, a falta de virtude nacional brasileira parece estar condicionada tanto à juventude do continente quanto à miscigenação.

³⁴⁷ Ibidem, p. 23

³⁴⁸ Ibidem, p. 22

³⁴⁹ Ibidem, p. 23

³⁵⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 47

Nesse sentido, a humanidade encontra-se na razão inversa da natureza. Enquanto esta é forte e ativa, a outra é fraca e imoral. “O que acontece aqui nem se sonha na Europa; patifarias, infâmias e tolices são tantas, que deixam os recém-chegados de cabelos arrepiados, enquanto o brasileiro ri ou sacode os ombros”³⁵¹. A imoral sociedade brasileira causa repugnância aos civilizados europeus. Ao mesmo tempo, é essa desordem e indolência latino-americanas que geram recursos e legitimam a ativa intervenção européia: “(...) estou convencido que poderei escrever um livrinho, que será pouco agradável aos brasileiros, mas poderá interessar a alguns leitores na Europa e pelo qual receberei algum dinheiro que cobrirá uma parte de minhas despesas de viagem”. A autoridade discursiva de Blumenau está apoiada numa ordem eurocêntrica pautada no progresso da civilização ocidental. Portanto, as representações da malfadada política brasileira sustentam a noção de inferioridade e dependência culturais, e conseqüentemente, a necessidade da intervenção européia.

Assim, Blumenau reitera a conhecida fórmula construída ao longo dos debates científicos sobre o Novo Mundo: “gente ruim num país belíssimo”. Em uma abordagem sobre as grandes oportunidades no Rio Grande do Sul, principalmente em virtude da guerra uruguaia, Blumenau prevê uma baixa nos preços das terras assim que a paz voltar, “mas sempre continuará a ser uma terra maravilhosa. Só falta uma coisa: um governo sensato, e de boa fé e não como agora quando conta entre seus funcionários 99/100 ladrões e patifes”.³⁵² No entanto, o “povo na campanha”³⁵³ lhe agrada, pois este “parece ter um grau mais elevado de moralidade do que os brasileiros e portugueses daqui” (reportando-se ao Rio de Janeiro). Blumenau diferencia os indivíduos da cidade e os do campo, referindo-se aos primeiros como fracos e perversos (“por trás de sua amabilidade hipócrita da cidade, escondem a maldade”) enquanto os outros, apesar de

³⁵¹ BLUMENAU (03/08/1846), *op. cit.* p. 25

³⁵² *Ibidem*, p. 26

³⁵³ Refere-se aqui aos gaúchos que vivem no campo.

rudes, demonstram “um comportamento digno e simpático” e exercem “uma hospitalidade verdadeiramente patriarcal”.³⁵⁴ Portanto, a antítese entre natureza e sociedade fundamenta-se na sentença rousseauiana a respeito da superioridade ética do estado natural sobre a corrupta sociedade. Aproxima-se, nesse sentido, das teses pré-românticas do *Sturm und drang*, e principalmente de Herder que acredita no progresso da humanidade. Blumenau, no entanto, exalta a natureza e não o selvagem, confiando, sobretudo, nos habitantes desta região tão natural. Tomado pelas circunstâncias da recentíssima Revolução Farroupilha (1835-1845)³⁵⁵, considera o povo gaúcho³⁵⁶ particularmente diferente, fora do curso que vem definindo o Brasil.

As pessoas ali estão igualmente saturadas com o regime brasileiro e discutem, depois que a primeira revolução só foi abafada com dinheiro, abertamente o plano para a próxima, na qual não acreditam no perigo dos seus comandantes serem corrompidos. (...) Os homens fracos daqui, como os oficiais, não podem competir com os valentes gaúchos. Se tiver ainda alemães lá e eles mantiverem sabiamente a neutralidade, são os que mais ganharão, e até então já serão tantos que não se atreverão a mexer com eles.³⁵⁷

Assim, a promessa de desenvolvimento está assegurada nesse ambiente natural ainda não corrompido pelas fraquezas da cidade, principalmente se suplementada por uma colonização européia. “(...) se fossem 10.000 colonos, todos trabalhadores, em cinco anos estariam bem de vida, mas isto só no Rio Grande, pois aqui no Rio de Janeiro – Província – existe entre os pobres alemães enganados uma triste e horrível miséria”.³⁵⁸ Como os viajantes citados no capítulo anterior, Blumenau repudia a cidade

³⁵⁴ BLUMENAU (03/08/1846), *op. cit.* p. 26

³⁵⁵ A economia do Rio Grande do Sul, diferentemente das outras partes do Brasil, afirmava-se no charque e no couro e tinha o mercado interno como principal consumidor. As charqueadas abasteciam a alimentação dos escravos tanto em Minas Gerais quanto no sudeste, nas plantações de café. Assim, a revolta contra o governo imperial brasileiro tinha como objetivo nomear um presidente que defendesse os interesses rio-grandenses, os quais vinham sendo ameaçados pelas altas taxas tributárias, enquanto que o charque importado tinha um custo inferior. A revolução toma fins separatistas com a tomada de Porto Alegre em setembro de 1836 e a proclamação da República Rio-Grandense.

³⁵⁶ O gaúcho aqui é entendido como o indivíduo que vive nos pampas do Rio Grande do sul, Uruguai e Argentina, assumindo um estilo de vida baseado, principalmente, na lida com o campo e com os cavalos. Representando um tipo particular, o gaúcho, proveniente num primeiro momento da miscigenação entre índios e espanhóis, tem hábitos alimentares, vestimentas e uma linguagem específicas.

³⁵⁷ BLUMENAU (03/08/1846), *op. cit.* p. 26

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 26

e sua decadente sociedade para valorizar a jovem e vigorosa natureza, onde ainda há grandes possibilidades de progresso (“... no Rio Grande as pessoas progredirão e serão felizes”.³⁵⁹)

Blumenau descreve o gaúcho como um estilo de vida campeiro, assimilado por vários estrangeiros, entre eles muitos alemães, que vivem nesta região.

Viajei do Rio Grande de vapor para Pelotas, junto ao Rio Gonçalves que liga a Lagoa Mirim à Lagoa Pelotas. (...) O capitão do vapor, um simpático patrício, permitiu que eu ficasse a bordo à noite (...) No dia seguinte pedimos que um outro alemão, que conhecia bem o país e era uma espécie de vaqueiro, viesse a bordo a fim de falar de um passeio para o interior, que eu tinha a intenção de fazer. (...) Mais tarde visitei outro comerciante alemão, que me recebeu muito bem, pôs à minha disposição uma casa e um cavalo e queria fazer um passeio comigo.³⁶⁰

No entanto, quando Blumenau narra suas experiências no Rio Grande do Sul, surpreendendo-se com as particularidades desta região, aparecem em vários momentos o atraso, a estupidez e a insalubridade dos nativos. Descreve uma charqueada, onde se abatem até 600 cabeças de gado por dia, salientando que o aspecto e “o odor são horríveis – sangue por tudo, ossos, carne decomposta, peles, etc. buchos e miúdos apodrecem nas imediações e infestam o ar”.³⁶¹ Mesmo sendo uma valiosa aprendizagem, Blumenau sente-se aliviado ao deixar o local e justifica a bruta atividade afirmando que “os proprietários destas charqueadas são em geral homens rudes e ganharam muito dinheiro, principalmente nos últimos tempos”.³⁶²

Em meio à perfeita e produtiva natureza encontram-se os desregrados homens e, a partir de então, a valentia gaúcha é esquecida e somente a hospitalidade passa a ser valorizada.

Depois passeei um pouco e vi pela 1ª vez um lindo laranjal, que proporcionava uma visão espetacular com as belas árvores de folhagens

³⁵⁹ Ibidem, p. 27

³⁶⁰ Ibidem, p. 27 e 28

³⁶¹ Ibidem, p. 28

³⁶² Ibidem, p. 28

escuras, a copa redonda e bem fechada e os maravilhosos frutos avermelhados, que tinham acabado de amadurecer. É uma bela paisagem ver estas laranjas douradas as centenas, uma bem perto da outra. As laranjeiras já carregam no quinto ano de vida e no décimo ano já devem dar 4-6 mil laranjas anualmente. (...) Á noite encontrei na casa do senhor Claussen vários brasileiros já bastante alcoolizados, e falamos sobre o meu passeio que depois de discutir muito ficou acertado.³⁶³

No dia seguinte, o combinado passeio de Blumenau é prejudicado, pois os excessos da noite anterior não permitiram que o dono da casa e seus hóspedes acordassem. “Eu tinha um cavalo, mas não tinha sela. Primeiro precisaram procurar muito e ainda com a morosidade dos negros era de enlouquecer. Depois de três horas estávamos prontos, isto é o capitão e eu, os outros com ressaca nem perceberam nossa partida”.³⁶⁴ Os negros escravos aparecem pela primeira vez na narrativa de Blumenau para reforçar a deficiente sociedade. Através da intolerância contrastam-se as diferenças e fixam-se os estereótipos que qualificam como superior o branco europeu e inferior o negro africano. Assim, em um outro momento da carta, quando explica que os animais selvagens só são vistos dentro da floresta e que só atacam o homem se estiverem com fome ou feridos, refere-se novamente aos negros constatando mais uma “desgraça” desta raça: “Interessante é que não atacam o branco se estiverem em companhia de um negro, mas atacam o negro”.³⁶⁵ Reforça, desta forma, o signo da raça enquanto elemento desestabilizador da suposta homegeneidade cultural. Assim como, repete a alegoria da inferioridade da raça negra para afirmar formas de poder cultural.

Apesar de no início do texto o autor ressalta algumas qualidades éticas do povo do campo, principalmente num comparativo com o contexto social da cidade e tocado pelos acontecimentos revolucionários, Blumenau não consegue sustentar essa tese e a tendência eurocêntrica fala mais alto. Portanto, acaba por confirmar a ideologia

³⁶³ Ibidem, p. 28

³⁶⁴ Ibidem, p. 29

³⁶⁵ Ibidem, p. 33

hegeliana que concebe à civilização americana um caráter meramente natural e ahistórico. Nesse sentido, a vida natural, encerrada em si mesma, é muito resistente à vida espiritual e, como no caso do alemão Claussen acaba por ser assimilada. (“Agora começava o pior: o dono da casa, Claussen e alguns fazendeiros que estavam hospedados na casa dele, e tinham ainda bebida na cabeça, não puderam ser acordados”.³⁶⁶) Blumenau somente confia no investimento do Espírito sobre a natureza, ou seja, no domínio racional da rica natureza americana, através da colonização alemã em massa. Assim como Hegel, Blumenau acredita na superioridade do tipo humano germânico.

Depois de três horas de passeio, Blumenau e o capitão alemão do vapor encontram uma estância, onde podem se refrescar. Neste ambiente, prova pela primeira vez o chimarrão e descreve as mulheres. “O proprietário não estava, mas sim sua esposa e irmã, ambas índias, com os olhos um pouco rasgados, pele bastante amarelada e longos cabelos pretos”. Blumenau registra um núcleo familiar miscigenado³⁶⁷ onde há a domesticação da mulher índia pela civilização branca e o corpo nativo feminino, com suas marcas raciais, é modificado. “Como era domingo, estavam bem vestidas com bonitos e modernos vestidos de chita e os cabelos bem trançados”. Portanto, os inesperados cuidados com as roupas e com os cabelos são justificados pelo fato de ser domingo. Através desses corpos transculturados, Blumenau observa o desajuste entre civilização e natureza. “Mas aí havia um contraste bem interessante entre civilização e naturalidade. Uma cruzou a perna ao sentar-se no banco e colocou o queixo no joelho, enquanto a outra penteava uma criança, conversando com meu companheiro, palitando uma vez e outra os dentes com o pente”. Ressalta, nesse sentido, a infantilidade (o modo de se sentar da índia) e a insalubridade (palitando os dentes com o pente) como traços

³⁶⁶ Ibidem, p. 29

³⁶⁷ Apesar de o proprietário da fazenda não aparecer no texto, subentende-se através dos vestígios de “civilização” que se trata de um homem branco.

raciais imutáveis nos ameríndios. A experiência com o chimarrão fecha seu relato sobre a estadia nesta fazenda.

Ali tomei pela primeira vez o chá mate (...) Inicialmente queima-se facilmente os lábios, como aconteceu comigo, porém depois o chá é muito saboroso, mesmo sem açúcar e dizem que é muito saudável. (...) Suga-se até que vier chá na boca, depois vem uma preta, pega a cuia e coloca mais água fervente e açúcar, e assim a cuia passa de mão em mão, onde o canudo que, talvez o vizinho tenha sujado, não pode ser limpo, porque é considerado como ofensa.³⁶⁸

Apesar de saboroso e saudável, esse estranho hábito alimentar é observado como anti-higiênico aos olhos civilizados de Blumenau. A escrava negra nesse ambiente, onde a Senhora é uma índia, qualifica um modo de vida racialmente hierarquizado a partir da presença branca. Aqui, são os corpos femininos indígenas, corpos geradores da continuidade (há o registro de uma criança), que permitem essa nova configuração social. Ou seja, o índio, nesse contexto, é hierarquicamente superior ao negro devido à união com o branco.

Vemos nessas representações da alteridade, produzidas pelo discurso europeu, branco, masculino e burguês, um local de poder cultural, onde identidades são negociadas e signos estabelecidos. Blumenau, nesse sentido, revela uma interpretação discriminatória firmada em preceitos que codificam a América Latina enquanto diferente, miscigenada, por isso, inferior e atrasada.

Seguindo a longa cavalgada em terras riograndenses, Blumenau hospeda-se ainda em quatro fazendas diferentes, onde é muito bem recebido e experimenta a comida típica da região, como toucinho enrolado, lingüiça e carne com farinha de mandioca. Nas três primeiras fazendas não faz descrições sobre os proprietários, mas ressalta suas belezas e produtividades. Inicia uma longa exposição sobre os diversos tipos de árvores frutíferas na primeira fazenda, a qual se chamava “Muito Bonito”,

³⁶⁸ Ibidem, p. 29

afirmando: “Seria uma propriedade para um bem situado alemão”. A segunda parada se dá “numa fazenda, mais bonita ainda que a “Muito Bonito””, onde presenciam, em plena madrugada, o preparo da farinha de mandioca. Na terceira fazenda, propriedade do “senhor Seraphin Barcellos” que já recebeu várias vezes seu companheiro de viagem quando este lutou entre os revolucionários, comenta: “Fomos recebidos de forma mais cordial e amigável, visitamos a terra e a estância e adquiri conhecimentos valiosos sobre produtos da terra, agricultura, valor das propriedades, etc.”. Descreve, então, a apicultura, comparando as abelhas nativas com as alemãs (“são menores que as nossas e não são tão atrevidas e ousadas, mas sim muito tímidas e temerosas”), e prevê bons resultados no investimento desse negócio que no Brasil “está muito no início ainda”. Porém, na última estadia, aonde chegam por acaso, a proprietária é o que primeiro lhe chama a atenção e a partir de então tece suas observações.

Erramos o caminho e cavalgamos até nove horas da noite sem encontrar uma casa e chegamos finalmente muito cansados em uma Estância na floresta, onde havia alguns negros e a proprietária era uma mulata. Apesar da aparência não muito boa, fomos obrigados a ficar. Ofereceram-nos algumas costelas assadas com farinha e a fome empurrou a refeição simples, apesar de não ser muito limpo, pois tivemos que usar as mãos, já que não havia garfos. (...) Fomos dormir em uma cabana, que ainda estava em construção e não tinha paredes, mas tinha um teto. A cama em cima de uma porta era muito dura, mas com o cansaço, dormimos muito bem.³⁶⁹

A sujeira, a desordem e o desconforto são as referências que se associam ao fato da proprietária ser uma mulata. Assim, repudia este encontro explicando que o local de má aparência só serviu como estada, pois erraram o caminho, apenas porque estavam com muita fome a comida suja serviu de refeição e somente o cansaço permitiu que dormissem bem nas camas duras. Nas fazendas anteriores não faz alusão aos proprietários e suas origens raciais, o que se destaca são os conhecimentos adquiridos, as belezas, e a produtividade, onde Blumenau enxerga, constantemente, um futuro

³⁶⁹ (Todas citações) Ibidem, p. 30-2

promissor para o imigrante alemão.

Nesse sentido, vemos aqui a raça como discurso cultural que determina, a partir dos valores de superioridade e inferioridade, o potencial de humanidade dos grupos sociais. Blumenau representa os núcleos sociais miscigenados a partir de uma construção ideológica fixa, própria do discurso colonial, que necessita da repetição dos signos discriminatórios para se validar. É o que Homi Bhabha chama de estereótipo colonial, o qual através da força da ambivalência “produz aquele efeito de verdade probalística e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente”.³⁷⁰

Nos dois momentos em que reconhece e repudia as diferenças raciais, Blumenau enfatiza a presença dos sujeitos femininos, até então ocultos na sua narrativa de conquista. Sujeitos articulados duplamente enquanto diferença (gênero e raça) e que representam no interior do discurso colonial o signo transgressor, pois carregam nos seus corpos a possibilidade da divisão (degeneração) da pele/cultura. Essas mulheres, determinadas e elevadas socialmente pela relação com o homem branco, não deixam de representar os estereótipos da raça (sujeira, debilidade, falta de organização, negligência), construindo, através da “eficácia” dessas imagens, as posições de poder e resistência, dominação e dependência, ou seja, “o sujeito da identificação colonial (tanto colonizador como colonizado)”³⁷¹

Blumenau finaliza sua extensa carta narrando a visita a uma fábrica de sebo e dirigindo-se a seus pais:

No dia seguinte visitei uma fábrica de sebo que pertencia a um francês. Ele me conduziu através dela e trocamos muitas idéias sobre a fábrica. (...) Ele me deu algumas esperanças de um estabelecimento químico (...). Vejam meus queridos pais, desde que pisei em terra firme, mal pude respirar direito. Aqui é preciso sempre estar atrás de seus interesses, mas depois

³⁷⁰ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 106

³⁷¹ *Ibidem*, p. 106

também se tem mais lucro do que na Alemanha.

Essas relações de poder sobredeterminadas que confrontam as mentes européias brancas com os corpos miscigenados latinos americanos estruturam o sistema simbólico significante das respectivas subjetividades. A fábrica de sebo do francês e a incessante atividade de Blumenau revelam um espaço disponível para a intervenção administrativa. O discurso colonial, nesse sentido, legitima sua vontade de dominar através da representação do “colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial”³⁷² Portanto, o signo da raça fornece à modernidade o discurso do progresso, no qual o homem branco é o futuro. São essas representações da diferença, construídas a partir do aparato ideológico iluminista, que nutrem os imaginários e as identidades brasileira e alemã.

Na próxima seção, a partir das memórias de Karl Kleine, darei continuidade à análise das imagens que partem desse espaço marcado pela diferença. Neste caso, porém, essas imagens serão avaliadas a partir de uma diferente esfera de classe social e forma de registro.

5.2 – Memórias de Karl Kleine

Karl Kleine que emigrou para a Colônia Blumenau com sua família em 1856, quando tinha oito anos, escreve suas memórias em idade adulta, deixando o registro de uma reinscrição cultural.

Como vimos no capítulo anterior, a memória, enquanto evento ativo que retém e atualiza as impressões do sujeito no grupo social, realiza seu trabalho através de tempos e espaços sobrepostos (passado e presente / pessoal e coletivo). Este movimento descontínuo tece a subjetividade (lembrando e esquecendo) a partir da perspectiva do coletivo, modelando sistematicamente a ideologia grupal. Portanto, devemos considerar

³⁷² BHABHA, *op. cit.* p. 111

que o trabalho de lembrança de Kleine passa por um processo transformador no momento da escrita, pois este irá significar suas relações com o presente. Baseada em Halbwachs, Ecléa Bosi esclarece:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.³⁷³

Assim, as imagens evocadas nas memórias de Karl Kleine estão profundamente comprometidas com a maneira com que seu grupo social se reconhece e se identifica num tempo e espaço determinados. Nesse sentido, o que foi lembrado pelo indivíduo é o que se perpetuou no coletivo, pois a memória trabalha sempre no sentido de manter uma unidade grupal. Porém, essas forças unificadoras da memória (nacional) inscrita pelos espaços e pelas relações sociais, agem também de forma emergente e renovadora no tempo presente através de estruturas ainda não articuladas como unidades fixas e dominantes. Raymond Williams, observa a dupla inscrição da experiência social que transita entre o pessoal e o coletivo, portanto, entre o presente e o passado. Entende essa tensão de forças como uma pré-formação (uma ideologia alternativa), a qual poderá ou não ser estruturada mais tarde de forma generalizante e fixa.³⁷⁴ A memória, então, “aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”.³⁷⁵ No entanto, o que nos interessa aqui é avaliar as representações desta memória pessoal enquanto experiência coletiva histórica traduzida em discurso simbólico.

Karl Kleine inicia seu texto marcando esses tempos e espaços duplos da

³⁷³ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 55

³⁷⁴ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahir, 1979. p. 134-5

³⁷⁵ BOSI, *op. cit.* p. 47

atividade mnemônica:

Nasci na província de Posen e, havia recém completado oito anos, quando meus pais resolveram emigrar para o Brasil. Embora ainda fosse muito jovem, as impressões desta viagem ficaram gravadas, com todos os detalhes, em minha memória. Não sei o motivo que levou meus pais a abandonarem a velha pátria e procurar uma nova num país longínquo. Nunca quis saber o porquê. Fiquei sabendo alguma coisa a respeito desse assunto através de conversas; foram as circunstâncias políticas e sociais na Prússia que os desgostaram – meu pai sempre fora adepto do partido do povo – tornando difícil sua permanência em sua pátria. Provavelmente as palavras de seu cunhado, que também queria emigrar, contribuíram muito nesta decisão. Além disso, circulava, naquele tempo, um escrito de muito sucesso do Dr. Blumenau, que fundara uma colônia no Estado de Santa Catarina, e assim, foi escolhida esta Colônia, que leva o nome de seu fundador, como destino da viagem.³⁷⁶

Os detalhes retidos na memória de Kleine são revividos e reconstruídos no momento da escrita a partir de um ampliado repertório de experiências (imagens) adquirido até a vida adulta, o qual lhe fornece o suporte coletivo indispensável para esta atividade. É a perspectiva do grupo que lhe ajuda a construir os remotos motivos e circunstâncias que levaram seus pais à emigração (situação política, influência de um cunhado, livro de Blumenau). Percebemos, assim, o quanto o livro e a visão de Hermann Blumenau, teve grande difusão e significado para os imigrantes que se dirigiram para Santa Catarina. Veremos como o discurso eurocêntrico e seus desdobramentos relativos à raça e ao gênero fornecerão neste tempo e local diáspóricos os recursos homogeneizantes da identidade cultural/nacional alemã no século XIX. Apesar de transitarmos entre diferentes estratos sociais, definidos pelo grau de instrução, atividade social e situação econômica, percebemos a repetição de representações simbólicas definidoras do povo/nação. Este movimento autogerador da nação pensada enquanto narração cultural (ou estratégia narrativa) é o que Bhabha irá chamar de tempo duplo da nação, o qual na tensão entre o pedagógico (passado) e o

³⁷⁶ KLEINE, Karl. Memória de um imigrante. Trad. Annemarie F. Schünke. In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XLVI – n. 03/04 – Março / Abril -2005. p. 9-10

performativo (presente) tece o signo que distingue o Eu do Outro. No texto de Kleine, portanto, buscarei essas relações que marcam a diferença e definem identidades.

Kleine nos informa, então, que seu pai tinha uma consciência política desenvolvida, o que pressupõe certo grau de instrução, além das referências que faz ao professor que lecionava para ele e seu irmão. Mais adiante, irá mencionar também que viajou para o Brasil com seu pai e irmão na terceira classe do navio, exceto sua mãe e irmã menor que, adoentadas, acomodaram-se num camarote. O pai de Kleine era administrador de uma propriedade rural na Alemanha. Assim, podemos afirmar que o autor provém de um núcleo social de classe média. As experiências relatadas na idade adulta o dispõem neste mesmo nível social, econômico e intelectual, já que tinha sua própria colônia (“eu trabalhava no meu próprio chão ao lado de minha jovem esposa”)³⁷⁷ e no final de suas memórias refere-se a uma nova atividade: “Foi então que me tornei professor de uma escola particular na I... (ao que tudo indica deve ser Itoupava)”³⁷⁸.

Traduzindo em linguagem, Kleine retoma os sentimentos causados pelo impacto da notícia e o momento da partida ainda na Alemanha.

Num certo dia a mudança foi empacotada, as carruagens já se encontravam distante da casa, então minha mãe disse para nós, meninos (eu tinha um irmão chamado Theodor): “Queridos filhos, vocês precisam despedir-se de tudo que lhes é caro. Nós vamos para bem longe daqui, atravessaremos o oceano para chegarmos ao Brasil!” Batemos palmas, pulamos de alegria, pois agora nosso desejo seria realizado: conhecer trens, grandes navios, belas cidades e, sobretudo, a imensidão do mar. Tudo coisas que o nosso querido professor já havia descrito, fazendo nossa fantasia alçar vôo. Não entendíamos por que nossa mãe chorava tanto. (...) Aqui, nós meninos, vimos o primeiro trem em nossa vida. (...) Rapidamente fomos até Berlim. Uma alegria para nós, mas nossos pais estavam quietos em seu canto e escutávamos nitidamente as lágrimas caindo sobre o vestido de minha mãe.³⁷⁹

³⁷⁷ KLEINE, Karl. Karl novamente colono. Trad. Annemarie F. Schünke. In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XLII – n. 05/06 – Maio / Junho -2001. p. 25

³⁷⁸ Ibidem, p. 29 A observação entre parênteses foi feita no momento da transcrição dos manuscritos. Itoupava Central é um bairro localizado ao norte de Blumenau.

³⁷⁹ KLEINE (Março / Abril -2005), *op. cit.* p. 11 Indicarei nas próximas citações deste mesmo capítulo apenas o número da página entre parênteses.

O autor contrasta nessas imagens as diferentes perspectivas, a infantil e a adulta, diante o evento da imigração enquanto ruptura de vida e enfrentamento do novo. Destaca a sensibilidade da mãe e, assim, o estereótipo da fragilidade feminina, que se afirma também na debilidade física e a necessidade de cuidados especiais durante a viagem de navio.

De Berlim, onde encontraram um tio que também tinha planos de emigrar para o Brasil, viajaram para Hamburgo e aguardaram uma semana a partida do navio que necessitava de reparos. Lá se hospedaram na casa de uma viúva. “Enfim o aviso: “Estejam prontos, depois de amanhã todos a bordo”. (p. 15) Éramos mais ou menos vinte famílias, alguns homens solteiros e algumas moças”.

Kleine descreve as dificuldades da longa viagem, principalmente, no que se refere à alimentação. “A princípio, pela falta de hábito, a comida do navio não descia. Também a água deixava a desejar e nós nos admirávamos do gosto esquisito do chá”. (p. 17) Em certo momento da viagem, por falta de água potável para a terceira classe, há uma revolta no navio. Na condição de crianças, Kleine e seu irmão tinham acesso a várias dependências do navio, como a cozinha, por exemplo. “Quando o ajudávamos (o cozinheiro), sempre recebíamos uma recompensa como: ameixas, açúcar, melaço, batatinha cozida na casca, carne de frango ou outra coisa gostosa. (...), mas sempre com a recomendação de não contar a ninguém” (p. 19) Assim, de dentro da cozinha, pode relatar com propriedade o modo como o cozinheiro preparava os alimentos.

...ele economizava para seu patrão uma boa quantidade de panos de louça e sabão, pois nosso mestre de gastronomia era inimigo declarado de qualquer produto de limpeza e a palavra “sabão” não constava em seu livro de receitas. Assim, não era de se admirar que surgiu o boato de que ele não era europeu, mas um negro importado pelo capitão da África-Central e, que aprendera o dialeto alemão somente em Hamburgo. (...) Meu irmão e eu descobrimos que ele era acomodado ou como as más línguas diziam: “podre

de preguiçoso”.³⁸⁰(p. 19)

Aqui o discurso eurocêntrico explica a diferença cultural através da raça. Os estereótipos negativos associados ao negro afirmam, nesse sentido, a idéia de “um povo” (europeu/alemão) e sua comunidade imaginada. As aspirações nacionais, próprias da narrativa da modernidade e sua idéia de progresso, encenam a raça como signo cultural. Portanto, enquanto o sujo e indolente cozinheiro só poderia mesmo ser um negro Africano, os emigrantes alemães no navio, futuros colonos em Santa Catarina, são descritos como importante força de trabalho no início da cidade de Blumenau. “Na terceira classe havia muitas pessoas com poucos recursos, estavam acostumadas a ganhar o pão com o trabalho de suas mãos (...). O início da colônia certamente não era agradável para pessoas ricas e preguiçosas”. (p. 21)

Na escrita de Kleine há a vontade afirmativa da comunidade étnica teuto-brasileira baseada, principalmente, na ética do trabalho e na índole. Diferentemente de Hermann Blumenau, Kleine escreve a partir de uma perspectiva já construída sobre esta comunidade de imigrantes, a qual se desenvolveu adaptadamente através da idéia do *Deutschtum*. As particularidades das diferentes regiões de emigração (“Os emigrantes vieram de diferentes regiões, a maior parte da Prússia e Mecklenburg”. (p. 21)) desaparecem no contexto marcado pela diferença para afirmar, a partir da língua, uma crença na origem comum. Assim, as diferenças de comportamento, fundamentalmente de caráter cultural e social, explicam-se através da raça. No discurso simbólico de Kleine veremos constantemente essas representações identitárias, as quais se articulam na vontade do povo-nação.

Nos deslocados tempo e espaço da imigração a emergência da continuidade

³⁸⁰ No texto em alemão o autor usa a expressão *stinkend faul*, traduzido em português como “podre de preguiçoso”. No entanto, como o verbo *stinken* significa “cheirar mal” ou “feder”, acredito que a tradução mais correta seria “preguiçoso fedorento”.

nacional se dá, impreterivelmente, na repetição do Um no Outro. Nesse sentido, os estereótipos oferecem matéria para a desejada reconstituição (reconfiguração) do nacional no tempo cindido do novo espaço. Kleine descreve o contato com novo:

Finalmente, a âncora desceu e nós realmente havíamos chegado ao Brasil. Todo o sofrimento da péssima viagem desapareceu repentinamente. Todos os imigrantes, como que renascidos, estavam no chão do novo mundo, na nova pátria! (...) Rapidamente fomos cercados por uma multidão – entre eles muitos negros. Nós não sabíamos falar, sequer, uma palavra em português. (p. 35)

A partir dos sofrimentos físico e psicológico da desterritorialização, a simbologia do renascer no novo sugere-nos a idéia de reinscrição cultural. A nova pátria aqui é um espaço de negociações, quando continuidades culturais ao mesmo tempo em que são preservadas também são canceladas, onde acontece o híbrido. Homi Bhabha irá chamar esse momento de escrita da transformação histórica ou de espaço da tradução da diferença cultural.³⁸¹ A identificação de um lugar habitado por muitos negros, aqueles reconhecidos como “sujos e fedorentos”, encena o novo espaço pela alegoria da raça. Assim, o estranho da língua e da raça traduz o novo e o transforma em identidade.

A decepcionante chegada em Blumenau (“Não havia nada à nossa frente, além de um pedaço de terra desmatado (...) Não esperávamos encontrar uma cidade grande, mas, pelo menos uma cidadezinha ou uma aldeia. Porém, nada disso!”³⁸²) reforça a idéia de perseverança e diligência do povo alemão que construiu uma importante colônia no sul do Brasil. (“a paupérrima Blumenau de 1856, época em que aqui chegamos, transformou-se numa imponente e próspera colônia”³⁸³) Há, portanto, um grande contraste entre os relatos iniciais de Kleine sobre a Colônia Blumenau e os que realiza nos últimos capítulos. Descrevendo a pobre casa do diretor da colônia, Dr.

³⁸¹ BHABHA, *op. cit.* p. 308

³⁸² KLEINE, Karl. Chegada em Blumenau. Trad. Brigitte Kretschmar. In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XL – n. 11/12 – novembro / Dezembro -2000. p. 9

³⁸³ KLEINE, Karl. Blumenau continua progredindo. Trad. Annemarie F. Schünke. In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XLII – n. 05/06 – Maio / Junho -2001. p. 9

Blumenau, onde também se encontrava seu gabinete, pergunta-se:

Essa única casa seria Blumenau? Oh não! Ali havia mais uma casa, lá outra e, mais adiante, via-se uma fileira de casebres, contudo, nenhuma destas construções fazia jus à denominação de “casa”, pois eram apenas casebres, ou melhor, barracas construídas ao modo brasileiro, e em parte, inacabadas. (...) Assim, os recém-chegados avistaram Blumenau pela primeira vez. Um olhava para o outro e ninguém ousava perguntar. Por acaso isso é Blumenau? ³⁸⁴

A idéia do precário e do incipiente no novo lugar, a qual pressupõe sacrifícios e muito trabalho, ajuda a construir as novas identidades de imigrante, de colono e, mais tarde, de teuto-brasileiro (*Deutschbrasilianer*). A capacidade superior de trabalho é uma importante categoria de identificação étnica dos imigrantes alemães. Nesse sentido, Kleine descreve o desenvolvimento da Colônia Blumenau depois de alguns anos, não deixando de ressaltar “a excelente direção de seu diretor e fundador”.

Em todos os seguimentos da administração reinava ordem e progresso. Por toda a Colônia e avistavam casas grandes e bonitas, muitas já construídas em alvenaria. Foram melhorados caminhos, pontes e em todo o distrito se erguiam igrejas e capelas novas. Os moinhos e as serrarias se multiplicavam ininterruptamente. Cada distrito possuía sua própria escola (...) Já havia grande lojas de importação e exportação e um bom número de casas comerciais e hospedarias (...) Naqueles primeiros bons tempos, a exportação de madeira era uma importante fonte de renda. A plantação do tabaco trouxe igualmente algum dinheiro para a Colônia. Resumindo o comércio florescia e por toda parte havia movimentação. ³⁸⁵

O rudimentar ambiente que marcou a primeira visão da “nova pátria” transforma-se numa próspera Colônia, organizada socialmente e ativa comercialmente. O texto simbólico que compõe essas imagens vai ao encontro do “paradigma capitalista extrativista e maximizador”³⁸⁶ divulgados pelos textos da vanguarda capitalista e reiterado na escrita de Hermann Blumenau. A racionalização da natureza, fundamentada

³⁸⁴ KLEINE (novembro / Dezembro -2000), *op. cit.* p. 9

³⁸⁵ KLEINE (Maio / Junho -2001), *op. cit.* . p. 9

³⁸⁶ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. SP: EDUSC, 1999. p. 261

pela “ordem” administrativa do diretor, converte-se em “progresso” da Colônia e as “inacabadas” casas à brasileira agora são “grandes e bonitas”.

As representações do *ethos* do trabalho imigrante significam a identidade do colono³⁸⁷ alemão, sobretudo, o pioneiro. As particularidades das diversas identidades que podem constituir a subjetividade definiram também grupos distintos de imigrantes: os pioneiros e os alemães novos. Além do contexto pioneiro, o qual acarretou na mão-de-obra imigrante para a demarcação de lotes, a abertura de vias de comunicação e outros serviços de infra-estrutura básica, também a categoria de classe definiu essas diferentes identidades.

Aqui, o simples e pobre trabalhador alemão conseguiu progredir através de seu suor, persistência tenaz, firme determinação, e isto o ajudou a suportar e superar todos os perigos na mata virgem. Mais tarde, vieram alguns elementos sem a mínima noção do que os aguardavam nesta mata. (...) Essas pessoas, naturalmente, logo despertavam do sonho encantador e, então se encontravam numa situação muito pior do que o simples trabalhador que não tinha ilusões.³⁸⁸

Como entidades fluídas que se processam por uma relação de diferença, as identidades suportam no seu interior subcategorias definidas por relações de poder diversas. Nesse sentido, a ética do trabalho como categoria maior de diferença, que significa o imigrante alemão, é relacional, instável e indeterminada.

A perspectiva de gênero no texto de Kleine também nos fornece subsídios para uma interpretação do histórico enquanto simbólico ou vice-versa. A organização social baseada na relação entre os sexos é mais uma categoria de análise dos significados construídos pelas relações de poder. Evidenciam-se, portanto, nas memórias de Kleine as construções que dispõem as mulheres, assim como as crianças, em papéis mais vulneráveis em relação aos homens. A cena do último deslocamento até Blumenau,

³⁸⁷ “Colono” não é propriamente uma categoria étnica; qualquer imigrante estrangeiro ou descendente, que se estabeleceu como lavrador no sul do Brasil, é chamado de colono. O termo tem muitos significados, mas este é o mais comum”. SEYFERTH (1981), *op. cit.* p. 164

³⁸⁸ KLEINE (Maio / Junho -2001), *op. cit.* . p. 9

quando os imigrantes chegam ao Brasil, é um exemplo: “(...) quando o vento do mar começou a soprar, embarcamos nas lanchas, quer dizer, as mulheres com seus filhos, mais alguns homens fortes como proteção das mulheres e para zelar pela bagagem. Todos os outros precisaram caminhar a pé até Blumenau.”³⁸⁹

No entanto, a fragilidade feminina, no contexto imigratório incipiente, reverte-se na configuração de força da mulher imigrante, a qual enfrenta dificuldades adversas para as quais não estava preparada. No rancho de recepção, aonde os recém chegados ficam nas primeiras semanas, Kleine relata:

Quem mais sofria com tudo isso era a nossa mãe, que estava adoentada e enfraquecida, porém quando se sentia um pouco melhor precisava cuidar do marido e dos filhos. Meu pai estava com problemas nos pés e nas pernas. Nós, meninos, estávamos cobertos de bichos-de-pé. Em virtude de sua força de vontade, minha mãe conseguiu suportar essa situação, o que era praticamente impossível para uma mulher que tinha vivido na Europa, em condições sociais e econômicas totalmente opostas às daqui.³⁹⁰

O papel feminino compõe a identidade étnica do imigrante alemão, e mais tarde do teuto-brasileiro, reiterando a idéia do grande esforço inicial do “desbravamento”. Cabe à mulher a representação do sofrimento maior no que se refere à adaptação ao ambiente selvagem, quando esta deve se tornar uma colona. Assim, quando a família Kleine adquire um pequeno lote agrícola, e deixa a precária casa de recepção, o que parecia ser um alívio torna-se igualmente uma decepção.

A despedida do rancho não foi difícil, mas quando mamãe viu nosso barraco de palmito sem assoalho, sem teto, sem portas e janelas, rodeado por troncos de árvores e raízes espessas, distante cem passos da mata virgem, precisou afastar-se para ocultar suas lágrimas, a fim de não magoar nosso pai.³⁹¹

A casa, simbolizando o lar alemão (*Heim*), é o espaço doméstico e feminino que representa a proteção e a estrutura da família, onde se conserva o conhecido e as

³⁸⁹ KLEINE (Março / Abril – 2005), *op. cit.*, p. 37

³⁹⁰ KLEINE, Karl. O primeiro plantio e a construção da casa. Trad. Brigitte Kretzschmar. In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XLII – n. 03/04 – Março / Abril -2001. p. 9

³⁹¹ IDEM, *op. cit.* p. 11

relações (valores) familiares. No sentido poético do nacionalismo romântico alemão, o lar (*Heim*) é a raiz básica para a noção da pátria (*Heimat*). Assim, no discurso simbólico de Kleine, o sofrimento feminino emerge da sincronicidade com o tempo da nação, legitimando a mulher como o corpo ativo e autêntico da tradição nacional. Como já vimos no argumento de Anne MacClintock, o discurso gendrado da nação dispõe o masculino num progresso descontínuo enquanto o feminino incorpora a continuidade e conservação da nação. Vejamos as próximas imagens:

Isso foi muito duro para minha mãe e custaram-lhe muitas lágrimas! Tudo foi superado, porém, ainda hoje em dia, ao lembrar-se do passado, seus olhos cansados e sinceros enchem-se de lágrimas e o seu coração generoso fica muito, muito triste! Este país distante certamente é bom, mais jamais será sua pátria. (...) Meu pai superou tudo isso mais facilmente do que minha mãe, que sob essas condições, sofria demais. Ela podia suportar tudo, menos ver seu marido trabalhando de diarista. Mas, em relação a isto meu pai pensava de modo diferente e dizia: O trabalho não desmoraliza ninguém, mas a preguiça sim. Enquanto eu puder, quero trabalhar para vocês, seja lá de que modo for. Ele cumpriu fielmente sua palavra.³⁹²

Enquanto a mãe projeta-se na imagem do estranhamento eterno diante da ruptura com o nacional, o pai fornece o signo da superação e da atividade restauradora a partir do novo. Apesar de a mulher imigrante, principalmente no contexto pioneiro, ter representado um papel muito importante na lavoura, o trabalho aqui traz uma concepção estritamente masculina. Evidencia-se, portanto, a ética do trabalho como discurso de identidade, o qual se afirma no arquétipo do pai.

Kleine casa-se com uma jovem alemã residente em Blumenau e torna-se também um colono, assumindo, ao mesmo tempo, atividades que envolviam o desenvolvimento da colônia, como por exemplo, a demarcação de terras. Encena, portanto, o papel do esposo ausente e, descrevendo as duras e incessantes tarefas agrícolas, subentende-se que grande parte desse trabalho era desempenhado por sua esposa. “Após esta viagem permaneci durante mais tempo em casa por causa de minha mulher e, dediquei-me

³⁹² Ibidem, p. 9-11

novamente ao trabalho agrícola. (...) eu trabalhava no meu próprio chão ao lado de minha jovem esposa”.³⁹³ Nesse sentido, reitera-se o signo da mulher restrita ao ambiente doméstico e familiar em contraste à atividade masculina de expansão, voltada para o público. (“De tanto minha mulher pedir, também resolvi desistir das expedições à mata”.³⁹⁴) No entanto, é no discurso do trabalho que o texto de Kleine define-se como um repositório da cultura nacional, de onde partem os demais signos de força totalizadora. Sobre o trabalho de demarcação de terras, escreve:

Como cresci neste ambiente, já estava familiarizado com as dificuldades e perigos da mata, conseguindo me inteirar com mais facilidade neste trabalho, do que os alemães recém-chegados. Trabalho este, que realmente se tornou um prazer como também uma necessidade. Felizmente sinto isto até hoje. Pois é apenas o trabalho, seja intelectual ou corporal, que dignifica o homem, tornando-o um membro útil à coletividade. O empenho, aliado ao bom senso pode alcançar o mais aspirado objetivo.³⁹⁵

As imagens do povo alemão que supera os obstáculos (o novo) através do trabalho, o que se associa à diligência, à superioridade cultural e intelectual, contrastam com a indolência, a falta de organização e caráter brasileiros. Enfatiza-se, portanto, o progresso racional (dominação) desta região (selvagem) brasileira devido à intervenção européia. Percebemos que a força ideológica das repetidas imagens vem se construindo desde o advento da história natural e da nova consciência global da Europa, a qual lhe afirma como centro da civilização. A autoridade científica dos discursos setecentistas sobre a América legitima a perspectiva paradigmática do eurocentrismo que se viabiliza em diversos níveis tropológicos. Assim, na narrativa de Kleine em meio às imagens do eficiente e organizado trabalho alemão, aparece a incrédula organização militar brasileira, enviada pelo governo a pedido do Dr. Blumenau para proteger os habitantes dos ataques indígenas, os chamados bugreiros.

³⁹³ KLEINE (Maio/Junho – 2001), *op. cit.* p. 25

³⁹⁴ IDEM, *op. cit.* p. 29

³⁹⁵ Ibidem, p. 25 No texto em alemão, o autor usou “*Fleiss mit Verstand*”, traduzido por “empenho” e “bom senso”, no entanto o segundo substantivo associa-se melhor às noções de inteligência, entendimento ou razão.

Então, nos aproximamos do quartel, onde nos demoramos mais, pois meu pai e Goldner se interessavam demais pela vida e as atividades desses soldados. Os caçadores de bugres e suas raparigas acabavam de se levantar. Eu digo raparigas, pois alguns homens, além de suas mulheres legítimas, tinham concubinas que também tinham seus amantes. Parece que isto não tinha muita importância, pois, rendia-se homenagem ao amor livre. “Cada roca com seu fuso, cada terra com seu uso”³⁹⁶. Ainda não haviam se lavado, e traziam em seus cabelos encaracolados e em suas vestes vestígios de palha de milho, da qual eram feitas suas camas. Tanto os homens quanto as mulheres trajavam roupas de verão, não se constringendo com a presença dos “alemães”. Evidentemente a prole dos valentes protetores dos blumenauenses proliferava. O cabo, que como seus subalternos encontrava-se apenas de camisa e cueca, vestiu apressadamente o casaco da sua farda, esquecendo-se da calça. Recebeu-nos de casaco e cueca, porém com a gentileza peculiar de todos os brasileiros. Tratava meu pai de “senhor doutor”, provavelmente recebeu o título de doutor porque usava óculos. O cabo levou seus hóspedes de cabana em cabana, mostrando e explicando tudo detalhadamente com tanto entusiasmo, que esqueceu completamente quão pouco se fazia entender.³⁹⁷

De forma caricatural, Kleine apresenta a impotência de uma organização que deveria ter o desígnio da disciplina e da ética. Os estereótipos que explicam a degradação da sociedade brasileira afirmam-se, sobretudo, sob signo da sexualidade, onde se entrecruzam as categorias de gênero e a raça. Nesse sentido, identifica e relaciona a imoralidade da poligamia e a irracionalidade aos excessos do prazer e do desejo, por onde também acontece a continuidade da raça. Vemos, portanto, o quanto o corpo do colonizado opera como o modo de representação da alteridade; e é a negação desta que irá transformar o Outro num desajustado. Aqui, a recusa da diferença se dá através da sátira estereotipada. Segundo Bhabha, o estereótipo é um complexo e falso modo de representação capaz de oferecer, “*em um momento qualquer*, um ponto seguro de identificação”³⁹⁸ Por isso, trago aquela idéia, já trabalhada no primeiro capítulo, sobre a identidade cultural como o resultado de uma “costura” das diferenças através de formas diversas de poder cultural e de como este é dependente da representação.

³⁹⁶ A expressão do autor foi: *Ländlich, sittlich!*, a qual dá o mesmo sentido da expressão metafórica usada pelo tradutor, porém com maior ênfase na questão da moralidade. “*Ländlich*” se refere às características de vida de um país e “*sittlich*” corresponde à moral, ética. Portanto, cada povo com sua moral.

³⁹⁷ KLEINE (Novembro/Dezembro – 2000), *op. cit.*, p. 19

³⁹⁸ BHABHA, *op. cit.* p. 110 (grifos d autor) Em relação á idéia de “falsa representação”, p. 117

Vemos, assim, a superioridade do povo alemão, personalizada nas identificações que o diferenciam dos brasileiros, confirmando-se na atitude do “cabo” que, só de cuecas e de casaco da farda, refere-se ao imigrante estrangeiro sob o título de “Sr. Doutor”.

Por conseguinte, as imagens depreciativas de um núcleo “tipicamente brasileiro” (libertinagem sexual, falta de ética e de higiene, desorganização e indolência) dramatizam o espaço de confrontos culturais/subjetivos e produzem efeitos de poder no interior do discurso simbólico. É nesse espaço que acontece o movimento perturbador do hibridismo, quando o *estranho* se infiltra e desestabiliza o discurso dominante. (“Partimos com os sentimentos meio confusos (...)”³⁹⁹).

Barthel, um imigrante conhecido no navio, foi ao encontro da família Kleine em Blumenau para anunciar a sua volta para a Europa e despedir-se (“sinto-me novamente atraído para a minha bela Saxônia e espero em breve rever as torres de Erfurt, caminhar por seus maravilhosos jardins... ”⁴⁰⁰) e relata sua *extraordinária*⁴⁰¹ experiência como médico em meio as brasileiros.

Há aproximadamente um ano fui chamado para atender uma mulata doente, chamada Maria Nunez, conhecida por todos como Maria Velha e, apesar de idosa, ainda era ativa. (...) Como era dada a “simpatias” (“*Sympathie*”) e demais curas, era procurada por muitos brasileiros, mas muitos também a tinham como bruxa. (...) Quantas foram as ervas e raízes que ela me trouxe, explicando seu poder de cura e o devido emprego. Eu me admirei de encontrar tantos conhecimentos precisos numa pessoa criada na selva, que nunca havia freqüentado uma escola e sem noção alguma sobre conhecimentos medicinais. (...) Muito antes ela já havia me interrogado sobre o meu padecimento e eu notei muito bem, que ela o havia percebido há tempo, porém nunca chegou a falar sobre a possibilidade de me curar. Eu já havia experimentado de tudo para ainda ter esperança de alguma melhora, mas considerei esse fato como um sinal divino e realmente foi! Como o senhor pode ver, o tratamento foi muito eficaz. (...) Foi simplesmente horrível o que saiu do meu nariz. (...) Após a quinta inalação, havia me livrado definitivamente de um terrível e persistente mal, que nenhum médico soube curar. Eu já mostrei essa casca para muitos brasileiros, mas ninguém conhece esta árvore. Eu pretendo mandar examina-la por especialistas na Alemanha e levarei comigo uma caixa cheia de

³⁹⁹ KLEINE, (Novembro/Dezembro – 2000), *op. cit.*, p. 23

⁴⁰⁰ KLEINE (Março/Abril – 2001), *op. cit.* p. 17

⁴⁰¹ A palavra “extraordinário” tem aqui o claro objetivo de marcar “o fora do contínuo”, o imprevisível.

medicamentos naturais da região para serem testados. E então, diga-me se não há providência divina (...) conhecendo assim a mulata que foi o instrumento para minha cura.

Há aqui uma intervenção no contínuo e repetitivo discurso eurocêntrico que se estrutura nas sobrepostas “imagens positivas” dos alemães e “imagens negativas” dos brasileiros. Este “desvio ambivalente do sujeito discriminado” que irá perturbar as “imagens e presenças da autoridade” é o que Bhabha chama de hibridismo.⁴⁰² A surpresa de Barthel em relação aos “conhecimentos” da “velha mulata” marca esse espaço imprevisível do híbrido, onde os saberes negados transgridem a autoridade discursiva. Porém, percebemos que este espaço de intervenção é logo restituído pela verdade colonial, quando o médico alemão leva as plantas medicinais para serem testadas na Europa, já que não encontra nenhuma explicação científica no Brasil. Portanto, a racionalização européia do conhecimento intuitivo latino americano retoma a dualidade do pensamento colonial, estruturado nas oposições natureza/cultura, caos/civilidade. Contudo, a cura de Berthel pela sabedoria nativa, negra e selvagem, inscreve-se como signo híbrido no texto cultural de Kleine, revelado também pelo novo significado atribuído à palavra alemã *Sympathie*.⁴⁰³ Assim, os limites culturais, referenciados pelo modo de vida e os signos que abrange, são violados no além pela diferença e, através de uma inquietação, são redefinidos. Essas experiências fronteiriças estão constantemente representadas nas memórias de Kleine, as quais são a própria expressão de uma reinscrição cultural. Cultura esta constituída no espaço híbrido.

Nesse sentido, dentro deste espaço da diferença, o texto de Kleine representa uma disputa de forças entre os signos articulados no passado e a resignificação destes no presente. O contato com o Outro desencadeia, portanto, uma vontade de aspiração

⁴⁰² BHABHA, *op. cit.*, p. 165

⁴⁰³ A palavra alemã *Sympathie* (simpatia) só comporta o significado que refere à atração ou conformidade de gênios entre duas ou mais pessoas.

nacional que irá buscar nos mitos unificadores e totalizadores da cultura a idéia de “comunidade imaginada”. Assim, enquanto “a Colônia caminhava a passos gigantescos à conclusão de um ciclo e começava a mobilização para a sua emancipação”⁴⁰⁴, Kleine descreve os corruptos administradores brasileiros. Na tarefa de examinar a contabilidade da Colônia, foram enviados tesoureiros do Rio de Janeiro, os quais insinuaram ao pai de Kleine, na época secretário da diretoria, de que este deveria “conseguir mais meios de outra maneira”. Seguem, então, as imagens que contrastam e definem os diferentes povos nacionais:

(...) o tesoureiro se manteve bem, deu algumas palmadas no ombro de meu alterado pai e falou tranqüilamente: “Prezado senhor, não se altere em vão. Isso é um hábito nacional, e não é segredo nenhum que todo funcionário público procura um complemento extra. Às vezes, até é obrigado a fazer isso se não quiser morrer de fome com sua família. Veja no Rio, (...) mais da metade do ordenado é gasto com condução: o bonde puxado a cavalo. E de onde vem o restante?” Meu pai apenas balançou a cabeça.⁴⁰⁵

A riqueza de detalhes na cena recriada por Kleine deixa claro (na ambígua voz do tesoureiro/Kleine) o movimento homogeneizante do nacional que utiliza estratégias de oposição para se afirmar enquanto “povo-como-um”. Estratégias estas fundamentadas na lógica eurocêntrica e nos padrões iluministas de hierarquias de poder, os quais tratam seus Outros (não europeus) com tolerância e repúdio. Percebemos, portanto, a contradição como elemento constante no discurso colonial e eurocêntrico⁴⁰⁶ sobre a América, pois esta ao mesmo tempo em que é moralmente impotente, representa também o futuro, uma potência. (Então todos em Blumenau diziam: “Paciência, palavra

⁴⁰⁴ KLEINE (Maio / Junho 2001), *op. cit.*, p. 11 A Colônia Blumenau foi emancipada a município em 20 de abril de 1880.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 11

⁴⁰⁶ Ella Shohat e Robert Stam afirmam que “embora os discursos colonialistas e eurocêntricos estejam intimamente relacionados, suas ênfases são distintas. Enquanto o primeiro justifica de forma explícita as práticas colonialistas, o outro “normaliza” as relações de hierarquia e poder geradas pelo colonialismo e pelo imperialismo, sem necessariamente falar diretamente sobre tais operações”. SHOHAT, Ella e STAM, Robert. *Crítica da Imagem Eurocêntrica: Multiculturalismo e Representação*. Trad. Marcos Soares. São Paulo: Cosacnaif, 2006. p. 21

conhecida como fórmula mágica para todas as dificuldades dos brasileiros”⁴⁰⁷)

As lembranças de Kleine, portanto, afirmam-se enquanto espaço de reinscrição cultural/nacional a partir da experiência da desterritorialização e do contato com a diferença. Aqui os marcadores de identidade, como a etnicidade e a (invenção da) tradição, traduzem-se em discursos colonial e eurocêntrico como forma de interpretar o Outro e redefinir-se subjetivamente. As construções ideológicas que polemizaram a América na Europa dissiparam-se em vários planos e por muito tempo (ouvimos seus ecos até hoje), gerando significados e ações em ambos continentes. Assim, o discurso de Kleine é uma clara representação dessas ambíguas relações globais inscritas no imaginário metropolitano e utilizada pela periferia como modelo de auto-definição.

Por conseguinte, termino esta seção com as imagens de um sonho infantil de Kleine, as quais no espaço livre e ampliado da memória traduzem os sentimentos e os signos (preconcebidos) que o Novo Mundo produz no imaginário Europeu: estranhamento, medo, beleza, selvageria, potência, excitação e serenidade...

Nessa noite, nós irmãos, tivemos uma série de sonhos estranhos. Sonhamos com cobras gigantes que lutavam com rãs em formato de dragão e infinitos urus com asas azuis de borboletas sobrevoavam o nosso acampamento. Por último, uma gigantesca baleia atravessou sobre o bravio Garcia. Por fim, tudo se confundiu na obscuridade de um sono salutar ocultou todas essas visões excitantes.⁴⁰⁸

Na próxima e derradeira seção darei continuidade à leitura cultural das imagens produzidas no espaço da imigração alemã em Santa Catarina. Priorizarei, no entanto, cartas familiares distintas com a intenção de transitar entre diferentes esferas sociais.

⁴⁰⁷ KLEINE (Novembro / Dezembro - 2000), *op. cit.*, p. 17

⁴⁰⁸ KLEINE, Karl. Chegada em Blumenau. Trad. Brigitte Kretzschmar. In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XLII – n. 01/02 – Janeiro / Fevereiro -2001. p. 11 Kleine descreve este sonho depois de um dia em que realizaram uma difícil travessia de canoa realizada no violento rio Garcia.

5.3 - *Cartas de famílias*

Circulando no espaço privado das cartas de famílias, percebemos que as diferenças sociais refletem o modo e o conteúdo das escritas, mas não a prática como meio de suprimir a distância e reterritorializar as novas experiências em forma de identidade. Nesse sentido, observamos que nos núcleos daqueles que emigraram com menos recursos econômicos e intelectuais, as mulheres praticamente não escrevem, embora sejam constantemente citadas em suas funções domésticas e nas saudações finais. “Enquanto escrevo estas linhas, ouço minha filhinha na outra sala, no seu berço, a papaguear alegremente ao lado de sua mãe sentada no sofá, descascando batatas para o almoço. (...) Muitas lembranças para ti da minha mulher, e para todos que se lembram de mim com alegria”.⁴⁰⁹ Neste núcleo, os conteúdos procuram informar quantitativamente a acertada decisão do deslocamento. “Nós todos estamos com saúde e felizes, nós vamos bem e todos os filhos de Phillip têm suas próprias colônias, 2-3 vacas, 2-3 burros, 10-12 porcos e um rebanho de vacas”.⁴¹⁰ São recorrentes as descrições dos animais que possuem, assim como os valores comerciais que estes representam nas colônias, e também a quantidade de filhos e netos que a família já compõe. Identificamos, desta forma, a importância da representação de uma prosperidade material e familiar.

O irmão Phillip tem dois filhos e quatro filhas e esses juntos têm quarenta e nove filhos, o irmão Phillip tem por isso quarenta e nove netos. O irmão

⁴⁰⁹ SALLENTIEN, Franz. Carta à irmã Luise. (Blumenau, 28/08/1854). Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau. Localização (3.s.52 doc. – 02) Não há informação sobre o tradutor. Como já vimos no capítulo quatro, Franz Sallentin emigrou para Blumenau em 1850, fazendo parte do grupo dos 17 primeiros colonos. Ele era lavrador e casou-se na colônia com uma jovem alemã. Em 1860 tornou-se comerciante estabelecido na Barra do Rio, próximo a Itajaí e possuía um engenho de Serra no Itajaí Mirim.

⁴¹⁰ BAUER, Georg Friedrich. Carta aos parentes e amigos. (Colônia Santa Isabel, 30/11/1884). Arquivo pessoal de Toni Vidal Jochem. Traduzida por mim. Esta carta faz parte de uma série de oito cartas escrita por diferentes membros da família Bauer, entre 1863 e 1889. Os irmãos Georg Friedrich Bauer, solteiro, e Phillip Daniel Bauer e Phillip Peter Bauer e suas respectivas esposas, Maria Katharina e Anna Elisabeth, emigraram de Enkirch, uma cidade localizada na região de Hunsrück, no estado da [Renânia-Palatinado](#) no sudoeste da [Alemanha](#), para a Colônia de Santa Isabel, em Santa Catarina. A colônia Santa Isabel foi fundada um ano antes da chegada da família Bauer, em 1847, por imigrantes procedentes da mesma região. Hoje as terras da antiga colônia pertencem ao município de Rancho Queimado e Águas Mornas.

Peter tem cinco filhos, 23 netos, seu filho mais novo Julius está casado ainda não faz dois anos, tem uma filhinha. Todos têm suas próprias colônias e apenas algumas tem ainda dívidas; alimentam-se todos portanto muito bem e cada um tem 10,12 e 15 porcos, 2 até 3 burros, 2 até 3 vacas e alguns jovens gados bovinos. (...) Na cidade estão os comerciantes, os quais compram os ovos e em quantidade, ficam com 300, 400 até 500 dúzias, mandam para o Rio de Janeiro com navio a vapor; eles pagam por dúzia 6,8 até 10 Sgroschen⁴¹¹ em dinheiro vivo e dívidas nós não temos.⁴¹²

As cartas, portanto, exercem papel primordial na divulgação do processo imigratório, funcionando como uma rede de informações e conseqüentemente de migrações. Não são poucos os pedidos para que os parentes também emigrem. “Com a precária situação financeira de vocês, bem que poderiam vir para cá conosco, pois pessoas mais pobres do que vocês fizeram esse caminho e chegaram aqui”.⁴¹³ Observamos, assim, que o início da colonização de um local está marcado por pessoas provindas de uma mesma região e suas proximidades, as quais através das cartas reforçam os laços entre os dois lugares e configuram um campo de relações transnacionais. A colônia de Santa Isabel, por exemplo, recebeu muitas famílias da região do *Hunsrück*, sudoeste da Alemanha. Já para Blumenau, vieram muitas pessoas da região do Dr. Blumenau, localizada no centro-norte da Alemanha, no estado da Baixa Saxônia.

Como uma prática coletiva de leitura e, muitas vezes também de escrita, as correspondências eram dirigidas para várias pessoas, confirmando uma importante rede social de manutenção afetiva e cultural com a comunidade de origem. Como exemplo, as saudações finais de uma carta dos irmãos Bauer: “Nós saudamos vocês, nossos parentes, ainda vivos bons amigos, vizinhos e conhecidos. Georg Friedric Bauer Phillip

⁴¹¹Aqui o autor usou de forma abreviada a palavra Silbergroschen, moeda alemã no século XIX, para a qual encontro também Thaler e Pfeninge.

⁴¹² BAUER, Georg, Phillip Peter e Phillip Daniel. Carta ao irmão, cunhados e sobrinhos. (Sem data legível – talvez 1883). Traduzida por mim. Arquivo pessoal de Toni Vidal Jochem. Procurei manter a forma corrente da escrita, onde quase não se utiliza pontos finais apenas vírgulas, como uma maneira de marcar o nível cultural desses imigrantes. Nas próximas citações das cartas da família Bauer realizarei a referência até a data.

⁴¹³ BAUER, Georg, Phillip Peter e Phillip Daniel. Carta ao irmão e cunhados. (Santa Isabel, 24/04/1876).

Peter Bauer Phillip Daniel Bauer”.⁴¹⁴

Por conseguinte, as correspondências pessoais, como fonte segura de informações, desempenham um importante papel na divulgação das imagens do país de imigração, atingindo também as camadas sociais mais baixas. O que, segundo Débora Bendocchi Alves, não acontecia com as informações impressas, como os jornais e panfletos especializados na questão emigratória. Nesse tipo de imprensa eram publicadas também cartas de imigrantes com o intuito de incentivar a emigração através de documentos que despertavam credibilidade, já que eram relatos verídicos e não propagandas de companhias de navegação ou agentes de colonização.⁴¹⁵

As cartas trabalhadas nessa seção nunca foram publicadas em jornais alemães no século XIX e correspondem à imigrantes estabelecidos em Santa Catarina, onde vigorava o regime da pequena propriedade. Para esta pesquisa, no entanto, é importante entender as correspondências entre imigrantes alemães e seus parentes e amigos deixados na Alemanha como um fluxo de informações sobre os novos locais e as novas relações sociais e econômicas no Novo Mundo. A família, nesse sentido, é o principal elo de ligação entre os dois lugares, funcionando como rede e local de memória e identidade.

Assim, o trânsito de imagens, de informações e sentimentos, mas também de objetos e dinheiro, ou seja, a interculturalidade entre a Europa e a América produz um

⁴¹⁴ Ibidem

⁴¹⁵ ALVES, Bendocchi Débora. *Colhedores de Café. Cartas de imigrantes alemães publicadas nos jornais da Turíngia*. WVB:Berlin, 2006. Com a emigração em massa ocorrida nos Estados Alemães durante o século XIX, surge uma série de jornais destinados a este público específico interessado em emigrar. Os dois jornais mais importantes e de maior duração na Alemanha foram: *Deutsche Auswanderer-Zeitung* de Bremen (1852 a 1875) e o *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* de Rudolstadt (1846/47 a 1871). Quanto à publicação das cartas em jornais e panfletos, a autora relata que havia certa desconfiança em relação às cartas provindas das fazendas de café paulistas, onde se praticava o regime de parceria. Havia a suspeita de que essas cartas não eram escritas livremente pelos colonos, mas que eram controladas nas fazendas, de modo que as que continham notícias negativas não chegavam ao seu destino. No livro de Thomaz Davatz (*Memórias de um colono no Brasil*) há uma passagem em que o colono conta que suas cartas foram rasuradas e censuradas por um diretor da fazenda. A autora acredita que este episódio seja o causador da generalizada suposição de que “todas as cartas dos parceiros eram abertas, lidas e confiscadas”. p. 9, 14, 15, 52 e 53

novo espaço e um novo tempo. Nestor Garcia Canclini, pensando o processo de globalização mundial em andamento desde a conquista da América em 1492, afirma que esse fluxo transnacional de informações e dinheiro amplia o horizonte de cada cultura nacional, quando os rituais compartilhados flexibilizam fronteiras. Porém, para este estudo, o mais importante no trabalho de Canclini é sua preocupação com o imaginário como parte da cultura e componente da globalização. Imaginário este estruturado a partir de relações polarizantes entre a Europa e a América (civilização e barbárie) e que irá promover as visões estereotipadas de um enfrentamento entre identidades inconciliáveis.⁴¹⁶ Portanto, o que irá nos interessar aqui é exatamente o reconhecimento dessas imagens produzidas no espaço contraditório da imigração, as quais circularam no século XIX como definidoras de um novo tempo e um novo espaço.

A carta de Franz Sallentien registra claramente a interculturalidade entre os dois espaços através do movimento de objetos, de dinheiro e das idéias sobre o Novo Mundo.

Vocês precisam, pois me desculpar que as notícias que envio agora são curtas (...) Permitam que o Gaertner lhes conte intensa e detalhadamente tudo. Por intermédio dele envio algumas lembranças que peço aceitar carinhosamente e repartir entre vocês. Coroazinhas de flores e um pequeno e engraçadinho papagaio (...) Sinto muitíssimo que a viagem de Gaertner tenha se dado tão rapidamente Gostaria de mandar muitas coisas pequenas que nos cercam e possam interessar vocês. Anexo ainda como uma pequena curiosidade um cordão de bugre que foi morto nas propriedades de Blumenau. Eles usam estes cordões no tornozelo provavelmente para não torcer os pés quando pulam. Vocês vão admirar também o firme mas lindo trançado do arco e flecha que perderam na perseguição.⁴¹⁷

Além dos relatos sobre a vida em outro lugar, as trocas se dão de forma materializada através dos objetos enviados do Brasil para Alemanha. As imagens da

⁴¹⁶ CANCLINI, Nestor Garcia. *A globalização imaginada*. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003. p. 51, 76-81

⁴¹⁷ SALLENTIEN, Franz. Carta aos irmãos. Itajaí 24 de março de 1855. Trad. Alda Niemeyer. In: Blumenau em cadernos – Tomo XXXVIII – N. 04 – Abril 1997. p. 49

natureza primal, abundante e selvagem da América Latina codificaram, desde Humboldt, o “imaginário europeu como a nova ideologia do “novo continente””.⁴¹⁸ Desde modo, Franz deseja compartilhar com os parentes as curiosidades desse novo lugar entendido enquanto natureza. A coroa de flores, o papagaio e os objetos indígenas são partes deste ambiente meramente natural. O cordão do bugre morto em um combate carrega consigo o signo do violento (des) encontro entre índios e alemães e da dominação européia, branca e civilizada sobre a América selvagem e habitada por corpos racialmente inferiores. O autor, no entanto, não deixa de observar as particularidades do povo indígena através do trabalho artesanal impresso na arma.

Segundo José Ferreira da Silva, o primeiro combate entre índios Xokleng e os imigrantes alemães em Blumenau deu-se em 1852, portanto dois anos após a fundação da Colônia, conforme relato do professor Ostermann⁴¹⁹ em uma correspondência dirigida a Hermann Blumenau que na ocasião encontrava-se na capital da província.⁴²⁰ O naturalista Fritz Müller também relata esse episódio em uma carta dirigida a sua irmã Rosinha. A incursão indígena aconteceu na residência do Dr. Blumenau, e foi avistada pelo imigrante Schramm, que indo conferir gritos vindos da plantação de mandioca, deparou-se com os índios.

(...) viu cinco vultos bronzeados, nus, saindo de uma roça de mandioca dum morro próximo. (...) Os bugres aproximaram-se com gritos ameaçadores, atiraram flechas, entraram nos quartos e começaram a pilhagem. Juntaram no pátio, uns sacos que por ali havia e alguns bugres entraram no quarto do Dr. Blumenau (que estava em viagem, no desterro) e Schramm ouviu quando eles estavam arrombando o armário. Um bugre, que também se dispunha a entrar no quarto, notou a presença de Schramm na janela do sótão do rancho próximo, mas nesse exato momento recebeu um tiro no lado. Soltando um grande grito, ele jogou fora a sua arma e fugiu; os outros, também abandonando a armas, foram-lhe atrás. E ao correrem davam pulos da esquerda para a direita, e desta para aquela, com medo dos tiros, mas,

⁴¹⁸ PRATT, *op. cit.* p. 220

⁴¹⁹ Fernando Ostermann abriu uma escola primária na sede da colônia e lecionava também nas casa dos colonos. Em 1854, Dr. Blumenau conseguiu junto ao presidente da província João José Coutinho, a oficialização da escola e a nomeação de Ostermann como professor público. SILVA, José Ferreira da Silva. História de Blumenau. Florianópolis: Edeme, 1972. p. 58

⁴²⁰ SILVA, *op. cit.* p. 51-3

apesar disso, parece que um foi, ainda, gravemente atingido nas costas. Ainda ouviam-se os seus gritos, vindos de dentro da mata.⁴²¹

Invoco novamente o conceito de “zona de contato”, utilizado por Mary Pratt, para refletir sobre este encontro marcado pelo medo, pela violência e pelo extermínio do Outro. A partir deste conceito podemos entender o cruzamento destas trajetórias históricas, até então separadas no tempo e no espaço, como uma transculturação, onde culturas são modificadas “dentro de relações radicalmente assimétricas de poder”.⁴²² Portanto, a partir da perspectiva do imigrante europeu, e também dos dirigentes brasileiros, a população indígena que habitava as matas do Vale do Itajaí era um obstáculo para o sucesso da colonização e, conseqüentemente, para o progresso do Brasil. Segundo Luisa Wittmann, além do discurso da ferocidade, era corriqueira nos relatórios oficiais do governo a representação da inutilidade do povo indígena e da importante força de trabalho do imigrante alemão para o desenvolvimento da região que estava sendo colonizada. “O elogio exacerbado ao imigrante alemão e ao próprio Dr. Blumenau é presença marcante em documentos de época e livros sobre a história catarinense. Os índios vistos como inconstantes e irracionais, seriam uma espécie de anti-modelo”.⁴²³ Nesse sentido, vemos o discurso do progresso legitimando a violenta conquista da terra e a aniquilação da história local, considerada selvagem.

Fritz Müller segue narrando o estranho do contato com o seu Outro, que vencido pôde ser observado com detalhes.

No outro dia, foi encontrado o que recebera o primeiro tiro. Vi a cabeça. Não era feio; ainda que o nariz e os lábios fossem bem grossos, era mais bonito que muitos caboclos e muito mais ainda do que os negros. Os cabelos pretos e lisos eram raspados no alto da cabeça e aparados ao

⁴²¹ MÜLLER, Fritz. Carta de Fritz Müller a sua irmã Rosinha. In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXXVIII – N. 05 – Maio de 1997. p. 41-3 Nas citações seqüentes da mesma carta indicarei apenas o número da página.

⁴²² PRATT, *op. cit.* p. 32

⁴²³ WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850/1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. p. 63

redor desta. Os olhos eram castanhos e quase não tinham barba. No lábio, ele trazia um botoque, isto é, uma cavilha de pinho. (p. 46)

Com a curiosidade e a surpresa de quem se depara pela primeira vez de tão perto com o estranho, Fritz descreve o índio morto a partir de um comparativo físico com os “outros inferiores”, negros e caboclos. As grossuras do nariz e da boca aparecem como marcas do estereótipo racial e inscrevem o índio na categoria dos colonizados. Porém, sob o ponto de vista europeu, estes se encontravam num nível menos primitivo da raça do que os negros. Há, portanto, contradições ideológicas em relação à população indígena, pois por um lado era entendida como ahistórica e não suscetível à civilização. Por outro, acomodava-se numa perspectiva positiva e evolucionista, a qual dispunha os índios num processo civilizatório anterior ao do branco, possibilitando-o ser retirado da situação “bárbara”, sobretudo, através da religião.

Portanto, nesta configuração ideológica paradoxal sobre os ameríndios, ouvimos as ressonâncias buffon-depauwdianas, os ecos de Rousseau e de Herder, mas são as vozes de Humboldt e de Hegel que distinguimos com maior clareza. A condenação hegeliana do índio americano está calcada na idéia de que o contato íntimo com a natureza o torna mais primitivo e menos evoluído espiritualmente. O Homem da Natureza, como definiu Hegel o indígena das Américas, “é um ser todo sentimento, mas, se é todo e *apenas* sentimento, não se distingue mais da besta”.⁴²⁴ Já Humboldt, a partir de sua visão orgânica do mundo, não acredita no primitivismo localizado, mas no lento caminho da humanidade como um todo. Assim, ao invés de pensar em raças superiores e inferiores, aplica a “grande lei da natureza”⁴²⁵ e admite que existam fatores nos trópicos que impediram o desenvolvimento de uma civilização mais elevada.

⁴²⁴ GERBI, op. cit., p. 327 (grifo do autor) Segundo Gerbi, Hegel condena, sobretudo, os indígenas sul americanos, categorizando-os como os menos guerreiros e afirmando que estes jamais teriam se libertado do domínio espanhol se não fossem os crioulos. Para Hegel, estes povos eram tratados pelos jesuítas como crianças incapazes. (p. 328)

⁴²⁵ No seu livro *Kosmos*, Humboldt refere-se à “grande lei da natureza” de Buffon, o qual observa a existência de animais próprios da parte tropical do Novo Mundo e da África. (GERBI, op. cit. p. 314)

A precariedade das armas confirma a barbárie da raça americana e seu estágio inicial de civilização. “As flechas eram meio mal feitas, de taquara, com ponta de madeira, com seis ou dez reentrâncias, em forma de dentes e com algumas penas de jacu na outra extremidade. Entre as 8 flechas encontradas, uma tinha ponta de ferro”. (p. 43) Fato este observado pelos olhos do naturalista, habituados em comparar, classificar e sistematizar cientificamente a natureza. Fritz relata que após este “assalto” os imigrantes revisaram todas as armas e ficaram sob estado de alerta.

(...) nos primeiros dias não caía, nem mesmo uma folha de palmeira no mato sem que se ficasse na expectativa de ver surgir um bugre de trás de alguma moita. (naturalmente, uma folha de palmeira, de 10 pés de comprimento, faz mais barulho ao cair do que uma folha de tilia alemã). De noite os bugres não fazem os seus assaltos e, durante o dia, um homem só com sua arma de fogo não precisava temer o número maior de bugres. (p. 43)

É a agilidade dos índios na mata, assim como animais em seu habitat natural, o que causa maior espanto nos imigrantes, pois estes, com suas armas de fogo, estão numa disposição de força superior. Aqui, a imagem da terra do futuro compõe-se pela potente natureza, dito o tamanho das folhas de palmeiras, e pela desenvolvida civilização européia, que supera a inferioridade americana.

Portanto, os indígenas, categorizados entre o homem e o animal, implementam o complexo de idéias que explica a América enquanto selvagem e bruta, mas também como pátria incipiente de uma nova humanidade. O caráter de Terra Prometida, alimentado principalmente a partir dos escritos de Humboldt, produz uma América abundante e disponível, capaz de abrigar o excedente europeu e os males da civilização e da organização em sociedade. Assim, vemos a configuração do novo lugar através da construção dessa nova civilização, purificada pela natureza.

Assim, se muitos de nós tiveram que passar por duras provas, nos primeiros tempos e ver nisso o motivo para amaldiçoar esta bela terra, basta uma visita aos alemães estabelecidos rio abaixo, para se ganhar novo ânimo. (...) a gente vê como crescem ligeiro os cafeeiros e as árvores frutíferas, e se

admira as maravilhosas plantações de banana e laranjas, então a gente tem que se render à evidência e convencer-se de que, com saúde e constante atividade, chega-se a uma vida satisfeita e alegre e a transformar o caos e troncos e galhos, meio queimados, que agora rodeia o nosso rancho, num pequeno paraíso. (p. 43-45)

Evidencia-se nessa passagem a representação do imaginário europeu sobre o novo futuro para a selvagem e pródiga terra, chamada América do Sul. Futuro este que se inicia a partir do contato com a civilização (norte) européia ⁴²⁶, capaz de organizar o caos natural em empreendimento científico⁴²⁷ e comercial. Identifica-se, também, o discurso que qualifica o alemão pela sua capacidade superior em relação ao trabalho e perseverança. “Agradece tudo isso ao teu próprio trabalho!” É o que Fritz prevê dizendo sua irmã, caso ela conhecesse “este pedacinho de terra (...) no seu atual estado, comparando com o que era, há poucos meses atrás”. (p.45) Portanto, as idéias que definem este novo lugar como disponível e ahistórico estão traduzidas nas imagens que desterram os povos indígenas, suprimindo seu passado pré-europeu, e legitimam a conquista territorial e histórica do europeu. Franz Sallentien, em uma carta de 1856 dirigida à sua irmã Luise, também registra o conflito entre imigrantes e indígenas. “Nos próximos dias pretendem fazer uma verdadeira guerra contra os bugres, se Kellner e eu tivermos tempo tomaremos parte na mesma. Gaertner⁴²⁸ lamentará não estar aqui agora para fazer parte desta aventura”. A idéia do extermínio da raça nativa é incontestável no discurso do imigrante alemão e, inclusive, representa-se aqui como algo trivial e até

⁴²⁶ Hegel considerava o alemão um tipo humano superior ao italiano e o espanhol, pois estava mais distante da condição natural, por isso era mais elevado e aperfeiçoado espiritualmente. (Gerbi, *op. cit.* p. 327)

⁴²⁷ Fritz Müller viveu na dupla condição de colono e cientista. A partir de 1865 (data que se tem conhecimento da primeira carta) passa a se corresponder com Charles Darwin, com quem mantém intenso debate científico sobre a questão das espécies. Darwin questionava e “encomendava” pesquisas a Müller. “Se o senhor tiver alguma oportunidade, sendo um habilidoso dissecador, eu gostaria muito que desse uma olhada no orifício da base do primeiro par de cirros nos cirrípedes (espécie de crustáceos) e no curioso órgão que ele contém, e descobrir qual é sua natureza”.(ZILLIG, César. *Dear Mr. Darwin: a intimidade da correspondência entre Fritz Muller e Charles Darwin*. São Paulo: Sky/Anima Comunicação e Design, 1997. p. 16)

⁴²⁸ Gaertner é marido de sua cunhada e estava na Alemanha na época da escrita desta carta. Sua viagem foi mencionada na carta de Franz datada em 1855, quando através dele manda presentes para família.

mesmo prazeroso. A preparação para o embate indígena logo se valida pelo discurso do progresso e da exploração comercial das fontes naturais da região. “Fundamos uma sociedade exploradora de ouro e que em pouco tempo entrará em atividade. Começaremos as escavações acima de nossos terrenos, mas os trabalhos preliminares são muito difíceis”.⁴²⁹

Percebemos, assim, que as imagens que configuram este novo lugar, a partir da dicotômica relação entre Cultura e Natureza, definem a priori a identidade do imigrante alemão, a qual, no contexto da descontinuidade e da perda, surge enquanto força diferenciadora do Outro. A reterritorialização do espaço geográfico demanda a reinscrição do tempo subjetivo (nacional), tempo este que busca estabilidade na totalidade histórica. Portanto, a circulação e repetição dos signos culturais definidores do povo “expõe a arte do *tornar-se* através de uma certa lógica metonímica”⁴³⁰, onde a imagem do outro é construída na presença invisível do eu. Nesse sentido, as relações de diferença que constroem a identidade fundamentam-se e legitimam-se através do poder cultural.

Phillip Bauer, um descendente alemão da primeira geração no Brasil, descreve em 1889 para os seus tios na Alemanha a vida nesse lugar “novo”. “Aqui no Brasil a gente é uma pessoa livre, comparando com vocês aí, aqui nós não nos tornamos empregados de nenhum vereador ou regente florestal. Graças a Deus mil vezes por nossos pais terem emigrado para cá”.⁴³¹ As imagens da disponibilidade da região articulam-se enquanto verdade e desejo na representação da alteridade que a corrobora.

⁴²⁹ SALLENTIEN, Franz. Carta à irmã Luise. (Blumenau, 28/08/1856). Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau. Localização (3.s.52 doc. – 02)

⁴³⁰ BHABHA, *op. cit.* p. 90 Bhabha explica a lógica da metonímia a partir do jogo do “suplemento” de Derrida, o qual considera a inscrição do signo a partir de um terceiro elemento que participa e transgride todos os lados da oposição. Bhabha aproxima a estrutura heterogênea do suplemento derridiano ao movimento ambivalente dos tempos pedagógico e performativo. E é neste espaço suplementar de significação cultural, onde há a presença em forma de ausência, o que Bhabha considera “uma estratégia de ambivalência na estrutura de identificação que ocorre precisamente no *intervalo* elíptico, onde a sombra do outro cai sobre o eu”. (grifo do autor) (p. 97)

⁴³¹ BAUER, Philipp. Carta aos tios (20/07/1889). Traduzida por mim. Arquivo pessoal de Toni Vidal Jochem

E Phillip continua: “Queridos amigos, é incrível como os alemães nesse país multiplicam-se, contra a nação brasileira, onde suas crianças parecem doentes, isso por que: sua cama é o chão”. A imagem do Outro como sombra do eu reflete, nesse jogo metonímico, o artifício da identidade.

Na escrita feminina e burguesa de Terese Stutzer reconhecemos a mesma composição interativa de imagens. Sua narrativa romântica exalta a possante e bela natureza tropical.

Enquanto fazíamos um passeio de reconhecimento pela mata, as crianças cantavam. (...) O que mais me encantou foi a exuberância das samambaias de todos os tipos e espécies. As mais belas plantas ornamentais estavam aos nossos pés, e inúmeras espécies de trepadeiras se enroscavam. Havia borboletas azuis, amarelas e coloridas e vez por outra se escutavam os papagaios.⁴³²

Ao mesmo tempo em que os sentimentos se exaltam diante da grandeza do cenário natural do Novo Mundo, o corpo europeu ainda deve se adaptar ao clima quente e úmido da América tropical. “É bem verdade que aqui não consigo trabalhar tanto quanto lá, pois logo fico exausta e sem ânimo. E hoje não é um dia tão quente, mas o tempo está estranho, úmido e chuvoso”.⁴³³ A proliferação dos insetos é algo que Therese também registra na sua narrativa sobre a nova vida no Brasil.

Verdadeira praga são os besouros, semelhantes aos escaravelhos, são moles e se os esmagares desprendem um cheiro desagradável. Depois que se instalaram na casa não há nada que se possa fazer contra, como é o nosso caso. Se hoje matas uma barata, amanhã vais encontrar mais vinte no mesmo lugar. Elas estão instaladas nas armações de madeira e debaixo do assoalho. Só com muito cuidado, podemos evitar que se instalem nos armários e cômodas. (...) Se forem tomados os devidos cuidados numa casa nova não haverá problemas. Também aqui no Brasil ventilação, luz e higiene são três fatores que põem os insetos em fuga. Mas enfim, nós os temos aqui. Acreditas que acabamos nos acostumando e já não são tão

⁴³² STUTZER, Therese. Cartas de Famílias (07/05/1886 – 29/05/1886). In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXXIX – N. 07 – Julho de 1998 p. 15

⁴³³ STUTZER, Therese. Cartas de família. (12/3/1886). Trad. Annemarie F. Schünke. In: *Blumenau em Cadernos* - Tomo XXXIX, n. 6 - . junho. 1998 p. 9

terríveis como no início?⁴³⁴

Portanto, a vegetação, o clima e os insetos são aspectos da natureza americana que exercem curiosidade e que se espera que sejam descritos nos relatos sobre esta região. Vemos como a natureza e suas particularidades definem o discurso sobre o Brasil e a experiências nesse novo lugar. Therese menciona os insetos em meio à descrição da casa (“Já sabes que Gustav alugou uma casa considerada grande para os padrões locais. Não é bem nova, mas ele mandou pintá-la e assim está com aspecto bem agradável”. p. 9), seus cômodos e objetos, contrapondo constantemente natureza e civilização. (“Aqui na sala está nosso piano de cauda” p. 9) Dentro da sua escrita feminina, que traz suas marcas na abordagem centrada nos espaços internos que dizem respeito à casa e à família, Therese relata os cuidados domésticos necessários ao clima tropical. “Mandamos vedar todos os espelhos. O tapeceiro entendia do assunto e se não tivéssemos feito, em pouco tempo teria sofrido com o clima quente e úmido”.

No complexo de imagens que compõe a narrativa de Therese sobre o Brasil podemos observar resíduos buffonianos que estabelecem um nexos entre a umidade do ambiente americano e a abundância de insetos e serpentes. Contudo, a escrita romântica que valoriza a intensidade das cores formas e cheiros da natureza, aproxima-se muito das impressões Humboldtianas. (“Lá vocês acham que as flores tropicais apenas têm um colorido exuberante, mas têm aroma. No entanto te digo que o perfume às vezes é por demais e as árvores estão cheias de flores perfumadas”.)

Portanto, as imagens que partem desse contexto ambivalente da reterritorialização e que representam o espaço simbólico do Brasil configuram-se enquanto um “*acessório* da autoridade e da identidade”.⁴³⁵ Ou seja, a imagem enquanto

⁴³⁴ STUTZER, Therese. Cartas de família. (21/01/1886). Trad. Annemarie F. Schünke. In: *Blumenau em Cadernos* - Tomo XXXIX, n. 5 - . Maio 1998 p. 9 – 11 As próximas três citações são trechos desta mesma carta. Indicarei apenas a página

⁴³⁵ BHABHA, *op. cit.* p. 85 (grifo do autor)

ponto de identificação deve ser pensada como um signo metonímico e não como aparência da realidade, pois representa sempre uma ausência, um outro lugar ou uma repetição. Nesse sentido, percebemos que as representações do Brasil só natureza contrastam e complementam-se com as da saturada Europa, assim como as idéias de civilização e progresso europeus negam a possibilidade de auto governância nativa.

CONCLUSÃO

IMAGENS DA DIFERENÇA

Pensar na força emergente da nação enquanto discurso da modernidade que se afirma em temporalidades diversas e sobredeterminadas é pensar, sobretudo, nos processos produzidos na articulação de diferenças culturais. Processos estes que se inscrevem e escrevem a nação como aparato de poder simbólico. E é o entendimento desse modo representativo e metafórico do nacional como expressão coletiva e paisagem interior da identidade nacional que me leva a questionar as imagens com as quais nos identificamos até hoje. Trago, nesse sentido, as imagens articuladas no evento imigratório alemão em Santa Catarina, como forma de entender parte deste amplo processo simbólico. Apreendo, portanto, esse encontro cultural (Brasil/Alemanha no século XIX) a partir de uma perspectiva que avalia as forças homogeneizantes da nação (tanto alemã quanto brasileira), como espaço de negociação das diferenças. E é exatamente nesse espaço produtor de significados nacionais que articulo minha fala.

A configuração histórico-cultural do Brasil, construída ao longo da violenta colonização e duradouro processo emancipatório, está marcada pelo seu caráter disjuntivo e ambivalente que define e redefine esse espaço contraditório a partir da interculturalidade. Assim, incluir o imaginário como categoria cultural determinante dessas relações assimétricas permite-nos uma reflexão sobre as estruturas subjetivas fundadoras dos sistemas simbólicos de poder cultural. O que quero afirmar é como as identidades sul-americana e brasileira estão profundamente comprometidas com as narrativas produzidas no contato cultural entre Europa e América e de que forma assimilamos esse olhar europeu objetivador e maximizador do capitalismo. Visão esta que legitima o intervencionismo “diligente” da Europa branca e civilizada sobre a miscigenada, “negligente e atrasada” América Latina. Priorizo, então, parte dessa história de enfrentamentos entre identidades inconciliáveis para entender de que forma estão organizados os estereótipos que discriminam os latino-americanos e admiram os europeus, reproduzindo, assim, uma relação assimétrica e duradoura entre os dois continentes.

Para pensar o desenvolvimento dessa estrutura dualizada que nos definiu como “Terceiro mundo”, ou seja, uma nação atrasada, subdesenvolvida e primitiva, procurei entender o processo de construção de um imaginário nacional brasileiro, por onde as imagens da imigração transitaram e tornaram-se possíveis enquanto representações dentro do próprio país. A conjuntura colonial marcada, sobretudo, pela dominação, promoveu o confronto entre mundos diferentes, compondo um novo corpo de saber/poder redefinido pela supressão e pela mistura, num grande esforço europeu e cristão de civilização. Assim, a força hegemônica da colonização interrompe a linha evolutiva das populações indígenas brasileiras para introduzir um tempo histórico diferente e uma nova entidade étnico-cultural tupi-luso-africana. Portanto, é nesse

tempo e espaço diaspóricos que a nação brasileira é inventada enquanto emergência simbólica de um todo original. Partindo, principalmente, dos esforços intelectuais da recente elite letrada nativa, a nação brasileira é pensada e significada através das idéias burguesas da Europa ilustrada que contradizem as práticas sociais locais baseadas no patriarcalismo rural e no trabalho escravo. Estas forças sobrepostas e destoantes definem o Brasil-nação a partir de um desajuste político-social-ideológico quando “todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem”.⁴³⁶

Nesse sentido, o projeto nacional brasileiro enquanto demanda simbólica definidora de um povo (civilizado) assume o discurso eurocêntrico difusor do progresso. Projeto este que, firmado na autoridade das teorias científicas, encarrega-se de inventar um Brasil republicano de raça branca. Assim, as forças nacionais homogeneizantes promovem imagens, sentimentos e conceitos conflitantes e complementares: civilização e barbárie, raça e nação, República e escravidão, negros africanos e brancos europeus, medo e esperança. As políticas públicas que facilitam o fluxo imigratório europeu para o Brasil, principalmente na segunda metade do século XIX, traduzem, sobretudo, a vontade de branquear e civilizar a futura nação brasileira. E é neste contexto que o imigrante é recebido e se impõe no novo espaço, como pioneiro e portador das técnicas civilizadas.

A abertura dos portos brasileiros em 1808 e a “redescoberta” do Brasil a partir de uma perspectiva científica promovem uma confluência de imagens e novos signos para esta região. A história natural traduz, enquanto linguagem e empreendimento, uma nova maneira da Europa se relacionar com a diferença, ou seja, “a sistematização da natureza surgiu num momento em que as relações entre centros urbanos e áreas rurais

⁴³⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 31

estavam mudando rapidamente”.⁴³⁷ Portanto, este entendimento racionalizador e padronizado sobre “outros” espaços (não urbanos) codificam uma nova consciência planetária: a eurocêntrica.

As teses científicas produzidas pela polêmica setecentista sobre o “Novo Mundo” orientam as observações, conceitos e preconceitos registrados nas narrativas dos viajantes e naturalistas que visitam as terras longínquas. A partir de Buffon, “a tese da inferioridade das Américas possui uma história ininterrupta, uma trajetória precisa que, passando por De Pauw, alcança seu ápice com Hegel”.⁴³⁸ Será Humboldt, no entanto, que irá fixar com cores românticas a imagem de uma potente natureza americana. Assim, as interpretações sobre as Américas, condicionadas pela lógica eurocêntrica que busca entender a imensa diversidade do mundo através de uma explicação unitária, transitam entre os pólos firmados por Humboldt e Hegel. Estabelecem, nesse sentido, um complexo de imagens que definem a América Latina enquanto potência natural e carência humana.

Deste modo, o contexto intercultural da imigração alemã para o sul do Brasil reproduz em suas narrativas esta estrutura dualizada que pensa um (Europa) em detrimento do outro (América Latina), onde há a recusa da diferença. Os discursos que possibilitaram esta relação de transferência e reterritorialização articularam-se dentro desse contexto discriminatório e unilateral, legitimando-se na disponibilidade da rica natureza e da deficiente sociedade.

Entender o evento ambivalente e transcultural da imigração como espaço transformador das estruturas simbólicas (nacionais) leva-nos a refletir sobre os mecanismos subjetivos (identidade, memória, tradição) acionados no confronto cultural. Assim, os padrões específicos que fundamentam a consciência nacional alemã no século

⁴³⁷ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. SP: EDUSC, 1999. p. 72

⁴³⁸ GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750 -1900)*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras., 1996. p. 15

XIX, os quais priorizam a cultura sobre a política, irão circular e se repetir de forma adaptada no contexto de negociação cultural. Nesse sentido, será a identidade étnica, articulada principalmente através da língua e da cultura, o signo mantenedor dessa comunidade imaginada em outro lugar. Cruzam-se tempos e espaços diversos que rearticulam novas identidades. A emergência do presente deslocado, desestabilizado pelo estranho, retoma os signos do passado como forma de recuperar a coerência e continuidade histórica. Através do *Deutschtum* estes símbolos que congregam uma unidade étnico-cultural são ativados circunstancialmente quando confrontados com o “estrangeiro”.

Deste modo, percebemos como nesse espaço ambivalente, onde identidades são reinscritas, os estereótipos são encenados como estratégias de representação da alteridade e garantidos como “um ponto seguro de identificação”. Assim, apoiado nas diferenças raciais/culturais/históricas, o discurso simbólico do imigrante alemão evidencia formas de apreender o “outro” e, sobretudo, formas de se recriar enquanto sujeito histórico.

Portanto, a construção simbólica das imagens que transitaram entre os continentes americano e europeu a partir do evento imigratório alemão para Santa Catarina traduzem as ambíguas relações globais construídas a partir dos confrontos com a diferença. Imagens estas que ajudaram a definir identidades e condicionaram práticas sociais e culturais. Apropriamo-nos dos modos como fomos narrados e imaginados pela metrópole, reproduzindo a estrutura ideológica que nos significou como os “outros”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

NARRATIVAS DA IMIGRAÇÃO

BAUER, Georg, Phillip Peter e Phillip Daniel. Carta ao irmão e cunhados. (Santa Isabel, 24/04/1876). Traduzida por mim. Arquivo pessoal de Toni Vidal Jochem.

_____. Carta ao irmão, cunhados e sobrinhos. (Sem data legível – talvez 1883). Traduzida por mim. Arquivo pessoal de Toni Vidal Jochem.

BAUER, Georg Friedrich. Carta aos parentes e amigos. (Colônia Santa Isabel, 30/11/1884). Traduzida por mim. Arquivo pessoal de Toni Vidal Jochem.

BAUER, Philipp. Carta aos tios (20/07/1889). Traduzida por mim. Arquivo pessoal de Toni Vidal Jochem

BLUMENAU, Hermann Otto Bruno. Carta aos pais e parentes (06/04/1846 – 26/06/1846)
In: Blumenau em Cadernos – Tomo XXXIX – N. 05 – Maio de 1998. p. 22-34

_____. Carta aos pais e parentes (26/06/1846 – 02/08/1846) In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XXXIX – N. 06 – junho de 1998. p. 17-22

_____. Carta aos pais e parentes (03/08/1846) In: Blumenau em Cadernos – Tomo XXXIX – N. 07 – julho de 1998. p. 22-34

_____. Carta aos pais e parentes (21/04/1848). In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXXIX – N. 03 – Março de 1998. p.13-25

_____. Carta aos pais e parentes (15/9/1849 a 02/01/1850). In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo XL – N. 01 – Janeiro de 1999.

_____. O sul do Brasil e suas referências à emigração e colonização alemã. In: *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política Colonizadora no sul do Brasil*. Ferreira,

Cristina e Petry, Sueli Maria Vanzuita (org.). Trad. Curt Willy Hennings e Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999.

MÜLLER, Fritz. Carta de Fritz Müller a sua irmã Rosinha. In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXXVIII – N. 05 – Maio de 1997. p. 41-3

SALLENTIEN, Franz. Carta à imã Luise. (Blumenau, 28/08/1854). Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau. Localização (3.s.52 doc. – 02)

_____. Carta aos irmãos. Itajaí 24 de março de 1855. Trad. Alda Niemeyer. In: *Blumenau em cadernos* – Tomo XXXVIII – N. 04 – Abril 1997. p. 45-51

_____. Carta à imã Luise. (Blumenau, 28/08/1856). Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau. Localização (3.s.52 doc. – 02)

STUTZER, Therese. Cartas de família. (21/01/1886). Trad. Annemarie F. Schünke. In: *Blumenau em Cadernos* - Tomo XXXIX, n. 5 - . Maio 1998. p. 7-15

_____. Cartas de família. (12/3/1886). Trad. Annemarie F. Schünke. In: *Blumenau em Cadernos* - Tomo XXXIX, n. 6 - . junho. 1998. p.7-15

_____. Cartas de Famílias (07/05/1886 – 29/05/1886). In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXXIX – N. 07 – Julho de 1998. p. 11-21

KLEINE, Karl. Memória de um imigrante. Trad. Annemarie F. Schünke. In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XLVI – n. 03/04 – Março / Abril -2005. p. 9-37

_____. Karl novamente colono. Trad. Annemarie F. Schünke. In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XLII – n. 05/06 – Maio / Junho -2001.

_____. Chegada em Blumenau. Trad. Brigitte Kretzschmar. In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XL – n. 11/12 – novembro / Dezembro -2000. p. 7-27

_____. Blumenau continua progredindo. Trad. Annemarie F. Schünke. In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XLII – n. 05/06 – Maio / Junho -2001. p. 7-29

_____. Chegada em Blumenau. Trad. Brigitte Kretzschmar. In: *Blumenau em Cadernos* – Tomo XLII – n. 01/02 – Janeiro / Fevereiro -2001. p. 7-27

LITERATURA DE VIAGEM

AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Trad. Edgar Süssekind de Mendonça. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1938.

BIARD, Auguste François. *Dois anos no Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

HUMBOLDT, Alexander von. *Quadros da Natureza*. Volumes I e II. Trad. Assis Carvalho. São Paulo: Jackson editores, 1952, 1953

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Trad. Bertoldo Klinger. Brasília: Senado Federal, 2004

SPIX, Johann Baptist von, MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Volumes I – II - III. Trad. Lúcia Lahmeyer. 2ª edição, São Paulo: Melhoramentos.

IMIGRAÇÃO ALEMÃ

ALVES, Bendocchi Débora. *Colhedores de Café. Cartas de imigrantes alemães publicadas nos jornais da Turíngia*. WVB:Berlin, 2006.

FERREIRA, Cristina e PETRY, Sueli Maria (Org.). *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no sul do Brasil*. Blumenau: Editora Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 Anos, 1999.

FIORI, Neide Almeida. Germanismo pedagógico: contribuição ao entendimento do ensino elementar no século XIX. In: _ (Org.) *Etnia e educação: uma escola “alemã do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Editora UFSC; Tubarão: Editora da Unisul, 2003.

FOUQUET. Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil (1808 – 1824 – 1974)*. Trad. Guido F. J. Pabst. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

RAMBO, Blasio Arthur. Nacionalidade e cidadania. In: (Org.) MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnic: A ideologia e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

_____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990

_____. *Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o estado brasileiro*. Caxambu, MG: ANPOCS, 1993.

_____. A colonização Alemã no Brasil. In: *Fazer a América*. Boris Fausto (org.). 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

- _____. Conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida. *Etnia e educação: uma escola “alemã do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Editora UFSC; Tubarão: Editora da Unisul, 2003.
- SILVA, José Ferreira da Silva. História de Blumenau. Florianópolis: Edeme, 1972.
- WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850/1926)*. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2007.
- ZILLIG, César. *Dear Mr. Darwin: a intimidade da correspondência entre Fritz Muller e Charles Darwin*. São Paulo: Sky/Anima Comunicação e Design, 1997.

TEORIA, HISTÓRIA E CRÍTICA

- ABREU, Capristano. *Capítulos da História Colonial (1500-1800)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Ática, 1989.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das Elites século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 6ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *A Globalização imaginada*. Trad. Sérgio Molina, São Paulo: Ed. Iluminuras Ltda, 2003
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 9ª. edição. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4 edição. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- COZEN, Kathleen Nehls; gerber, David A.; MORAWSKA, Eva; POZZETA, George E.; VECOLI, Rudolph J. Fórum – The Invention of Ethnicity: A Perspective from the U.S.A. In: *Journal of American History*, Fall 1992. Trad. Eunice Sueli Nodari.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz M. Nizza da Silva. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. I. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e o desenvolvimento do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FREIRE, Gilberto. *Casa – grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª edição – São Paulo: Global, 2006.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750 -1900)*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras., 1996.
- GILLIS, John. Introduction: Memory and Identity: the History of a Relationship. In: _____. *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira, Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
- HALL, Stuart. *Culture, media and identities: Representation (cultural representatios and signifying practices)*. London: Sage, 2000.
- _____. Quando foi o pós-colonial. In: _ Liv Sovik (org.) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardiã Resende...et all. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vertice, 1990.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- HEGEL, Friedrich Georg Wilhelm. *Lecciones sobre la filosofia de la história universal*. Trad. José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1980,

- HERDER, Johann Gottfried. *Ideas para uma filosofia de la história de la humanidad*. Trad. J. Rovira Armengol. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1959.
- HOBBSAWM, Eric J. Etnia e Nacionalismo na Europa de Hoje. In: (Org.) BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- _____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel., 17ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980.
- _____. A herança colonial - Sua degradação. In: (Org.) Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização*. Tomo II: “O Brasil Monárquico”. Vol.1: “O processo de emancipação”. São Paulo: Bertrand, 1993.
- _____. Letras e idéias no Brasil colonial. In: (Org.) Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização*. Tomo I: “A época colonial”. Vol. 2: “Administração, Economia, Sociedade”. São Paulo: Bertrand, 1993.
- _____. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- INÁCIO, Inês e LUCA, Tânia Regina. *Documentos do Brasil Colônia*. São Paulo: Ática, 1993.
- IRIARTE, Rita. A música no Romantismo alemão. In: _ (Org.) *Música e Literatura no Romantismo Alemão*. Lisboa: Cosmos, 1987.
- LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- LIVON-GROSMAN, Ernesto. *Geografias imaginarias: el relato de viajes y la construcción del espacio pantagónico*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2003.
- LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Editora Huncitec, 1997.
- LUCENA, Célia Toledo. Construindo a memória: um olhar sobre o passado. In: *Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de imigrantes*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.
- MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, RJ: EdUERJ, 2001.
- McCLINTOCK, Anne. “No longer in future heaven”: Gender, race and nationalism. In: ____; MUFTI, Aamir; SHOHAT, Ella (eds.) *Dangerous Liaisons: gender, nation and*

postcolonial perspectives. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 255-277

MONTES, Maria Lúcia. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva. *Raça e diversidade*, SP: EDUSP: Estação Ciência, 1996

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: (Org.) Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização*. Tomo II: "O Brasil Monárquico". Vol.1: "O processo de emancipação". São Paulo: Bertrand, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRATT, Mary. *A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco*. Travessia Revista de Literatura, n. 38, jan/jun 1999, p. 7-29.

_____. *Os olhos do império*. SP: EDUSC, 1999.

POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

RADCLIFFE, Sarah and WESTWOOD, Sallie. *Remaking the nation: place, identity and politics in Latin America*. New York: Routledge, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro; a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICOTTA, Lúcia. *Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Iracema G. Soares e M^a Cristina R. Nagle. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses (o feminismo como crítica da cultura)*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCHILLER, Nina Glick. Laços de sangue: os fundamentos raciais do estado-nação transnacional. In: *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- _____. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: *Raça e diversidade*, SP: EDUSP: Estação ciência, 1996.
- _____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SHOHAT, Ella e STAM, Robert. *Crítica da Imagem Eurocêntrica: Multiculturalismo e Representação*. Trad. Marcos Soares. São Paulo: Cosacnaif, 2006.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira. Seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2000.
- VENTURA, Roberto. História e Crítica em Sílvio Romero. In: ROMERO, Sílvio (com colaboração de João Ribeiro). *Compêndio de História da Literatura Brasileira* (Edição comemorativa). Org. Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.
- WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora UnB, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahir, 1979.
- ZILLY, Berthold. Nação e sertanidade: formação ética e civilizatória do Brasil, segundo Euclides da Cunha. In: *Zwischen Literatur und Philosophie suche nach Menschlichen...* Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2000.

SITES

- BIANCOLINO, Ticiano e Nogueira, Marcos Pupo. As possibilidades descritivas e inspiração instrumental na escrita para o piano no Lied romântico alemão. São Paulo: 2007.
Disponível em: http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/poster.../poster_musicol_TBiancolino_MPNogueira.pdf -> Acesso em 26 de setembro de 2008.

SANTOS, Gustavo Ferreira. *A constituição da primeira República brasileira*, História Constitucional. Revista eletrônica, número 4, junho de 2003. < Disponível em: <http://hc.rediris.es/04/Numero04.html?id=22> > Acesso em 29 de setembro de 2008.

Revista de Filosofia. Kriterion vol. 46 nº. 112 Belo Horizonte Dec. 2005 < Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/kr/v46n112/v46n112a05.pdf> > Acesso em 19 de outubro de 2008.